



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**  
**CENTRO DE HUMANIDADES**  
**DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

**TAINÃ ALCANTARA DE CARVALHO**

**SUBJETIVIDADE NO MUNDO DO TRABALHO:  
INDIVÍDUO, NEOLIBERALISMO E RESISTÊNCIA A PARTIR DA  
RESSIGNIFICAÇÃO DA BIOECONOMIA**

**FORTALEZA**

**2017**

TAINÃ ALCANTARA DE CARVALHO

SUBJETIVIDADE NO MUNDO DO TRABALHO:  
INDIVÍDUO, NEOLIBERALISMO E RESISTÊNCIA A PARTIR DA RESSIGNIFICAÇÃO  
DA BIOECONOMIA

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Psicologia do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Psicologia. Linha de Pesquisa: Processos Psicossociais e Vulnerabilidades Sociais

Orientador: Prof. Dr. Cássio Adriano Braz de Aquino.

FORTALEZA

2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Biblioteca Universitária  
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

- C329s Carvalho, Tainã Alcantara de.  
Subjetividade no mundo do trabalho : indivíduo, neoliberalismo e resistência a partir da ressignificação da Bioeconomia / Tainã Alcantara de Carvalho. – 2017.  
226 f. : il. color.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Fortaleza, 2017.  
Orientação: Prof. Dr. Cássio Adriano Braz de Aquino.
1. Bioeconomia. 2. Mundo do Trabalho. 3. Resistência. 4. Subjetividade. 5. Economia Política. I. Título.  
CDD 150
-

TAINÃ ALCANTARA DE CARVALHO

SUBJETIVIDADE NO MUNDO DO TRABALHO:  
INDIVÍDUO, NEOLIBERALISMO E RESISTÊNCIA A PARTIR DA RESSIGNIFICAÇÃO  
DA BIOECONOMIA

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Psicologia do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Psicologia. Linha de Pesquisa: Processos Psicossociais e Vulnerabilidades Sociais.

Aprovada em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Cássio Adriano Braz de Aquino (Orientador)  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof. Dr. Pablo Severiano Benevides  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof. Dr. Fabio Maia Sobral  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof. Dr. Giovanni Antonio Pinto Alves  
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp/Marília)

A Mary Izolete, *in memoriam*.

## AGRADECIMENTOS

Vejo-me impossibilitado de dedicar poucas linhas a cada uma das pessoas presentes no decorrer do meu trilhar acadêmico e, mais especificamente, no percurso do presente mestrado. Apesar do curto tempo no qual me encontrei na presente pós-graduação, estes dois anos se mostraram intensos em reflexões realizadas e novas relações e experiências sentidas. Apesar das poucas palavras proferidas diariamente, espero nestas, escritas, fazer jus à importância de cada um. Sigo alguma “cronologia” e até onde a memória permitir.

Ciente de que a possibilidade de estudar, de dedicar-se exclusivamente à leitura e à formação intelectual, na atualidade, mostra-se infelizmente uma oportunidade para poucos, agradeço, inicialmente, à minha avó materna, Mary Izolete, pela constante preocupação para com meus estudos. Do despertar todo dia cedo para que eu pudesse estudar ao almoço feito com empenho todos os dias, sua dedicação para com seus filhos e netos para sempre estará marcada em mim. Junto aos meus outros avós, que igualmente não se encontram mais conosco, Glória e Menezes, devo a eles minha força e meu empenho em me tornar o que sou hoje.

Agradeço ao apoio sempre presente dos meus pais, Arlete e Manoel, que, quando necessário, abdicaram do que tinham para que eu pudesse sempre continuar meus estudos da melhor forma possível, mostrando-me, assim, a importância do caminho dos estudos. Agradeço-lhes pela atenção desmedida ao meu bem-estar e à minha felicidade.

À minha família pela atenção concedida ao meu cotidiano e aos meus estudos. Pelos natais realizados, pelas feijoadas, pelos churrascos, pelos cafés da tarde, momentos que muito representavam mais que a afável reunião de parentes: demonstravam a dedicação e o significado concedido à família. Avô, tios, tias, primos, primas, a todos meus agradecimentos mais profundos pela atenção e exemplos a serem seguidos.

À minha namorada, Alene Barbosa Leal, pelo companheirismo, pela amizade, pelo amor concedidos nestes quase dez anos juntos. Meu sustentáculo às intempéries da vida; minha graça nos momentos mais tensos; minha melhor parceira de viagens. À sua presença devo nada mais que minhas vitórias cotidianas. Agradeço-lhe, ademais, pela paciência concedida a mim durante toda a nossa vida juntos, sobretudo nesse período conturbado do mestrado. Da mesma forma agradeço à sua família, que desde o início de nossa relação vem me tratando como um ente querido.

Aos meus amigos, aos mais novos e aos de longa data, pelas “lembranças constantemente lembradas”; pelas conversas sérias, pelas engraçadas e pelas sem sentido; pelas novas lembranças construídas. A todos que estão presentes nestes agradecimentos, em

verdade, mas mais especificamente: Jorge, Daniel, Lucas, Vanessa e Jamille. Aos que a distância nos separou por tempo indeterminado ou que o tempo não concedeu a oportunidade de um laço mais estreito, igualmente meus agradecimentos.

Agradeço profundamente ao professor Fabio Maia Sobral pela orientação dentro e fora da sala de aula, pela confiança que a mim foi prestada em vários momentos da graduação, pela amizade e pela constante presença, como a que se faz na banca de defesa da presente dissertação. Agradeço-lhe pelo exemplo que se mostrou para mim e que carrego comigo, seja em termos de educador, seja em termos de caráter. Pela honra de ter sido monitor em sua disciplina, orientando na monografia e, agora, amigo para o resto da vida, agradeço-lhe e dedico-lhe este fruto de meu conhecimento, sempre em constante amadurecimento, mas que carrega em si a influência trazida de suas aulas e de seus ensinamentos.

Ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, mais especificamente na figura do analista Marcelo Saraiva Gondim, pela oportunidade de trabalhar, mesmo que temporariamente, em um núcleo de importância local e nacional; aos momentos de aprendizado que pude ter e às boas amizades que pude cultivar na Base Territorial. Ao próprio Marcelo, que também teve sua experiência na docência, meus agradecimentos pela compreensão sobre minhas necessidades em dividir cotidianamente meu trabalho entre o Instituto e a Universidade, bem como pelo seu apoio incondicional para que pudesse entrar no presente programa de Pós-Graduação.

Agradeço ao professor Cássio Adriano Braz de Aquino, sobretudo, pela confiança. Pela oportunidade de ter sido seu aluno, por tê-lo como membro da banca de monografia e agora por tê-lo como orientador do mestrado e amigo mais próximo. Agradeço-lhe, sem sombra de dúvidas, pela paciência, pela coragem, pelo apoio e pela dedicação concedida aos meus estudos. Agradeço-lhe igualmente pelo exemplo que demonstra diariamente enquanto professor, enquanto orientador e enquanto amigo, preocupado que se mostra cotidianamente com a Universidade e com o próximo. Por mais curto que tenha sido o período, levarei comigo as lembranças de um docente exemplar.

Ao professor Pablo Severiano Benevides pela amizade e pelo apoio intelectual concedido nos vários momentos do mestrado, principalmente por me ter concedido a oportunidade de iniciar os estudos das obras de Michel Foucault. Uma aproximação inusitada e muito profícua, demonstrando que diálogos tão inesperados se mostram possíveis e que as ligações entre todos nós se mostram maiores do que aparentam. Agradeço-lhe pela palavra amiga, pela seriedade e pela confiança em mim depositada, pela maior atenção que me fez ter com as palavras e seus significados latentes desde as primeiras indagações feitas sobre o projeto

desta dissertação, fator este que fez com que me debruçasse com maior cuidado e dedicação sobre a mesma.

Ao professor Giovanni Alves pelo apoio, pela ajuda e pela confiança prestada a mim e ao presente trabalho. Agradeço-lhe pelos exemplos demonstrados em seus escritos de transposição de limites das áreas do conhecimento que tanto alimentam minha perseverança, meu interesse e meu gosto pelos estudos, especialmente no âmbito do trabalho. Agradeço-lhe pelas contribuições realizadas na presente banca desde a qualificação e por mostrar que não estou só nesta empreitada – difícil, mas igualmente instigante.

Aos membros do Núcleo de Psicologia do Trabalho pela confiança, pela amizade e pelos inúmeros momentos de alegria, de descontração e de apoio prestados durante este período. Agradeço-lhes pelo conforto concedido a um estranho, pela palavra amiga, pelas brincadeiras e pelo suporte que me pôde conceder nos vários dias de dedicação à escrita desta dissertação. A todos os membros do Núcleo os meus mais profundos agradecimentos. Neste espaço, dedico agradecimentos especiais à prof.<sup>a</sup> Raquel, pela palavra amiga e pelo exemplo de professora e orientadora que sempre demonstrou; momentos estes que, silenciosamente, guardo na memória como exemplos a serem seguidos.

À, na época da escrita inicial deste trabalho, doutoranda Danielle Cristina Guizzo Archela, do programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Paraná, pela atenção, presteza e apoio bibliográfico concedido em minhas primeiras aproximações à Bioeconomia.

À minha turma do mestrado pela possibilidade de fazer parte de um grupo unido e companheiro. Pela aproximação junto a mim e por fazerem com que me sentisse bem, mesmo que a “casa”, até então, fosse-me estranha. Pela união na qual me inseriram, agradeço-lhes imensamente.

Aos meus amigos de conversa, de linha de pesquisa e de estudos, Natália, Pamella e Iratan, todos da turma de 2015, pelos encontros, pela força e pelo apoio concedidos diariamente frente aos desafios da pós-graduação. Pelo prazer de aprender com todos e pela amizade logo solidificada. Da mesma maneira, agradeço às colegas de outras turmas da pós-graduação, mas de mesma linha de pesquisa e núcleo, Camilla, Karlinne, Eveline, Vaneska, Samara, Mariana e Marselle, por se mostrarem como exemplos de trabalho de dedicação no espaço da Academia.

Aos meus amigos e colegas de estudos, Renan e Dímitre, pela abertura concedida a mim aos estudos sobre Biopolítica e Trabalho imaterial, nos quais se mostrou possível realizar uma profícua ligação de interesses e concentrações. Agradeço-lhes pelos momentos de descontração, pelo riso constante, pelo conhecimento compartilhado, pela reflexão sempre



presentes em nossas conversas e, ademais, pela paciência com quem não é da área e apenas estava iniciando seus estudos.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Psicologia pela receptividade e pela confiança depositada em minha dedicação aos estudos.

Aos secretários da Pós-Graduação, Helder Hamilton e Eveline Assunção, pelo apoio e presteza concedidos diariamente e pela atenção dedicada à melhor organização de nossa trajetória dentro do Programa.

Aos meus ex-alunos do curso de graduação em Ciências Econômicas da Universidade Regional do Cariri pela oportunidade de ser professor, mesmo que substituto e por apenas um semestre. Pela confiança depositada em mim diariamente, pelo interesse demonstrado nas aulas, pelo respeito concedido e pelo carinho com que fui recebido e com o qual me desliguei da Universidade. Nas mesmas palavras que proferi ao fim do percurso, esta experiência, apesar de curta, veio confirmar meu apreço e interesse pela docência.

À cidade do Crato pela preciosa oportunidade de respirar calma, tranquilidade, Universidade e docência em um curto período, mas intenso, amável e memorável.

À banca como um todo por participar na construção desta pesquisa desde a qualificação e pelas contribuições realizadas, necessárias ao aprimoramento deste trabalho e intelectual pessoal.

Por fim, agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, CAPES, pela possibilidade de me dedicar à construção desta dissertação, bem como à minha formação acadêmica, por meio de uma bolsa de estudos.

“Empty your mind. Be formless, shapeless, like water. Put water into a cup, it becomes the cup. Put water into a teapot, it becomes the teapot. Water can flow or creep or drip or crash. Be water, my friend.” (Bruce Lee)

## RESUMO

Este trabalho parte da indagação acerca da subjetividade no âmbito laboral sob o contexto da dinâmica econômica enquanto bioeconômica, relacionada, assim, à Bioeconomia. A proposta está constituída como uma análise teórica sobre os princípios do trabalho na contemporaneidade, vislumbrando a ressignificação do conceito de Bioeconomia, inicialmente apreendida a partir das contribuições de Andrea Fumagalli em “Bioeconomia e capitalismo cognitivo”. Pontua-se, para tanto, críticas, reflexões e proposições constitutivas, além de discussões sobre o mundo do trabalho a partir das condições nas quais se encontram os trabalhadores e os tratamentos concedidos aos mesmos, sobremaneira às possibilidades de resistência que podem conjecturar na contemporaneidade mediante situações cada vez mais sutis de controle e exploração. Nesse sentido, a presente produção foi desenvolvida sobre um método de base bibliográfica, indicando a necessidade de ressignificação de conceitos e exploração e diálogo de conteúdos ligados ao âmbito do mundo do trabalho. Dessarte, em correspondência às contribuições de Andrea Fumagalli e à exposição de suas bases teóricas, empreendeu-se uma revisão do conceito de Bioeconomia inicialmente por meio de um aporte da Economia através de Nicholas Georgescu-Roegen – e sua defesa de um “programa bioeconômico mínimo” – para, posteriormente, seguir caminho por meio de Foucault e seu estudo sobre biopolítica, Marx e sua crítica à Economia Política, e, em retorno, Andrea Fumagalli e outros autores contemporâneos, visando prover o conceito de Bioeconomia de substância à análise, em seguida, das condições reais de inserção da subjetividade no mundo do trabalho e das estratégias de resistência empregadas pelos indivíduos mediante sua adequação ao contexto laboral. Com este percurso teórico, assim, demonstramos proximidade às considerações da via marxista do pós-operaiísmo italiano, perspectiva que nos servirá de lente para o melhor vislumbre sobre as transformações do mundo do trabalho. À vista disso, as considerações iniciais apontam que os “indivíduos que trabalham” se inserem sob uma miríade de estratégias de resistência que seguem as formas de controle e os processos de reestruturação produtiva nas quais se veem imersos em relação ao mercado de trabalho, uma ilustração do conjunto dos empregadores e das empresas como um todo. Estabelecendo-se não como dicotômicas, as ideias de resistência ou resiliência passam a ser apontadas como amálgamas destes mesmos posicionamentos, com primazia na contemporaneidade de situações de “resiliência-resistência” em contraposição a uma “resistência-resiliência”, situação aquela na qual se busca sobretudo um equilíbrio pessoal dentro do espaço de trabalho e um afastamento a situações que possam causar adoecimento. Nessa seara, os entendimentos sobre a

Bioeconomia e, em seu cerne, de acumulação bioeconômica, mostram-se de importância para o tratamento sobre as formas de controle do *bios* humano ao alcance dos objetivos de valorização do capital, desde a mais básica concepção de *bios* aos aspectos fisiológicos do indivíduo, às concepções mais refinadas, relacionadas, por exemplo, aos aspectos da memória e da atenção dos indivíduos.

**Palavras-Chave:** Bioeconomia. Mundo do trabalho. Resistência. Subjetividade. Economia Política.

## ABSTRACT

This work starts from the question about the subjectivity in the labor scope under the context of the economic dynamics as bioeconomic, related, thus, to Bioeconomy. The proposal is constituted as a theoretical analysis about the principles of work in the contemporaneity, aiming at the re-signification of the concept of Bioeconomy, initially apprehended from the contributions of Andrea Fumagalli in “Bioeconomy and cognitive capitalism”. For that, criticisms, reflections and constitutive propositions are discussed, as well as discussions about the world of work based on the conditions in which the workers are found and the treatments granted to them, especially the possibilities of resistance that they can conjecture in contemporary times through increasingly subtle situations of control and exploitation. In this sense, the present production was developed on a method of bibliographical basis, indicating the need of re-signification of concepts and of exploration and dialogue of contents related to the scope of the world of work. Thus, in correspondence with the contributions of Andrea Fumagalli and the exposition of his theoretical bases, a revision of the concept of Bioeconomy was initially undertaken through a contribution of the Economy through Nicholas Georgescu-Roegen – and his defense of a “minimal bio-economic program” – in order to follow the path through Foucault and his study on biopolitics, Marx and his critique of Political Economy, and in return, Andrea Fumagalli and other contemporary authors, in order to provide the concept of Bioeconomy of substance to analysis, in followed, of the real conditions of insertion of subjectivity in the world of work and of the strategies of resistance employed by individuals through their adaptation to the work context. With this theoretical path, we thus demonstrate proximity to the considerations of the Marxist path of Italian post-operaism, a perspective that will serve as a lens for the best glimpse of the transformations of the world of work. In view of this, the initial considerations point out that the “working individuals” are inserted under a myriad of resistance strategies that follow the forms of control and the processes of productive restructuring in which they are immersed in relation to the labor market, an illustration of the set of employers and companies as a whole. Establishing themselves not as dichotomous, the ideas of resistance or resilience come to be pointed as amalgams of these same positions, with primacy in the contemporaneity of situations of “resilience-resistance” as opposed to “resistance-resilience”, a situation in which is sought above all a personal balance within the workplace and a move away from situations that may cause illness. In this section, understandings about Bioeconomy and, at its heart, bioeconomic accumulation, are of importance for the treatment about the ways of controlling human bios within reach of the

objectives of capital valorization, from the most basic conception of bios to the physiological aspects of the individual, to the more refined conceptions, related, for example, to the aspects of memory and attention of individuals.

**Keywords:** Bioeconomy. World of work. Resistance. Subjectivity. Political economy.

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Hierarquias das categorias analisadas .....	110
Gráfico 2 – Influência da Bioeconomia e da acumulação bioeconômica.....	119
Gráfico 3 - Percurso da “resistência-resiliência” e da “resiliência-resistência” .....	203

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	19
<b>2</b>	<b>REFLEXÕES PRELIMINARES: AS BIO-ECONOMIAS</b> .....	27
<b>2.1</b>	<b>A Economia sob a Biologia</b> .....	31
<b>2.2</b>	<b>A Biologia sob a Economia</b> .....	34
<b>2.3</b>	<b>Bioeconomia e trabalho: um olhar inicial sobre a representação e a resistência dos trabalhadores</b> .....	36
<b>3</b>	<b>O DESENVOLVIMENTO DE UMA BIOECONOMIA EM FOUCAULT: GOVERNAMENTALIDADE, ECONOMIA POLÍTICA E CONTROLE</b> .....	41
<b>3.1</b>	<b>Da circularidade do poder à disciplina da população</b> .....	43
<b>3.2</b>	<b>A população e o desenvolvimento do pensamento econômico: o desbloqueio da arte de governar</b> .....	46
<b>3.3</b>	<b>Governamentalidade e Economia Política: a relação entre governo e mercado</b> .....	56
<b>4</b>	<b>BIOECONOMIA(S) EM MARX: A CRÍTICA À ECONOMIA POLÍTICA</b> .....	67
<b>4.1</b>	<b>Tratamentos acerca da subjetividade e o controle sobre a classe trabalhadora</b> .....	71
<b>4.2</b>	<b>Perspectivas sobre o trabalho imaterial: o verdadeiro <i>bios</i> da economia?</b> .....	83
<b>5</b>	<b>UMA ANÁLISE “MULTIVOCABULAR”: A “BIOECONOMIA CONTEMPORÂNEA” E SEUS CORRELATOS</b> .....	102
<b>5.1</b>	<b>Interstícios: Capitalismo Manipulatório e Biocapitalismo/Capitalismo Cognitivo</b> .....	111
<b>5.1.1</b>	<b><i>Capitalismo Manipulatório</i></b> .....	112
<b>5.1.2</b>	<b><i>Biocapitalismo/Capitalismo Cognitivo</i></b> .....	115
<b>5.2</b>	<b>Ensaio à Bioeconomia: ressignificação e acumulação bioeconômica</b> .....	122
<b>6</b>	<b>ENTENDIMENTOS SOBRE O MUNDO DO TRABALHO: MERCADO, INDIVÍDUO E SUBJETIVIDADE.</b> .....	127
<b>6.1</b>	<b>Raízes teóricas à abordagem sobre o mundo do trabalho contemporâneo</b> .....	127
<b>6.2</b>	<b>Paradigmas contemporâneos: neoliberalismo, acumulação flexível e controle</b> ....	134
<b>6.2.1</b>	<b><i>Sobre a acumulação flexível e a acumulação bioeconômica</i></b> .....	140



6.2.2	<i>Sobre a relação entre o capital variável e o capital fixo</i> .....	144
6.2.3	<i>Sobre o mercado financeiro</i> .....	149
6.2.4	<i>Sobre a Noopolítica</i> .....	151
6.2.5	<i>Sobre os coletivos</i> .....	157
7	<b>A MIRÍADE DA(S) RESISTÊNCIA(S)</b> .....	163
7.1	<b>Resistir, formas de resistência, estratégias de resistência</b> .....	163
7.1.1	<i>Estratégias I: sindicalismo</i> .....	172
7.1.2	<i>Estratégias II: jornada de trabalho</i> .....	184
7.1.3	<i>Estratégias III: possibilidades de autogestão?</i> .....	190
7.2	<b>Percursos complementares sobre as resistências</b> .....	198
8	<b>BIOECONOMIA, NEOLIBERALISMO E RESISTÊNCIAS: SUBJETIVIDADES EM DEBATE?</b> .....	206
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	215

## APRESENTAÇÃO

A presente pesquisa aparece enquanto fruto de um gosto e de uma curiosidade adquiridos durante o período de nossa graduação em Ciências Econômicas: o gosto pelo estudo sobre o trabalho e a curiosidade acerca da multidimensionalidade presente em sua abordagem.

Iniciando-nos ao estudo do trabalho por meio do estudo sobre o pensamento econômico marxiano na graduação, as abordagens concernentes ao trabalho, ao trabalhador, àquele que, desde a abordagem dos economistas clássicos, possuía em si a capacidade de gerar riqueza – e, com Marx, “mais-riqueza” – ganham uma outra conotação. A partir das constantes associações da produção ao número de trabalhadores oferecidos pelas curvas de produção, das demonstrações macroeconômicas sobre a composição do Produto Interno Bruto e das tentativas de pressuposição dos comportamentos do consumidor, passamos a nos indagar: “e o trabalhador?”; “o controle sobre o indivíduo se mostra tão grande a ponto de desconsiderarmos possíveis respostas às variáveis econômicas, mesmo que a nível microeconômico?”.

Tal pensamento se mostrou ainda mais forte ao percebemos que a realidade do trabalho se mostrava outra – ou apenas “se mostrava”. Por meio de estágios, característicos ao desenvolvimento do graduando, percebemos que o trabalho, de forma direta e grosseira, cansa, vence-nos pelo desgaste cotidiano, modifica nosso vislumbre da cotidianidade, nossa percepção da temporalidade e nossos anseios, tornando muitas vezes o dia de recebimento do salário a justificativa de viver e suportar os outros trinta dias do mês. Ademais, como desconsiderar a constante necessidade do consumo paralela aos males tão comuns às jornadas de trabalho, às experiências relacionadas ao trabalho, aos “constantes ‘trabalhos’ necessários à manutenção do trabalho”? Distante do pensamento de total abolição da atividade, focamo-nos no espaço de discussão sobre as características singulares do trabalho na contemporaneidade.

Felizmente, encontramos em Marx uma abordagem não simplesmente econômica, mas filosófica, sociológica – moral, daí a convergência de tantas óticas sobre um mesmo autor. Mais do que isso: problematizadora. Como não associar a realidade com a intensificação do trabalho como meio da busca de uma mais-valia, com a transformação do indivíduo a partir do trabalho, com a exploração do trabalho alheio, com a imaterialidade do trabalho, característica a qual passou a ser reconhecida a contemporaneidade? Além disso, encontramos não apenas um grande acervo de obras que se dedicam à discussão da categoria, mas também de autores que analisam o trabalho mais intimamente, que analisam as características das relações sociais formadas atualmente, a metamorfose de um novo sujeito, as novas formas de pensar e de agir a partir do trabalho. Por que, desta maneira, detemo-nos à uma análise, em meio à dinâmica

econômica, estática, no que se diz respeito ao tratamento para com o que há de mais vivo naquilo que se considera a própria “dinâmica econômica”?

Dessarte, tornou-se possível iniciar nossa exploração sobre a categoria trabalho em locais distantes, abordando, sob a perspectiva marxista, a ideia de enfermidade na sociedade, fazendo dialogar autores da Economia Política e Sociologia e autores da Psicologia Social. Concepções sobre ilusão, alienação, desgastes no trabalho e, com isso, o próprio sentido de trabalho, ganharam maiores horizontes.

É sob este contexto que nos inserimos no presente Programa de Pós-Graduação em Psicologia, mas nunca deixando de lado nossa origem, como bem buscamos deixar claro nesta pesquisa. O mesmo gosto pelo estudo, bem como a curiosidade, sobre o trabalho mantém seu horizonte multifocal, buscando, entretanto, uma maior profundidade dos significados da própria Economia e da Economia Política, características da própria ciência que, enfim, incitam a um maior controle da classe trabalhadora – talvez o controle aparente percebido na graduação.

O que desejamos abordar na presente pesquisa, assim, diz respeito a uma construção mais ampla do que se denomina Bioeconomia. Apresentada por Andrea Fumagalli em “Bioeconomia e Capitalismo Cognitivo”, percebemos que sob este termo se mostravam perspectivas variadas sobre a categoria trabalho. Não apenas, mas também sobre a exploração do trabalho, sobre as novas formatações adquiridas pelo trabalho, sobre a disciplina e o controle da população por um poder que, no tempo, tornou-se oculto, apresentando à sociedade, assim, uma falsa ideia de liberdade.

Percebendo as principais referências que se evidenciavam no decorrer desta obra, buscamos nesta pesquisa desconstruir para depois reconstruir, ressignificar o sentido oferecido à categoria. Recorremos, assim, a Foucault e Marx (abordados por nós por serem sempre citados nas obras que tratam da Bioeconomia e de correlatos) por reconhecermos a contribuição de ambos quando da proposta de ressignificação da Bioeconomia, para, a partir daí, tecermos melhores análises e críticas sobre a perspectiva atual do conceito, bem como construirmos uma concepção mais ampla. A necessidade de aprofundamento nas ideias destes dois autores, principalmente, em muito convergiram ao nosso percurso intelectual, tendo atuado no apoio ao ensino do pensamento econômico marxista durante a graduação e participado, no decorrer de nossa Pós-Graduação, do Grupo de Estudos Foucaultianos, no qual pudemos discutir as ideias de Foucault presentes em algumas de suas obras e tirar dúvidas sobre aquelas que nos tocavam, fosse por interesse ao desenvolvimento do trabalho, fosse pela curiosidade em seu entendimento. Ademais, devemos destacar o interesse comum desenvolvido entre nós e colegas

do mestrado sobre a área de trabalho e os estudos foucaultianos, com os quais esboçamos um grupo de estudo dirigido sobre Biopolítica, Bioeconomia e Trabalho Imaterial.

Nesta seara da Bioeconomia, assim, buscaremos realizar um corte condizente à área de estudos que pleiteamos, a saber, uma perspectiva focada na subjetividade.

Desta maneira, não nos mantemos apenas na desconstrução teórica e na reflexão acerca deste conceito, mas de reflexos passíveis de serem percebidos enquanto convergentes à concepção da Bioeconomia que ensaiamos neste trabalho. Nesse caso, focamo-nos em uma análise da racionalidade neoliberal, das defesas realizada pelo mercado de trabalho na constituição de “sujeito(s) contemporâneo(s)” e, principalmente, nas formas de resistência aos apelos realizados pelo mercado de trabalho e, enfim, pelo próprio capitalismo, sobre o trabalhador. Podemos dizer que esta maior aproximação a aspectos mais próximos à visualização da realidade se constituirá enquanto nossa segunda frente de trabalho – convergente inclusive a óticas que não conseguimos vislumbrar na obra de Fumagalli e que se constituíram como curiosidade nossa. Para tanto, contamos com obras que, na medida do possível, construíam alguma aproximação com a categoria por nós tratada.

Sobre as noções de resistência, nada mais difícil do que refletir sobre e elencar aspectos que, com o estudo que empreendemos, se mostraram, em verdade, individuais e pessoais, convergentes igualmente às possibilidades inscritas no espaço de trabalho, tanto relacionadas à estrutura quanto aos laços de solidariedade entre os trabalhadores. Não suficiente, a noção de resistência se mostrou mais afim à noção de resiliência do que podíamos imaginar, estando igualmente presente em nossas linhas de discussão a seguir.

Buscamos, assim, reconstruir uma categoria e apoiá-la na realidade do mundo do trabalho. As dificuldades impostas por uma ciência, em si, “dura” como a Ciência Econômica, por fim, tolhe-nos o pensar para além da perspectiva economicista, mas isso não nos exime de um posicionamento crítico e flexível sobre a realidade. Não pensar nas possibilidades e nas capacidades dos indivíduos, assim, é deixar-se enganar facilmente; é desconsiderar a própria existência, as próprias capacidades; é deixar-se enganar por uma rigidez realmente inexistente.

Esperamos que este trabalho agrade tanto a economistas interessados nos impactos da realidade econômica sobre o sujeito que trabalha quanto a psicólogos sociais que veem a importância que a materialidade e a dinâmica econômica exercem sobre o indivíduo, mais especificamente sobre o trabalho. A convergência e o diálogo, sim, se mostram possíveis.

## 1 INTRODUÇÃO

O pensamento destacado na epígrafe deste trabalho, pertencente a um personagem interpretado por Bruce Lee na década 1970, muito ilustra a capacidade que os indivíduos devem deter para poderem resistir às intempéries da vida, às dificuldades que todos podem enfrentar no cotidiano. Para tal, assim, devemos ser como a água, que se molda sem dificuldade aos mais variados formatos em que é depositada. Ademais, segundo a epígrafe, a água não se mostra exclusivamente sob um papel de adaptação, de adequação ao ambiente: “a água pode fluir ou arrastar-se ou gotejar ou destruir”. Assim, “seja água”. Conforme explica em entrevista, grande parte dos personagens que desenvolve se utiliza de filosofias as quais o próprio Bruce Lee acredita e pensa serem de profunda coesão com a plasticidade do ser humano e para o entendimento do mundo que nos ronda.

Cremos que tal pensamento se mostra sujeito a variadas interpretações, dentre as quais se salienta mais comumente a metáfora relativa às dificuldades do dia a dia, cabendo a nós, sob profunda reflexão, entende-las, visando nos tornarmos flexíveis a elas, capazes de nos adequarmos ao ambiente que nos é apresentado, objetivando, com isso, potencializarmos nossas vivências e evitarmos o mal e a dor que poderiam provir.

Ilustramos a presente pesquisa com esta epígrafe, todavia, por conta de sua adequação às características do mundo do trabalho contemporâneo, área de estudo que nos inserimos e sobre a qual buscaremos refletir. Seja água: flexível, adaptável, moldável, fluido. Contudo, nada de arrastar-se, gotejar ou destruir: seja apenas o “formato” no qual fora depositado. Este é a principal correspondência que visualizamos de tal pensamento na seara que nos toca.

Fato se mostra que o mercado de trabalho é adepto não apenas a uma imersão do indivíduo, de forma cada vez mais integral, ao seu trabalho, mas igualmente conivente a uma busca, por este mesmo indivíduo, por situações de liberdade, nas quais poderá empreender as próprias forças, ser chefe de si, adquirir do mercado o que injustamente não alcança quando subjugado a uma organização do trabalho ou a prescrições outras. Neste caso, adeque-se ao formato no qual fora alocado, ou busque transbordá-lo, ultrapassá-lo, deixa-lo para trás para se tornar uma figura amorfa, inconstante, instável.

Sob este prisma e na esfera do mundo do trabalho, objetivamos, visualizando as tendências relacionadas ao labor e às novas tendências de sua organização, perceber como se dão os aspectos subjetivos do indivíduo que trabalha frente a formatos que se mostram inconstantes, a “depósitos” de formação de vida que se tornaram instáveis e que impõem ao trabalhador o designo de se adequar a esta “constante inconstância”, a estas metamorfoses.

Assim, adaptar-se não apenas diretamente, mas adaptar sua vida – suas relações, seus valores e afetos – à fragilidade que passa a se mostrar a sua cotidianidade.

Diante dos problemas percebidos na via do trabalho resta a busca individual por melhores condições e rendimentos através de uma constante autoculpabilização por conta dos baixos salários, dos empregos considerados de menor valor social ou das possíveis dificuldades que se desenvolvam a partir da ou que transpassem a esfera laboral. Na metáfora concedida por Bruce Lee e interpretada segundo nosso escopo, assim, diminui-se o tamanho do depósito no qual a água deverá se conformar: uma metáfora tanto ao conjunto dos trabalhadores quanto às potências aparentes da subjetividade, que aos poucos se mingam ou escorrem para fora da formatação imposta perante a necessidade de adaptação.

Acredita-se, com a cada vez mais notória percepção do que acontece no mundo do trabalho, que não apenas *a priori*, mas *a posteriori* da disseminação de novos comportamentos e valores na esfera do trabalho, visando tornar cada trabalhador uma “microempresa”, único responsável por si próprio, há discursos, tentativas de constante manutenção do *status quo*. Entre o dito e o não dito, as “verdades” e os pensamentos que norteiam as ações individuais tomam forma sem serem questionados, pois o mercado age conforme a necessidade de alguns poucos, tão poucos que se pode denominar que há uma dominação quase sem sujeito, uma dominação realizada por um “momento”, por um “estado da economia”, pela própria figura amorfa que é a economia. Neste sentido, centrar a categoria trabalho e este discurso que se estende desde a relevância concedida à Economia se torna de importância para o entendimento, por mínimo que seja, da sociedade contemporânea. A categoria trabalho, desta forma, deverá demonstrar sua múltipla abordagem para que se possa ensaiar uma reflexão sobre sua totalidade.

As principais abordagens em relação ao trabalho e, de forma geral, a todas as dinâmicas relativas a esta categoria, em muito se mostram conhecidas dentro das principais áreas que se relacionam à discussão sobre o tema, sendo reconhecido, da mesma forma, o caráter das abordagens destas áreas. Entre as perspectivas econômica, sociológica e psicológica, os estudos sobre as taxas de emprego, desemprego e rendimentos; sobre as transformações sociais relacionadas às relações entre empregado e empregador e à formatação da sociedade ao redor das novas caracterizações do trabalho; e sobre as consequências psicossociais advindas dos novos modelos produtivos, respectivamente, são percebidas considerações pertinentes à organização social, política e econômica neoliberal. Sobre este fator, as observações em muito são condizentes com a constatação da racionalidade neoliberal enquanto um conjunto de sistemáticas dado, normalizado, sobre o qual deverão ser analisadas as novas formas de organização e impactos sobre a classe trabalhadora e a “formação” de uma “nova

subjetividade”. Desta maneira, a adoção da racionalidade neoliberal acolhe em si um caráter de saída à crise do capital percebida durante as décadas de 1970 e 1980, sendo no Brasil percebida em princípios da década de 1990, marcadamente por meio de políticas econômicas de privatizações de instituições públicas e de abertura do comércio brasileiro ao capital exterior, além da dinamitação do poder da classe trabalhadora por meio das reivindicações, sobretudo da força dos sindicatos, clássico reduto de resistência.

É em relação às evidências das dinâmicas diversas salientadas que a abordagem tratada aqui sobre a **Bioeconomia** parece ir ao encontro, demonstrando que os fatores referentes ao funcionamento de uma economia neoliberal e à formação de novas relações e subjetividades se mostram mais próximos do que aparentam, principalmente ao serem debatidas questões relativas ao discurso e à epistemologia da Economia Política que se encontram por trás dos fatores característicos do modelo neoliberal.

Aparecendo-nos inicialmente enquanto termo contemporâneo tratado em consonância à realidade da exploração do trabalho sob o funcionamento de um capitalismo dito “cognitivo”, entende-se que a Bioeconomia se mostra como ligação mais específica entre o discurso econômico proferido e normalizado pelas instituições, inclusive pelos próprios sujeitos, e a possibilidade de criação de novos valores, a (con)formação de novos sujeitos. Nesse sentido, a discussão sobre as consequências que envolvem o sistema neoliberal e a classe trabalhadora deverá adotar para si a conotação não apenas de problemas provenientes da forma como se encontra estruturado o neoliberalismo, mas também dos próprios discursos que perpassam de maneira mais específica a sistemática neoliberal. Assim, uma zona de convergência de campos de estudo na seara do trabalho.

A Bioeconomia, segundo autores, é percebida como forma de acumulação do capitalismo contemporâneo. Em muito dialogando com os sentidos concedidos ao “capitalismo cognitivo”, ao “trabalho imaterial” e ao “biocapitalismo”, termos que deverão ser explicados no desenvolvimento deste trabalho, a Bioeconomia, entretanto, aparece como forma de estruturação, de organização da dinâmica econômica. Seguindo a própria semântica do termo, tem-se que a categoria expressa justamente a ideia de controle do *bios* pela economia. Este aspecto de controle, entretanto, e conforme poderá ser visto no capítulo inicial, em grande parte diverge do sentido aplicado comumente às áreas consonantes à Ecologia (incluindo neste caso os próprios vieses da Economia Política que com esta dialogam): seu sentido se aplica no exato oposto, por exemplo, à concepção de Georgescu-Roegen, para o qual um programa bioeconômico mínimo se mostraria como ferramenta necessária à defesa do meio ambiente, este importante à sobrevivência da sociedade, mas ao mesmo tempo explorada pelo capital.

Nessa perspectiva é que desenvolvemos a presente pesquisa com o intuito de colocar esta ideia, pouco vislumbrada na literatura, em discussão, principalmente por seu debate conveniente sobre o mundo do trabalho pela via da subjetividade. Ademais, objetivamos rediscutir a análise empreendida por Andrea Fumagalli em sua obra “Bioeconomia e capitalismo cognitivo”, que guiou nosso interesse e se encontra no cerne desta pesquisa, por identificarmos algumas lacunas na obra do autor aludido, principalmente concernentes ao significado concedido ao termo e às possíveis saídas que os trabalhadores poderão encontrar frente a um controle no mercado de trabalho que parece inescapável, é dizer, suas resistências. Consonante às ideias mais básicas e comuns que se pode ter sobre o tema, ademais de assinalarmos uma importância da categoria Bioeconomia ao entendimento sobre as transformações do mundo do trabalho, apesar de sua ínfima visibilidade nas discussões desta seara, indicamos enquanto hipótese inicial que as resistências se metamorfoseiam em ações mais brandas de enfrentamento à exploração do trabalho, não sendo mais possível incitar grandes equivalências com as manifestações passadas da classe trabalhadora. Assim, partimos do ponto de consideração sobre as ideias dicotômicas “resistência” e “resiliência”.

Dessa maneira, traçamos enquanto indagação principal deste trabalho: **como se dá o entendimento sobre o mundo do trabalho a partir do âmbito da subjetividade, mais especificamente, conforme buscamos delinear, sob uma dinâmica bioeconômica?** Outras perguntas que surgirão, principalmente pautadas nas lacunas que encontramos em Fumagalli, baseiam-se em: como se dão as resistências da classe trabalhadora contra as sutilezas adotadas pelo capital **do** presente século? Ademais, este âmbito demanda-nos um maior aprofundamento: o que se deve entender por “resistência” atualmente, em tempos de um ideário neoliberal? Seria possível voltarmos a falar em resistência aos mesmos moldes dos movimentos operários do século XVIII na Inglaterra? Perguntas específicas, portanto, submetidas à busca por uma análise que melhor corrobore para a construção de respostas à indagação principal.

A partir deste mote e de leituras e releituras feitas no decorrer da composição desta pesquisa, percebemos que a análise geral de nosso trabalho deverá levar em conta, ademais da pergunta supracitada, um processo de ressignificação da categoria Bioeconomia, visando sua reconstituição sob uma maior visibilidade e entendimento, e uma abordagem da realidade do mundo de trabalho sob o prisma da subjetividade – conforme destaca nosso título, no que tange ao indivíduo, ao neoliberalismo e, seguindo as lacunas percebidas na obra de base, às formas de resistência encontradas pelos trabalhadores. Esta necessidade se dá por conta da limitação que identificamos na contribuição de Fumagalli e das demais interpretações presentes em trabalhos que atravessam nossa proposta.



Desta maneira, visando um melhor entendimento sobre a divisão deste trabalho, apesar de não estar apontado em seu sumário explicitamente, indicamos sua construção em duas frentes. A primeira, estendendo-se do capítulo 2 ao capítulo 5, repousa no exercício de desconstrução da categoria Bioeconomia exposta por Fumagalli a partir da exploração das contribuições dos principais autores envolvidos nesta análise, como o são Foucault e Marx, e em um retorno à obra do autor italiano, visando, com esta base, torná-la patente com o ensaio mais claro sobre a Bioeconomia. A segunda parte, por sua vez, deverá se ater às análises sobre o neoliberalismo, o mercado de trabalho e as possibilidades de resistência a uma dinâmica tida como bioeconômica – baseada principalmente no controle sobre o indivíduo e sua vivência reticular –, compreendendo os capítulos 6 e 7. Por fim, traçaremos uma conclusão acerca da Bioeconomia e do destaque que se pode dar à contemporaneidade do campo laboral a partir da ótica da subjetividade.

Dessa forma, expomos que esta pesquisa se insere na seara de produções bibliográficas e teóricas, adentrando-nos, no decorrer do conteúdo, em estudos convergentes à Economia Política e à Psicologia Social do Trabalho, sendo discutidos e reconstituídos conceitos importantes à completude de nosso objetivo. Análises atentas e diálogos entre os mais diversos termos inseridos na seara do mundo do trabalho, bem como pertinentes ao mesmo, por conseguinte, mostram-se como fatores que guiaram nossa escrita e leitura. Neste sentido, dado o percurso teórico promovido à ressignificação da Bioeconomia e as propostas de análise do mercado de trabalho contemporâneo, visando alcançar o objetivo traçado, aproximamo-nos de uma ótica marxista pela via, além do próprio Marx, do pós-operáismo italiano, que em sua raiz demonstra a importância da discussão da subjetividade no que se refere ao entendimento sobre as transformações da organização do trabalho. A ótica concedida à análise sobre o neoliberalismo e o mercado de trabalho deverão, à vista disso, dialogar com os vieses propostos por autores italianos de tal origem teórica ou aproximação, como Negri, Lazzarato, Moulrier-Boutang, Cocco e Fumagalli, por exemplo. Ademais, apontamos que reflexões sobre as composições de algumas palavras e termos utilizados na literatura especializada, objetivando assim ressignificações e entendimentos mais amplos dos conceitos apontados, deverão se tornar presentes visando uma maior acurácia a nossas análises.

Em relação à perspectiva de Georgescu-Roegen, apesar de demonstrar em comum com o significado do termo a ser trabalhado uma noção implícita de controle – em um caso, um “controle” que impõe mais uma noção de limitações biológicas da natureza em relação à atividade econômica, ao passo que por outro lado temos o mesmo termo para designar um

controle inverso, da atividade econômica sobre as peculiaridades da atividade humana –, os entendimentos sobre a utilização do termo deverão se mostrar diferenciados em seu enfoque e em sua complexidade. Diferente em seu enfoque por se dar no sentido contrário ao senso comum, conforme explicado. Além disso, sua diferença se dará em sua complexidade por, no sentido da exploração do trabalho, desenvolver novas formas de captação de uma mais-valia – visivelmente em seu sentido relativo, conforme a teoria marxiana –, que agora se baseia principalmente em uma cooptação da subjetividade do indivíduo, de suas particularidades, personalidade e demais características íntimas e singulares; complexidades, enfim, que o diferencia das outras espécies. Para uma explicação mais detalhada sobre estas aproximações e distanciamentos dedicamos o capítulo 2.

O prosseguimento do trabalho se dará no capítulo 3 com a discussão sobre o surgimento das primeiras suposições de Bioeconomia enquanto método de controle por meio da Ciência Econômica, que acabará desenvolvendo em si uma Economia Política, uma maneira de se entender a organização social a partir de uma perspectiva que tem como centro e fim a própria economia. Nesse aspecto, a abordagem foucaultiana deverá ser de grande valia a uma diferente compreensão do surgimento da Economia Política – uma “genealogia da economia política” – e de sua relevância ao controle inicial de um governante sobre seu território. Sob esta visão, a Economia igualmente se mostrará como ferramenta de medição da riqueza do governante, fator este, a riqueza, de importância à manutenção da soberania, passando a se constituir, a partir do seio da família, como um instrumento relevante à disciplina e controle da população.

Efetuando, assim, o exercício de construção de uma genealogia da Economia Política, percebe-se em Foucault a constituição de um inicial significado à Bioeconomia – e assim, de sua existência semântica nos moldes deste trabalho –, a partir do qual se acredita factível a construção do termo de forma mais “real”. A percepção de Foucault em algumas de suas obras promoverá o vislumbre de um novo viés acerca da Economia Política, agindo tal qual um observador externo ao desenvolvimento dos vários dispositivos que deverão formar a população, visão esta não tão apreendida quando se estuda a Economia Política “por dentro”, por meio das contribuições dos economistas ao entendimento da realidade econômica. Outrossim, interessante se torna salientar que ao mesmo tempo que expressão importante para uma compreensão mais profunda sobre a subjetividade e as formas de resistência, por exemplo, a Bioeconomia se tornará de interesse para uma crítica à própria Ciência Econômica – trilhos para uma conclusão indireta sobre tal. Ao inserir-se a Ciência Econômica enquanto uma ciência social aplicada, assim, a expressão da Bioeconomia colidirá com sua rigidez – indispensável,

cremos, para o necessário desenvolvimento da ciência, mas cuja continuidade leva a ciência a uma abstração que ela mesma evita – e com o englobamento que realiza sobre o indivíduo.

A análise mais atenta do exercício de Foucault sobre o desenvolvimento da Economia se mostrou de grande importância a partir das leituras dos autores mais contemporâneos (sobretudo os pós-operaístas), pois muito se tornou claro o constante resgate destes de ideias relativas a “biopoder”, “biopolítica”, “disciplina” e “controle”, por exemplo. O retorno a Foucault, nesse sentido, servirá para a solidificação de uma base mínima à discussão sobre a Bioeconomia, trazendo seu significado mais óbvio: o de constituição de um controle da população pelo viés econômico.

No capítulo 4 pretende-se realizar uma continuidade da análise sobre a atual concepção da Bioeconomia, mais específica nos termos do vínculo capital-trabalho na contemporaneidade, no qual a relação entre o trabalho e a cooptação da subjetividade se torna mais próxima. Pautadas principalmente em uma exploração do *know-how* dos trabalhadores, apesar de distante em termos do tempo e da discussão principal defendida, o debate sobre a Bioeconomia e a atual concepção do trabalho deverá tecer contínuas relações junto à teoria marxiana, principalmente em relação às observações quanto às transformações percebidas no trabalhador devido à atividade laboral estafante. Apesar de diferenciados principalmente em termos do tipo de trabalho analisado – com a prevalência na contemporaneidade do trabalho imaterial –, a perspectiva marxiana em muito deverá revelar a realidade de uma Bioeconomia já deslumbrada. Sua relevância, como poderá ser visto, advém do controle, pode-se dizer, integral da vida do indivíduo.

Nesse sentido, perceber-se-á que a análise mais contemporânea sobre a Bioeconomia deverá carregar em si uma crítica sobre os delineamentos adotados pelo trabalho no século XXI, pelas formas como se dá a exploração do trabalho. Nessa seara, cita-se, por exemplo, uma extrapolação do tempo e do espaço de concessão de mais-trabalho ao capital por meio do *home office*, uma transformação da espacialidade e da temporalidade do trabalho, que passa a adquirir maior independência (e, assim, movimento) em relação ao estrito espaço de trabalho nas fábricas, conforme se percebia na sociedade salarial. Atingindo sobremaneira as relações sociais, bem como as concepções sobre o próprio trabalho, sobre a atividade e sua relevância à constituição do indivíduo, à Bioeconomia se promove o papel de revelar, enfim, a profundidade da absorção do indivíduo sob os princípios do capital. Tal análise, em verdade, deverá trazer à tona a percepção da acumulação bioeconômica como real cerne da crítica sobre a manipulação da sociedade contemporânea, especialmente no que tange ao mundo do trabalho, conforme buscaremos expor no capítulo 5.

Neste conjunto de análises coerentes ao que tomamos como significação do termo Bioeconomia, concebemos que a necessidade de um afinamento ou recorte nas discussões referentes a esta categoria deverá ser realizada. Inicialmente propondo uma imersão na categoria foucaultiana, partindo para a marxiana, tem-se que pouco a pouco o espaço do trabalho se mostrará cada vez mais claro, evidenciando um sentido velado ou pouco discutido. Enquanto parte do cotidiano do indivíduo, ao trabalho poderá se propor o papel de igual instrumento de disciplina e controle, normalizado e desfocado em sua significação ontológica. Neste percurso, promover-se-á, além de algumas considerações sobre o pensamento pós-operaiста italiano, prisma ao qual nos aproximamos ao analisar o mercado de trabalho contemporâneo, uma discussão, sobre a racionalidade neoliberal, o mundo do trabalho, a atividade em si e o seu novo caráter, conforme se verá no capítulo 6.

Por fim, encaminhando-se a uma constatação das várias formas de controle da racionalidade neoliberal sobre o trabalhador e das várias peculiaridades da mesma, como o são a importância crescente concedida ao mercado financeiro, a fragmentação dos coletivos, a importância concedida ao capital variável em oposição ao capital fixo e a emergência de uma noopolítica, buscar-se-á no capítulo 7 discutir as estratégias de resistência frente aos controles cada vez mais íntimos impostos externamente, mas que acabam por se imiscuir na concepção dos indivíduos sobre o caminho a ser trilhado pelos mesmos e no conteúdo de seus discursos. Nesse sentido, não apenas à discussão de “resistência” será concedido o devido espaço, mas também se perceberá que se mostra imperativo falar igualmente sobre “resiliência”, que, em verdade, demonstrará uma proximidade à resistência maior do que comumente se pensa.

Em conclusão, o capítulo 8 será dedicado formalmente a reflexões conclusivas sobre as resistências do mundo do trabalho contemporâneo, além da reconstrução da noção de Bioeconomia, visando, sobretudo, torná-la mais palpável aos interessados nas novas abordagens sobre o mundo do trabalho sob a ótica da subjetividade. Buscar-se-á revelar, portanto, pontos de importância sobre o entendimento das novas faces do mercado de trabalho e de cooptação do trabalhador, bem como a revelação dos modos de ação do mesmo frente a uma disciplina e a um controle muitas vezes velados ou tidos como normalizados na contemporaneidade.

A iniciar pela Bioeconomia, trazemos a princípio um aporte da Ciência Econômica que será responsável pelo caminho a ser realizado até o nó de convergência entre Economia, trabalho e perspectiva de controle, mais especificamente por meio das contribuições de Georgescu-Roegen e das interpretações de sua visão à confluência da “Bioeconomia” por nós tratada, uma dentre as “bio-economias”.

## 2 REFLEXÕES PRELIMINARES: AS BIO-ECONOMIAS

As atuais considerações realizadas acerca das transformações do mundo do trabalho se mostram, evidentemente, diferentes das percebidas ao tempo da Revolução Industrial. Com a criação e desenvolvimento de robustos códigos que melhor organizam o trabalho mediante as necessidades daqueles que empreendem tal atividade sob contrato, visando tornar justo o intercâmbio de interesses no espaço laboral, as consideradas hoje esdrúxulas formas de exploração do trabalho, tais como jornadas extenuantes, condições impróprias à realização da produção e à manutenção da força de trabalho fora do espaço de trabalho, explícitas por meio dos relatos de Marx (1980) e Engels (2010), encontram-se legalmente e, assim, **formalmente** barradas. É crível, portanto, referirmo-nos a um avanço nas conquistas trabalhistas – ao menos durante o período da sociedade salarial, que se estendeu até a década de 1980 nos países desenvolvidos e até princípios da década de 1990 no Brasil.

Apesar disso, a sistemática do capital demonstra sua eficiência e força, principalmente durante os períodos de crise, com as dificuldades do modelo de acumulação vigente. A informalidade, o empreendedorismo, a autodependência do indivíduo em relação ao mercado de trabalho, à luta pelos direitos individuais e por espaço dentro da esfera econômica, para além de serem tratadas como características pertencentes ao indivíduo na atualidade, mostram-se como condutas impostas pelo mercado à sua própria manutenção, principalmente diante de uma maior aproximação entre as nações de todo o mundo causada pela globalização. Consequências de estratégia para ajuste da economia perante a crise, portanto (AQUINO, 2008).

No presente, mercado e sujeito adotam a mesma perspectiva de sobrevivência em tempos difíceis, mas sem o conhecimento deste acerca do controle exercido por aquele sobre suas ações, especialmente econômicas. Assim, em termos de uma crise, permanece-se na superficialidade dos reais problemas econômicos ao adotá-los como naturais, passageiros, aos quais deve habituar-se, pois a entidade mercado está em constante transformação – em termos de necessidades de uma mão-de-obra especializada para a própria expansão do capital e de uma maior exploração da força de trabalho. Ainda na superficialidade dos problemas, desenrola-se uma constante necessidade do aprimoramento da capacidade de trabalhar, não mais em termos de uma capacidade ou resistência física, mas principalmente em termos do *know-how* necessário, que, vendo-se mundializado por conta do avanço da globalização, encontra-se em constante mudança. Por conseguinte, tratando-se do conhecimento, a sua vulgarização por todos os membros da sociedade através das facilidades oferecidas pela comunicação torna a concorrência entre os trabalhadores mais severa.

A constante defesa da existência de uma flexibilidade do trabalho, ao mesmo tempo que característica singular que estudiosos propõem à atividade, mostra-se limitada ao se apreender a totalidade do cotidiano. Mesmo na teoria marxiana, com a aceção do trabalho enquanto força motriz ao desenvolvimento do ser humano, a alienação da atividade torna-se sinônimo de um manto ilusório sobre a **realidade**. Ao tolher o indivíduo da atividade que historicamente o desenvolve, não apenas o papel do indivíduo para si próprio torna-se uma falsa constatação de sua atribuição enquanto ser social – e passa a ser dotado pelo papel exclusivo de vendedor de sua força de trabalho e consumidor, papéis exclusivamente econômicos, portanto –, mas também a imagem que o mundo ao seu redor adota – um mundo de oportunidades ao enriquecimento e a sociedade enquanto grupo de concorrentes em potencial (MARX, 2006).

A adoção de tal disfarce sobre a realidade, da falsa necessidade de constante crescimento e enriquecimento, da existência de uma “seleção natural” no mercado de trabalho, torna visível uma série de tratamentos de cunho econômico que dividem a sociedade em diversos aspectos, como na relação homem-meio – considerando a natureza como um todo – e nas relações de gênero, raça e nacionalidade – assim, homem-homem. O âmbito da flexibilização do trabalho, a partir da teoria marxista, demonstra assim uma grande influência sobre o indivíduo igualmente no espaço de não-trabalho.

O cenário exposto, que aglutina desde uma maior percepção sobre o indivíduo do século XXI à sua vivência em sociedade e à relação entre este e o meio, torna-se o mote essencial para se dar início a uma visão mais pormenorizada da atual situação não apenas da classe trabalhadora contemporânea, mas, enquanto tal, de toda a sociedade.

Adotando o conjunto da vida cotidiana, ou seja, não apenas o espaço-tempo do trabalho, mas também o seu complemento, o espaço e o tempo de não-trabalho (AQUINO; MARTINS, 2007), é possível perceber um aprofundamento das consequências do trabalho corrente sobre o indivíduo. Codo, Sampaio e Hitomi (1993), Dejours (1999) e Sennett (2011), por exemplo, ao se debruçarem no estudo sobre o trabalho, expõem pontos que o caracterizam como atividade que se encontra mais **próxima** ao indivíduo – por meio de uma maior identidade para com o trabalho, provocada por um caráter mais cognitivo e, com isso, pessoal do trabalho (FUMAGALLI, 2010) – e, simultaneamente, cada vez mais **distante** por exprimir uma falsa autonomia perante o controle da atividade – situação tão grave quanto a exploração mais evidente, pois torna a realidade como fator dado, imutável e, assim, aceitável. Gorz (2005) permite uma maior compreensão sobre esta exploração – que ultrapassa, ao mesmo tempo que desestrutura, as determinações da temporalidade do sujeito – indicando o sentido atual da prescrição do trabalho:

O desempenho repousa sobre sua implicação subjetiva, chamada também “motivação” no jargão administrativo, gerencial. O modo de realizar as tarefas, não podendo ser formalizado, não pode tampouco ser prescrito. O que é prescrito é a subjetividade, ou seja, precisamente isso que somente o operador pode produzir ao “se dar” à sua tarefa. As qualidades impossíveis de demandar, e que dele são esperadas, são o discernimento, a capacidade de enfrentar o imprevisto, de identificar e de resolver os problemas. (GORZ, 2005, p.18)

Com a consciência da disposição do mundo do trabalho segundo o explicado, esta pesquisa se pauta, integralmente, em uma análise sobre as formas de exploração do trabalhador geradas pela nova formatação do trabalho, que, ao se encaixarem majoritariamente, segundo a terminologia marxista, enquanto explorações de uma mais-valia relativa, passam a dotar a sobrerriqueza não mais de exclusividade sobre um tempo de trabalho excedente localizado dentro da empresa e criado durante a jornada de trabalho, mas de uma exploração que coloniza outros tempos e outros espaços da vivência humana.

Partindo a um dos ramos específicos deste trabalho, perguntar-se sobre as formas de resistência em tempos de um capitalismo dito cognitivo se mostra de grande relevância, principalmente ao serem percebidos os constantes processos de corrosão do trabalho, de desregulamentação de garantias aos trabalhadores e, enfim, de uma total manipulação da força de trabalho e de sua transformação em agente econômico em prol da manutenção do capital. Torna-se clara, mais especificamente, a necessidade de uma discussão sobre o **resistir**, sobre as condições dos trabalhadores e de seus representantes no que refere à capacidade de resistência frente a esta degradação da força de trabalho.

Dessa maneira, a representação sindical dos trabalhadores, por exemplo, ainda se coloca enquanto um relevante agente de defesa das garantias trabalhistas historicamente conquistadas, bem como revelador da essência do sistema econômico e da situação de precarização pela qual aparentemente se deixa explorar – por, enfim, não vislumbrar nenhuma outra saída – e se exaurir a classe trabalhadora. Pensa-se, neste escopo, acerca de sua importância às considerações sobre a subjetividade, pois ao buscar revelar e transformar a realidade, transforma-se e concede-se um novo olhar do sujeito sobre a realidade.

Acerca dos processos de intrusão dos traços que caracterizam o sistema capitalista contemporâneo, crê-se pertinente a inclusão nesta discussão do conceito de **Bioeconomia**. Esta categoria nos aparece não apenas como um cognome que em si resume as então características organizacionais do sistema econômico em relação ao trabalho, mas também enquanto um novo modo de se perceber a própria economia. Quer-se dizer que o conceito não apenas relata as formas contemporâneas de intrusão do trabalho – dito cognitivo – na subjetividade do sujeito,

mas nas esferas que constituem a economia *per se* – não apenas a produção, mas também o consumo, por exemplo.

O termo, em si, conforme bem destaca Sanson (2009), denota a exploração do *bios* dos agentes econômicos, a qual, diferentemente de um *bios* das demais espécies, que se limitam às necessidades imediatas, estende-se a uma subjetividade complexa, que forma valores e cria concepções da realidade a partir da existência material e que, por sua vez, se torna também transformadora do real.

A inserção da discussão sobre a categoria da Bioeconomia, para a constituição basilar da presente pesquisa, deve levar em consideração a sua construção implícita por meio da teoria foucaultiana e, em seguida, pela teoria marxiana para, por fim, alcançar os autores mais atuais que analisam, principalmente, as transformações do mundo do trabalho. Apesar de uma múltipla significação<sup>1</sup> concedida ao termo, será possível traçar uma relação entre suas definições.

Na perspectiva do trabalho, será necessário, por sua vez, indicar ideias como a de financeirização da “vida social”, conforme destaca Mendes (2012), que, por sua vez, reforçarão o discurso de Foucault sobre o “governo da vida” e o governo da sociedade. Nesse sentido, no diálogo a ser empreendido entre a categoria da Bioeconomia e a crítica ao trabalho, conceitos utilizados pela literatura corrente, tais como “trabalho imaterial”, “biocapitalismo” e “capitalismo cognitivo”, deverão se mostrar pertinentes a uma ressignificação do conceito de Bioeconomia e ao entendimento acerca das novas faces do mercado de trabalho sob o prisma da subjetividade.

Pelo sentido implicitamente aplicado à Bioeconomia segundo Foucault e explicitamente por autores mais recentes, não é possível tratá-la como um assunto que possua paralelo no discurso da Ciências Econômicas tradicional, principalmente se se pautarem as doutrinas dominantes. Apesar de em Foucault (2008a; 2008b) ser realizada uma curta epistemologia da ciência na perspectiva da disciplina e do controle, a existência de algum tipo de controle – ainda mais bioeconômico – foge ao escopo da Ciência Econômica convencional, ainda mais por se vincular claramente a uma discussão que põe em xeque o *mainstream* econômico.

---

<sup>1</sup> Conforme será visto no capítulo destinado à análise contemporânea sobre a categoria, passaremos a denominar esta “múltipla significação” de “múltipla vocabularização” da categoria, ou “multivocabularização”, de onde, portanto, é proveniente este entendimento variado sobre a mesma categoria na literatura atual.



## 2.1 A Economia sob a Biologia

Apesar da aparente inexistência de uma abordagem sobre a Bioeconomia na Ciência Econômica tradicional no sentido exposto até então, é possível localizar uma teorização sobre um significado do termo que converge, sim, a uma abordagem econômica, mais especificamente a uma crítica ao sistema econômico.

Realizada por Nicholas Georgescu-Roegen, economista que em seus estudos tendeu para uma análise sobre a Economia Ecológica e para a crítica ao crescimento desmesurado da Economia, a perspectiva bioeconômica, diversa da perspectiva a ser utilizada para os fins desta pesquisa, mas não menos importante e com possibilidades de diálogo, baseia-se em proposições realizadas pelo autor acerca de uma teoria do decrescimento.

A abordagem realizada por Georgescu-Roegen adota como passo inicial para sua análise o foco realizado pela espécie humana sobre o desenvolvimento histórico de seus órgãos **exossomáticos**, é dizer, dos meios de produção necessários que tornam a atividade humana apta ao remodelamento da matéria concedida pela natureza, visando à satisfação, inicialmente, de suas necessidades imediatas. Como que em consonância ao defendido por Engels (1999) acerca da evolução do ser humano por intermédio do trabalho e da constante necessidade de aperfeiçoamento das técnicas e meios de produção, Georgescu-Roegen, entretanto, inicia uma solidificação real da base teórica para a Economia Ecológica, destacando, posteriormente, as consequências que este desenvolvimento ininterrupto gera ao meio ambiente e, completamos aqui livremente e dentro da perspectiva marxiana, para o próprio sujeito.

[...] a humanidade descobriu um método mais rápido para evoluir através da fabricação progressiva dos corpos separáveis - ou exossomáticos - que, não fazendo parte do patrimônio genético da humanidade, são utilizados por ele em seu desenvolvimento evolutivo para superar suas próprias limitações biológicas. [...] Muitos deles são referidos por economistas como capital, feito que "inconscientemente" destaca como a visão do processo biológico, em um sentido amplo, tem uma base sólida. Georgescu-Roegen percebeu também, muito lucidamente, o conflito social associado com a posse desses órgãos exossomáticos, levando ao surgimento de desigualdades sociais significativas: os privilégios e as lutas de classe estão, portanto, intimamente ligados à produção e fruição desses órgãos exossomáticos. (CARPINTERO, 2007, introdução, p.19-20, tradução nossa<sup>2</sup>)

---

<sup>2</sup> “[...] *la especie humana halló un método más rápido de evolucionar a través de la progresiva fabricación de órganos separables - o exosomáticos - que, no formando parte de la herencia genética de la humanidad, son utilizados por ésta en su desarrollo evolutivo para vencer las restricciones biológicas propias. [...] Muchos de ellos son denominados por los economistas como capital, hecho que "inconscientemente" pone de relieve cómo la visión del proceso biológico en sentido amplio, posee un sólido fundamento. Georgescu-Roegen percibió también muy lúcidamente el conflicto social asociado a la posesión de estos órganos exosomáticos, que desembocan en la aparición de desigualdades sociales importantes: los privilegios y las luchas de clases están, pues, íntimamente unidas a la producción y disfrute de estos órganos exosomáticos.*”

Assim, adotando uma perspectiva que, sobre o funcionamento da Economia, deveria levar em conta a capacidade da biosfera, o autor se mostra como crítico ao crescimento da produção destes órgãos exossomáticos – que há muito ultrapassaram o simples papel de servirem à manutenção do indivíduo – frente à contínua constatação de exaustão dos recursos naturais, além das próprias consequências que traz ao *environment*<sup>3</sup>. A economia *standard* (GEORGESCU-ROEGEN, 2007) percebe essa limitação exposta pela capacidade física da biosfera de se autossustentar a curto prazo como sendo passível de ser solucionada por meio do mercado, através do qual duas saídas se mostrariam possíveis:

- a) com a diminuição da oferta dos bens naturais frente a uma demanda crescente destes e de seus derivados manufaturados, o alto preço com o qual passarão a ser adquiridos os recursos naturais funcionará como entrave à constância de sua utilização, estagnando a economia – uma etapa que não mais poderá ser considerada temporária, mas imperativa – caso a tecnologia não substitua estes recursos; e, relacionada a esta saída;
- b) a substituição dos recursos naturais por outros fatores de produção, como capital e trabalho, conforme destaca o autor.

O problema evidente da teoria econômica *standard*, de cunho utilitarista, destaca-se pela consideração dos recursos naturais enquanto meios facilmente repostos a curto prazo, a ponto de que não existirão potenciais consequências ao nível de exaustão dos recursos – e, com isso, à própria humanidade –, além de considerá-los como sendo factíveis de serem substituídos por mais capital ou mais trabalho. Utilizando-se do discurso dos economistas que coadunam com este posicionamento, Georgescu-Roegen (2012, p.75) interpreta a defesa supracitada: mediante o processo de equilíbrio no mercado, com as forças da oferta e demanda, “[...] o mundo econômico sempre retorna às condições iniciais. Uma inflação, uma seca catastrófica ou um *crash* na Bolsa não deixam absolutamente marca alguma na economia. A reversibilidade é a regra geral, exatamente como em mecânica”. A substituição dos recursos naturais por mais trabalho ou capital, conforme busca executar a função de produção Cobb-Douglas<sup>4</sup>, levará à

---

<sup>3</sup> A utilização do presente termo torna mais coerente o discurso sobre o meio ambiente ao englobar, em seu significado, dos micro-organismos aos organismos mais complexos, bem como da matéria viva aos seres abióticos.

<sup>4</sup> Expressa pela equação  $Q = K^\alpha H^\beta L^\gamma$ , na qual Q = quantidade de produto, K = quantidade de capital, H = quantidade da força de trabalho e L = quantidade de recursos naturais, sendo  $\alpha, \beta, \gamma > 0$  e  $\alpha + \beta + \gamma = 1$ . Depreende-se de seu formato que a produção poderá manter-se constante mesmo com a redução de uma das variáveis independentes, desde que haja aumento em outra. Neste raciocínio, a quantidade de produto poderá se manter constante ou até mesmo aumentar diante de uma diminuição dos recursos naturais e aumento das outras variáveis, trabalho e capital. A função comumente é adotada como estando a variável Q dependente apenas das variáveis trabalho e capital, considerando as demais variáveis (neste caso, K,  $\alpha$ ,  $\beta$ ,  $\gamma$ ) como sendo estabelecidas pelo nível da tecnologia.

**utilização de mais recursos naturais**, caso seja empreendido um maior emprego de capital, e a uma **“economia imaterial” insustentável**, no caso de maior utilização de trabalho. Desta forma, a simples substituição dos recursos naturais como forma de minimizar ou suspender o vilipêndio sobre a biosfera se torna ineficiente, cabendo como verdadeira forma de arrefecer os problemas naturais, evidentes no século XXI, uma mudança de paradigmas econômicos.

É desta forma que, para o autor, a Bioeconomia se caracteriza como uma perspectiva coerente ao funcionamento da Economia, visto sua vinculação estrita com a biologia. Na introdução da segunda edição de “O Decrescimento: Entropia, Ecologia, Economia”, é deixado claro que Georgescu-Roegen “vincula, à biologia evolutiva, a Bioeconomia – que não é, de forma alguma, um reducionismo genético comparável à sociologia – porque simplesmente a atividade econômica é a continuação da evolução biológica por outros meios, não endossomáticos, mas exossomáticos” (GRINEVALD; RENS, 2012, p.24):

É, aliás, diversamente interpretado, mas, aqui, corresponde à ideia de que o processo econômico tem raízes biológicas; e à perspectiva de uma integração do processo econômico na problemática da evolução e do funcionamento da Biosfera, da qual fazemos irremediável parte como seres vivos. (GEORGESCU-ROEGEN, 2012, p.40)

A segunda transformação [que a evolução exossomática imprimiu na espécie humana] reside na dependência do homem em relação a seus instrumentos exossomáticos - um fenômeno análogo ao do peixe-voador que se tornou dependente da atmosfera e transmutou-se em ave para sempre. É por causa dessa dependência que a sobrevivência da humanidade apresenta um problema totalmente diferente do de outras espécies, pois ele não só é biológico nem só econômico. É bioeconômico. (GEORGESCU-ROEGEN, 2012, p.116)

Mediante a identificação relacional do sujeito com a materialidade que ele mesmo constitui como sendo bioeconômica, o autor propõe um **programa bioeconômico mínimo** que, em si, pautaria o real modelo de desenvolvimento da humanidade frente ao desvelar de uma realidade que leva em conta os aspectos biológicos – da natureza, da matéria e do ser – e econômicos – com o desenvolvimento do ser humano a partir da modificação do meio, especialmente com a criação dos órgãos exossomáticos.

Nas pautas defendidas por Georgescu-Roegen claramente se identifica um caráter contrário ao “crescimento pelo crescimento”, visando igualmente desmistificar a fantasia existente sobre o consumo e a tecnologia: fim da produção bélica; “redistribuição” do desenvolvimento econômico por meio do apoio às nações subdesenvolvidas; utilização da agricultura orgânica e, com isso, diminuição progressiva da população mundial; redução da utilização de energia, principalmente a vinculada ao uso de combustíveis fósseis e demais processos que podem denegrir o meio; redução do consumismo (na qual se inclui a extinção da fantasia criada pela moda e da massificação de novos hábitos e necessidades que a mesma

propaga) e do desenvolvimento exacerbado de algumas tecnologias; e o reaproveitamento das mercadorias visando diminuir tanto a quantidade da produção quanto a de resíduos produzidos (GEORGESCU-ROEGEN, 2012).

A análise de Georgescu-Roegen, em si, possui sua importância e relevância à constatação dos problemas contidos na corrente econômica dominante. Na perspectiva microeconômica, na qual se identifica a herança utilitarista, a Economia tradicional claramente expressa a irrelevância concedida ao tratamento dos recursos naturais e de sua escassez, colocando a Ciência Econômica, assim, em divergência a um conhecimento mínimo sobre a natureza e a biosfera. Na perspectiva macroeconômica, da mesma forma, expressa-se o cálculo das transações realizadas no âmbito interno e externo às nações, banalizando, portanto, a mesma interpretação percebida no nível microeconômico.

Apesar disso, em relação à categoria trabalho, a teoria exposta e a própria noção de Bioeconomia de Georgescu-Roegen possui sérias limitações ao ser identificada como fazendo parte de uma corrente heterodoxa da Economia, inserindo-se enquanto vertente de crítica ao capitalismo. No cerne principal que constitui a ciência, mostra-se ausente uma visão sobre tal atividade – o trabalho –, sobre as formas de exploração e, inclusive, fator este que em muito tornaria convergente a crítica sobre a organização contemporânea do trabalho ao abuso dos recursos naturais, a fantasia criada sobre a mercadoria – o fetichismo. Identificando o problema sobremaneira nos extremos do processo produtivo (extração de recursos naturais e distribuição das mercadorias), desta forma, a categoria da Bioeconomia expressa pelo autor – mas, deve-se frisar, ao vinculá-la às nossas aspirações – mostra-se claramente limitada.

## **2.2 A Biologia sob a Economia**

Estabelecendo como um dos objetivos específicos desta pesquisa a ressignificação da categoria Bioeconomia devido à importância que sua emergência poderá demonstrar aos estudos sobre o trabalho, desde o campo da Ciência Econômica ao campo da Psicologia Social, a exposição do termo a partir de sua concepção mais ampla nos levou a realizar ligações possíveis entre a utilização corrente do termo (a de Georgescu-Roegen) na área da própria Ciência Econômica e os novos moldes de uma Bioeconomia adequada à visualização da contemporaneidade, mais especificamente do trabalho e do capital, estando ligada às discussões sobre subjetividade e às novas relações sociais constituídas a partir do trabalho.

Em outras palavras, é dizer: nas relações entre a esfera econômica e a “esfera biológica do mundo”, a aplicação de um dito “programa bioeconômico” entre **o meio e a atividade econômica** não se mostra da mesma forma ao se considerar a relação entre **a atividade econômica e a sociedade – um bios singular**. Neste último caso, revelando-se o caráter de exploração quase maquínica da organização político-econômica neoliberal sobre o indivíduo, a consideração de uma **Bioeconomia** carrega em si, ao contrário do que foi visto em Georgescu-Roegen, um sentido de exploração do íntimo do indivíduo, da subordinação integral do *bios* humano – desde o corpo e a mente às concepções e aos valores desenvolvidos – às necessidades do capital. Neste aspecto é que Costa<sup>5</sup> (2010, p.25) bem aponta esta mudança, partindo de uma concepção “vulgar” da Bioeconomia à convergência sobre sua nova significação:

Talvez sejam essas estratégias que devemos chamar de bioeconomia, para além do campo restrito das manipulações genéticas de vegetais e animais para fins produtivos que marcam esse conceito. Com a dobra da sustentabilidade, passamos a entender a bioeconomia como as estratégias específicas de uma economia que tem como objeto a vida e suas condutas de consumo, satisfação, prazer, gosto e saúde. Ou seja, todo o campo de condutas em que o indivíduo é levado a refletir sobre sua relação a si, sobre a forma como deve decidir, sobre suas escolhas que afetam seu próprio corpo, sua própria vida, seus gostos e desejos. Enfim, todo o campo que exige dos indivíduos um cálculo, um raciocínio a respeito de como agir em função de algo que o afetará diretamente.

Apesar disso, um fator de diálogo entre as bio-economias pode ser justificado pela presença do **controle** em ambas, ainda que com características distintas. Controle da Economia sobre a Biologia, de um lado, e controle da nova organização econômica sobre a sociedade – na qual a Bioeconomia se pautará como categoria de conscientização da realidade e, com isso, de crítica em si –, de outro.

Repousa na última consideração sobre a Bioeconomia, que se manifesta como forma de acumulação do capitalismo contemporâneo (FUMAGALLI, 2010) e no desenvolvimento da relação deste com o indivíduo que trabalha, o foco deste estudo. Conforme transparece Fumagalli, é sob o desenvolvimento de um capitalismo dito cognitivo que se faz emergir este mesmo termo:

À tradicional divisão do trabalho por tarefas é adicionada a divisão dos conhecimentos e das habilidades, aumentando o grau de sujeição do(a) trabalhador(a) aos tempos do processo produtivo. Esta sujeição não é imposta de forma disciplinar ou através de um comando direto, na maioria das vezes é introyetada por formas de condicionamento e controle social. O individualismo contratual que é derivado dessa situação compõe o quadro institucional jurídico, no qual o processo de emulação e competitividade individual tende a se tornar a linha mestra do comportamento laboral. Toda a vida é sujeita à produção: da subsunção formal do taylorismo se passa para a subsunção real

---

<sup>5</sup> Da mesma forma temos que Fumagalli (2010a) e Useche (2012), por exemplo, também percebem este “giro semântico” da significação concedida à Bioeconomia.

da economia flexível. Da economia se passa à bioeconomia. A exploração aumenta e já não tem a ver apenas com o tempo de trabalho (que não é preciso dizer, se alonga), mas também e acima de tudo com o tempo de vida. (FUMAGALLI, 2010, p.254-255, tradução nossa<sup>6</sup>).

Conforme destacado, a Bioeconomia aparece enquanto ferramenta do próprio sistema produtor de mercadorias à sua reprodução<sup>7</sup>. Entretanto, mais do que a exploração voltada ao esforço físico e limitada ao espaço formal de trabalho, o capital passa a absorver o indivíduo por meio da cooptação da subjetividade, fator através do qual a Bioeconomia se mostra associada, mas não exclusivamente, ao trabalho imaterial (FUMAGALLI, 2010). Nesse sentido, além da nomeação de capitalismo cognitivo (FUMAGALLI, 2010), pode-se falar também de um capitalismo manipulatório (ALVES, 2011a, 2011b), este envolvendo um caráter mais integral sobre a complexidade do indivíduo – física e mental – e suas relações sociais.

Em relação a estas classificações, compreende-se que o sistema econômico pode ser entendido enquanto uma mescla de ambas: ao mesmo tempo que um sistema de formação de novos valores e comportamentos que coadunam à “construção” de uma nova subjetividade, o mesmo passa a exercer um controle sobre o indivíduo, seja em termos do mercado de trabalho, seja em relação à própria desfragmentação da vida “privada”, dentro da qual se destacam o desgaste dos laços relacionais, “fetichizados” enquanto relações de cunho estritamente econômico, e o próprio desgaste do conjunto familiar, no qual se torna difícil o prolongamento de narrativas sustentáveis (SENNETT, 2011).

### **2.3 Bioeconomia e trabalho: um olhar inicial sobre a representação e a resistência dos trabalhadores**

No mundo do trabalho, o âmbito da Bioeconomia se mostra multifacetado, principalmente ao serem comparados os novos tempos do século XXI com a sociedade salarial, organização característica à realidade socioeconômica sob o comando do modelo de produção taylorista-fordista. Apesar da defesa de que processos de apreensão da cognição humana por

---

<sup>6</sup> “A la tradicional división del trabajo por tareas se le añade la división de los saberes y de las competencias, aumentando el grado de sujeción del y de la trabajador/a a los tiempos del proceso productivo. Esta sujeción no se impone ya de forma disciplinaria o por medio de un mando directo, la mayor parte de las veces es introyectada a través de formas de condicionamiento y de control social. El individualismo contractual que se deriva de esta situación compone el marco institucional jurídico, en el que el proceso de emulación y de competitividad individual tiende a convertirse en la línea maestra del comportamiento laboral. Toda la vida es plegada a la producción: de la subsunción formal del taylorismo se pasa a la subsunción real de la economía flexible. De la economía se pasa a la bioeconomía. La explotación aumenta y ya no tiene que ver únicamente con el tiempo de trabajo (que huelga decirlo, se alarga) sino también y sobre todo con el tiempo de vida”.

<sup>7</sup> Tais percepções sobre a Bioeconomia construídas por nossa análise deverão ser rediscutidas em etapas posteriores.

parte do capital são percebidos no mundo do trabalho desde a emergência de formas anteriores de organização do trabalho (FUMAGALLI, 2010), é no mundo hodierno que a temática ganha maior destaque, sendo o processo de acumulação pautado principalmente no presente tipo de exploração da subjetividade – mais especificamente do conhecimento.

Nesse sentido, abre-se um parêntese quanto ao papel (bem como à relação que possui com o trabalhador) dos sindicatos enquanto grupo representante dos ideais trabalhistas e, assim, reduto clássico de resistência às diversas formas de exploração do trabalho. Historicamente dotados de um posicionamento que possibilitava o devido diálogo frente às empresas, a representação dos trabalhadores começa a sofrer intensas debilidades em sua função de defesa das garantias trabalhistas, devido sobretudo às novas características impostas ao trabalho na atualidade, deflagrando uma perda da capacidade de resistir dos trabalhadores e mudanças limitadoras no leque de ações do sindicato. Possibilidade de **resistência**, desta forma, que tende a tornar-se **resiliência**, tanto no âmbito dos trabalhadores quanto das representações sindicais.

A problematização dos sindicatos pode ser percebida por um duplo viés: o primeiro, que podemos considerar como “externo”, envolve as transformações que acontecem no próprio mercado de trabalho e que, corroborando ao desenvolvimento de novos valores e comportamentos, acaba gerando uma nova perspectiva sobre a representação dos ideais do indivíduo a partir de um grupo externo. Nesse sentido, Fumagalli (2010) aponta um fator significativo de desconstrução do próprio ideal do sindicato na qualidade de força coesa: enquanto trabalho cognitivo e flexibilizado, a representação desta singular atividade, mediante a própria singularidade do indivíduo, que a “domina”, cabe ao próprio indivíduo, e não a um grupo externo. Segundo o autor, “a flexibilidade da autorrepresentação tende a privilegiar as especificidades de cada situação e torna difícil uma visão sistêmica. É, no imediato, a representação da diferença e não das diferenças” (FUMAGALLI, 2010, p.312, tradução nossa<sup>8</sup>). E continua:

A multiplicidade das realidades subjetivas, favorecida pelo processo de fragmentação e individualização da relação de trabalho, induz à autorreferência: frequentemente a própria situação específica (laboral, de vida, existencial) é considerada paradigmática da visão sistêmica. Isso gera a contradição entre especificidade (localismo) e sistematicidade (generalidade - complexidade). Esta contradição produz tensões centrífugas que podem se expandir até causar a destruição da rede como forma de organização da representação. (FUMAGALLI, 2010, p.312, tradução nossa<sup>9</sup>).

<sup>8</sup> “La flexibilidad de la autorrepresentación tiende a privilegiar las especificidades de cada situación y hace difícil una visión sistémica. Es, en lo inmediato, la representación de la diferencia y no de las diferencias”.

<sup>9</sup> “La multiplicidad de las realidades subjetivas, favorecida por el proceso de fragmentación e individualización de la relación de trabajo, induce a la autorreferencialidad: frecuentemente, la propia situación específica (laboral, de vida, existencial) es considerada paradigmática de la visión sistémica. Esto genera la contradicción entre especificidad (localismo) e sistematicidad (generalidad – complejidad). Esta contradicción produce tensiones

Por outro lado, a segunda influência, que consideramos “interna” à organização sindical, se dá pela desestruturação do sindicato por meio de vias próprias à empresa, que apresenta, mediante as inúmeras possibilidades de subcontratação da mão-de-obra, a oportunidade de gerar uma maior influência e coerção sobre os sindicatos, fazendo com que estes não mais lutem pela manutenção dos direitos trabalhistas ou por melhores condições, mas sim pela possibilidade de negociação sobre a quantidade de demitidos em períodos de crise financeira e sobre os direitos trabalhistas, que começam a ser tolhidos. Dadas essas condições deste novo sindicalismo, torna-se consequente uma diminuição do número de sindicalizados. Assim, vislumbra-se uma limitação das ações e uma resignificação do cerne da representação sindical.

Frente a esta modificação da representação – da heterorrepresentação – reivindicatória dos sindicatos – que passa a ser esfacelada em uma autorrepresentação –, apesar de não ser generalizada, Antunes (1998, p.25) passa a denominar a ação de alguns sindicatos como “sindicalismo de empresa, o sindicato-casa, atado ao ideário e ao universo patronal”. Corroborando à perspectiva de Fumagalli (2010) sobre o âmbito externo aos sindicatos, Antunes esclarece:

[...] um outro elemento decisivo no desenvolvimento e expansão da crise sindical é encontrado no fosso existente entre os trabalhadores ‘estáveis’, de um lado, e aqueles que resultam do trabalho precarizado etc., de outro. Com o aumento desse abismo social no interior da própria classe trabalhadora, reduz-se fortemente o poder sindical, historicamente vinculado aos trabalhadores ‘estáveis’ e, até agora, incapaz de aglutinar os trabalhadores parciais, temporários, precários, da economia informal etc. com isso, começa a desmoronar o *sindicalismo vertical*, herança do fordismo e mais vinculado à categoria profissional, mais corporativo. Este tem se mostrado impossibilitado de atuar como um *sindicalismo mais horizontalizado*, dotado de uma abrangência maior e que privilegie as esferas intercategoriais, interprofissionais, por certo um tipo de sindicalismo mais capacitado para aglutinar o *conjunto* dos trabalhadores, desde os ‘estáveis’ até os precários, vinculados à economia informal etc. (ANTUNES, 1998, p.61-62)

Desta maneira, em tempos de capitalismo cognitivo, no qual a alienação do sujeito, principalmente no âmbito do trabalho, mostra-se cada vez mais introjetada como normalidade à qual se deve adequar-se, perguntar-se sobre as formas de resistência dos trabalhadores (se existem), coletivas e individuais, diante dos processos de corrosão do trabalho, de perda de garantias e de uma total manipulação da força de trabalho, mostra-se de grande relevância.

Mediante a inserção da Bioeconomia no contexto neoliberal, realizando uma perspectiva sobre a Economia que vai para além da desregulamentação do mercado, de políticas de

---

*centrífugas que pueden dilatarse hasta causar la destrucción de la red como forma de organización de la representación”.*



desestruturação do trabalho e das forças que representam a classe trabalhadora, como é o caso dos sindicatos, a análise do termo se mostra de grande importância para o entendimento da construção sobre um trabalhador **flexível** e, para além, sobre um indivíduo **flexibilizável**.

A constituição de uma nova subjetividade a partir de um comportamento individualista – senão egocêntrico (BENDASSOLLI, 2000) – e competitivo, de uma nova organização e ética do trabalho e, devemos pontuar, de um novo tratamento perante o tempo e o espaço, aprofundam a temática a partir do trabalho. Em relação ao trabalho cognitivo e sua respectiva produção imaterial, igualmente imperceptíveis se tornam as amarras do trabalho sobre o indivíduo, agindo não apenas na desregulação de sua realidade visível, mas também na sua “percepção da realidade íntima”, operando sobremaneira na desconstrução dos laços de solidariedade e na quebra da já tênue linha que dividia o tempo e o espaço do trabalho e do não-trabalho.

Com isso, **o objetivo principal desta pesquisa se baseia na ideia, sob a perspectiva da Bioeconomia, da percepção sobre as transformações do mundo do trabalho na contemporaneidade, com ênfase no espaço concedido à subjetividade e as possíveis formas de resistência dos indivíduos frente à desregulação do mercado de trabalho.** Sendo mais pragmático, pergunta-se: diante de uma percepção da dinâmica econômica contemporânea enquanto **bioeconômica**, como se dá o entendimento sobre o mundo do trabalho a partir do âmbito da subjetividade?

Para o cumprimento desta reflexão, o presente trabalho propõe um caminho teórico baseado em dois grandes desenvolvimentos – delineados até então e condensados abaixo:

- a) análise sobre a Bioeconomia, na qual, utilizando-se da contribuição de Foucault e caminhando rumo a uma interpretação mais contemporânea da categoria, espera-se constituir uma ressignificação do termo, aplicando-a à área do trabalho. Este primeiro passo será de grande valia ao se entender a emergência do termo como contribuição não apenas à Psicologia Social do Trabalho, mas também à Ciência Econômica de viés mais heterodoxo, da qual resgatamos a ótica marxiana. É importante salientar que, enquanto categoria em boa parte baseada na conceituação foucaultiana, sua interpretação em muito deverá dialogar com os conceitos de disciplina e controle, bem como biopolítica e biopoder. À respectiva parte serão dedicados, além do presente capítulo enquanto inicial, os capítulos 3 ao 5;
- b) análise sobre as transformações ocasionadas pela racionalidade neoliberal sobre o trabalho e o mercado como um todo e sobre as formas de resistências utilizadas pelo trabalhador. Esta etapa buscará um entendimento acerca das ações dos trabalhadores

frente às intempéries geradas pelo capital e de sua transformação, bem como limitação, ao se ver inserida em um cenário de imaterialidade do trabalho e de desarraigamento do sentido de classe na atualidade e, com isso, de um distanciamento expressivo dos trabalhadores na ação política do espaço laboral. Salienta-se o resgate, nesta etapa, da ótica marxista do pós-operarismo italiano. A esta parte serão dedicados os capítulos 6 e 7.

Passando pela noção de disciplina, deverá ser dado ensejo mais diretamente aos dispositivos de segurança paralelos a esta. Deve-se salientar, entretanto, seguindo a articulação do dispositivo de disciplina apontada por Mansano (2009, p. 32), que a disciplina já delineada pelo presente trabalho, evitando um prolongamento de uma temática que não é central, baseia-se na estratégia “que procurava esquadrihar e qualificar a existência do indivíduo, atenta principalmente ao seu comportamento, promovendo a aquisição de habilidades e utilizando-se das práticas presentes nas diversas instituições”. A estratégia mais conhecida, plenamente visível, baseia-se na “disposição arquitetônica”, na estrutura física das instituições – emblematicamente discutida por Foucault (2002; 2009) sob o modelo do Panóptico.

Estabelecido, desta forma, a explicação acerca do percurso metodológico, seguir-se-á à análise de Foucault e à sua visualização sobre a Economia Política. Como poderá ser percebido no decorrer do próximo capítulo, a uma análise mais pormenorizada de suas contribuições coube a extração de certa compreensão sobre a Bioeconomia, circundada por entendimentos sobre poder e controle.

### **3 O DESENVOLVIMENTO DE UMA BIOECONOMIA EM FOUCAULT: GOVERNAMENTALIDADE, ECONOMIA POLÍTICA E CONTROLE**

Como frisado, a primeira parte desta pesquisa planeja tornar a Bioeconomia mais próxima ao debate atual sobre o trabalho. Mostrando-se um conceito difuso na literatura como um todo, fez-se uso de uma gradação na percepção da Bioeconomia até a sua escassa utilização contemporânea, partindo da desconstrução das análises visando alcançar as principais referências ao tema. Deve ser dito, entretanto, que esta mesma gradação não se baseou em uma ordem cronológica dos autores aqui utilizados, mas, sim, em um afunilamento de possíveis significações advindas destes, partindo do aporte da Economia ao âmbito do trabalho enquanto categoria de discussão sobre o controle. Ademais, a análise da utilização do termo em seus mais diversos sentidos se mostrou coerente por demonstrar uma característica comum, a saber, a relação entre a economia e a complexidade do *bios*.

Deslocando-nos da percepção da Biologia e de sua relação com o crescimento econômico, seguindo à relação entre Economia Política, disciplina e controle da população pelo governo e culminando em uma visão do mundo do trabalho, o termo transparece em si o desenvolvimento do biológico frente à organização social, política e econômica capitalista. Deste modo, o intuito deste trabalho não deverá se inserir naquilo que Ramminger e Nardi (2008) caracterizam como distorções e confusões sobre conceitos que possuem definições diversas em contextos diferentes, expondo-os sem nenhuma importante vinculação e, assim, contribuição ao seu estudo. O diálogo promovido por diferentes significações, conforme se perceberá, é eloquente ao entendimento da realidade econômica – mais especificamente em relação ao trabalho –, e suas vinculações, claras, conforme exposto anteriormente.

Nesse sentido, a partir da percepção foucaultiana, adentra-se às considerações de uma Bioeconomia voltada ao controle sobre a população, a uma mescla entre os interesses, inicialmente, do governante sobre o crescimento de si, passando ao controle do conjunto dos indivíduos visando a manutenção do poder.

A estruturação da ideia de Foucault não se mostrou evidente no decorrer de seus textos, cabendo a uma leitura mais atenta de seus estudos sobre o desenvolvimento do Estado e sobre o surgimento da Economia Política o percurso a um melhor desenvolvimento do conceito. Todavia, ressalta-se que, apesar de ter sido em Foucault, com suas discussões sobre controle e disciplina, que encontramos o subsídio necessário para o desenvolvimento mais pormenorizado do conceito, esta pesquisa não deverá abordá-lo paulatinamente nem adentrar de maneira profunda em seus pormenores. Foi a partir da perspectiva atual na qual se faz a reflexão sobre

a sociedade, bem como com a literatura contemporânea que perpassa pelo debate acerca da categoria Bioeconomia, que a visão de Foucault viabilizou uma construção condizente com o ponto de vista que será explicitado. Este capítulo, desta maneira, será de fundamental importância enquanto intermediador entre uma concepção biológica e uma concepção social da Bioeconomia, estando já em sua construção considerações acerca do controle integral da instituição “empoderada” sobre os indivíduos, desde as variáveis estatísticas e que comumente expõem o funcionamento do organismo social – taxas de natalidade e de mortalidade, fluxos migratórios, por exemplo – aos comportamentos coletivos e individuais.

A percepção da construção da Bioeconomia em Foucault, na compreensão que será aqui apresentada, se dá de maneira velada por meio de sua menção às considerações caracterizadas como bioeconômicas de Malthus, economista do século XVIII-XIX, presente em “Segurança, Território, População” (2008a)<sup>10</sup>. Em Malthus é possível vislumbrar uma perspectiva diferenciada acerca da relação entre a economia e a sociedade, segundo a qual, em sua obra “Ensaio sobre a população”, a camada menos abastada da sociedade se mostraria como um percalço ao desenvolvimento econômico (inglês, no caso de Malthus), pois esta mesma parcela da população apresenta uma capacidade inconsequente de reproduzir-se mesmo mediante a ausência de condições mínimas à manutenção da vida. É dizer que a população, devido a esta camada, encontra-se em constante processo de crescimento, enquanto a economia torna possível um aumento das condições de subsistência aquém do necessário (MALTHUS, 1996). É dizer, portanto, que a economia e sua abordagem sobre a natureza se conformam enquanto base à sustentação da população: **um “problema de Bioeconomia”**, conforme discute Foucault:

Mas, afinal de contas, que o problema da população ainda é, no fundo, o problema central de todo o pensamento da economia política até o próprio século XIX, prova-o a célebre oposição Malthus-Marx, porque, afinal de contas, onde está a linha que os divide a partir de um fundo ricardiano que é absolutamente comum a ambos? Está em que, para um, Malthus, o problema da população foi essencialmente pensado como um problema de bioeconomia, enquanto Marx tentou contornar o problema da população, mas para voltar a encontrá-la sob a forma propriamente, não mais bioeconômica, mas histórico-política de classe, de enfrentamento de classes e de luta de classes. (FOUCAULT, 2008a, p.101)

---

<sup>10</sup> Importante salientar que a referência a aspectos bioeconômicos também se mostra presente na obra “Vigiar e Punir” (2009), mas, com as propostas aqui buscadas, percebe-se uma maior relevância em sua abordagem a partir de “Segurança, Território, População” (2008a). Para todos os fins, naquela obra faz-se referência a “equilíbrio bioeconômico” (FOUCAULT, p.49, 2009) como âmbito sobre os quais impactam os suplícios, sendo, assim, uma alusão do termo arraigada, talvez, a aspectos convergentes ao entendimento de Georgescu-Roegen sobre as relações com a “natureza” – relacionadas ao meio ou à essência humana –, diferenciadas, desta forma, sob a ótica de cada autor.

Foucault expõe que na perspectiva marxiana o problema não estaria na população em si, mas sim na constituição da mesma, na qual classes divergentes estariam em constante conflito. Classificar a população como problema principal da teoria marxiana seria, com isso, ir basicamente contra sua tese da luta de classes. Apesar disso, seguindo as explanações acerca de um controle bioeconômico, é possível vislumbrar em Marx, sim, as estratégias adotadas pelo capital na disciplina e vilipêndio da força de trabalho, ou melhor, da classe trabalhadora.

Nesse momento, pauta-se, de outra maneira, a crítica presente em Georgescu-Roegen (2007, 2012), conforme discutido anteriormente, já que envolve aspectos concernentes à capacidade da natureza e, em específico, ao uso realizado deste pela Economia. Entretanto, ao mesmo tempo em que se acusa a Malthus o discurso bioeconômico, percebe-se em Foucault o desenvolvimento de uma genealogia dos mecanismos de controle sobre a população, a qual, no desenrolar de sua análise, poderemos entender como uma Bioeconomia autêntica, consonante às ideias que nortearão esta pesquisa. O desenvolvimento de uma “Bioeconomia sob traços foucaultianos” é fruto do desenvolvimento do governo e das formas de governar, que encontram na Economia, a “ciência de governo do lar”, inicialmente sua base de ação e posteriormente seu complemento de ação.

### **3.1 Da circularidade do poder à disciplina da população**

A abordagem extraída da visão de Foucault deverá levar em consideração categorias discutidas pelo autor, tais como biopoder, biopolítica e controle, por exemplo. Desta maneira, entendendo que o percurso para se chegar à nossa categoria de estudo deverá levar em consideração o campo de inserção desse autor, faz-se necessário um trilhar gradual e claro de suas análises, sobretudo daquelas presentes na obra “Segurança, Território, População”.

Seguindo o delineamento analítico de Foucault (2008a), aponta-se para um dos principais aspectos ao redor do qual será desenvolvida a presente obra e discutida a construção dos vários âmbitos da sociabilidade humana: o biopoder, “as formas pelas quais aquilo que, na espécie humana, constitui suas características biológicas fundamentais, vai poder entrar numa política, numa estratégia de política, numa estratégia geral de poder” (FOUCAULT, 2008a, p.3). Para fins de interpretação, Foucault considera, enquanto base metodológica e, pode-se dizer, epistemológica, que seu funcionamento gira em torno de sua própria manutenção, preservação e continuidade, é dizer, o poder pelo poder. Indicando o contraponto entre a realidade da Idade Média e o Estado Moderno, frisa-se que é no primeiro caso que encontramos o poder do governante, inserido em um regime de soberania, agindo à própria conservação. Por

outro lado, é apenas com o erguer do Estado Moderno que, percebendo a população como verdadeiro sujeito de desenvolvimento da nação, o biopoder se pulverizará ainda mais, mantendo sua influência em forma de políticas, principalmente de cunho econômico, de controle da população através dos indivíduos que a constitui. Ademais, segundo o autor, é sobre o biopoder que a constituição da sociedade se pauta, a partir do qual as relações pertencentes ao ser humano social, como sexuais, familiares e produtivas, são construídas e, com a circularidade inerente ao biopoder, explicadas. Por meio deste ponto de partida, conforme aponta, é factível realizar uma análise global da sociedade.

Nesta seara, Foucault discernirá acerca dos dispositivos presentes nas relações exercidas pelos **detentores de um poder socialmente identificado**. Facilmente se poderão entender os fatores que, na base, constituem um biopoder a partir das formas de soberania existentes na Idade Média. Identificada principalmente por meio de leis e decretos, provenientes tanto do poder absoluto dos governantes quanto do clero, a **segurança**, a partir de seus dispositivos, se pauta em um domínio sobre o território visando o entendimento e o eficiente jugo dos acontecimentos presentes em seus limites.

Nesse cenário, a população, ainda não identificada em um primeiro momento enquanto “sujeito” de importância, aparece-nos como forma sobre a qual o fortalecimento do soberano e das demais forças correlatas ao Estado absoluto se fundamentam, daí seu caráter circular. Esse meio de fundamentar os poderes das principais instâncias da sociedade se dá principalmente a partir da disciplinarização da população, ou melhor, da disciplina exercida sobre os corpos, levando em conta sua melhor utilização ao soberano e a punição como melhor forma de tornar real e exemplar a disciplina – como destaca Foucault (2009) no exemplo do suplício e como sintetiza na ideia de “deixar viver e fazer morrer” o tratamento concedido pelo governador aos indivíduos da população (FOUCAULT, 2005).

Em relação às formas de assegurar o funcionamento da malha social, política e econômica (esta última ainda percebida estritamente pelo enriquecimento proveniente de uma utilização ótima do poder), identificam-se os mecanismos disciplinares e os dispositivos de segurança como ferramentas que, ao mesmo tempo que moldam um grupo, exacerbam os interesses do(s) governante(s). Foucault (2008a) faz questão de indicar, entretanto, que as ferramentas assim identificadas não apresentariam um comportamento sequencial, nas quais, como aparenta na sequencialidade de sua escrita, à lei, que decreta o aceitável e o proibido, seguir-se-iam os mecanismos disciplinares, que agem na forma de técnicas de vigilância e correção, prescrição e castigo; e estes, por sua vez, seriam seguidos pelos dispositivos de segurança, tecnologias que visam mediar o indivíduo entre o que é de interesse do governante

ou não, estabelecendo limites à realidade possibilitados pela própria realidade. Este pensamento linear mostrar-se-ia equivocado; pelo contrário,

[...] vocês têm série de edifícios complexos nos quais o que vai mudar, claro, são as próprias técnicas que vão se aperfeiçoar ou, em todo caso, se complicar, mas o que vai mudar, principalmente, é a dominante ou, mais exatamente, o sistema de correlação entre os mecanismos jurídico-legais, os mecanismos disciplinares e os mecanismos de segurança. (FOUCAULT, 2008a, p.11)

Nesse sentido, Foucault identifica a segurança como “uma certa maneira de acrescentar, de fazer funcionar, além dos mecanismos propriamente de segurança, as velhas estruturas da lei e da disciplina” (FOUCAULT, p.14, 2008a), daí a ausência de uma absoluta sequencialidade.

No vislumbrar dos entendimentos concernentes à **disciplina** e à **segurança**, apesar de aparentemente antagônicos, das quais a primeira se estabelece na circunscrição de um espaço no qual seu poder se daria de forma ampla, estabelecendo as ações e os comportamentos aceitáveis pelo governante, enquanto que a segunda conota uma ideia de liberdade nas ações e na circulação de mercadorias (força de trabalho, mercadorias, moeda), desde que inseridas dentro certos limites considerados seguros à manutenção do poder (assim, frente à necessária liberdade dos indivíduos, uma limitação do campo de ação do soberano), ambas as ferramentas denotam uma ideia de controle sobre o território e a população, não sendo de todo coerente realizar uma divisão incontestada acerca dos campos de ordenamento absolutos sobre os quais cada uma “domina” (FOUCAULT, 2008a). Entretanto, traçando entendimentos possíveis entre as ferramentas, Archela (2013, p.22) destaca que, enquanto a disciplina atua em um “espaço vazio”, sendo artificial e mantendo-se na qualidade de um controle que segue os interesses do governante, os dispositivos de segurança “se apoiavam em dados materiais do corpo social para maximizar os elementos positivos e minimizar os negativos”, baseando-se, enfim, na estatística como meio de tornar nítidos tais elementos, como se discutirá mais à frente.

O que se aponta como sendo o princípio de ação dos dois dispositivos, e é de importância salientar isso, principalmente ao se fazer emergir a relevância da população, são os **detalhes** (FOUCAULT, 2008a; 2009), a partir dos quais se realiza a administração da população, ainda velada por sua característica de ser uma força produtiva. Sob os aspectos dos dispositivos de disciplina e de segurança, conforme aponta Foucault (2008a), tem-se que se busca, em relação aos detalhes, respectivamente, **suprimi-los**, pois são considerados indesejáveis sob seus aspectos mais aleatórios e, assim, imprevisíveis; e **administrá-los**, ao percebê-los como necessários, inevitáveis, naturais – pertencentes à realidade. É no sentido dos detalhes que se entende que a disciplinarização da nação como um todo acontece, assim, por

meio da **normação** (estabelecimento de normas) antes mesmo de um processo de **normalização** (adequação às normas). Segundo Foucault (2008a, p.75),

A normalização disciplinar consiste em primeiro se colocar um modelo, um modelo ótimo que é construído em função de certo resultado, e a operação de normalização disciplinar consiste em procurar tornar as pessoas, os gestos, os atos, conformes a esse modelo, sendo normal precisamente quem é capaz de se conformar a essa norma e o anormal quem não é capaz. Em outros termos, o que é fundamental e primeiro na normalização disciplinar não é o normal e o anormal, é a norma.

Percebe-se já neste ponto a confluência que a explicação de Foucault acerca dos processos de moderação da população apresenta em relação à doutrina econômica liberal. Nesta claramente se nota, pelas discussões salientadas pela escola fisiocrata, a defesa de uma liberdade da população e, mais especificamente, do indivíduo, o qual deverá se deixar guiar pela concretização dos próprios interesses, conforme também deixa claro Foucault, mas talvez indicando justamente o “detalhe” sobre o qual se conduzirá a disciplina e os dispositivos de segurança. Archela (2013, p.100), em sua busca pela confluência da análise foucaultiana à genealogia da Economia Política, que a faz analisar mais detidamente a escola clássica, realça-nos este ponto. Como expõe a autora, baseada na interpretação de Lemke:

Lemke (2011b, p. 45) argumentou que, sob a óptica foucaultiana, o liberalismo não é limitado a fornecer apenas uma garantia de liberdades, como a liberdade das trocas, liberdade da propriedade privada e a liberdade de interesses, que existiam independente da prática governamental. Ao contrário, o liberalismo organizava as condições sob as quais os indivíduos podiam e deveriam exercitar estas liberdades, o que indicava que a liberdade proposta pelo liberalismo econômico clássico era um efeito positivo da ação governamental. É, neste sentido, que se poderia afirmar que existiu um *paradoxo* na prática liberal, uma vez que a segurança se constituiu como uma condição de existência na qual ele se fundou e, inevitavelmente, exigia a intervenção estatal e de certas instituições na mesma medida em que a criticava.

Como poderá ser visto, este ideal deverá ser mantido enquanto cerne do pensamento liberal, no qual se salientam as máximas ilustrativas do *laissez-faire* e o *laissez-passer*<sup>11</sup> da população, das mercadorias e da moeda, tendo em vista que o egocentrismo deverá convergir à benesse de toda a sociedade.

### **3.2 A população e o desenvolvimento do pensamento econômico: o desbloqueio da arte de governar**

Já em inícios da abordagem foucaultiana, percebe-se uma convergência entre aspectos pertinentes ao controle do indivíduo e da sociedade como um todo e a teoria da Economia

---

<sup>11</sup> “Deixe fazer” e “deixe passar”, respectivamente.



Política, conforme tratamos brevemente. Nesse âmbito, o surgimento da ideia de Bioeconomia deverá surgir fundamentada na emersão da população enquanto sujeito-objeto significativa – que Foucault localiza como sendo a partir do século XVIII – e na apreensão dos dizeres da Economia Política e da ideologia liberal enquanto ferramentas de controle por parte do Estado, direcionando o sentido de liberdade defendido pelo liberalismo ao sentido de dispositivo de segurança: uma **liberdade limitada e limitante**. Como o autor deixa claro, é a segurança o “princípio de cálculo do custo de fabricação da liberdade” (FOUCAULT, 2008b, p.88). Foucault, desta forma, explica que, no caso do liberalismo, a própria noção de liberdade se mostra como uma das dimensões da implantação de dispositivos de segurança, ou melhor, a instauração de um ambiente normativo, de normação – seguida de um processo de normalização – dos pressupostos do liberalismo, tais como o livre mercado, a aceitação de um caráter competitivo na realidade socioeconômica e a participação mínima a ser dotada ao Estado na economia. Acerca desse novo saber, econômico, Archela (2013, p.109, grifo nosso) esclarece seu verdadeiro caráter sob a égide liberal:

[...] o saber econômico atuava no sentido de planejar estrategicamente as variáveis econômicas com a finalidade de manter normalizada as relações de mercado, a segurança e os interesses. Por exemplo, planejar e calcular variáveis como oferta, demanda, preços, salários, taxa de lucro, gastos do governo, importações e exportações era crucial na manutenção da vida econômica da população. Contudo, permitir certos graus de liberdade e o *laissez-faire* nas relações econômicas fazia parte desta segurança: deixar a população variar livremente dentro de limites calculados e controlados na sociedade civil ao mesmo tempo em que seu lado biológico era regulado.

O problema da segurança estaria na convergência entre a manutenção e a autonomia dos interesses individuais e os interesses públicos. A segurança, desta forma, aparece-nos em consonância à Biopolítica, é dizer, a regulação da população através da prática de biopoderes locais, ou, de forma mais completa, uma “tecnologia de poder específica que introduziu um conjunto de saberes que reconduziu as *técnicas de governo* a um patamar intimamente ligado à gestão dos processos biológicos das populações” (ARCHELA, 2013, p.3). Em um sentido mais concreto que a de associações entre interesses individuais e coletivos, Foucault propõe a comparação de tal ligação entre liberalismo e segurança a partir da relação entre trabalhadores e empresas – convergindo, assim, ao escopo da Economia. Este paralelismo entre a ideia de segurança proveniente da nova governamentalidade<sup>12</sup> e o ideal liberal, enfim, sugere

---

<sup>12</sup> Apesar de ser explicada no próximo tópico, de antemão indicamos que se trata de uma nova mudança do saber-ser do governante, surgida a partir do desvelar da população e de sua dinâmica, que agora revelam características importantes para a manutenção de uma economia sólida – fator este, a economia, mais especificamente a Economia Política, que igualmente adquire maior relevância e, com isso, independência científica.

um novo pensar sobre os discursos do liberalismo e do próprio neoliberalismo, propondo como ideia principal de análise o discurso da ausência do Estado em meio a períodos de crise econômica:

É necessário também que a liberdade dos processos econômicos não seja um perigo, um perigo para as empresas, um perigo para os trabalhadores. A liberdade dos trabalhadores não pode se tornar um perigo para a empresa e para a produção. Os acidentes individuais, tudo o que pode acontecer na vida de alguém, seja a doença, seja esta coisa que chega de todo modo, que é a velhice, não podem constituir um perigo nem para os indivíduos nem para a sociedade. Em suma, a todos esses imperativos – zelar para que a mecânica dos interesses não provoque perigo nem para os indivíduos nem para a coletividade – devem corresponder estratégias de segurança que são, de certo modo, o inverso e a própria condição do liberalismo. A liberdade e a segurança, o jogo liberdade e segurança – é isso que está no âmago dessa nova razão governamental cujas características gerais eu lhes vinha apontando. Liberdade e segurança – é isso que vai animar internamente, de certo modo, os problemas do que chamarei de economia de poder própria do liberalismo. (FOUCAULT, 2008b, p.89)

Ademais, como também aponta, ao correto funcionamento de uma liberdade dentro do mercado, é necessário que uma série de fatos, fatores, condições e atores se tornem presentes, dotando, com isso, de grande importância alguma intervenção do governo. Para que haja liberdade, é necessário que haja, em contraste, gestão e controle. Senão vejamos:

[...] para que haja mercado é preciso ademais que haja não apenas vendedor mas também comprador. Por conseguinte, necessidade, se preciso, de sustentar o mercado interno e criar compradores por mecanismos de assistência. Para que haja liberdade do mercado interno, não pode haver efeitos monopolísticos. Necessidade de uma legislação antimonopólio. Liberdade do mercado de trabalho, mas para tanto tem de haver trabalhadores, trabalhadores em abundância, trabalhadores suficientemente competentes e qualificados, trabalhadores que sejam politicamente desarmados para não fazer pressão sobre o mercado de trabalho. Temos aí uma espécie de estímulo para uma formidável legislação, para uma formidável quantidade de intervenções governamentais, que serão a garantia da produção de liberdade de que se necessita, precisamente, para governar. (FOUCAULT, 2008b, p.88)

Com o apresentado, apesar da ausência de uma análise acerca do termo Bioeconomia em si, tal como se pode entender através de trabalhos mais atuais, Foucault abre espaço à interpretação sobre a **transformação da esfera econômica enquanto esfera a partir da qual se promove o controle de todos os espaços da realidade**, bem como dos comportamentos atribuídos ao ser humano a partir do desvelamento da população como um “objeto de estudo” importante ao “governar”: “um grupo de indivíduos biologicamente definidos que demanda uma atuação específica por parte das políticas de gestão do Estado e de suas variadas instâncias” (ARCHELA, 2015, p.7). Segundo Archela (2013, p.92-93), apesar de não se deter diretamente à categoria em questão, a contribuição de Foucault a partir dos economistas clássicos, tal como Malthus, “visava investigar o pensamento econômico deste e de outros autores a partir da visão foucaultiana de relações de poder e da preocupação biológica do Estado e de outras instituições

aliadas a ele com a população”; assim, uma abordagem diferenciada à concepção atual – e mais vulgar – sobre Bioeconomia. À vista disso, percebendo o reconhecimento de Foucault acerca do desenvolvimento da Economia Política Clássica, a autora revela uma real concepção da categoria:

O redirecionamento da pauta de discussões para a questão populacional e suas implicações econômicas (impactos no mercado de trabalho, salários, lucros e rendimentos, preços, comércio e crescimento econômico) mostrou, a partir dos escritos dos economistas, que o fator biológico deveria ser relacionado diretamente ao desempenho econômico. Conforme Foucault (2008c, p.473) argumenta, com a economia política a população emergiu como uma nova realidade em dois aspectos: em sua natureza intrínseca, pois possuía leis próprias de deslocamento, aumento e redução, e em sua natureza relativa, já que indicava uma riqueza em potencial relativa ao trabalho, aos preços, aos salários, aos interesses econômicos e à dinâmica econômica em geral. (ARCHELA, 2013, p.93-94)

Abordando o desenvolvimento histórico da Ciência Econômica, mais especificamente da Economia Política, temos que a população, sob a ótica dos mercantilistas, passa a se mostrar como um elemento que condiciona todos os outros; cuja existência e organização, em si, passam a estar inseridas numa dinâmica de legitimação do poder do governante. Sob a percepção de seu funcionamento a partir do mercado de trabalho, por exemplo, Foucault (2008a, p.90) detalha que

a população [...] garante, no interior do próprio Estado, toda uma concorrência entre a mão-de-obra possível, o que obviamente, assegura salário baixo. Baixo salário quer dizer preço baixo das mercadorias produzidas e possibilidade de exportação, donde nova garantia do poder, novo princípio para o próprio poder do Estado.

Sendo apenas uma das esferas das quais a dinâmica da população determina as condições da nação, o trabalho, como poderá ser visto mais adiante, será um importante fator sobre o qual o poder do governante (ou, no caso de Marx, de toda uma classe) procurará exercer seu controle e a partir do qual poderá ser realizado uma disciplinarização de cada indivíduo e da população como um todo. Tal intrusão da esfera do trabalho, bem como das trocas e da produtividade na arte de governar liberal, se dá justamente pela primazia concedida à dinâmica econômica, mais especificamente à maior importância concedida à Economia Política que se desenvolvia (ARCHELA, 2013). Nesse caso, a discussão sobre os novos sentidos do trabalho e o desenvolvimento da humanidade se mostrará de vital importância para a construção de novos discursos de controle, o que será visto mais à frente.

Apesar do imbricar da ação da população no movimento e expansão da riqueza, em um primeiro momento será ainda sobre este último aspecto que a esfera econômica se constituirá: enquanto ferramenta do governante ao alcance de maior riqueza e soberania, a continuidade do poder como meio de manutenção do próprio poder. Mediante a posterior relevância da

população na qualidade de base da riqueza e do poderio do Estado, políticas de contenção das migrações, de incentivo à natalidade e de regulamentação das pautas sobre a produção à exportação, por exemplo, passam a definir o andamento da sociedade, sendo esta, portanto, enquadrada de acordo com os princípios regidos pelo Estado. Para os mercantilistas, por exemplo, a preocupação sobre a população se baseava em seu papel enquanto força produtiva, que deveria ser ajustada dentro de uma dinâmica que garantisse o crescimento da riqueza e a preservação das condições de exercício de poder.

As concepções que guiavam as ideias políticas e econômicas mercantilistas, a saber, o maior foco nas relações internacionais, visando a constituição de uma balança comercial favorável, e a permanência do ideal religioso de justo-preço e justo-salário, que mantinham a população trabalhadora em uma situação de vulnerabilidade econômica e, com isso, social (HUGON, 1980), demonstravam o posicionamento da população como um todo frente aos reais interesses do governante. Nessa relação, conforme destaca Foucault (2008a), à população se concedia dada importância a partir de seu crescimento demográfico: para a relevância concedida aos interesses do governante, o aumento da riqueza era percebido sob uma perspectiva de correlação positiva absoluta para com a população. Como destaca Hugon (1980, p.70) ao salientar o modelo do mercantilismo (industrial) francês,

A importância sempre crescente da indústria constitui uma das razões pelas quais são levados os mercantilistas à adoção de uma política demográfica populacionista: uma população numerosa é favorável à produção. Note-se ser também condição para a organização de um exército forte: a preocupação econômica e a política estão sempre intimamente associadas no espírito mercantilista.

Nesse aspecto, será sob a perspectiva dos fisiocratas e dos demais economistas do século XVIII que a ênfase na dominação sobre a população se dará de maneira diferenciada. Considerar-se-ia que, ao contrário da visão dos mercantilistas, que promoviam a caracterização da população enquanto súditos de direito (por já serem submetidos a um governante, uma posição existente a partir das próprias condições de organização social), a população poderia ser tomada enquanto “um conjunto de processos que é preciso administrar no que têm de natural e a partir do que têm de natural.” (FOUCAULT, 2008a, p.92) – uma convergência, deste modo, à caracterização dos detalhes sob o delinear dos dispositivos de segurança. Archela (2013) destaca que a mudança do saber econômico veio em concomitância às mudanças conjunturais, como as inovações tecnológicas, as mudanças relativas ao comércio e o olhar mais detido sobre a produção, que, juntos aos ideais iluministas, causaram mudanças institucionais, morais e culturais significativas, como a normalidade concedida ao funcionamento e estabelecimento do mercado e a centralização dos indivíduos na busca da efetivação do interesse próprio.

É nesse aspecto das mudanças conjunturais que será fornecido o escopo necessário às mudanças de perspectiva sobre a população, “problematizando-a” a partir de variáveis importantes à manutenção do poder de um governante, como o aumento demográfico, a abundância monetária e o incremento da produção agrícola, ilustrações que começavam a impactar na transformação da antiga economia nacional – assim, a degradação de uma “agenda” estritamente mercantilista. Sai-se de uma visão de inércia político-econômica da população, adentrando-se, por sua vez, em uma visão de autoconstrução da sociedade e de sua realidade – uma autoconstrução, deve ser dito, aplainada, regradada, moderada. Estas mudanças conjunturais de caráter liberal empreenderiam um maior destaque ao considerado “‘estado de natureza’ da população” esclarecido por Foucault e caracterizado:

- a) pelo caráter multidependente da população em relação a variáveis sociais, econômicas, culturais, políticas, naturais;
- b) pela orientação da população realizada através dos desejos dos indivíduos; e
- c) pela previsibilidade de fenômenos pertinentes à população, considerados até então imprevisíveis, o que obscurecia e tornava impreciso seu comportamento ao governante.

A “nova dinâmica” da população, dependente de variáveis externas ao controle do governante, poderá torná-la menos transparente em sua leitura e entendimento por parte deste. A “nova disciplinarização”, dessa forma, torna-se oblíqua, não podendo ser dada de maneira direta entre população e governante da “ordem da obediência ou da recusa da obediência, da obediência ou da revolta” (FOUCAULT, 2008a, p.93). Nesse sentido, a forma de tornar a população acessível ao soberano deve se dar por meio de “uma série de fatores, de elementos que estão aparentemente longe da própria população, do seu comportamento imediato, longe da sua fecundidade, da sua vontade de reprodução” (FOUCAULT, 2008a, p.94),

[...] não se trata de obter a obediência dos súditos em relação à vontade do soberano, mas de atuar sobre coisas aparentemente distantes da população, mas que se sabe, por cálculo, análise e reflexão, que podem efetivamente atuar sobre a população. É essa naturalidade penetrável da população que, a meu ver, faz com que tenhamos aqui uma mutação importantíssima na organização e na racionalização dos métodos de poder. (FOUCAULT, 2008a, p.94)

Portanto, será nos fatores que geram influência sobre a população que o controle exercido pelas instituições de poder deverá ser exercido, associando-se às interpretações concedidas pelos fisiocratas e pelos economistas clássicos a respeito da dinâmica econômica, nas quais se percebia o intuito de tornar claras as movimentações econômicas geradas pelo mercado e as consequências sobre a realidade das nações, fatores estes que ganham maior

complexidade em suas explicações com o desenvolvimento da economia e, com isso, da Ciência Econômica. Mais especificamente, ao se basear nas “coisas” referenciadas por La Perrière como os fatores de controle, Foucault (2008a, p.128) destaca que tais estão representados pelo “complexo constituído pelos homens e pelas coisas”. Não apenas isso, mas também “os homens, mas em suas relações, em seus vínculos, em suas imbricações com essas coisas que são as riquezas, os recursos, os meios de subsistência, o território, é claro, em suas fronteiras, com suas qualidades, seu clima, sua sequidão, sua fecundidade”. Ademais, frisa-se igualmente os produtos advindos desta relação, tais como os costumes, os hábitos, as maneiras de fazer ou de pensar. Assim, deve-se voltar a dizer, a influência sobre a realidade a partir de fatores da própria realidade – social, econômica, política.

Será a partir desse escopo que poderemos traçar considerações importantes e mais robustas sobre a Economia Política, a Biopolítica e a Bioeconomia, mais especificamente uma possível insinuação acerca do estabelecimento dos termos enquanto faces da mesma matéria. Segundo a ideia basilar acerca da Bioeconomia que buscaremos desenvolver, tem-se que Foucault (2008a, p.100) destaca, sobre a Economia Política, o seguinte desdobramento:

No fundo, na medida em que se tratou, para as pessoas que se ocupavam de finanças – já que era disso que ainda se tratava no século XVII –, de quantificar as riquezas, de medir sua circulação, de determinar o papel da moeda, de saber se era melhor desvalorizar ou, ao contrário, valorizar uma moeda, na medida em que se tratava de estabelecer ou de manter os fluxos do comércio exterior, creio que a “análise econômica” permanecia exatamente no plano do que poderíamos chamar de análise das riquezas. Em compensação, a partir do momento em que se pôde fazer entrar, no campo não apenas da teoria mas também da prática econômica, esse novo sujeito, novo sujeito-objeto que é a população, e isso sob seus diferentes aspectos, aspectos demográficos, mas também como papel específico dos produtores e dos consumidores dos proprietários e dos que não são proprietários, dos que criam lucro e dos que recolhem o lucro, creio que a partir do momento em que se pôde fazer entrar no interior da análise das riquezas o sujeito-objeto que é a população, com todos os efeitos de subversão que isso pôde ter no campo da reflexão e da prática econômicas, então parou-se de fazer a análise das riquezas e abriu-se um novo domínio de saber, que é a economia política.

Seguindo este pensamento, não à toa se mostra que a *magnum opus* de Adam Smith, primeiro compêndio formal de teorias econômicas, leva o nome de **inquérito** (ou investigação, e continuando: “sobre a natureza e as causas da riqueza das nações”). Foucault (2008a) aponta o surgimento da Economia Política, ciência que torna a arte de governar imbricada a fatores concernentes à população e à sua “naturalização” a partir da economia, como sendo não mais baseada na família como foco da disciplina, mas na mesma enquanto meio de controle. Associa-se, assim, a emergência da Economia Política, mais especificamente do saber econômico liberal, à Biopolítica foucaultiana, às ações de “investimento sobre as populações,

seus interesses e sua racionalidade, restringindo as ações governamentais a práticas indiretas de administração da vida” (ARCHELA, 2013, p.3). Ademais:

[...] é apreendendo essa rede contínua e múltipla de relações entre a população, o território e a riqueza que se constituirá uma ciência chamada “Economia Política” e, ao mesmo tempo, um tipo de intervenção característica do governo, que vai ser a intervenção no campo da economia e da população. (FOUCAULT, 2008a, p.141)

A principal característica do pensamento econômico clássico, a saber, a consideração da sociedade a partir do âmbito da busca individual de uma maior sorte e da concretização das ambições, em muito condiz com a segunda característica do estado de natureza da população – a lembrar, a “orientação da população realizada através dos desejos dos indivíduos”. Segundo Foucault, o motor de ação dos indivíduos que a compõem deve se basear naquilo que todos têm em comum, a saber, o desejo, ou melhor, a busca pela satisfação de suas necessidades e, assim, seria mediante esse alcance da felicidade que a população, como um todo, usufruiria de maior bem-estar. Nesse âmbito, Foucault (2008a, p.95) esclarece que “a produção de interesse coletivo pelo jogo do desejo é o que marca ao mesmo tempo a naturalidade da população e a artificialidade possível dos meios criados para geri-la”.

A apreensão inicial dos ideais da Fisiocracia francesa, em dissonância aos do anterior modelo mercantilista, defende a busca pelos interesses individuais, bem como a naturalidade da dinâmica econômica. Esta funcionaria tal qual a fluidez e a circularidade da corrente sanguínea, sendo caracterizada como pertencente a uma “ordem natural”, garantindo, assim, a naturalização da propriedade privada – proveniente da defesa de seus intelectuais sobre o primeiro setor da economia, revelada como impulsionadora do progresso econômico – e do lucro e a divinização dos preceitos da liberdade econômica. Por meio da análise de Hugon (1980, p.95), assim, torna-se clara a dinâmica defendida a partir de então, tudo, por sua vez, fruto de uma liberdade econômica vista como natural:

Quanto mais considerável for o produto líquido e mais vantagens houver em ser alguém proprietário de terras, tanto maior o número de quantos dedicam despesas e trabalho para a criação, aquisição e melhoria das propriedades fundiárias; quanto maior o número daqueles que dedicam despesas e trabalho para criar, adquirir e melhorar as propriedades fundiárias, tanto mais se estende e se aperfeiçoa a cultura; quanto mais se estender e aperfeiçoar a cultura, tanto maior será o número de produtos anualmente consumíveis; quanto mais se multiplicam os produtos consumíveis, tanto mais aptos estarão os homens a satisfazer seus desejos e maior, portanto, a sua felicidade.

Por fim, a considerada constância dos fenômenos que se esperavam variáveis em muito dialoga com a ideia do equilíbrio de mercado, no qual, para os economistas clássicos, as forças da oferta e da demanda deverão sempre fazer coincidir os interesses de produtores e

consumidores, ofertantes e demandantes de mercadorias, dentre as quais se inclui a força de trabalho.

É com essa vinculação última da dinâmica da população e da economia a um ponto de equilíbrio entre as forças de mercado, representante dos interesses dos indivíduos, que inclusive a assertiva de Malthus acerca da desproporção entre o crescimento da população e dos gêneros alimentícios revela sua perversidade no que se diz respeito às consequências da suposição de regularidades do equilíbrio de mercado. Malthus (1996) considerava, para tal, dois mecanismos de controle populacional da Grã-Bretanha do século XIX: os preventivos, tais como os vícios e as ações que acabam por controlar a taxa de natalidade, como a recusa do casamento; e os positivos, que controlam a taxa de mortalidade, como as guerras e as pestes. Sob um ponto de vista real, não se distanciando da “formalidade” de Malthus, tem-se que mesmo com um dito equilíbrio, grande parcela da população poderá não se alimentar, assim como grande parcela poderá se encontrar desempregada – e em tempos de automação dos processos produtivos, maior ainda se torna o desemprego estrutural.

A inserção dos princípios que embasam as ordens “natural” e “providencial” da teoria fisiocrata – conotando a economia de senso natural e de conhecimento divino, pontos de mutação do discurso político e econômico e de significância ao entendimento das transformações dos dispositivos de controle e nas novas premissas da “segurança” – dentro da população se mostrará como desenvolvimento de uma nova racionalidade e de novas formas de controle sobre o indivíduo e a população. Foucault (2008a p.98) indica que, realmente, não há uma divisão mecânica entre o governante e a população, estando os dois ligados por meio da obediência desta em relação ao primeiro. Será nos interstícios da natureza mesmo da população, ou seja, nos detalhes, em seu interior, que “o soberano deve desenvolver procedimentos refletidos de governo”.

Na transformação do cuidado do governante acerca da população, o caráter *bios* das políticas econômicas aplicadas pelo Estado, em relação íntima ao conceito da Biopolítica, será revelado. Nesse mesmo escopo é que se estabelecerá o desbloqueio da arte de governar, a qual podemos entender como real debruçar da autoridade pública (ou figura coletivamente reconhecida como autoridade) sobre a movimentação da população.

Segundo Foucault, a nova perspectiva do governante sobre a população, a importância dos indivíduos à criação de riqueza e à manutenção do poder do governante, mostra-se como o *leitmotiv* à sua (do soberano) intervenção na economia, inicialmente percebida enquanto “governo do lar, da casa” (do grego *oikonomía*), pertencente à esfera doméstica, mas que passa



a funcionar enquanto instrumento, uma **tecnologia**, de poder sobre a população (de biopoder, mais especificamente). Foucault, assim, justifica a significação moderna concedida à esfera econômica enquanto ciência que estuda a movimentação da riqueza, a alocação de recursos escassos. Salienta-se, nesse escopo, a governamentalidade como estado de marcação de um novo “saber-ser” do soberano, conforme será salientado a seguir. De qualquer modo, estaria aí, portanto, a ligação (governo – população – economia política)<sup>13</sup> ou, evidenciando os componentes, **(desenvolvimento do governo – (re)centralização da economia** (e emersão da economia política) – **problematização da população**), movimentos estes que “constituem a partir do século XVIII uma série sólida, que certamente não foi dissociada até hoje” (Foucault, 2008a, p.143). Conforme o autor,

[...] podemos dizer, de uma forma mais precisa, que o desbloqueio dessa arte de governar esteve ligado, penso eu, à emergência do problema da população. Ou, digamos também, temos um processo bastante sutil, que precisaríamos tentar reconstituir em detalhe, no qual veríamos como a ciência do governo, o recentramento da economia em outra coisa além da família e, enfim, o problema da população estão ligados uns aos outros. Foi através do desenvolvimento da ciência do governo que a economia pôde recentrar-se num certo nível de realidade que caracterizamos agora como econômica, e foi também através do desenvolvimento da ciência do governo que foi possível recortar o problema específico da população. (FOUCAULT, 2008a, p.138)

Evidencia-se, assim, o caráter disciplinar que atravessa a esfera econômica, que se expande do âmbito da **família** ao escopo da **população**, caracterizando, nesse contexto, o Estado de governo (em si o resultado do desenvolvimento da ciência do governo). Ao mesmo tempo em que “supera” a família como foco de disciplina da população, fazendo seu agir econômico emergir ao âmbito da realidade do governante, de um novo saber, a família ainda adquire importância ao se atestar como núcleo principal da população a partir do qual se constata a realização dos atos do soberano – agora Governo. cremos poder processar, assim e inicialmente, a Bioeconomia enquanto uma ferramenta de **exercício de um poder pelo viés econômico**, poder este que se estabelece enquanto “conjunto de mecanismos e de procedimentos que têm como papel ou função e tema manter - mesmo que não o consigam - justamente o poder” (significado de poder concedida por FOUCAULT, 2008a, p.4) de cunho econômico, uma ferramenta do Estado para controle da população – uma ferramenta de biopoder. Desvelamos, desta maneira, o caráter majoritário da economia *per se*, ausente de qualquer neutralidade já a partir de sua origem.

---

<sup>13</sup> Os parênteses foram postos visando tornar a ligação entre os termos clara dentro a formatação do texto, sendo utilizados com o mesmo objetivo no decorrer das próximas referências a este ou outros “tripés”.

Acerca da “busca do poder pelo poder”, parece bem claro o estabelecimento de um diálogo acerca do controle entre a Bioeconomia e o sistema econômico capitalista, que busca a autoexpansão por meio da exploração do trabalho. Antes de adentrarmos à esfera do trabalho propriamente dita, como última parte a caracterizar a contribuição de Foucault, devemos assinalar sua concepção de governamentalidade, atrelada ao desenvolvimento da nova ótica assinalada sobre a população, e, principalmente, da genealogia da Economia Política continuada pelo autor sobretudo na obra “Nascimento da Biopolítica”, o que em muito tornou profícuo um entendimento outro sobre a relação entre economia, governo e mercado, além de promover uma nova perspectiva sobre a Economia Política.

O entendimento sobre a operacionalização da Economia Política em Foucault – a saber, como preferimos qualificar, uma **análise externalizada**, característica à genealogia – em muito se mostrará importante à caracterização de uma Bioeconomia a partir de sua base, de sua inicialização a partir de um “pensar economicamente” ainda incipiente. Ainda: apesar da distância temporal da época sob a análise de Foucault, esta relação em muito poderá nos dizer, e inclusive fomentar maiores discussões, sobre os caracteres dos modelos de acumulação e das relações entre as instituições de maior poder na contemporaneidade, a saber, o governo e o mercado – este uma ilustração generalizada das empresas e de seu poder.

### **3.3 Governamentalidade e Economia Política: a relação entre governo e mercado**

Às características que conformam o saber e o ser do governante, Foucault passa a denominar governamentalidade. Em si, a governamentalidade faz referência a uma nova estrutura do poder, que passa a levar em consideração a população como novo alvo, a economia política como forma de saber – seus elementos característicos como novos delineadores de um exercício de poder – e os dispositivos de segurança como os instrumentos de aplicação do novo saber sobre o objeto de influência e de controle. Recapitulando para o caso dos dispositivos de segurança e seguindo a simplificação de Foucault (2008a, p.61), vislumbra-se que a segurança tem por função essencial “responder a uma realidade de maneira que essa resposta anule essa realidade a que ela responde – anule, ou limite, ou freie, ou regule”, isso sem apenas proibir, como é o caso das leis, ou prescrever, como o faz a disciplina, mas “dando-se evidentemente alguns instrumentos de proibição e de prescrição”. A situação de relevância na qual se destacava a população e em meio à sua movimentação econômica em muito condiz com o papel do governo em, enfim, gerir toda esta movimentação, “exercendo” o *laissez-faire* e o *laissez-passer* típicos da ideologia econômica liberal.

Apesar de alguns estudiosos, como Adam Smith, considerarem ainda alguns poucos papéis que deveriam ser destinados ao Estado, relevante se mostra pensar acerca da defesa da economia liberal exercida por alguns autores em relação à funcionalidade do livre mercado, de sua eficácia e eficiência, relegando ao Estado, teoricamente, pouco ou nenhum papel de importância sobre a movimentação econômica e a população. Em contraponto, assinalam-se as perspectivas de gênese da Economia – da Economia Política –, da governamentalidade e do liberalismo demonstrados por Foucault, que deixam claro o papel constante do governo na manutenção da segurança da população – segurança esta que deverá ser realizada em prol de premissas agrupadas sob o nome de “Economia Política Clássica”. Seria bem dizer que, mesmo diante dos pressupostos basilares da economia liberal, o pensar acerca da cisão entre governo e mercado, visando justamente a livre movimentação da população – um *laissez-être* (“deixe ser”), se se seguir as principais referências àquele pensamento –, torna-se equivocado, pois faz parte da constituição da governamentalidade o entendimento da população a partir da Economia Política e a interferência na mesma por meio de mecanismos de segurança, e não diretamente pela lei ou disciplina. Neste ponto, Foucault disserta sobre os projetos nos quais se desenvolveriam a Economia Política e o mercado, este em consonância ao novo saber do governo e mediante seu novo objetivo, a população: um “lugar de verificação”, como voltaremos a apontar melhor à frente. Este tópico nos será útil para promover uma inicial ideia acerca do estado da relação (Governo – Economia Política – mercado), significativa para se entender os delineamentos adotados pela sociedade na atualidade em relação à economia, especificando-nos sobre a categoria trabalho.

Destaca-se, enfim, o paralelismo presente entre a categoria que objetivamos ressignificar e a biopolítica. Como buscam explicar Benevides e Carvalho (2015, p.363) ao analisarem a Bioeconomia em função da biopolítica nos estudos de Foucault, com esta sendo a “codificação de um conjunto de problemas e/ou acontecimentos relacionados à vida e à espécie humana a partir de uma racionalidade governamental que possui a população como alvo, os dispositivos de segurança como instrumento e a otimização da vida como fim”, àquela coube, afinal, uma pertinência no entendimento acerca do curso de um governar sobre a população, mais especificamente “a partir de uma compreensão de que a emergência de uma economia política como ciência de governo deveu-se à emergência das problemáticas relativas ao governo da população como governo do meio, do ambiente e da natureza imanente a esta população” (BENEVIDES; CARVALHO, 2015, p.367).

Fumagalli (2010), da mesma forma, retornando às obras de Foucault, traz à tona as relações presentes entre as duas categorias. Enquanto discurso claramente vinculado à área da

Economia Política, Fumagalli (2010, p. 260) revela que “se por biopolítica se entende a capacidade de ação de um dispositivo de controle social e jurídico, a bioeconomia é seu análogo em relação aos mecanismos de produção, acumulação e redistribuição”, caracterizando, assim, a Bioeconomia como uma categoria complementar e simétrica à biopolítica – justamente por se constituir enquanto meio de controle, mas por vieses econômicos.

Apesar de não ser tornada clara esta comparação durante as explanações acerca da transformação do poder do governante no regime de soberania em poder governamental no Estado moderno, torna-se possível falar sobre uma nova biopolítica, uma reestruturação desta a partir do momento de “revelação” da economia enquanto âmbito constituidor da mais simples representação da população, a família, e que emerge para se tornar um instrumento arguto de controle pelo poder governamental. Dado o percurso metodológico que traçamos para este trabalho, deixaremos, por ora, este raciocínio, reservando-o para a discussão posterior acerca da Bioeconomia compreendida na atualidade.

Entendendo a Economia como campo que engloba a forma de governar dentro da família, tanto de um indivíduo sobre os outros quanto do grupo familiar sobre as coisas e o espaço cuja propriedade a pertence, à mesma se conotou um novo sentido de “ciência do governar as coisas da população”, na qual o espaço adotado para a ação econômica passaria a se estabelecer pela cidade, pelo estado, pela nação. **Economia nacional**, portanto, mas ainda a execução, “em relação aos habitantes, às riquezas, à conduta de todos e de cada um”, de “uma forma de vigilância, de controle, não menos atento do que o do pai de família sobre a casa e seus bens” (FOUCAULT, 2008a, p.127).

Apesar de se adentrar ao sentido moderno da economia, passando-se da antiga noção grega de *oikonomía*, a bem dizer, da “economia doméstica” – esta, em si, redundante, mas que adota novamente a economia de seu sentido inicial, a de “administração do lar” –, à economia das nações, Foucault (2008a) deixa claro que a família ainda se constitui como núcleo a partir do qual se obtém as informações necessárias para se entender a população, “um segmento simplesmente privilegiado porque, quando se quiser obter alguma coisa da população quanto ao comportamento sexual, quanto à demografia, ao número de filhos, quanto ao consumo, é pela família que se terá efetivamente de passar” (FOUCAULT, 2008a, p.139): princípio da Estatística, termo este associado ao Estado, que se enquadra como instrumento de apreensão das características da população a partir de representações da mesma, ou seja, as famílias.

Acerca da transformação pela qual a instituição principal de poder atravessa, salienta-se o aparecimento de uma dupla dinâmica sobre a atividade governamental. Estabelecendo aqui, enfim, o vínculo entre “Segurança, Território, População”, de 1978, e “Nascimento da

Biopolítica”, de 1978, tem-se que a polícia e a Economia Política – além de, junto a esta, o Direito – se estabelecem, respectivamente, como meio de expansão das forças do Estado e delimitação da razão de Estado.

A polícia, “uma forma de comunidade ou associação que seria, numa palavra, regida por uma autoridade pública [...]” (FOUCAULT, 2008a, p.420), mostra-se não apenas como um conjunto de atos que vão reger a sociedade, mas, principalmente, enquanto meio que torna possível o crescimento das forças do Estado. Diretamente, “[...] a polícia vai ser o cálculo e a técnica que possibilitarão estabelecer uma relação móvel, mas apesar de tudo estável e controlável, entre a ordem interna do Estado e o crescimento das suas forças. [...] O bom uso das forças do Estado – é esse o objeto da polícia” (FOUCAULT, 2008a, p.421-422).

Alcançando uma maior profundidade em relação à população, que passa a ser encarada a partir de sua real complexidade, exposta em termos de mercado, a polícia surge como meio de igual delineamento de um comportamento desejável ao governo. Em si, conforme destaca Foucault (2008a, p.433), e considerando a própria relevância sobre a qual veio se constituir a Economia Política, a polícia adquire como objetivo “o controle e a responsabilidade pela atividade dos homens na medida em que essa atividade possa constituir um elemento diferencial no desenvolvimento das forças do Estado”. Encaixamos, aqui, afinal, as próprias questões relacionadas ao trabalho: enquanto esfera de ação dos homens, inseridas no contexto do mercado e meio através do qual a dinâmica econômica, em conjunto com o consumo, se dá, o trabalho se manifesta como mais um objeto de intrusão do poder governamental – não diretamente através de um governo totalitário, mas indiretamente por meio dos dispositivos de controle, denotando, assim, uma ideia de falsa liberdade para com a livre movimentação da população. Nesse caso, vem-nos, no sentido de explicar essa percepção sobre o novo ritmo econômico, a perspectiva do “controle”, conforme, por exemplo, aponta Grisci (2008) ao salientar o trabalho imaterial e as redes flexíveis em sua pesquisa sobre os bancários portugueses.

A atividade do homem – centrando-nos no trabalho, mas não se limitando a este apenas – passa a se apresentar como mais um elemento de materialização da força do Estado. A manutenção de uma força produtiva significativa, bem como o estudo sobre as problemáticas pertinentes ao desemprego, visando assim torná-lo útil para a manutenção do próprio Estado, tornam-se fatores de preocupação do mesmo.

Nos aspectos supracitados, coerente nos parece reafirmar a polícia enquanto força do Estado ao serem pautados os movimentos sociais, nos quais se incluem as reivindicações trabalhistas e sindicais. Apesar de se manifestar não mais apenas como o “constante sentido de

vigilância”, um “estar vigilante” por parte do governo, mas como uma instituição concreta, em períodos de decrescimento e arrocho econômico, como nos tem sido apresentada mais veemente a economia global desde 2008, a força da polícia se manifesta como braço de ação do governo e do próprio capital – em função do qual, na verdade, agem tanto o poder governamental quanto seu braço policial –, visando fornecer a ordem necessária – por vezes de forma extremada ao se basear na repressão física – ao funcionamento da população: sua movimentação e sua manifestação. Os “delinquentes”, ou na interpretação de Foucault, os indivíduos pertencentes ao “povo”, que, ao contrário da população, “viola as leis, rasga o contrato social, [...] torna-se estrangeiro em seu próprio país e, por conseguinte, cai sob as leis penais que vão puni-lo, exilá-lo, de certo modo mata-lo” (FOUCAULT, 2008a, p.58). E continua Foucault, em uma reflexão convergente a uma de nossas óticas na presente pesquisa:

O delinquente em relação a esse sujeito coletivo criado pelo contrato social rasga esse contrato e cai do lado de fora desse sujeito coletivo. Aqui também, nesse desenho que começa a esboçar a noção de população, vemos estabelecer-se uma divisória na qual o povo aparece como sendo, de uma maneira geral, aquele que resiste à regulação, que tenta escapar desse dispositivo pelo qual a população existe, se mantém, subsiste e subsiste num nível ótimo. (FOUCAULT, 2008a, p.58)

Por outro lado, apresenta-se a Economia Política como limitadora interna da razão de Estado. Como demonstrado até então, à Economia Política se concede o papel de novo saber do governo, através do qual o poder, as limitações e o sentido do exercício de um biopoder anteriormente realizado pelo governante através de leis e da disciplinarização dos súditos se transformam, visando um novo entendimento sobre a dinâmica da população. É um novo saber, “instrumento intelectual, o tipo de cálculo, a forma de racionalidade que permite que razão governamental se autolimite” (FOUCAULT, 2008b, p.18). Entre as principais características referentes à Economia Política, salienta-se seu âmbito dentro da prática do governo e em relação à população. Conforme é destacado,

A economia política reflete sobre as próprias práticas governamentais, e ela não interroga essas práticas governamentais em termos de direito para saber se são legítimas ou não. Ela não as encara sob o prisma da sua origem, mas sob o dos seus efeitos [...]. (FOUCAULT, 2008b, p.20-21)

[...] a economia política revelou a existência de fenômenos, de processos e de regularidades que se produzem necessariamente em função de mecanismos inteligíveis. [...]. Em outras palavras, o que a economia política descobre não são direitos naturais anteriores ao exercício da governamentalidade, o que ela descobre é uma certa naturalidade própria da prática mesma do governo. Há uma natureza própria dos objetos da ação governamental. Há uma natureza própria dessa ação governamental mesma, e é isso que a economia política vai estudar. (FOUCAULT, 2008b, p.21-22)

Desenvolvida concomitantemente à relevância da população e se estabelecendo enquanto saber que basearia as novas ações do novo poder governamental, a Economia Política, ao mesmo tempo em que limita a razão de Estado – concomitante ao Direito, mas este limitando-o externamente, por meio principalmente dos outros Estados, sendo a Economia Política, por sua vez, uma variável interna, aglutinada ao próprio desenvolvimento do governo –, fornece o discurso à naturalização da população por meio do âmbito econômico. Será, portanto, respeitando esta naturalidade dos objetos de ação governamental – as coisas, conforme apontamos anteriormente por meio de La Perrière – e concentrando-se nos mecanismos de segurança enquanto meios de delineamento de uma movimentação desejada e nos efeitos desta prática governamental enquanto resultantes das forças de Estado, que será dado, enfim, o estabelecimento do modelo de intervenção “mínima” do Estado, característica ao saber econômico liberal.

Será apenas com os chamados economistas clássicos que a esfera econômica parecerá adotar um real sentido de naturalidade frente aos interesses dos homens, denotando-a como meio (através do mercado) e método (através das ferramentas de mercado) em si própria para a satisfação dos interesses individuais e, com isso, coletivos. **Promulgação do sentido econômico à vida comum da população**, portanto; **estabelecimento de uma realidade bioeconômica em seu sentido mais generalizado**, por fim. Acerca da relação entre governo e mercado, o apontamento realizado por Foucault se mostra singular ao expor uma relação de entendimento por parte do governo sobre as características emergentes de um dito mercado livre:

O princípio dessa conexão que eu procuro identificar, essa conexão entre prática de governo e regime de verdade, seria isto: [...] haveria portanto uma coisa que no regime de governo, na prática governamental dos séculos XVI-XVII já da Idade Média também, tinha constituído um dos objetos privilegiados da intervenção, da regulação governamental, uma coisa que havia sido o objeto privilegiado da vigilância e das intervenções do governo. E é esse lugar mesmo, e não a teoria econômica, que, a partir do século XVIII, vai se tornar um lugar de formação da verdade com uma governamentalidade regulamentar indefinida, vai-se reconhecer – e é aí que as coisas acontecem – que se deve deixá-lo agir com o mínimo possível de intervenções, justamente para que ele possa formular a sua verdade e propô-la como regra e norma à prática governamental. Esse lugar de verdade não é, evidentemente, a cabeça dos economistas, mas o mercado. (FOUCAULT, 2008b, p.41-42)

Recolocamos aqui a Bioeconomia em discussão, mais especificamente a significação que começa a se esboçar. Em complementação ao que se poderá entender sobre a categoria segundo os autores contemporâneos, a Bioeconomia que inicialmente tracejamos a partir de Foucault se dirige, como dito, a um entendimento mais generalizado. Neste caso inicial tem-se mais especificamente que o sentido atribuído a um *bios* está ligado ao mais banal dos significados, submetendo-se a um caráter mais geral, enfim, da constituição total humana, da

constituição total da população, sem a exclusividade de sentidos físicos ou psicológicos. À nova maneira de movimentação da população, de sua materialização por meio do livre mercado, das realizações de cunho social e político, é proposta uma essência proveniente da Economia. Dessarte, conforme se defenderá, entende-se que a Economia em si, **a partir do momento em que se torna uma esfera singular na realidade da população**, ou melhor, **depois que há o desbloqueio da arte de governar**, seguindo a gênese foucaultiana, possui um caráter bioeconômico; é, em si, bioeconômica: é *Bioeconomia*.

Apesar de tal assertiva aparentemente se mostrar forte, percebe-se, com o próprio Foucault, que tal transformação do governo e do governante, da importância concedida à população e à Economia, são concomitantes ao desenvolvimento científico, enfim, da própria Economia Política. No século XVIII, conforme pauta o autor, vê-se elevada, inicialmente com a letra francesa para, em fins do século XVIII, emergir da vulgaridade com os questionamentos ingleses, a Economia enquanto conhecimento “formalmente tornado científico”; ciência que, além de propor uma interpretação da realidade, demonstra seu apelo à conformidade da população para o alcance de uma meta de crescimento econômico e benefício generalizado.

Por conta da origem semântica da “Economia”, não cabe neste trabalho salientarmos a importância de uma mudança dos termos que se referenciam à ciência que promove, em uma concepção vulgar, a alocação ótima de recursos escassos. Entretanto, cabe-nos desvelar o real sentido da Economia, as consequências que este caráter revelado exerce sobre o indivíduo, mais especificamente sobre o trabalho, e sua relação com o pensamento principal que guia esse controle gerado pela Bioeconomia.

Nesse sentido específico da atividade laboral, relacionando-a aos aspectos concernentes à Psicologia Social do Trabalho, deve-se fazer referência, seguindo Nardi (2006), às modificações ocorridas, com o desenvolvimento da economia, nos modos e nos processos de subjetivação, ou seja, nas formas de relação dos indivíduos com as estruturas econômicas, políticas, sociais etc., e na experimentação destas estruturas, o modo como se dá a trajetória de vida dos indivíduos a partir destas, respectivamente. Da emergência da economia enquanto economia nacional à adoção de um modelo político e econômico neoliberal, muito se tem modificado em relação à própria naturalização dos imperativos realizados pela esfera econômica e aos valores e comportamentos, aqueles, em especial, que se mostram em consonância à movimentação e expansão do capital.

Em retorno ao discurso de Foucault, entretanto, tem-se que desde o desbloqueio da arte de governar, a Economia Política adota, por fundamento, a alocação de um novo padrão de verdade; não apenas um novo regime de verdade, mas, como Foucault (2008b) chama, um



“lugar de verificação”, ou seja, “um lugar de verificabilidade/falsificabilidade para a prática governamental” (FOUCAULT, 2008b, p.44). Mesclam-se aqui todos os fatores pertinentes a este biogoverno, a saber: a emergência da população; a adoção da população e seu bem-estar enquanto objetivo principal do governo; o alcance do bem-estar da população a partir daquilo que ela tem de natural, a saber, sua orientação pelos desejos dos indivíduos – fator este, como salientado, enormemente absorvido pela teoria econômica clássica em defesa do livre mercado –; e esta “nova economia” como nova esfera claramente perceptível da vivência humana. Seria dizer, grosso modo, que para alcançar seu objetivo principal, os métodos do governo deveriam garantir, nos âmbitos pertinentes, a ausência de sua própria ação, de forma a assegurar aos indivíduos a liberdade necessária ao alcance do principal objetivo do governo. Foucault novamente é bem incisivo sobre estas relações:

[...] o mercado é que vai fazer que um bom governo já não seja simplesmente um governo justo. O mercado é que vai fazer que o governo, agora, para poder ser um bom governo, funcione com base na verdade. Portanto, em toda essa história e na formação de uma nova arte de governar, a economia política não deve seu papel privilegiado ao fato de que ditaria ao governo um bom tipo de conduta. A economia política foi importante, inclusive em sua formulação teórica, na medida em que (somente na medida, mas é uma medida evidentemente considerável) indicou onde o governo devia ir buscar o princípio de verdade da sua própria prática governamental. Digamos em termos simples e bárbaros que o mercado, de lugar de jurisdição que era até o início do século XVIII, está se tornando [...] um lugar que chamarei de lugar de verificação. O mercado deve dizer a verdade, deve dizer a verdade em relação à prática governamental. Seu papel de verificação é que vai, doravante, e de uma forma simplesmente secundária, comandar, ditar, prescrever os mecanismos jurisdicionais ou ausência de mecanismos jurisdicionais sobre os quais deverá se articular. (FOUCAULT, 2008b, p.44-45)

Estabelecem-se aí, portanto, novos modos de subjetivação, que, na perspectiva da Ciência Econômica, entende-se como pertencente ao âmbito do liberalismo. Não apenas um singular modo de subjetivação, mas também a operacionalização dos processos de subjetivação, ou seja, a experimentação desta nova estrutura política e econômica e a construção de uma narrativa individual baseada nesta nova organização da economia, da política e, a um nível microeconômico, do trabalho. Na perspectiva concernente à história econômica em relação ao trabalho, sem nos prolongarmos muito, passa-se das corporações de ofício ao mercado livre, do desemprego enquanto problema de Estado à sua aceitação enquanto problema referente à própria inadequabilidade do indivíduo às condições de mercado, além, obviamente, das condições pertinentes ao modo de produção, uma perspectiva à parte e sobre a qual se reservará o pensamento marxiano.

Não mais além do que o já percebido até então, tem-se que Foucault dá continuidade às relações presentes, em sua concepção, entre o mercado e o Governo, passando o Governo agora

a estar sob a jurisdição do mercado para poder alcançar seu objetivo sobre a população. É evidente que paralelo à nova posição do mercado perante o Governo e a população estão fatores de importância à sua emergência, tais como aqueles característicos mesmo da naturalidade da população, como a situação monetária, proveniente da movimentação de ouro entre as nações; o crescimento demográfico contínuo e uma intensificação da produção agrícola; enfim, o maior crescimento econômico enfrentado pelas nações desenvolvidas.

O foco desta última passagem pelo pensamento foucaultiano objetivou desvendar o caráter do liberalismo em prol de uma sinalização da emergência da economia, de sua naturalização à população e da prática do novo poder central, o governante, agora sob a formalidade de um Governo, baseada no novo saber que se tornou a Economia Política – a tentativa, afinal, de aplicação no novo âmbito de vivência humana dos métodos políticos de disciplina, agora, em sua maior parte, controle.

O liberalismo, desta forma, aparece-nos enquanto face “formalizada” de desenvolvimento de uma Bioeconomia, o início de um aprofundamento das formas de disciplina e dos dispositivos de segurança da esfera econômica sobre as relações humanas e, por fim, sobre as novas concepções acerca da realidade pelos indivíduos. O desenvolvimento do liberalismo e seu posterior aperfeiçoamento em neoliberalismo demonstram de maneira mais clara esta mudança. Salienta-se que este governo bioeconômico é comum às duas esferas de disciplina e controle: a esfera “coletiva” e a privada, individual:

[..] quando os fisiocratas descobrem que há de fato mecanismos espontâneos da economia que todo governo deve respeitar se não quiser induzir efeitos opostos, inversos mesmos, aos seus objetivos, que consequência tiram? Que se deve dar aos homens a liberdade de agir como quiserem? Que os governos devem reconhecer os direitos naturais, fundamentais, essenciais dos indivíduos? Que o governo deve ser o menos autoritário possível? De modo algum. O que os fisiocratas deduzem disso tudo é que o governo tem de conhecer esses mecanismos econômicos em sua natureza íntima complexa. Depois de conhecê-los, deve evidentemente comprometer-se a respeitar esses mecanismos. Respeitar esses mecanismos não quer dizer, contudo, que ele vai providenciar uma armadura jurídica que respeite as liberdades individuais e os direitos fundamentais dos indivíduos. Quer dizer simplesmente que ele vai munir sua política de um conhecimento preciso, contínuo, claro e distinto do que acontece na sociedade, do que acontece no mercado, do que acontece nos circuitos econômicos, de modo que a limitação do seu poder não seja dada pelo respeito à liberdade dos indivíduos, mas simplesmente pela evidência da análise econômica que ele saberá respeitar. Ele se limita pela evidência, não se limita pela liberdade dos indivíduos. (FOUCAULT, 2008b, p.84)

Percebe-se até o momento a real existência da relação entre mercado e governo, que juntos agem na e sobre a economia de modo a garantir o alcance dos objetivos do governo, a lembrar, o bem-estar da população. Em si, conforme expõe Foucault, um paradoxo por se tratar

de uma gestão de liberdade que termina por limitá-la ou destruí-la: “É necessário, de um lado, produzir a liberdade, mas esse gesto mesmo implica que, de outro lado, se estabeleçam limitações, controles, coerções, obrigações apoiadas em ameaças etc.” (FOUCAULT, 2008b, p. 87).

Após esta interpretação do desenvolvimento do governo, Foucault deverá se focar em uma análise acerca do neoliberalismo e em comparações entre este e o liberalismo. Pretendemos adotar novamente a contribuição foucaultiana mais à frente, quando ao conceito de Bioeconomia anexarmos a organização político-econômica neoliberal, bem como sua conceituação, que passa a estar relacionada quase que estritamente a uma concepção do que de mais sutil e persuasivo possui o neoliberalismo: o controle sobre o indivíduo, a cooptação que passa a fazer parte da própria história e das narrativas dos indivíduos sem qualquer aparente contestação.

Ademais, após a relevância da “análise externalizada” de Foucault sobre a economia, mais especificamente a Economia Política, e a construção do conceito de Bioeconomia que surge a partir do desvelamento do caráter deste novo âmbito econômico, cremos que a perspectiva marxiana nos será igualmente de grande valia à continuidade do discernimento sobre a Bioeconomia.

Calcando-se, por sua vez, em uma crítica mais interna, em comparação à análise de Foucault, à economia liberal, sobre a qual ensaiará uma análise imbricada à crítica das condições oferecidas pela organização proposta pelo livre mercado – principalmente em relação ao trabalho –, a percepção de Marx nos será útil em dois sentidos. Em primeiro lugar, para uma continuidade na construção do valor da Bioeconomia feita nas presentes páginas à percepção da organização econômica como sendo igualmente controladora da subjetividade do indivíduo, mais especificamente pelo trabalho. Em segundo lugar, à ligação que em Marx muito é apontado entre algo que interpretamos como sendo a Bioeconomia que desenvolvemos desde o início deste trabalho, de cunho foucaultiano, e a perspectiva em que percebemos ser concernente à Bioeconomia destacada atualmente, centrada mais nas formas de exploração do trabalho por meio de sua comum imaterialidade na contemporaneidade. O destaque concedido ao *general intellect* em Marx, algo que só viria a ser analisado mais fortemente na realidade laboral a partir da segunda metade do século XX, concede um novo olhar à sua contribuição. Entretanto, destacamos que, desde bem antes, é possível perceber em suas obras a concessão de um traço sobre a Bioeconomia – não nos termos propriamente ditos e por meio de significações diretas, mas de críticas que esboçam uma ideia concomitante ao que

desenvolvemos até o momento. Mais do que isso: sobre o trabalho, sobre as organizações do trabalho e sobre a subjetividade.

#### **4 BIOECONOMIA(S) EM MARX: A CRÍTICA À ECONOMIA POLÍTICA**

Como delineado, a contribuição marxiana à Bioeconomia é fornecida na forma de uma crítica interna, mais afim à Economia Política. Em relação à aglutinação de significados aderidos à Bioeconomia por meio de uma interpretação dos escritos de Marx, revela-se que, tal como feito em Foucault, um conceito diretamente esboçado não se encontra presente em suas obras – muito menos uma indicação direta à categoria. Nosso trabalho, assim, busca tecer uma linha contínua de significações que, de certa maneira, atravessa estes pensadores até as contribuições mais atuais, visando, assim, tornar perceptível e justificável o estudo da Bioeconomia – bem como mais claro seu entendimento. Mais do que isso, visa a revelar, em muito, um novo olhar sobre a esfera econômica, a Economia nacional, enfim, a Economia Política, olhar este que intermedeia as ferramentas econômicas e a subjetividade.

Ademais, enquanto último autor sobre o qual recaiu o ensaio da reconstrução de uma perspectiva acerca da categoria (pois partimos, em nossos estudos, da desconstrução das perspectivas contemporâneas sobre a Bioeconomia para chegarmos em Foucault e Marx, retornando, em seguida, aos autores contemporâneos), em Marx se percebe uma abordagem que em seu conteúdo, e mediante uma leitura singular, refere-se a “Bioeconomias”, uma mescla das significações que dialogam com as concedidas por Foucault e pela análise contemporânea sobre o trabalho, mais especificamente sob a ótica de Andrea Fumagalli.

Apesar de aparentar ser uma nova divisão entre construções diferentes sob um mesmo nome, desta vez a diferenciação percebida deverá se dar apenas pelo foco concedido ao controle, ou melhor, pelo objeto de controle em cada significação. Enquanto que em Foucault se tem a população como um todo, nos autores contemporâneos, como Fumagalli (2010), percebe-se uma limitação do conceito a partir do âmbito do trabalho, o que deverá levar consigo a prevalência de uma discussão acerca do trabalho imaterial e do cenário característico a uma economia financeirizada – ou seja, sob esta caracterização, a própria economia apenas adquire uma conotação ímpar de controle a partir das últimas décadas. Nesse sentido, será em Marx que poderemos perceber a presença desta dupla perspectivação, deste contraste entre “Bioeconomias”, e não “Bio-economias”, tal como realizado no início deste trabalho.

Mostra-se de relevância, antes de se adentrar à teoria marxiana, a explicação acerca da utilização de dois autores comumente tidos como díspares em suas análises, o que, ao leitor mais atento, poderá provocar certo estranhamento. Segundo estudiosos que empreenderam a leitura e a tentativa de diálogo entre Marx e Foucault, torna-se possível traçar algum paralelo,

mesmo que sutil, entre os métodos constitutivos de uma perspectiva sobre realidade e as formas como se dão as relações sociais presentes em suas óticas, principalmente em termos de relações de poder, como as estabelecidas sob a disciplina e o controle, nas diversas instâncias sociais – ponto ao mesmo tempo de convergência e divergência, esta no que tange ao níveis de mando e de submissão.

Compreende-se que, de alguma forma, estas óticas acerca da organização da sociedade podem levar a uma rápida convergência entre os autores. Cientes destas aproximações e distanciamentos, entretanto, o que os aproximará, no presente trabalho, não serão suas teorias ou estudos brutos, mas sim a busca que realizamos pela clarividência da categoria Bioeconomia enquanto perspectiva sobre a economia e seu agir sobre a subjetividade; enquanto modo de se perceber a realidade a partir de um controle exercido não apenas sobre a classe trabalhadora, mas sobre toda a sociedade. Nesse sentido, será principalmente por meio da contribuição de cada autor à construção e ao entendimento sobre a Economia Política – tendo em mente, obviamente, os diferentes tratamentos concedidos ao campo – que o conceito poderá ser melhor pensado e discutido – é dizer, através da “genealogia da economia política” de Foucault e da “crítica à economia política” de Marx. Por conta do corte categorial que se faz nesta pesquisa, as forças de interpretação dos autores utilizados até então visam expor, desde uma concepção mais ampla e vulgar, um estudo sobre a relevância do esclarecimento da Bioeconomia à análise acerca do mundo do trabalho, percebendo-a, assim, desde seus vieses alusivos às relações de poder até concepções mais limitadas ao âmbito do trabalho.

As possibilidades de incongruências entre uma concepção mais classista de Marx e o estruturalismo de Foucault, estando baseado este, conforme Souza e Garcia (2007), em uma dura crítica à conceituação da superestrutura – ideologias, relações entre classes, política – como originada e dependente de uma base material, econômica – um entendimento vulgar, portanto –, podem se mostrar variadas. Todavia, sob a perspectiva da Bioeconomia, defende-se ser possível, sim, tornar os autores mais próximos, a partir do momento em que são focados os tipos de controle exercidos sobre a população, controles estes de cunho “econômico”, e a profundidade de tal controle sobre o “comum” da sociedade, o “comum” do ser humano.

Sob uma nova ótica acerca da realidade, assim, torna-se factível uma nova perspectiva sobre a análise dos autores: uma análise sobre a Economia Política, sobre a introjeção de “valores economicistas” – principalmente ao se revelarem os valores constituídos a partir do *ethos* neoliberal –, uma análise que tem em seu cerne o trabalho.

Deste modo, ao se falar em resistência, fala-se ao mesmo tempo de relações de poder e, principalmente, da consciência acerca das relações de poder exercidas, mais especificamente

entre classes, já nos aprofundando na ótica do autor de análise deste capítulo. Seria confirmar, assim, estarmos traçando caminhos na leitura de Foucault, mas com passos caracterizados pela perspectiva marxiana, criando, assim, pegadas singulares. Ao se falar de formas de resistência, portanto, inserindo-nos no presente ponto de vista adotado na constituição desta pesquisa, adequar-se-á a abordagem a partir da conotação pertinente ao mundo do trabalho: voltar-nos-emos às práticas de resistência dos trabalhadores, sejam individuais ou coletivas, contra as formas de exploração e controle do capital.

Concorda-se com Foucault em relação à ideia de que onde há relação de poder, vislumbra-se resistência. Entretanto, frisa-se que o controle pertinente a estas relações, bem como as resistências às quais se faz alusão, tornam-se mais agudos ao se apreender que o poder passa a se basear em uma via econômica. Neste caso, as relações de poder aparentam desvelar-se de seu sentido estritamente social, inerente à construção de vínculos sociais, passando a levar em conta uma relação econômica, de controle sobre a força de trabalho; de controle sobre as formas de consumo e subsistência da força de trabalho; de controle sobre a *psique* humana. A análise não se limita, portanto, apenas ao “indivíduo-**trabalhador**”. Como não se referir, assim, às sutilezas do exercício de poder em transformar o indivíduo em um ser mais dócil e fazer se desestruturarem as resistências à efetividade dos objetivos presentes no exercício do poder, sem tornar presente na discussão a relevância sobre a exploração da classe trabalhadora (um viés específico dentro da amplitude da realidade), talvez uma das perspectivas mais claras acerca do exercício de poder e de controle?

Em observância à proposta dessa primeira parte da pesquisa, um retorno a Marx, após um ensaio acerca da visão de Foucault sobre o desenvolvimento da Economia Política e da Economia e de sua paulatina relevância enquanto instrumento de controle, disciplina e segurança – uma perspectiva atemporal sobre a docilização da população –, mostra-se como um ponto de progressão ao caminhar de uma composição mais ampla da ideia de Bioeconomia. Nesse caso, o debruçar diferenciado que se pretende adotar sobre a teoria marxiana demonstrará, ainda, uma presença de significados distintos adotados ao entendimento da Bioeconomia. Uma presença de significados distintos, mas pouco divergentes: divergência em muito consonante à distância presente entre Foucault e Marx, mas que na perspectiva deste constitui uma interligação. Uma ligação, a saber, entre o controle da população e a ótica mais limitada ao trabalho, uma Bioeconomia de Foucault e uma Bioeconomia contemporânea, por assim dizer.

Subsidiando a nossa perspectiva enquanto calcada na ótica marxista, mesmo com a reflexão sobre a Bioeconomia realizada também em Foucault, demonstrando, assim, a

coerência na abordagem múltipla que por ora empreendemos, Souza e Garcia (2007, p.22-23) apontam que

[...] Foucault não negará a existência de classes sociais, porém não dará tanta ênfase às mesmas para se entender as relações de poder em um determinado momento, exatamente porque Foucault (1979, 2003) não crê que o poder exista e pertença apenas a uma determinada classe. Assim, Foucault (1979: 183) afirma que não se deve "tomar o poder como um fenômeno de dominação maciço e homogêneo de um indivíduo sobre os outros, de um grupo sobre os outros, de uma classe sobre as outras". Foucault (1979) elimina qualquer possibilidade de uma ideia estática sobre o poder, enfatizando muito mais as lutas do que as classes sociais.

Jocosamente, por fim, Foucault aponta sua relação para com o marxismo, deixando claro, assim, que apesar das inúmeras discordâncias entre o autor e a teoria marxiana, faz-se possível um diálogo entre os autores (SOUZA; GARCIA, 2007, p.28-29):

Quando interrogado por que mantinha uma certa distância com relação a Marx e ao marxismo, Foucault (2003) salienta que cita conceitos, frases e textos de Marx sem sentir-se obrigado a fazer uma citação de Marx por meio da utilização de referências ou notas de rodapé. Ao afirmar que cita "Marx sem dizê-lo, sem colocar aspas, e como eles [os marxistas] não são capazes de reconhecer os textos de Marx, eu passo por ser aquele que não cita Marx. Será que um físico, quando faz física, sente a necessidade de citar Newton ou Einstein?" (FOUCAULT, 2003: 173).

Adentrando-se a algumas diferenciações entre os autores, em tom elucidativo e visando não obnubilar o real foco deste trabalho e o real intuito deste capítulo, inicialmente se mostra claro que entre os dois autores são relevados diferentes entendimentos de "população" e, com isso, diferentes formas como se dão a constituição da mesma. Ainda: prosseguindo às ramificações que o tratamento à população poderá produzir, acaba por se mostrar também distinto o foco a certo conflito presente entre os entendimentos sobre a realidade. Ao contrário do entendimento de Foucault demonstrado até o momento, tem-se em Marx o destaque concedido diretamente sobre a população de um dos fatores mais característicos de sua teoria, a luta de classes. Segundo Marx (2011, p.54):

Parece ser correto começarmos pelo real e pelo concreto [características dos fatores que se referem a um ponto de vista político-econômico de um país, tais como a cidade, o campo, exportação, importação etc.], pelo pressuposto efetivo, e, portanto, no caso da economia, por exemplo, começarmos pela população, que é o fundamento e o sujeito do ato social de produção como um todo. Considerado de maneira mais rigorosa, entretanto, isso se mostra falso. A população é uma abstração quando deixo de fora, por exemplo, as lutas de classes das quais é constituída.

O modo de tratamento da população realça a principal diferença entre os autores (dentro do enfoque concedido a esta pesquisa), o que gera, por consequência, uma diferenciação entre os mesmos em relação ao entrechoque, ao enfrentamento salientado e que envolve a população. Enquanto que em Foucault, em sua análise mais externalizada (característica à sua genealogia)



sobre o desenvolvimento da população e da economia, é levada em consideração a relação (governo – economia política – população), ou, resumidamente, governo – população (assim, um foco na dinâmica das estruturas de governo), ademais de também levar em conta as “relações atômicas de poder”, principalmente na ótica de um controle pulverizado, relacionadas às diferenças individuais dentro da população; em Marx se percebe uma oposição de interesses inerente à própria população: a burguesia e o proletariado, centradas nas relações para com a força de trabalho e os meios de produção – e na qual o governo se insere como apoio político ao capital.

Longe de nos focarmos na especificidade de cada um, o que neste trabalho se procurará buscar será, por meio destes autores, inicialmente, a concepção de um **controle gerado pela economia sobre os indivíduos**, mais especificamente **pelo trabalho e sobre a subjetividade**, elo de grande importância a um diálogo entre a Ciência Econômica e as considerações da Psicologia. Eis aqui, de antemão, a composição de “Bioeconomias” em Marx.

Em termos foucaultianos, é interessante frisar que se adentra a um dos espaços nos quais se exerce a disciplina e o controle, gerando, com isso, novas formas de subjetivação. Como Foucault (2002, p.114) mesmo destaca, a fábrica liga os indivíduos “aos aparelhos de produção, formação, reformação ou correção de produtores”: a um “aparelho de normalização dos homens” – tais como a escola, o hospital, a prisão e outras instituições. Será este âmbito sobre o qual mais diretamente se focará Marx, trazendo em sua análise um relato mais pormenorizado dos acontecimentos pertinentes à fábrica – mas não exclusivamente, como poderá ser visto no próximo tópico. Sua tese da alienação do trabalho, por exemplo, em muito poderá ser vista como um fundamento para o exercício de certo controle institucional (ou econômico) sobre o indivíduo, bem como, em si mesma, o retrato do novo caráter que se desenhava sobre a classe trabalhadora.

#### **4.1 Tratamentos acerca da subjetividade e o controle sobre a classe trabalhadora**

Ressaltando a organização político-econômica liberal, em Marx se torna clara a problematização das formas de controle pertinentes a esta organização sobre a classe trabalhadora. Neste quesito, não apenas Marx, em 1844, com os “Manuscritos Econômico-Filosóficos” (2006), por exemplo, de forma mais direta e contundente, aborda este tema, como também Engels (1979), por meio de seu “Esboço de uma crítica da Economia Política”, de 1843, e de igual modo por meio d’“A situação da classe trabalhadora na Inglaterra” (2010), de 1845, este sob uma abordagem mais madura intelectualmente. Apesar da diferença em suas

sistematizações – dadas as devidas diferenciações em termos de formação intelectual –, os autores convergem a um constructo de crítica à Economia Política, esta dotada até então de um papel de revelação da dinâmica econômica e do funcionamento dos instrumentos econômicos.

Apesar de uma análise principiante, percebe-se na escrita de Marx uma preocupação para com o estado de submissão pela qual estariam relacionados a sociedade como um todo e, mais especificamente, o trabalho frente aos novos processos de produção, calcados principalmente em uma desapropriação em massa dos meios de produção dos trabalhadores liberais e daqueles pertencentes às (e, assim, defendidos pelas) corporações de ofício. Deve ser dito: não apenas de submissão, mas de uma constituição heterodirigida da subjetividade, conforme se pode entender a partir dos “Manuscritos Econômico-Filosóficos” (MARX, 2006).

Inserida nesta sujeição do trabalhador frente à dinâmica do capital, localiza-se, portanto, na análise marxiana, uma abordagem pertinente sobre subjetividade do trabalhador. Simples e complexa ao mesmo tempo; longe, obviamente, da perspectiva singular sobre a subjetividade empreendida na atualidade, mas uma discussão importante para a compreensão da complexidade presente na exploração da força de trabalho, principalmente em termos de um trabalho mais intenso. Mais do que isso, a perspectiva do materialismo histórico-dialético logo localiza, além do mecanismo de mercado, a mercadoria e a alienação da mesma em relação ao trabalhador enquanto objetos de relação que geram novos contornos à produção da subjetividade. O conteúdo inicial da contribuição intelectual de Marx, assim, enquanto permeado por aspectos morais, torna possível a interlocução entre ideias aparentemente tão diferentes, tornando a obra reduto de múltiplos olhares e interpretações.

Dessarte, destaca-se que a abordagem de Marx, aqui percebida como um tratamento de cunho bioeconômico, pauta-se, de certa forma, em uma relação de controle entre o sistema capitalista – representado não apenas pela classe dos capitalistas, mas igualmente pelo Estado, que pela sistematização da propriedade privada perpetua tal cenário – e a classe trabalhadora; controle este que se baseia no domínio sobre a “realização” do cotidiano, enfim, da vida do indivíduo e da coletividade, seja pela via biológica, seja pela via psicológica.

Apresentando as relações de produção como fio condutor a um “dispositivo de controle” mais veemente sobre o indivíduo e por base o controle e a desapropriação dos meios de produção necessários à sua manutenção, a disposição das técnicas de produção acaba por adotar sobre o indivíduo, ou melhor, sobre a classe-que-vive-do-trabalho (ANTUNES, 1998), um sentido de conformação da subjetividade a um conjunto de valores outros, alheios, afetando os modos e processos de subjetivação. Apesar da inserção de controle deste tipo, importante se torna ressaltar que o mesmo, na perspectiva marxiana, é **também** realizado categoricamente

através da organização da base material, a base econômica, que passa a ser propriedade de uma classe específica. Dessa forma, tratar do controle, nesta ótica, não se baseia **apenas** em termos de significação do espaço fabril enquanto instituição disciplinadora e/ou controladora (assim como da escola ou da prisão), mas também em termos da organização da base material; na concepção marxiana, portanto, da economia.

A “dissecação” adotada por Chagas (2013) acerca do exame da teoria marxiana sobre o trabalho e dos principais fatores de conformação da realidade social, política e econômica sob a visão de Marx, torna clara, ao mesmo tempo em que curiosa, um viés não tão vislumbrado da investigação de Marx sobre o funcionamento do sistema capitalista – pouco explorada ou desprezada por estudiosos do pensamento marxiano (SILVEIRA, 2002; CHAGAS, 2013). Tratando acerca da abertura concedida por Marx em suas obras à discussão da subjetividade, Chagas (2013) demonstra que em muito a abordagem do pensador tem sido absorvida a partir de seu traço economicista e objetivo, objetivismo este que passa a caracterizar a própria relação humana para com o material e, com isso, os termos referentes à construção histórica do indivíduo – ou seja, a relação infraestrutura → superestrutura. Esta visão, segundo Chagas (2013, p.15), “levaria ao predomínio do sujeito econômico em detrimento do indivíduo como sujeito histórico e, com isso, até à negação do próprio sujeito, ao sumiço do espaço da subjetividade humana”:

[O pensamento de Marx] não pode ser reduzido a um objetivismo, a um mero determinismo econômico, unilateral, visto que a objetividade é impensável sem uma íntima correspondência com a subjetividade. Não há, para ele, objeto sem sujeito, como não há sujeito sem objeto. Nenhum dos polos dessa relação, sujeito e objeto, é posto como um dado *a priori*; eles se constituem na relação. Quer dizer, Marx não considera o indivíduo humano apenas no seu caráter objetivo, determinado, mas em seu processo de autodeterminação. E é nesse processo de autoconstrução que se criam novas formas de objetivação, que possibilitam, por sua vez, novas formas de subjetivação. O que Marx quer mostrar é, na verdade, que a subjetividade não é nem uma instância própria, autônoma, independente, abstrata, nem posta naturalmente, dada imediatamente ao indivíduo, mas construída socialmente, produzida numa dada formação social, num determinado tempo histórico. (CHAGAS, 2013, p.16)

É neste mesmo sentido que também localizamos a defesa realizada por Araújo e Teodoro (2006, p. 74), os quais assinalam que “a superestrutura também é determinante, tendo o econômico como base, e a consciência é um atributo do ser no processo de produção de sua existência”.

A análise realizada por Berino (2005), por sua vez, se dá sob um caráter mais construtivo acerca da teoria marxiana, inserindo em sua análise a identificação de limitações pertinentes ao pensamento do filósofo, sendo utilizado, para tanto, argumentos de autores marxistas que

percebem as debilidades de Marx e as compreensões equivocadas que surgem, como Konder, Godelier e Larrain. Na leitura de Berino (2005, p. 21) sobre a visão de Larrain, à construção das ideias de base e superestrutura coube um significado impreciso por conta de sua dupla significação: a descrição do “desenvolvimento de níveis especializados da sociedade sob o capitalismo” e a explicação de “como um destes níveis determina os demais”. Neste caso, vislumbra-se um encaixe mais coerente das ideias de base e superestrutura à primeira consideração, enquanto que não se mostra adequada à segunda compreensão,

Isto porque a metáfora arquitetônica constitui uma imagem estática que reduz a dinâmica de determinadas situações, como a luta de classes, a um nível específico que está separado dos demais: “assim, a determinação da superestrutura pela base se torna um modo externo de causação”. (BERINO, 2005, p. 21)

Chagas (2013), tal como Berino (2005), salienta que mesmo nas mais conhecidas categorias construídas por Marx, a presença de uma construção cognitiva do indivíduo se torna presente – e seria no sistema de produção capitalista que esta construção se torna heterodirigida. Alienação, fetiche, ilusão, entre outros, teriam em seu cerne a criação de novos valores e comportamentos, modos de pensar a – e interagir com a – realidade, que imediatamente deveriam transpassar a consciência de toda uma classe visando o prosseguimento de um sistema econômico centrado na mercadoria e na preponderância do valor sobre o valor-de-uso. A evidência, portanto, da constituição de novas formas de controle a partir de transformações na relação entre o trabalhador e o fruto de seu trabalho, um dos vários centros teóricos marxianos, torna-se clara.

O problema é que o sujeito trabalhador, que faz parte do mundo do trabalho, tem uma representação de sua existência, uma compreensão de sua vida, a qual não corresponde à sua real circunstância, justamente porque tal representação não expressa a sua existência e o seu mundo, mas a existência e o mundo do burguês, a “visão de mundo” do capital. (CHAGAS, 2013, p. 21)

Apesar das principais problematizações apontadas por Marx estarem inseridas em uma perspectiva materialista-histórica, apontando que é com base na produção e no material que se estabelecem as organizações econômica, política, social, bem como uma cultura característica a esta infraestrutura, percebe-se, no decorrer de suas análises, que o prosseguimento a estas condições materiais e, conseqüentemente, os valores daí decorrentes imputados à classe trabalhadora, se mantêm consolidados através da consciência propagada dentro da própria classe. É dizer, com isso, que as “ideias hegemônicas, propostas pelas classes dirigentes, são apresentadas para toda a sociedade como um ideal comum, pertencente a todos” (CHAGAS, 2013, p. 24).

Com a massificação de dadas condições, que aparentam ser anistóricas, inerentes a toda a sociedade, e não apenas àqueles que nascem em determinada situação socioeconômica, como poderiam as condições materiais, bem como as formas de concepção da realidade, se modificarem, visando, assim, a construção de um indivíduo dito “livre”, “autodirigido”? Uma continuidade do modelo de produção, bem como de alguns valores dentro da sociedade, deve se dar de maneira mais íntima aos indivíduos, naturalizando, assim, os aspectos econômicos do modo de produção capitalista.

Entende-se, portanto, que apesar da importância concedida à base econômica para a organização social, a superestrutura exerce papel fundamental não apenas na manutenção de tal organização social e na forma como se mostra constituída a base material, mas também na intensificação de certas ideais acerca da naturalidade desta mesma base, da naturalização de certa predisposição material da sociedade e da forma com a qual se deve relacionar-se com ela; daí a ausência de passividade da superestrutura. Com isso, conforme destaca Berino (2005), sai-se de um “marxismo vulgar” (sobre o qual é constituído uma “crítica vulgar”) para se adentrar a uma perspectiva mais ampla das ideias de Marx. Sobre esta ideia, o autor consegue evidenciar uma pormenorização das considerações de Marx com o seguinte trecho:

Os indivíduos como pessoas estão aqui subsumidos à sua individualidade de classe e trazem em si, então, as condições particulares do seu pertencimento. Assim, de modo algum, o conjunto das ideologias da qual partilham os indivíduos da classe dominante constituem idéias que podem ser extraídas dos indivíduos enquanto tais. Na verdade, elas são lhes relativamente casuais, já que são particularmente adquiridas em razão da vivência extraordinária dos diferentes ramos da divisão do trabalho. No entanto, diante do poder que reúnem como classe dominante, trata-se de um processo de viver que será representado para toda a sociedade como um ideal comum e aproveitável para todos. (BERINO, 2005, p. 64)

Será neste sentido acerca da abordagem tida sobre o pensamento de Marx, coerente ao nosso raciocínio, que se empreende uma passagem por sua teoria, mas sob a perspectiva de localizar discussões aptas ao fortalecimento do conceito de Bioeconomia. Localizamos principalmente nos “Manuscritos Econômico-Filosóficos”, n“O Capital” e no “*Grundrisse*” as análises a partir das quais poderemos desenvolver um delineamento mais afim ao que foi percebido até então em Foucault sobre a categoria. Por sua vez, como se imagina, o ponto de vista de Marx se mostrará mais limitado, retendo-se em primazia ao âmbito do trabalho, mas também passando várias vezes à amplitude da própria população. Esta primeira abordagem sobre Marx deverá se centrar justamente no âmbito do trabalho, servindo tal objeto à ligação entre conceituações diferenciadas de Bioeconomia, ao mesmo tempo em que fortifica sua significação à discussão sobre o trabalho.

Conforme salientado, a abordagem de Marx presente nos “Manuscritos” em muito se calçou no curto tempo de estudo sobre as contribuições dos economistas clássicos à interpretação da dinâmica econômica de suas épocas, tendo como gatilho ao seu interesse o escrito de Engels, desenvolvido e publicado um ano antes à sua obra. Desta forma, em muito os escritos dos autores se mostram convergentes – sendo diferentes em sua forma e profundidade da abordagem –, fazendo com que os pontos de discussão presentes no artigo de Engels, o “Esboço”, também se mostrem presentes nos escritos de Marx, tais como a crítica à limitação intelectual dos economistas, uma interpretação sobre o comércio e o vilipêndio sobre a população pelo capital realizado pela via do trabalho. Acerca deste último ponto, sobre o qual nos centraremos, conhecida se mostra sua principal percepção acerca do desenvolvimento do indivíduo, ou melhor, do ser social, e do mundo das mercadorias. Esta visão sobre o desenvolvimento inverso dos dois “mundos”, por assim dizer, torna clara a defesa de Marx acerca das consequências que o controle sobre a força de trabalho exhibe na constituição de um novo sujeito, na produção de uma nova subjetividade. Segundo Marx (2006, p. 80),

O trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadorias cria. Com a valorização do mundo das coisas aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens. O trabalho não produz somente mercadorias; ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e esta na medida em que produz, de fato, mercadoria em geral.

O posicionamento de Marx perante o trabalho e sua análise sobre os impactos do trabalho industrial à classe trabalhadora deixam clara sua defesa da categoria enquanto responsável pelo desenvolvimento do ser humano, apresentando-se, portanto, como categoria ontológica. Mais do que isso, a inserção da atividade aos moldes do sistema produtor de **mercadorias** – que, em si, denota o caráter da produção humana, sendo voltada exclusivamente à troca – provoca uma transformação da relação entre o trabalhador e a atividade produtiva, o trabalhador e o produto e, com isso, o trabalhador e os outros indivíduos, a (sua) própria humanidade. Será nestes termos que Marx enquadra a questão da alienação; na ótica do autor e de forma geral, uma efetivação do trabalho concomitante à desefetivação do trabalhador, tanto em relação à sua posição enquanto completo conhecedor da constituição de valores de uso específicos quanto à sua posição enquanto ser humano – uma evidência dos impactos da alienação dos demais espaços da cotidianidade:

Esta efetivação de trabalho aparece ao estado nacional-econômico como desefetivação do trabalhador, a objetivação como *perda do objeto e servidão ao objeto*, a apropriação como *estranhamento*, como *alienação*. [...] quanto mais o trabalhador se desgasta trabalhando, tanto mais poderoso se torna o mundo objetivo,

alheio que ele cria diante de si, tanto mais pobre se torna a ele mesmo, seu mundo interior [e] tanto menos [o trabalhador] pertence a si próprio. (MARX, 2006, p.80-81)

A nova relação concedida entre a força de trabalho e o trabalho deverá seguir o desenvolvimento das faces do valor explicadas por Marx posteriormente em “O Capital” (1980), especificamente nas discussões sobre o fetichismo da mercadoria. Segundo Marx, sob a assinatura do caráter fetichista da mercadoria estaria o desenvolvimento adotado, no sistema de regulação baseado no mercado, pelo valor, ou, mais especificamente, pela representação e significância concedida ao valor de troca em “contraposição” ao valor de uso. Não é dizer, claramente, que o valor de uso das mercadorias se extirpa da corporeidade dos frutos do trabalho, mas que **seu valor de uso principal passa a ser a de possuir valor**, ou seja, de ser passível de permuta – mais especificamente pela mercadoria que ocupa o espaço de equivalente geral, o dinheiro (MARX, 1980)

Entretanto, em retorno às novas relações entre o produtor e o trabalho – neste caso, o produto final –, tem-se uma aceção inicialmente mais simples acerca da categoria trabalho e das consequências do trabalho alienado à classe trabalhadora. É neste sentido que se entende a defesa de Marx acerca da efetivação do trabalho e a desefetivação do trabalhador, que deverá retornar em “O Capital”, em sua especificidade e sob nosso ponto de vista, no sentido da “virtuosidade do trabalhador mutilado” como fruto da produção manufatureira (MARX, 1980, p. 390).

Seguindo o primeiro “afastamento” entre a efetivação do trabalho e do trabalhador, tem-se, na prática, uma reflexão sobre o próprio sentido adotado sobre o trabalho, que, como o próprio Marx defenderá, sofrerá uma transformação ao experimentar o processo produtivo uma paulatina substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto. Como bem apontam Amorim (2009) e Sennett (2011), o trabalho vivo, o trabalhador, torna-se um apêndice da máquina, cabendo sua atividade à observação e manutenção do processo produtivo. Com o maior potencial do maquinário, cai-se no sentido de “efetivação do trabalho”, ou seja, de eficiência do processo produtivo: de uma maior produção de valores de uso. Neste sentido, fala-se em um desenvolvimento da composição técnica do capital, a relação entre maquinaria e mão-de-obra utilizada em um processo produtivo – diferente da composição orgânica do capital, conforme expõe Marx (1996), que leva em consideração esta mesma divisão, mas na ótica dos valores do capital constante (valor dos meios de produção) e do capital variável (valor da força de trabalho).

Por sua vez, a “desefetivação do trabalhador” recai sobre o posicionamento que o sujeito passa a adotar frente à atividade que o fez “ser”, que, seguindo contribuição de Engels (1999),

o constitui enquanto espécie diferente das demais. Sob estes aspectos, é interessante perceber que o **trabalho consciente** acaba por perder seu espaço na produção industrial. Diferente das atividades das demais espécies, as quais se propõem a contemplar apenas as necessidades primárias, o trabalho consciente, a partir do que se pode inferir em Marx (1980), caracteriza-se pela antecipação à própria atividade, por sua permanência durante a mesma e por sua finalização, expansão ou, pode-se dizer, transferência após o término do processo inicialmente proposto. Segundo estes aspectos, não mais se identificando ao produto proveniente da própria capacidade produtiva, ao trabalho é denotado o sentido de atividade ordinária, de vilipêndio das próprias capacidades que o trabalhador ainda pensa possuir e que são diferentes (e mais importantes) que o trabalho: passa-se a fugir do trabalho tal qual se foge de uma peste e, daí, a considerar as atividades comuns a todas as espécies enquanto espaços da verdadeira dignificação humana (Marx, 2006).

No desenvolvimento proposto em “O Capital”, em uma especificação de cunho mais “científico”, em consonância ao próprio desenvolvimento da obra, a “virtuosidade do trabalhador mutilado” faz alusão aos aspectos concernentes à divisão social do trabalho e à consciência sobre o processo produtivo. Como se aponta,

Certa deformação física e espiritual é inseparável mesmo da divisão do trabalho na sociedade. Mas, como o período manufatureiro leva muito mais longe a divisão social do trabalho e também, com sua divisão peculiar, ataca o indivíduo em suas raízes vitais, é ele (*sic*) que primeiro fornece o material e o impulso para a patologia industrial: “subdividir um homem é executá-lo, se merece a pena de morte; é assassiná-lo se não a merece”. A subdivisão do trabalho é o assassinato de um povo. (MARX, 1980, p.416)

Seguindo a proposição de Marx nos “Manuscritos” e, além disso, o desenvolvimento intelectual do autor desde sua juventude, como, afinal, não considerar o trabalho uma atividade **negativa, negadora** da própria humanidade, enquanto a mesma possui uma caracterização que desefetiva e mutila o trabalhador? Revela-se aqui uma percepção sobre os modos e processos de subjetivação que rondam o mundo do trabalho no século XIX.

Nestes termos, evidencia-se a importância de se perceber a produção da subjetividade proposta ao tempo de Marx, dependente que se mostrava da realidade social que permeia o indivíduo. Sob jornadas forçadas que extrapolavam os limites físicos e psicológicos dos vendedores de sua força de trabalho, condições deploráveis de trabalho e que se expandiam ao espaço público (da cidade, de forma geral) e ao espaço privado (da habitação), entende-se que à percepção sobre os resíduos que encrostavam as cidades e degradavam as moradias deve ser incluído o próprio sujeito “produzido à época”. Resíduos, assim, não apenas em relação ao sobejo presente nas indústrias e espalhado no espaço comum, mas também às próprias condições



nas quais acabariam por se encontrar os trabalhadores. A produção industrial, assim, “produz espírito, mas produz imbecilidade, cretinismo para o trabalhador” (MARX, 2006, p. 82). Marx e Engels evidenciam esta percepção das seguintes formas:

A produção produz o homem não somente como uma *mercadoria*, a *mercadoria humana*, o homem na determinação da *mercadoria*; ela o produz, nesta determinação respectiva, precisamente como um ser *desumanizado* tanto *espiritual* quanto *corporalmente* – imoralidade, deformação, embrutecimento de trabalhadores e capitalistas.” (MARX, 2006, p. 92-93)

[Sobre os vícios e “todas as tentações de prazeres proibidos”] Tudo isso não provém de um anormal do caráter, mas da natureza quase irresistível das tentações a que estão expostos os pobres. Os ricos, que condenam o comportamento dos pobres, provavelmente cederiam com a mesma rapidez à influência de causas análogas. Existe um grau de miséria e uma imposição do pecado a que a virtude raramente pode resistir e a que a juventude, especificamente, não consegue se contrapor. Em tais circunstâncias, o progresso do vício é quase tão seguro e rápido quanto o do contágio físico. (ENGELS, 2010, p. 160)

E Engels expõe, em consonância ao sentido do “ter” que passa a ocupar o espaço de “todos os sentidos físicos e espirituais” salientado por Marx (2006, p. 108):

O espírito mercantil penetra toda a linguagem, todas as relações vêm designadas por expressões comerciais e explicadas mediante categorias econômicas. Encomenda e fornecimento, demanda e oferta são fórmulas com base nas quais a lógica do inglês ajuíza toda a vida humana. Eis o que permite compreender o respeito universal pela livre concorrência e o regime do *laissez-faire* e *laissez-aller* na administração, na medicina, na educação e em breve, muito provavelmente, também na religião, onde a supremacia da Igreja estatal perde os terrenos progressivamente. (ENGELS, 2010, p.309)

Berino (2005, p. 62), no sentido de propor uma categoria pertinente à discussão sobre a subjetividade, uma categoria através da qual se poderia indicar a ciência de um controle sobre a forma de “ser” de certo conjunto de indivíduos – ou até mesmo de toda a sociedade, se não nos centrarmos apenas no trabalho e passarmos, por exemplo, ao consumo –, indica a divisão social do trabalho, sendo a partir desta destacada a alienação que produz, como estrutura que “caracteriza a ideologia como uma inversão a respeito da apreciação das reais condições de existência do mundo humano”. Em sua explicação não deixam de ser notados pontos relevantes ao entendimento da atividade laboral – moderna e contemporânea – enquanto atividade na qual as relações de poder se tornam claras, em que o controle, neste caso de uma classe sobre outra – mas, o que não deixa de ser, de indivíduo(s) sobre outro(s) –, produz subjetividades. Segue o autor esclarecendo que

Para Marx, a teoria, a filosofia, a teologia ou a moral, etc., não são senão um resultado das privações que constituem a realização do trabalho. Isto acontece porque, como forma de consciência sobre o homem, não formulam o homem como um ente social e historicamente constituído: separada pela atividade fragmentada e parcial do trabalho, sem conhecer os aspectos relacionais da existência humana, a representação da vida

pode ser fixada na experiência particular e nos estados estratificados do pensamento. A divisão do trabalho, ao estabelecer lugares diferenciados na execução do trabalho, cria também interesses diferenciados na sociedade. Estes interesses são interesses de classe à medida que representam a conveniência particular de um grupo no processo de produção da existência. Marx e Engels consideram, neste caso, que a tendência da classe que é dominante no interior deste processo é tornar sua visão de mundo hegemônica. (BERINO, 2005, p. 62)

Deve ser dito, por fim, que o intuito do controle demonstrado até agora, exercido sobre a classe trabalhadora, conforme, afinal, revela Marx ao longo de sua análise em “O Capital”, mostra-se pautado não apenas na produção de valores-de-uso, mas de valor, e não apenas de valor, mas de mais-valor. Assim, o substrato econômico, em sua comparação à esfera econômica de Foucault, acerca da qual o governo sobre a população se daria de forma mais efetiva, revela-se mais elaborado, já, neste momento, calcado nas ideias da economia liberal, tais como o livre mercado e a imposição dos interesses próprios enquanto força-motriz à dinamização da circulação de mercadorias e à produção de riqueza.

Isto posto, limitar a determinação de um controle a partir da concepção classista de Marx se mostra, conforme se espera ter evidenciado, como uma passagem ao que há de mais superficial em sua teoria. Pensamos que, igualmente, considerar outras formas de controle sem se refletir sobre a subjetividade, sobre a consciência do indivíduo em relação à realidade, mostrar-se-ia uma atividade infrutífera. Com o intuito de apontar, salientamos não apenas a classe opositora e detentora dos maiores privilégios, mas igualmente a **mercadoria**, a **atividade laboral** e a **dinâmica econômica característica ao capitalismo** como representantes de igual poder sobre a sociedade, ou, mais especificamente, sobre a classe-que-vive-do-trabalho. “Micro e macro-instâncias de poder”; assim, uma diversidade de relações de poder dentro do discurso de Marx.

Por meio do estudo empreendido por Berino (2005), denominado, vale citar, “Elementos para uma teoria da subjetividade em Marx”, é possível perceber que a relevância de tal tema em Marx é encontrada mais aprofundada em outras de suas obras, não se limitando às aqui citadas – “Manuscritos” e “O Capital”, que, curiosamente, ocupam um espaço exclusivo no livro de Berino, indicando, assim, a riqueza das obras mencionadas dentro da discussão. Entretanto, na perspectiva por ora demonstrada, espera-se ter evidenciado uma relação concreta ao que foi exposto em Foucault. Reservando-se ao espaço do trabalho – mas não desconsiderando o espaço integral do cotidiano –, em Marx se empreende um aprofundamento ao sentido objetivado à Bioeconomia, empreendimento este feito a partir do mundo do trabalho, das especificidades do trabalho e, principalmente, da importância do trabalho ao homem. Não se limitando, entretanto, e sobre o que criticava acerca dos economistas clássicos, à leitura dos

acontecimentos mais perceptíveis e concernentes ao âmbito econômico, Marx caminha da economia ao sistema econômico para revelar os caracteres do discurso, da atividade e do controle.

Realizamos aqui, assim, um maior afunilamento no exercício de ressignificação da Bioeconomia. Todavia, em relação à nossa categoria, conforme apontamos no capítulo anterior, voltamos a indicar nossa defesa de que as características de controle se mostram inerentes à maior importância concedida à própria Economia Política e à “formalização” da Economia enquanto ciência, permanecendo na contemporaneidade sob novos mecanismos e agentes econômicos.

Em relação a esta análise, abre-se espaço diretamente a formas de resistência frente aos modelos de produção baseados na exploração do trabalho e nas relações para com a força de trabalho. A evidência de modos de resistência durante os modelos produtivos característicos da segunda metade do século XIX e do século XX se mostra clara principalmente mediante o desenvolvimento e a solidificação dos movimentos sindicais, dos movimentos de reivindicação às condições de trabalho oferecidas pelas fábricas, que paulatinamente foram abrindo espaço para a construção de um “escudo” contra os abusos sofridos pelos trabalhadores. Como discerne Alves (2003, p. 26), apesar de uma construção conturbada, impedida pelos “baixos salários, falta de instrução e tradição associativa, e a hostilidade contínua dos patrões”, o que muitas vezes gerava uma resistência violenta em épocas de greve, desorientadas pela ausência de uma associação forte, aos poucos o sindicalismo surge não apenas como instrumento de embate econômico, mas, principalmente, de conquista política, sobre a qual as condições nas quais se encontrava a classe trabalhadora poderiam ser transformadas em suas raízes. Como aponta, houve uma perspectiva evolucionária em relação à consciência de classe: “do crime e do luddismo, os proletários passaram à luta sindical, à agitação política, finalmente, ao cartismo” (ALVES, 2003, p. 41).

Apenas com o objetivo de pontuar o que deverá ser pormenorizado mais adiante, dentro dos mesmos momentos nos quais se destacam as mobilizações dos trabalhadores, pode ser percebido um duplo movimento de formatação da subjetividade, baseado igualmente na relação com o sentido de resistência. Uma resistência contra as formas de exploração do trabalho em um sentido mais clássico, próprio à formação – e, enfim, à própria justificação – dos sindicatos; e uma “resistência mais passiva”, que, mediante a constante cooptação das formas de materialização do capital, adota uma postura de **resiliência**, de controle de si baseado na conformação do indivíduo ao funcionamento da dinâmica econômica – da dinâmica do capital.

Resistir, neste último caso, corresponde a preservar-se de um choque entre as relações sociais, as condições “ambientais” e os valores internos ao sujeito.

Frente à análise teórica realizada até então, podemos esboçar algum complemento à categoria estudada. Por ora, deste modo, entendemos que a captação da ideia da Bioeconomia se dá enquanto **compreensão do âmbito econômico como macroestrutura da organização social a partir daquilo que ela tem de mais comum, ou melhor, daquilo que os indivíduos compartilham enquanto unos a uma espécie** (assim, ímpar em relação às outras espécies): **o movimento biológico, a dinâmica psicológica e os frutos materiais e imateriais daí advindos**. Baseados na construção realizada até o momento, desta maneira, aproximamo-nos cada vez mais da concepção de Bioeconomia resumidamente indicada por Fumagalli em entrevista, no qual aponta que se trata de “um paradigma econômico que tem como objeto de intercâmbio, acumulação e valorização as faculdades vitais dos seres humanos, em primeiro lugar a linguagem e a capacidade de gerar conhecimento” (FUMAGALLI, 2011, tradução nossa<sup>14</sup>).

Em vista disso, reflexões e questionamentos que possam surgir desta inicial conceituação se tornam importantes para um novo olhar sobre economia, indivíduo e subjetividade, estando reservadas, por sua vez, ao próximo capítulo. Destacamos a seguir as principais, passando, em seguida, ao próximo tópico do presente capítulo:

- a) estabelecendo a “Bioeconomia enquanto *entendimento do âmbito econômico*”, faz-se uma diferenciação nítida entre Bioeconomia e Economia. Conforme salientado anteriormente, **o termo “Bioeconomia” se estabeleceria como termo mais coerente a tudo que é designado enquanto “Economia”?** **Qual a relação, afinal, entre as duas?**
- b) no caso da diferenciação concedida à Economia e ao sistema econômico, como estaria estabelecida a relação entre a Bioeconomia e o sistema econômico capitalista?
- c) em relação à ligação entre Bioeconomia e o sistema econômico capitalista, em que sentido são aplicados os termos “biocapitalismo” e “capitalismo cognitivo”, por exemplo?

---

<sup>14</sup> “[...] un paradigma económico que tiene como objeto de intercambio, acumulación y valorización, las facultades vitales de los seres humanos, en primer lugar el lenguaje y la capacidad de generar conocimiento”.

## 4.2 Perspectivas sobre o trabalho imaterial: o verdadeiro *bios* da economia?

Acerca do ponto anterior, percebe-se que o pensamento de Marx, ao ser enquadrado na ótica da Bioeconomia, mostra-se afim, nas devidas proporções, às considerações que pudemos tecer a partir de Foucault. O termo, assim, revela-se como força característica à economia, como traço de seu próprio estabelecimento após o desbloqueio da arte de governar, de sua “origem” como “nova economia”. “Proveniente” da própria necessidade humana – já que a Economia se estabelece enquanto área de estudo sobre a circulação, produção e alocação de bens e serviços, sendo, assim, pertinente ao desenvolvimento da humanidade e parte da própria vivência do indivíduo –, à Economia se daria claramente a posição de abranger o indivíduo em sua dimensão física, biológica e psicológica – e ao afetar algum destes âmbitos, afetaria os demais. Entretanto, o constante esforço que aqui realizamos se encontra na evidência do controle exercido **pela economia**, mais especificamente **sobre a subjetividade**.

A característica do sistema econômico capitalista contemporâneo a despontar se baseia no aproveitamento do âmbito da subjetividade com o fim de se alcançar os objetivos de uma classe específica. Assim, **percebe-se a Bioeconomia como real face de entendimento sobre o caráter da Economia e caracterização em relação a qual os sistemas econômicos conseguem apreender em menor ou maior proporção**.

Com o desenvolvimento dos modos de produção, como se pode imaginar, as sistemáticas econômicas foram cada vez mais aglutinando, e de maneira mais clara, a subjetividade enquanto esfera através da qual o indivíduo se mescla cada vez mais ao seu funcionamento. Como exemplo, basta-nos recordar o desenvolvimento do capitalismo desde sua “ausência” durante a Idade Média: passando de um momento em que a economia se limitava a um interesse secundário da população (se a pensarmos como ligada à ideia de subsistência, à administração dos recursos de sua propriedade, estando a religião, ou melhor, a salvação pela fé, à frente) ao capitalismo comercial, industrial e, mais recente, ao financeiro, percebe-se que o indivíduo se mostra mais cooptado por seu funcionamento, agindo como uma engrenagem à sua efetivação, engrenagem esta ao mesmo tempo **de importância e irrelevante**. De importância por ser um vetor de propagação e manutenção do pensamento econômico dominante; irrelevante por seu caráter atomizado, perecível e de fácil substituição. Mediante as necessidades vitais ao **indivíduo generalizado** e, ainda, ao **indivíduo contemporâneo**, uma adequação integral ao *modus operandi* econômico se mostra imperativo. Afastamo-nos, assim, de uma posição de supervalorização da contemporaneidade nos termos propostos, como a abordagem da Bioeconomia pode parecer evidenciar.

Desta forma, tem-se a relação e o seguimento entre a disciplina e o controle. À disciplina, no sentido de, em parte, poder deter seus próprios valores e comportamentos, mas se mostrar regido fisiologicamente pelo funcionamento do modo de produção/consumo, passa-se efetivamente à sociedade do controle, na qual a circulação dos sujeitos mostra-se desimpedida, sendo o mesmo em relação ao regimento do corpo do indivíduo. Todavia, sua cognição se encontra enquadrada sob aspectos ao mesmo tempo amplos e específicos. Amplo por ser repassada uma ideia de liberdade, de **livre-fazer**; específico pelo fato das ações estarem adequadas ao modo de produção de mercadorias e a um *ethos* neoliberal, aspecto contemporâneo que daremos mais ênfase. Uma passagem majoritária, deve ser salientado, mas não de exclusividade, ao controle, sendo ainda possível que percebamos tanto situações de disciplina quanto uma mescla entre os dois em infinitas proporções.

No âmbito do trabalho, sobre o qual passamos a nos localizar de forma mais clara, este cenário de controle se mostra escamoteado ao estabelecer uma liberdade à forma de realizá-lo – sendo, neste caso, imputadas as ideias da criatividade, a forma de realizar uma mesma tarefa de maneiras diferentes; e do empreendedorismo, o fazer por “si mesmo”, o empreender a administração sobre os fatores pertinentes à produção de valor –, mas se estabelecendo, em verdade, enquanto um maior regimento sobre a subjetivação (GORZ, 2005), tanto de seus modos quanto de seus processos. Neste âmbito, Marx (2011), mesmo sob um desenvolvimento incipiente do sistema capitalista, ainda industrial, localiza a liberdade considerada sob tal regimento socioeconômico como sendo uma “pseudoliberalidade”, uma “liberdade enquadrada”, adequada ao jugo do funcionamento do capital e, assim, constantemente associada à quebra de barreiras que dificultam o estabelecimento do livre mercado. Um movimento individual e social, portanto, conveniente ao movimento do capital:

Enquanto a produção baseada no capital constituir a forma necessária e, em consequência, a mais apropriada para o desenvolvimento da força produtiva da sociedade, o movimento dos indivíduos dentro das puras condições do capital aparece como sua liberdade; liberdade que, então, também é dogmaticamente garantida enquanto tal pela contínua reflexão sobre as barreiras derrubadas pela livre concorrência. A livre concorrência é o desenvolvimento real do capital. [...] A coerção recíproca que os capitais exercem dentro dela uns sobre os outros, sobre o trabalho etc. (a concorrência dos trabalhadores entre si é apenas outra forma da concorrência dos capitais), é o desenvolvimento livre e simultaneamente real da riqueza como capital. (MARX, 2011, p.545)

E continua:

Daí, por outro lado, a sandice que significa considerar a livre concorrência como o desenvolvimento último da liberdade humana; e [de considerar] a negação da livre concorrência = a negação da liberdade individual e da produção social fundada na liberdade individual. Trata-se de fato somente do desenvolvimento livre sobre um

fundamento estreito – o fundamento do domínio do capital. Em consequência, esse tipo de liberdade individual é ao mesmo tempo a mais completa supressão de toda liberdade individual e a total subjugação da individualidade sob condições sociais que assumem a forma de poderes coisais, na verdade, de coisas superpoderosas – de coisas independentes dos próprios indivíduos que se relacionam entre si. [...] Quando se diz que, no âmbito da livre concorrência, os indivíduos, ao perseguirem exclusivamente o seu interesse privado, realizam o interesse comum ou, melhor dizendo, o interesse geral, isso nada mais significa que, sob as condições da produção capitalista, eles se pressionam mutuamente e, em consequência, o seu próprio entrelaço é somente a reprodução das condições sob as quais acontece tal interação. (MARX, 2011, p.546, grifo nosso)

Os aspectos concernentes a questões sobre a liberdade e o trabalho, enfim, ao controle da classe trabalhadora, em muito convergem à perspectiva de Marx presente, sobretudo, nos “*Grundrisse*”, e às posteriores interpretações concebidas sobre a categoria do “trabalho imaterial”. Estabelecendo-se enquanto “todo trabalho humano cujo resultado útil seja predominantemente imaterial, mesmo quando há a necessidade de mediação de objetos materiais para que este trabalho imaterial seja efetivado enquanto utilidade” (SANTOS, 2013, p.15), encontra-se aqui um ponto de discussões que, a partir da contemporaneidade, passa a colocar a Bioeconomia enquanto categoria de análises e debates, como o empreendido por Fumagalli (2010).

Acerca da segunda proposta de interpretação sobre a Bioeconomia em Marx, a questão a ser pontuada propriamente enquanto seu objeto de estudo se estabelece nas **transformações no mundo do trabalho** (que, no caso de Marx, ocorriam a curtos passos) e nas **novas formas de exploração do trabalho**. É analisar, assim, a própria teoria por trás do estudo sobre a Bioeconomia que nos veio nas leituras iniciais sobre o tema (provenientes de Fumagalli (2010a), voltada, como se mostrou, às novas formas de extração de mais-valia realizadas a partir do trabalho majoritário da contemporaneidade: o trabalho terciarizado, como seja, os serviços, baseados em uma significativa qualificação e desenvolvidos em concomitância ao progresso tecnológico.

Salienta-se a análise realizada por Marx, especialmente em seus “*Grundrisse*”, enquanto representante **desta outra** Bioeconomia (uma continuidade do que tratamos até então, na verdade), conforme se mostra tratada por autores contemporâneos. Entende-se, assim, que a Bioeconomia em sua utilização mais “usual”, contemporânea, calca-se na base de soerguimento de todo o pensamento econômico, desde a escola fisiocrata às análises sobre a financeirização da economia, a saber, **a categoria sobre a qual recai o papel de produtora de riqueza** – assim fazemos referência antes de diretamente indicar o **trabalho** de forma geral por conta da relação

exclusiva estabelecida pelos fisiocratas entre a produção de riqueza e o setor primário da economia.

Acerca desta abordagem à qual cunhamos pertencer ao âmbito da Bioeconomia, tratar-se-á, principalmente, da concepção de trabalho imaterial, categoria percebida em Marx – desenvolvendo-se mais tarde, por meio de outros autores, em uma “teoria do trabalho imaterial”, que, contraditoriamente e entre outros pontos, porá em dúvida a “efetividade” da teoria do valor marxiana (AMORIM, 2009; SANTOS, 2013). Sua análise em muito condiz com as percepções tidas pelo mundo do trabalho na contemporaneidade, no qual a atividade se mostra cada vez mais imaterializada tanto em seu processo produtivo quanto em sua produção final. Seria considerar, conforme ressalta Amorim (2009, p.15), “uma transformação dos processos de trabalho, da estrutura de hierarquias dentro das fábricas, da qualificação de novas funções produtivas, de novas responsabilidades e de autocontrole produtivo no setor industrial e de serviços”. Seus efeitos, por sua vez, bem como os âmbitos de tais, mostram-se variados, incluindo, além do fracionamento das atividades por meio de um maior parcelamento do processo produtivo (agora a nível global, envolvendo “especializações da produção” das nações), como demonstra Amorim (2009, p.16-17), o próprio discurso pertinente à resistência da classe trabalhadora:

Em outros termos, podemos também sublinhar que a reestruturação produtiva foi, por exemplo – em um momento de crise do capital – um meio de desorganizar as formas de resistência da classe trabalhadora para então restaurar as formas de dominação dos grupos dirigentes, impondo novos processos de trabalho, de gestão do capital, de redefinição dos parâmetros de qualificação do trabalhador, de reordenamento das políticas públicas, como também de redefinição das leis trabalhistas e das prioridades sociais ditadas pelo Estado. [...] Inesperadamente, é nesse contexto da reestruturação produtiva, da recomposição do domínio do capital, que as teses sobre o trabalho imaterial começam a ser formuladas. Em linhas gerais, o argumento central vincula-se à ideia segundo a qual as novas formas de exploração do trabalho demandaram um novo tipo de trabalhador, cujos conteúdos comunicacionais, informativos, cognitivos, em geral, suas qualificações profissionais, deslocariam sua subordinação em relação ao capital a um novo estágio político e social. Assim, o capital, ao “acionar” um tipo de trabalhador adaptado e essencial às suas demandas produtivas, teria acabado por criar seu próprio algoz: o trabalho imaterial.

Acerca das questões relativas às formas de exploração da mais-valia, tem-se que as discussões salientadas em Marx se mostram frutíferas para o entendimento de fatores circunscritos ao trabalho imaterial, mais especificamente as diferenciações realizadas pelo autor entre a mais-valia absoluta e a mais-valia relativa, ou melhor, uma captação de mais riqueza por meio de um prolongamento da jornada de trabalho e por uma intensificação da atividade, respectivamente.



Nesta senda, mister se mostra entender a teoria marxiana não apenas enquanto baseada em uma elucidação acerca da exploração do trabalho, mas também, conforme destacam Nascimento, Dillenburg e Sobral (2015), acerca da **superexploração** do trabalho, ideia, segundo os autores, presente no exame de Marx e inclusive no discurso dos trabalhadores aos quais o autor faz referência n'“O Capital”. Tal qual se tem na exploração, na superexploração se percebe a continuidade da extração de mais-valia tanto absoluta quanto relativa, mas de modo a vilipendiar veementemente a força de trabalho.

Em comparação às formas adotadas pela considerada superexploração do trabalho, com base no “pagamento da força de trabalho abaixo do seu valor e, por conseguinte, sua reprodução em condições abaixo do normal aceitável pela classe trabalhadora” (NASCIMENTO; DILLENBURG; SOBRAL, 2015, p.110), tem-se que na atualidade se mostra possível tecermos algumas referências a novos modos de superexploração do trabalho. O *Home Office*, no qual o trabalho é levado para o espaço privado da família, transformando o tempo de não-trabalho e denotando-o cada vez mais claramente de uma utilidade “para o trabalho”; o trabalho por metas, no qual a intensificação do trabalho é acentuada por meio de cotas diárias, semanais ou mensais de resultados, que diretamente impactam nos rendimentos dos trabalhadores sob este regime; os trabalhos temporários – os chamados trabalhos hifenizados<sup>15</sup> (ANTUNES, 1999), sazonais e adequados às necessidades pontuais das empresas, não apresentando, em sua maioria, garantias e estabilidade ao trabalhador.

As novas categorias de emprego se inserem em uma forma contemporânea de superexploração do trabalho, principalmente, crê-se, sobre a exploração de uma mais-valia relativa, interpretando, assim, as normas e leis que protegem o trabalho enquanto barreiras à obtenção de mais-valia absoluta, da exploração por meio da extensão da jornada de trabalho. Apesar disso, não se foge às considerações de persistência do trabalho aos moldes do modelo fordista-taylorista, ou até mesmo escravagista, dificultando, desta maneira, a nomeação do modelo produtivo econômico como eminentemente “toyotista”<sup>16</sup> ou “pós-fordista” – sobretudo nos países em desenvolvimento e subdesenvolvidos, nos quais o trabalho formal imaterial se mostra “misturado” a atividades mais precárias em seu exercício.

---

<sup>15</sup> Adotado, como o autor aponta, por Beynon, em *The Changing Practices of Work*, os trabalhos hifenizados são relacionados aos trabalhos temporários ou de meio período, indicados na língua inglesa pela hifenização na construção gramatical dos termos, tais como *part-time-workers*, *temporary-workers*, *casual-workers* e os *self-employed-workers* (respectivamente: “trabalhadores de meio período”, “trabalhadores temporários”, “trabalhadores casuais” e “trabalhadores por conta própria”, em tradução nossa).

<sup>16</sup> Nas palavras de Alves (2000), ao repassar as noções de desenvolvimento do modelo de produção toyotista por meio do entendimento sobre o “toyotismo restrito” e o “toyotismo sistêmico”, tem-se o toyotismo do Brasil, em meio à mescla de entendimentos sobre o processo de reestruturação produtiva característico ao país, pouco a pouco enquanto “momento predominante do complexo de reestruturação produtiva”.

No desenvolvimento do sistema capitalista as formas de (super)exploração da força de trabalho passam a se mostrar de forma sutil, trajadas normalmente de “lugar comum” e de “situação da economia e do mercado”, mas não por isso se excluem formas anteriores de organização e exploração do trabalho. Dessarte, acerca destas novas tipologias do mundo do trabalho, as interpretações das obras de Marx persistentemente se mostram atuais.

[...] Marx não faz nada mais, no que respeita à sua teoria da superexploração, do que captar sinteticamente (de forma lógica e histórica) a criação, pelo próprio modo de produção do capital, da exploração e da superexploração. O desenvolvimento do próprio modo de produção do capital é o que cria a exploração e a supera (vai além dela) com a superexploração, e a supera em um nível mais profundo (brutal, desumano) de exploração, próprio desse modo histórico de produção social. (NASCIMENTO; DILLENBURG; SOBRAL, 2015, p.111)

Mais do que justificado, assim, se mostra a abordagem acerca da discussão empreendida por Marx sobre o trabalho imaterial. Com o apoio de intérpretes à sua perspectiva, desenvolvida em plena década de 1850, debruçar-se sobre esta deverá se mostrar como passo inicial ao tratamento da Bioeconomia contemporânea e passo final ao seu amplo entendimento.

Estabelecendo-se enquanto conjunto de “anotações e sistematizações de seus estudos” sobre o funcionamento da economia política burguesa, consideramos relevantes as abordagens de Marx nos “*Grundrisse*” dentro do âmbito do trabalho, convergindo aos pontos salientados por Antunes (2011), relativas ao progresso tecnológico – o seu uso no processo produtivo e sua relação com o trabalhador –, às variações resultantes da utilização da tecnologia na criação de mais-valia e, enfim, à maior apreensão do processo de produção de mercadorias, perspectivas estas que se colocam nos interstícios das análises presentes em “O Capital”, publicado posteriormente.

Nesse âmbito, aponta-se a discussões específicas referentes ao embate do trabalho vivo com o trabalho morto – especialmente a relação aí contida entre o trabalho necessário e o trabalho excedente (AMORIM, 2007) – e ao processo de criação de valor a partir desta relação como centrais ao entendimento de sua obra e à reflexão sobre as transformações do trabalho. Fato é que, apesar de uma maior densidade teórica e do ordenamento do trabalho à época, em muito se pode captar uma abordagem acerca do trabalho imaterial a partir não só da presente obra, mas também em “O Capital”, na qual não se faz referência apenas ao trabalho material e à materialização do trabalho como centros primordiais à criação do valor, mas, sobretudo, ao trabalho social (SANTOS, 2013). Assim, não se trata de uma abordagem categórica, mas a expressão de uma não-limitação da produção de mais-valia a partir do trabalho material, de uma

amplitude das atividades (e da consciência de Marx sobre estas) que são direcionadas à valorização do capital.

No presente caso, revela-se que é a partir do trabalho imaterial, em uma outra visão da contribuição marxiana, que se mostra tratada uma interpretação mais limitada acerca da Bioeconomia. Como bem se pode entender através desta circunscrição atual da categoria no domínio do trabalho, sobre sua própria limitação de âmbito (visando fornecer uma melhor significação ao termo) recai a revelação de certo esquecimento sobre o desenvolvimento histórico do trabalho e da exploração da força de trabalho. Importante salientar, todavia, que na análise de Marx as duas “Bioeconomias” revelam sua concomitância na transformação da realidade econômica e no desenvolvimento das forças produtivas. A presença da análise marxiana aqui exerce papel fundamental entre as duas últimas abordagens percebidas sob o mesmo termo.

Especificamente, a consideração de um caráter de *bios* sobre a economia ou sobre o próprio sistema capitalista (CHICCHI, 2010; NEGRI, 2015; SANSON, 2009; FUMAGALLI, 2010b; MENDES, 2012; GORZ, 2005) – a partir da qual se poderia indicar a existência de um *biocapitalismo*<sup>17</sup>, assentada na relevância do trabalho imaterial – concederia à contemporaneidade um caráter de exploração do “humano” diferenciado, no sentido de “hierarquicamente distinto”, do que o percebido no período de vigência da sociedade salarial, por exemplo. Em outras palavras, dizer que a exploração do trabalho por meio dos afetos, sentimentos, entendimentos e valores (conforme a percebida na atualidade através das atividades terciárias) se dá de maneira a vilipendiar o que há de mais humano **apenas na contemporaneidade** se mostra como, no mínimo, uma desconsideração às formas de exploração pretéritas, seus impactos à subjetividade e, afinal, ao próprio espaço concedido à subjetividade dos indivíduos.

Inserir a discussão sobre a complexidade do *bios* **apenas** à situação contemporânea seria desconsiderar a existência de sua complexidade em tempos passados, é dizer, desconsiderar a produção de subjetividade singular à época em comparação aos aspectos da sociedade atual. Amorim bem observa esta maior vigência de considerações sobre a subjetividade na contemporaneidade em detrimento a um entendimento mais amplo acerca do desenvolvimento do trabalho em períodos passados, tecendo inclusive uma crítica a Lazzarato, autor inserido

---

<sup>17</sup> A discussão acerca do biocapitalismo está reservada ao próximo capítulo, mas por ora pode-se indicar que a apreensão do termo, segundo Negri (2015, p.61) se dá pelo entendimento de que “O mundo do trabalho explora [o homem] enquanto *bios*, isto é, já não só como força de trabalho, e sim como força viva, não só como máquina de produção e sim como corpo comum da sociedade”. Voltaremos a esta citação na rubrica dedicada à sua apreensão.

dentre os teóricos que analisam o trabalho imaterial (AMORIM, 2009; SANTOS, 2013), que também demonstra essa limitação em sua análise:

[...] ao caracterizá-las [a produção taylorista-fordista] como uma produção na qual o trabalhador estaria despojado de sua dimensão intelectual e na qual sua subjetividade não fosse reclamada pelo capital, entendemos que a dimensão intelectual nunca pode ser racionalizada a ponto de ser totalmente dissolvida. O problema é que Lazzarato, ao afirmar a tendência de uma produção e de um trabalho imaterial, não problematiza esse aspecto da questão. O trabalhador especializado é considerado uma figura sem subjetividade, pois sua capacidade de construção da política é apreendida com base em sua atividade laborativa, ele é o trabalho que executa, ou ainda no caso de Negri, é com base no trabalho imaterial que se torna possível ou não “aderir” à multidão. Logo, em sua análise, se o trabalhador tem uma atividade produtiva determinada pelo conjunto de máquinas integrado, ele não poderia se desenvolver politicamente pois é parte do sistema de máquina. Se esse trabalho tem poucas qualificações técnicas, o trabalhador não poderia se qualificar politicamente. A produção é arbitrariamente dicotomizada. De um lado, a produção taylor-fordista é apresentada como um pulverizador das formas de expressão intelectual, da subjetividade, do trabalhador que o submete a uma racionalização voraz da produção; de outro, a produção imaterial faz da dimensão intelectual meio de valorização do capital, mas ao mesmo tempo motiva a construção da subjetividade ao estabelecer seu contato com novas informações. (AMORIM, 2009, p.143)

Acerca destes aspectos, Amorim destaca que sob o modelo taylorista se apresentavam, sim, evidências de um trabalho mais imaterial, representado sobretudo por meio da divisão do trabalho entre as atividades de execução e planejamento – uma divisão sólida, pois formavam estratos distintos por meio do tipo de operacionalização concedido –, mas não, como na atualidade, majoritário em relação ao trabalho materializado. Mais além aos termos de uma imaterialidade, Marx se mostra ciente acerca das várias produções de subjetividade concernentes não apenas ao trabalho, que se desvincilhava de um processo produtivo exclusivamente ou majoritariamente material, reorganizando-se principalmente através do encurtamento nos ciclos de transformação dos meios de produção e força de trabalho em mercadoria e da mesma, posteriormente, em mais-dinheiro (SANTOS, 2013), mas igualmente ao consumo. Segundo Marx (2011, p.47), “[...] não é somente o objeto de consumo que é produzido pela produção, mas também o modo de consumo e o impulso do consumo, não apenas objetiva, mas subjetivamente”, indicando assim, como também o faz em relação ao trabalho, uma maior apreensão das produções materiais e subjetivas relacionadas à produção e ao consumo.

Apesar desta consideração sobre a cooptação da subjetividade, estendida ao período da sociedade salarial, devemos frisar também a maior facilidade com que se pode aderir a uma análise de momentos do passado a partir de concepções contemporâneas, como a que por ora escrevemos sob a rubrica da subjetividade. Apesar de termos feito uso da ótica de nossa época para encontrar igualmente um lugar para reconhecimento da subjetividade no passado,

consideramos igualmente coesos os argumentos diversos a esta perspectiva, ou seja, que relatam a ausência ou insignificante presença de controle a partir da cooptação da subjetividade durante a sociedade salarial, paralelos, como se mostram, ao entendimento sobre a própria subjetividade à época, “ausente” em sua complexidade teórica. Assim, por exemplo, conforme expõe Alves (2000a, p.40), durante o regimento da produção sob os modelos taylorista e fordista,

[...] a “integralização da subsunção da subjetividade operária à lógica do capital, a “racionalização total”, ainda era meramente formal (ou “formal-material”, como poderia dizer Fausto), já que, na linha de montagem, as operações produtivas reduziam-se ao “aspecto físico maquinal” (Gramsci, 1985:382). O fordismo ainda era uma espécie de “racionalização inconclusa”, pois, apesar de instaurar uma sociedade “racionalizada”, não conseguiu incorporar à racionalidade capitalista na produção as variáveis psicológicas do comportamento operário, que o toyotismo desenvolve por meio dos mecanismos de comprometimento operários, que aprimoram o controle do capital na dimensão subjetiva.

Entre estas duas considerações acerca da posição da subjetividade para o entendimento acerca da constituição da sociedade salarial e sua relação para com a produção aos moldes do taylorismo-fordismo, a posição de Rozenhal (2005), acreditamos, torna palpável uma intermediação entre os dois posicionamentos. Ao entendermos a posição de Amorim e Alves acerca da presença ou não de produção da subjetividade – esta, em si, sujeita a um mundo de significações – e sua cooptação, vislumbramos em Rozenhal uma perspectiva que ao mesmo tempo que revela pontualmente o princípio de certo controle, poderá destacar a sua substância frente a interpretações de controle extremas. É dizer, assim, que há uma sutil, porém importante, exploração sobre o trabalhador nas instâncias da subjetividade. Como aponta, a produção da subjetividade “pelo contexto social não é privilégio do novo paradigma do trabalho. Ao contrário, cada regime de acumulação implica uma organização trabalhista específica e, para tanto, associa, necessariamente, a produção social de subjetividade à produção do trabalho propriamente dita” (ROZENTHAL, 2005, p.120). Nestes termos é que o autor localiza no tratamento sobre os **processos criativos e repetitivos** do indivíduo o real cerne de controle sobre a subjetividade no âmbito do trabalho:

Os argumentos que desenvolvemos até aqui nos autorizam a dizer que o caráter diferencial entre o trabalho fabril e o trabalho imaterial se desdobra e pode também ser verificado, respectivamente, pelo privilégio de cada uma destas duas modalidades de funcionamento subjetivo. Para a modernidade fabril, no interior do contexto de relevo das instituições e de valorização das identidades, os correspondentes processos subjetivos de reprodução detêm a preeminência, enquanto a criatividade será mantida sob repressão. Em nossos tempos de deflação das identidades institucionais e edificação de redes de organizações em rede, dá-se o oposto. Em qualquer dos casos, a subjetividade permanecerá investida pela demanda empresarial, o diferencial recaindo sobre a repressão ou sobre a valorização dos processos criativos da subjetividade. Para o trabalho imaterial contemporâneo, a demanda das empresas se encaminha para a inventividade, a imaginação, a capacidade decisória, a possibilidade

de mudança ou a flexibilidade do trabalhador, expressões dos processos criativos do funcionamento da subjetividade. (ROZENTHAL, 2005, p.121)

Em conclusão à questão, Rozenthal (2005, p. 122, grifo nosso), baseando-se em Lévy (2009), aponta categoricamente que

Efetivamente, a subjetividade do “operário-massa” expressava-se através de um estilo simples, estável e repetitivo, baseado no nivelamento de suas qualidades. A subjetividade que se produziu no contexto histórico de acumulação fordista é compatível com a produção em massa da mercadoria, encontrando-se reprimida a capacidade de criação do operário. No entanto, esta situação não indica um menor investimento subjetivo, no que diz respeito à demanda do trabalho, do que o que ocorre na atualidade. A produção social de subjetividade é característica de todo contexto histórico, articulando-se, de forma central ou básica, aos atributos do trabalho, qualquer que seja o regime de acumulação. A criatividade, por outro lado, é que se coloca como objeto de repressão pelas práticas de poder da modernidade ou, ao contrário, predominantemente valorizadas pelas linhas de força do ciberespaço.

O incremento na produtividade do trabalho realizado a partir da combinação da força de trabalho com o instrumentário automatizado, é dizer, do trabalho vivo com o trabalho morto, impõe não apenas uma transformação na produção das mercadorias, tornando cada vez mais eficiente o trabalho em seu papel de produção de valores de uso – e valor –, mas também uma transformação no tratamento concedido pelo indivíduo à atividade.

O caminho adotado pelo capital se encontra em “tornar supérflua a habilidade particular e tornar supérfluo o trabalho manual, o trabalho físico imediato em geral, seja como trabalho especializado, seja como esforço muscular; melhor dizendo, consiste em colocar a perícia nas forças mortas da natureza” (MARX, 2011, p.488). Uma passagem, assim, a uma menor dependência das especialidades individuais, tornando natural e comum uma baixa taxa de especialização e, com isso, um baixo pagamento ao valor desta força de trabalho necessária. Desta forma, tem-se o cerne da (sobre)vivência do capital: **o relativo aumento do trabalho excedente** (aquela parcela da jornada que cria valor excedente) **sobre o trabalho necessário** (aquela relativa à produção do próprio valor necessário à subsistência da força de trabalho), proveniente principalmente, assim, de uma maior inserção e prevalência da maquinaria sobre o trabalho vivo, diminuindo a parcela de pagamento à força de trabalho e estendendo aquela destinada ao ciclo do capital.

Esta transição entre a exploração de uma mais-valia eminentemente absoluta para aquela relativa mostra-se enquanto essência das considerações sobre a passagem de uma **subsunção formal à subsunção real do trabalho**. Enquanto no primeiro “a produção tem um alto grau de dependência das capacidades e habilidades do trabalhador individual” (SANTOS, 2013, p. 90), sendo necessário o aumento da extensão da jornada de trabalho para a produção de mais-valia (absoluta), na subsunção real do capital “os ritmos e processos da produção são

ditados pelo capital, relevando, portanto, as capacidades e limitações individuais presentes na subsunção formal” (SANTOS, 2013, p. 95), tornando possível uma exploração de mais-valia a partir do aumento da produtividade e da intensidade do trabalho – esta pela via intelectual, principalmente, visando o acompanhamento da evolução dos autômatos no processo produtivo.

Na mudança entre esses dois processos, a substituição de trabalho vivo por trabalho morto e a intensificação da “parcela viva” mantêm e reforçam a dupla funcionalidade do trabalho vivo, em si funções benéficas ao capitalista para a manutenção das taxas de lucro:

Por conseguinte, fica patente que, por meio do processo de troca com o trabalhador, o capitalista – pagando efetivamente ao trabalhador um equivalente pelos custos de produção contidos em sua capacidade de trabalho, i.e., dando-lhe os meios para conservar sua capacidade de trabalho, mas apropriando-se do trabalho vivo – recebe grátis duas coisas, primeiro, o trabalho excedente, que aumenta o valor do seu capital; segundo, e ao mesmo tempo, a qualidade do trabalho vivo que conserva o trabalho passado materializado nos componentes do capital e, dessa maneira, conserva o valor do capital antes existente. (MARX, 2011, p. 291)

A respeito da naturalização de certo nível de especialização da sociedade como um todo, pertinente se mostra abordar o conhecimento comum igualmente como fonte de exploração do capital. Convergindo à ideia de *general intellect* – “intelecto geral” ou “inteligência geral” – presente em Marx, entendemos que o desenvolvimento da sociedade, mais especificamente do progresso científico, leva a reorganizações do capital, o qual capta o nível de conhecimento da força de trabalho social como “capacidade de trabalho dada”, como uma forma de especialização da força produtiva inerente à própria sociedade. Esta ideia fica clara nos seguintes trechos em Marx:

Outra força produtiva que nada custa ao capital é a capacidade científica. (Dispensa dizer que o capital sempre tem de pagar um certo tributo a clérigos, professores e cientistas, para que desenvolvam maior ou menor capacidade científica.) Mas ele só pode se apropriar desta última mediante a utilização da maquinaria (em parte também no processo químico). O crescimento da população é uma dessas forças produtivas que nada custam. Em suma, todas as forças produtivas sociais que se desenvolvem com o crescimento da população e o desenvolvimento histórico da sociedade nada custam ao capital. (MARX, 2011, p.641, grifo nosso)

(E a partir daí destacamos sua referência ao intelecto geral):

A natureza não constrói máquinas nem locomotivas, ferrovias, telégrafos elétricos, máquinas de fiar automáticas etc. Elas são produtos da indústria humana; material natural transformado em órgãos da vontade humana sobre a natureza ou de sua atividade na natureza. Elas são órgãos do cérebro humano criados pela mão humana; força do saber objetivada. O desenvolvimento do capital fixo indica até que ponto o saber social geral, conhecimento, deveio força produtiva imediata e, em consequência, até que ponto as próprias condições do processo vital da sociedade ficaram sob o controle do intelecto geral e foram reorganizadas em conformidade com ele. Até que ponto as forças produtivas da sociedade são produzidas, não só na forma do saber, mas como órgãos imediatos da práxis social; do processo real da vida. (MARX, 2011, p.589, grifo nosso)

Sanson (2009) e Fumagalli (2010b) esclarecem que à época de Marx o *general intellect* se referia ao “intelecto geral presente por meio do progresso tecnológico”. Em outras palavras, o nível de conhecimento de uma sociedade se dava *pari passu* ao desenvolvimento da maquinaria, força produtiva esta que se apresentava crescentemente enquanto verdadeira responsável pelo processo produtivo, ao passo que ao indivíduo caberia o trabalho de manutenção e de fiscalização das máquinas, relação exposta por Marx anteriormente. Hoje, por sua vez, “o general intellect tem a ver com o *bios* do gênero humano” (FUMAGALLI, 2010b, p.12), ou seja, àquelas características que classificam a espécie humana como tal, como “o conhecimento, a competência lingüística, a cooperação singular” (SANSON, 2009, p. 208).

Ainda no mesmo pensamento, Fumagalli (2010b, p. 12) bem destaca: “Assistimos a um modelo antropogenético da produção, onde o corpo humano (mente, sentidos, coração, nervos) se tornou o capital “maquinino” [maquinal] da produção”. Em termos de uma percepção real acerca do que seria o *general intellect*, Gorz (2005, p.20) explica que seu desenvolvimento é realizado pelos sistemas de educação, ensino e formação, tornando factível tanto um acesso comum aos saberes e ao conhecimento quanto às “capacidades de interpretação, comunicação e de intercompreensão constitutiva da cultura comum”. A reflexão de Gorz, de certa maneira, bem resume o papel do trabalho imaterial, ou melhor, da centralização da produção mercantil a partir dos aspectos concernentes à subjetividade **na ótica do capital**: “o saber vivo universal e a cultura do cotidiano pertencem às externalidades positivas” (GORZ, 2005, p.21).

Uma dependência de fatores imateriais, e não (apenas) do trabalho em si, à moda dos economistas clássicos e do cenário elaborado por Marx, ou seja, do trabalho material, realça dois pontos de importância. O primeiro, como salientado por Fumagalli, a consideração de um *bios* a partir do destaque acerca das novas “origens” da valorização do capital, a saber, o conhecimento e as características íntimas dos trabalhadores, o que convergirá diretamente à nossa explicação sobre a “Bioeconomia contemporânea”. O segundo, a validação da teoria do trabalho imaterial enquanto reveladora da exatidão da teoria do valor-trabalho marxiana, proveniente do fim da dependência do valor das mercadorias em relação ao tempo de trabalho médio socialmente necessário. A análise desta perspectiva sobre o trabalho imaterial, principalmente da **refutação** às considerações sobre a teoria do trabalho imaterial, percurso teórico (de crítica) com o qual concordamos e para a qual o trabalho de Santos (2013) e Lessa (2005) se mostram bem fundamentados, nos levará, por fim, e seguindo a lógica teórica até então proposta, ao fechamento da segunda ideia de Bioeconomia em Marx, abrindo caminho para o desenvolvimento do próximo capítulo.



Como fora indicado, a teoria do trabalho imaterial teria como suposição central a derrocada da teoria do valor-trabalho de Marx devido ao seu esgotamento conceitual em explicar a valorização de mercadorias, desenvolvimento inicial e principal da Economia Política a partir do qual se elucidam os papéis das trocas, dos preços e do mercado em si, bem como da dinâmica econômica. Segundo Gorz (2005, p.15), “o trabalho de produção material, mensurável em unidades de produtos por unidades de tempo, é substituído por trabalho dito imaterial, ao qual os padrões clássicos de medida não mais podem se aplicar”. Reside nesta consideração a principal linha de raciocínio destes teóricos à desconstrução da teoria marxiana: a inoperabilidade em relação à quantificação, à estimação, do tempo de trabalho necessário à produção de mercadorias. A teoria marxiana adota para os autores citados, desta forma, uma característica eminentemente material, a partir da qual, segundo já se pode empreender, o exercício de **abstração** que dá surgimento à discussão sobre o valor deve se dar em termos de uma **fisicalidade**.

No seguinte raciocínio, a ausência de uma substância, fruto direto do trabalho humano, tornaria crítica a consideração do tempo de trabalho enquanto medidor do valor das mercadorias criadas, pondo em discussão, por sua vez, a teoria do valor-trabalho e, com isso, os delineamentos aos quais o capitalismo contemporâneo vem adotando. Desta maneira, passa-se a considerar que o capitalismo cognitivo seria o desenvolvimento da organização socioeconômica contemporânea a dar fim ao próprio sistema de produção de mercadorias:

A crise da medição do trabalho engendra inevitavelmente a crise da medição do valor. Quando o tempo socialmente necessário a uma produção se torna incerto, essa incerteza não pode deixar de repercutir sobre o valor de troca do que é produzido. O caráter cada vez mais qualitativo, cada vez menos mensurável do trabalho, põe em crise a pertinência das noções de “sobretalho” e de “sobrevvalor”. A crise da medição do valor põe em crise a definição da essência do valor. Ela põe em crise, por consequência, o sistema das equivalências que regula as trocas comerciais. (GORZ, 2005, p.30)

As considerações de Gorz, ao classificarem a teoria de Marx enquanto defasada, estimulam uma consideração de certa maneira paradoxal acerca de sua contribuição, do trabalho imaterial e da transformação do sistema econômico capitalista em seu cerne. Ao considerar uma reorganização dos processos de extração de mais-valia e, com isso, da lucratividade a partir das transformações tocantes ao mundo do trabalho, Gorz reconsidera tal acontecimento a partir de uma teoria que parece-lhe limitada em termos de significar o capitalismo em seus aspectos mais contemporâneos, aceitando que, já que limitada, a reorganização e manutenção do capitalismo por meio de uma categoria aparentemente infundada na obra do filósofo a conotará de um novo caráter. Grosso modo, Gorz dota Marx de poder para depois tomá-lo, apresentando uma noção

dúbia acerca da atual disposição do sistema socioeconômico; desqualifica sua teoria a partir de uma limitação imposta estruturalmente e temporalmente. Aqui encarado enquanto ilustração à abordagem adotada sobre o trabalho imaterial e sua posição de categoria transformadora do capitalismo, que, em seu núcleo, desenvolve uma *potentia* anarco-comunista, Gorz assim desconsidera as demais estruturas concernentes ao trabalho humano, bem como a própria cooptação do capital sobre as atividades imateriais, trabalhos que produzem valores de uso logo trocados e consumidos no ato de sua produção (SANTOS, 2013).

Acerca da adoção do conhecimento enquanto verdadeira (ou majoritária) força produtiva do presente século, a direção adotada por Marx indica que, no centro do trabalho em geral, a valorização empreendida pela atividade se mantém baseada no tempo de trabalho, sendo a imaterialidade concedida ao “novo” trabalho, no que se empreende do autor, nada mais que uma nova “fonte de força produtiva” – que ganha maior destaque na atualidade. “Para o trabalhador, uma hora de trabalho pode ser sempre a mesma quantidade de sacrifício. Mas o valor das mercadorias não depende de modo algum de seus sentimentos nem do valor de sua hora de trabalho” (MARX, 2011, p.512). O trabalho social, assim, continua a apresentar finalidades específicas, a saber, a produção de uma utilidade e a produção de certa mais-valia percebida na diferenciação entre o valor total da troca da produção e o que é pago à concessão da força de trabalho pelo trabalhador.

Ademais, como bem defendem Santos (2013) e Lessa (2005), trabalho material e imaterial estão imbricados: “no trabalho imaterial há fragmentos de trabalho material”, da mesma forma em que “o trabalho material abarca, em diferentes níveis, excertos de trabalho imaterial” (SANTOS, 2013, p. 15).

Um engenheiro, um professor, um artista, um assistente social ou um sociólogo podem ser empregados pelo capital para a produção de mais-valia, o que não os torna menos dependentes da transformação da natureza para que possam levar adiante a reprodução de suas atividades enquanto parte da divisão do trabalho. A dependência ontológica das outras atividades humanas para com o trabalho que produz o conteúdo material da riqueza mantém-se intocada no capitalismo; sem o trabalho, as primeiras não poderiam sequer ser imaginadas. O fato de o capital converter em fonte de lucro não apenas o intercâmbio orgânico com a natureza, mas também toda uma série de outras atividades humanas, é a demonstração da enorme capacidade de generalização do capital a todas as esferas sociais, a incrível capacidade de o capital converter em meio de sua valorização as mais diferentes atividades humanas, mas não significa, de modo algum, o cancelamento do trabalho intercâmbio orgânico com a natureza como categoria fundante do mundo dos homens. (LESSA, 2005, p.58-59, grifo nosso)

Caminha-se, afinal, às concepções do que seria o trabalho produtivo, princípio basilar que deverá colocar ambos, trabalho material e trabalho imaterial, sob o mesmo grupo de conceitos que ilustram diferentes modulações da extração da mais-valia, provenientes

justamente do avanço das forças produtivas e do próprio *general intellect*. Lessa (2005, p.60), nesta questão, caracteriza o trabalho imaterial conforme destacamos:

Como o capital incorporou ao seu processo de autovalorização outras relações sociais que não apenas o intercâmbio orgânico com a natureza, faz parte do “trabalhador produtivo” uma enorme gama de indivíduos, atividades e profissões que não mais operam a relação homem-natureza. Este é o caso, por exemplo, dos serviços. Por essa razão, são “produtivas” de mais-valia não apenas as atividades que fazem a mediação do homem com a natureza. Esta ampliação histórico-social do trabalhador produtivo contudo, significa um estreitamento do trabalho produtivo: reduzido a mero trabalho abstrato, o trabalho produtivo produz apenas mais-valia. Sua dimensão qualitativa, decisiva quando se tratava da produção de valores de uso, é cancelada nas novas relações sociais que reduzem tudo à mercadoria e estreitam toda a produção à produção de mais-valia. Do ponto de vista do capital, portanto, não há maiores distinções entre o trabalho intelectual ou espiritual e o trabalho intercâmbio orgânico com a natureza: tudo se resume a denominador comum de ser ou não produtor de mais-valia.

Este aspecto do trabalho imaterial – de certa forma uma continuação daqueles atinentes ao trabalho material, mas sob uma nova composição – torna-se de fácil compreensão através da pontuação realizada por Santos (2013). Na defesa em comum a Amorim (2007) e Lessa (2005), Santos se destaca ao revelar o trabalho imaterial enquanto forma de trabalho igualmente explorada, em sua base, a partir de sua concepção enquanto trabalho produtivo. Assim caracteriza o autor o trabalho produtivo a partir de níveis conceituais:

- a) há a criação de um objeto ou, no caso do trabalho imaterial, um efeito útil; uma **geração** de efeito útil **externalizada** à individualidade do produtor. Adicionamos aqui ainda: um efeito útil que deverá atender as necessidades do indivíduo, sejam as mais básicas ou as mais rebuscadas;
- b) a mercadoria criada, independentemente de sua natureza, carrega em si certa taxa de mais-valia. Há aqui um estreitamento da concepção de trabalho produtivo, conforme relatou Lessa anteriormente, justamente proveniente das necessidades do capital em se autovalorizar e se expandir;
- c) ter-se tornado o capitalismo “**forma socialmente dominante da produção**”. Neste sentido há uma redução ainda mais severa do trabalho produtivo, assim tornado (produtivo) apenas devido à produção de mais-valor sob o jugo do capital. Neste nível de conceituação do trabalho produtivo, “outra mediação é considerada explicitamente: para além do trabalhador individual, o caráter da produção de valor no capitalismo é eminentemente social.” (SANTOS, 2013, p.104). Ademais:

O trabalho imaterial é produtivo desde que submetido ao capital. Ao contrário de Smith, na teoria marxiana, a imaterialidade do trabalho não produz diferenças no conceito de trabalho produtivo. Em suma, esse terceiro nível de conceituação explicita três elementos indissociáveis: 1. a relação entre atividade e efeito útil; 2. uma relação

de produção social específica de geração de mais-valia, que supõe a propriedade privada dos meios de produção e o regime de trabalho assalariado (e a necessidade de o trabalhador vender sua força de trabalho); 3. expressa a *relação entre trabalho e produção social do capital*. Em *O capital* ao apresentar o conceito de trabalho produtivo, Marx explicita, pela primeira vez, o *trabalho produtor de capital, o trabalho social gerador de mais-valia*. *A questão fundamental não é a produção de mais-valia pelo trabalhador individual, mas a produção de mais-valia pelo trabalhador coletivo*. (SANTOS, 2013, p.104-105)

Explícito se mostra, principalmente por meio dos intérpretes que empreendem uma leitura mais aprofundada da teoria marxiana, o real caráter do trabalho imaterial: longe de se encaixar enquanto categoria de desenvolvimento, dentro do próprio sistema capitalista, responsável por uma implosão do mesmo (talvez confundido com tal devido ao seu caráter mais cognitivo, âmbito acerca do qual se imagina que se deva culminar a sociedade com a destruição da organização socioeconômica capitalista), ao trabalho imaterial se atribui o mesmo caráter exploratório que o trabalho convencional, material, mas por outras vias. O desenvolvimento próprio da tecnologia, cremos, incide a tal, contribuindo a esta mudança. Ademais, concordamos com Amorim (2007, p.119): o trabalho imaterial se estabelece “como elemento que compõe o processo de reorganização da subordinação de classe trabalhadora. Trata-se, em resumo, da extensão da dominação e do controle do capital sobre as formas de exploração de elaboração do trabalho”.

Visando tornar tal caracterização sobre o trabalho imaterial mais crível é que Santos (2013, p.132) se utiliza do exemplo de Marx acerca da análise sobre a indústria de transportes, que se estabelece enquanto “uma produção imaterial para a realização da produção de mercadorias materiais”, bem como da fórmula utilizada pelo autor para tornar clara a inserção de tal trabalho, imaterial, no ciclo de valorização do capital. A fórmula<sup>18</sup> dedicada ao caso da indústria de transportes logo passa a ser adotada, para Santos, enquanto representante do caráter final da produção imaterial, do trabalho imaterial, demonstrando que sua intensa presença na sociedade contemporânea se dá pela conveniência encontrada pelo capital na exploração de tal atividade. Segundo Santos (2013), o princípio que passaria a reger o intercâmbio realizado entre a produção e o mercado (ou, bem dizer, do capitalista para com o consumidor) seria a troca de mais dinheiro pelo próprio “processo produtivo”, ou melhor, pelo serviço, findando com o processo de circulação da mercadoria acabada que visa a realização da mais-valia.

---

<sup>18</sup> Para todos os fins, e conforme demonstra Santos (2013),  $D - M \{f; mp\} \dots P - D'$ , na qual D representa dinheiro; M, as mercadorias adquiridas, como a força de trabalho (f) e os meios de produção (mp); e P, o processo produtivo que, em si, será trocado por D', uma quantia maior de dinheiro (na qual, inferindo da fórmula clássica de Marx,  $D' = D + \Delta D$ ).

A principal diferenciação desta fórmula à mais conhecida de Marx<sup>19</sup>, na qual se demonstra que a mercadoria produzida, cujo valor seria constituído pelos valores repassados dos meios de produção pela força de trabalho e pelo novo valor criado pela própria força de trabalho, se encontra na consumação da produção e nos ciclos de realização do capital. A primeira se dá de forma imediata ao processo de produção, ou melhor, se dá com o próprio processo produtivo, e não com uma mercadoria física proveniente deste. O efeito útil, assim, é inerente à atividade mesmo: “o resultado do seu processo de produção é um efeito útil imaterial” (SANTOS, 2013, p.133). A referência ao mais-dinheiro, portanto, seria consonante ao efeito útil produzido, efeito este constituído também por mais-valia. Desta forma, “a produção imaterial não nega, mas, antes, reafirma a lei absoluta do modo de produção capitalista: produzir valor excedente. A fórmula geral deste tipo de produção continua sendo  $D - M - D'$ <sup>20</sup>, sendo  $D' = D + \Delta D$ ” (SANTOS, 2013, p.136). O segundo se estabelece na necessidade de realização da mais-valia em mais-dinheiro e seu retorno ao capitalista. Na produção imaterial se tem que este ciclo seria encurtado pelo próprio obedecer da produção de serviços a uma demanda específica, é dizer, de um “automático” intercâmbio entre “produto” e dinheiro a partir do próprio surgimento do produto, e não por meio de um *momentum* à realização da mercadoria palpável.

O trabalho imaterial se mantém enquanto nova formatação do trabalho humano contemporâneo sujeito à exploração pelo capital, afirmando, assim, uma formação heterogênea do mundo do trabalho. O que não podemos negar, contudo, é sua maior inserção na constituição da subjetividade contemporânea, dotando de certo egocentrismo os comportamentos relativos ao trabalho, à empregabilidade e à concorrência existente no mercado. Tal fator se mostra como um grande desgaste à resistência da classe trabalhadora ao desfragmentar o laço social criado entre os indivíduos por meio de uma maior volatilidade do mercado, uma maior concorrência do mesmo e dos constantes cenários de crise. A imagem inicial sobre a qual foi mostrada o trabalho imaterial, relatada na teoria do trabalho imaterial, em muito recebe críticas, como a de Amorim (2007) e de Lessa (2005), enquanto tese que estipula uma finalização do conceito de classes e, com isso, um arrefecimento dos movimentos sociais e sindicais – das “práticas

<sup>19</sup> A saber,  $D-M-M'-D'$ , ou seja, a produção de uma nova mercadoria, possuidora de mais-valor, e sua troca por maior quantidade de dinheiro.

<sup>20</sup> A fórmula inicialmente utilizada por Marx em sua análise,  $D-M-D'$ , esconde o processo de valorização da mercadoria presente no processo de produção, sendo destrinchada aos poucos pelo autor até se chegar à forma completa,  $D - M \{f; mp\} \dots - M' - D'$ , com  $M'$  sendo uma nova mercadoria com valor maior que a soma dos valores das mercadorias que a constituem.

revolucionárias”, segundo Amorim (2007). Esta consideração se torna, segundo o mesmo, o mote à suposição de um caminhar, dentro do sistema capitalista, a um estado de ausência de classes (os trabalhadores agora possuiriam plena liberdade de empreenderem e alcançarem um maior patamar de consumo e, com isso, de experiência da realidade), assim sendo, de uma organização comunista. Em suma,

A crescente “intelectualização” do trabalho [...] não caracteriza, nem como tendência, a superação da ordem vigente e a constituição de um novo modo de vida. Nesse sentido, as teses que relaciona mecanicamente a formação do intelecto geral à produção dita imaterial estruturam o processo de conformação ideológica dos interesses integrados à produção de mercadorias que se utiliza de trabalho de concepção e elaboração. (AMORIM, 2007, p.148)

[...] a tese do trabalho imaterial de Negri, Hardt e Lazzarato: a) cancela o trabalho intercâmbio orgânico com a natureza como categoria fundante do mundo dos homens; b) substitui as lutas de classe pela motivação de participação que se faz amor para o tempo; c) postula a reconciliação entre capital e trabalho. Cancela a contradição capital/trabalho e a substitui pela identidade entre capital social e trabalho imaterial, entre empresário político e trabalhador social; d) “amplia” o conceito de classe e abole a centralidade operária na luta pelo socialismo. Todos os indivíduos, rigorosamente todos, são agora igualmente produtivos; e) “desdramatiza” o conceito de revolução: é a continuidade do desenvolvimento capitalista que faz emergir a nova subjetividade. Ela impõe a hegemonia do trabalho imaterial e, desta forma, efetiva a transição, a partir dos interstícios do capital, para o comunismo. (LESSA, 2005, p.73)

Nesses termos, a Bioeconomia em si não adota significado outro que não a de ilustração à manutenção do controle sobre a sociedade buscando o alcance dos objetivos do Governo de um, como em Foucault, ou do Governo de poucos, como em Marx. Nesta segunda abordagem à significação da Bioeconomia, tem-se no presente apartado que o termo pode ser tratado como dependência da economia sobre a subjetividade do indivíduo, concedendo uma aparente liberdade. Ao contrário do ponto anterior, no qual se entendia que o capital parecia controlar o indivíduo por meio de um trabalho maquínico constante, pelo estabelecimento de uma experiência específica (tempos de trabalho e de não-trabalho) e pelo gozo por meio do consumo, agora aos indivíduos cabe o papel de traçar o próprio caminho, os meios de sobrevivência frente a uma concorrência mundializada, mediante a qual os constantes processos de profissionalização e a busca do autoempreender-se se mostram como imperativos à manutenção da própria vida. Entretanto, para uma concepção mais ampla ao conceito se deve frisar que uma **limitação** do termo à esfera do **trabalho** e da nova dependência principal do capital perante **aspectos subjetivos** da sociedade contemporânea é tolhe-lo de seu real significado, baseada, primordialmente, na própria dimensão adotada sobre o caráter de uma *bios*.

Marx, assim, apesar da problematização acerca de sua teoria, causada, nas palavras de Santos (2013) por uma ideia de “quantitativismo da teoria do valor”, o que tornou possível a interpretação concedida aos teóricos do trabalho imaterial, possibilita uma segunda

interpretação acerca da Bioeconomia. Seu conceito, assim, pôde ser expresso sob a lente de Marx, mesmo que de forma embrionária e segundo nosso ponto de vista, sob uma perspectiva mais ampla: a ideia de que **mais do que um capitalismo cognitivo, à Bioeconomia, desde seu caráter mais amplo, concomitante ao estabelecimento da “Economia” segundo os estudos de Foucault, coube a dinâmica de controle sobre a sociedade, controle este que se difunde inclusive no mundo do trabalho, dotando-se, com o desenvolvimento da humanidade e da tecnologia que a segue, de caracteres subjetivos, mas ainda buscando o mesmo objetivo inicial – a manutenção do poder e, sob os aspectos pertinentes ao capitalismo, do lucro.**

## 5 UMA ANÁLISE “MULTIVOCABULAR”: A “BIOECONOMIA CONTEMPORÂNEA” E SEUS CORRELATOS

Com a constituição de uma linha de raciocínio que nos remeteu à análise foucaultiana acerca da genealogia da Economia Política, resta-nos delinear uma investigação sobre a atual significação do conceito. Esta última parte, necessária para o fechamento do ensaio sobre a categoria, deverá igualmente nos ser útil para a busca de respostas a alguns questionamentos sobre a Bioeconomia, como os feitos ao fim do **ponto 4.1**.

A respeito da proposição de um entendimento contemporâneo sobre a categoria, em muito se pode perceber uma interligação entre o que por ora estudamos e outras categorias condizentes à atual formatação do sistema econômico capitalista e à morfologia do trabalho. Principalmente em Fumagalli (2010), cuja obra “Bioeconomia e Capitalismo Cognitivo” deverá, mais diretamente, guiar as próximas discussões, percebe-se o que passamos a chamar “multivocabularização” da Bioeconomia, ou seja, a utilização de outros termos visando uma significação ou maior aproximação ao entendimento acerca da Bioeconomia, mas que, sob uma melhor apreciação, passa a apresentar certos problemas e debilidades para uma real percepção do conceito. Assim, visando tornar as significações mais claras, este capítulo deverá fazer uso de uma bibliografia mais atual, da mesma forma que a ele será concedido o papel de buscar analisar os termos empregados em consonância à Bioeconomia.

Por meio da obra de Fumagalli se mostrou possível traçar cinco diferentes referências que direcionam a entendimentos diversos sobre o conceito; nodais, portanto, para um melhor discernimento sobre tal. As relações estão presentes no seguinte trechos:

- a) “O individualismo contratual que se deriva desta situação [de introjeção da disciplina] compõe o marco institucional jurídico, no qual o processo de emulação e de competitividade individual tende a converter-se na linha mestra do comportamento laboral. Toda a vida está relacionada à produção: da subsunção formal do taylorismo se passa à subsunção real da economia flexível. Da economia se passa à *bioeconomia*.” (FUMAGALLI, 2010, p.254, grifo nosso, tradução nossa<sup>21</sup>);

---

<sup>21</sup> “*El individualismo contractual que se deriva de esta situación compone el marco institucional jurídico, en el que el proceso de emulación y de competitividad individual tiende a convertirse en la línea maestra del comportamiento laboral. Toda la vida es plegada a la producción: de la subsunción formal del taylorismo se pasa a la subsunción real de la economía flexible. De la economía se pasa a la bioeconomía*”.



- b) “Como temos dito várias vezes anteriormente, a vida dos indivíduos é a dimensão espaço-temporal da acumulação capitalista: o capitalismo cognitivo é acumulação bioeconômica.” (FUMAGALLI, 2010, p.260, grifo nosso, tradução nossa<sup>22</sup>);
- c) “[...] o ato de acumulação pressupõe a existência de um dispositivo de poder sobre as atividades existenciais com o fim de transformá-las em relações econômicas produtivas. A partir deste ponto de vista, a bioeconomia possui um aspecto complementar e simétrico à biopolítica: se por biopolítica se entende a capacidade de ação de um dispositivo de controle social e jurídico, a bioeconomia é seu análogo em relação aos mecanismos de produção, acumulação e redistribuição.”<sup>23</sup> (FUMAGALLI, 2010, p.260, grifo nosso, tradução nossa<sup>24</sup>);
- d) “O conceito de bioeconomia nos remete a uma crítica das relações de poder dirigidas à expropriação do valor. Bioeconomia é assim a palavra com a qual indicamos a crítica das relações sociais presentes no capitalismo cognitivo.” (FUMAGALLI, 2010, p.261, grifo nosso, tradução nossa<sup>25</sup>);
- e) “[...] a transição do capital físico ao capital humano, que melhor que qualquer outro engloba e descreve a transformação da acumulação econômica em acumulação bioeconômica” (FUMAGALLI, 2010, p.263, grifo nosso, tradução nossa<sup>26</sup>).

Através das composições acima, tem-se claramente a necessidade de se ressaltar, entre outras coisas, a diferenciação entre a Bioeconomia – enquanto conceito “autônomo” e enquanto comparativo à Economia (com a quais se fez o paralelo conforme item (a), expressando a continuidade da “Economia” a partir da Bioeconomia), exercício teórico iniciado anteriormente – e a acumulação bioeconômica em relação às categorias do biocapitalismo e do capitalismo cognitivo (no caso do trabalho imaterial é possível perceber sua alusão às transformações pelas quais passa o trabalho dentro das constantes metamorfoses sofridas pelo próprio capitalismo). Da mesma forma que o caso do trabalho imaterial, a assertiva (c), abordando a convergência

<sup>22</sup> “Como hemos dicho varias veces anteriormente, la vida de los individuos es la dimensión espacio temporal de la acumulación capitalista: el capitalismo cognitivo es acumulación bioeconómica”.

<sup>23</sup> Parte deste trecho fora utilizado na seção 3.3, sendo que no presente momento nos deteremos mais à diferenciação entre as diversas significações expostas.

<sup>24</sup> “[...] el acto de acumulación presupone la existencia de un dispositivo de poder sobre las actividades existenciales con el fin de transformarlas en relaciones económicas productivas. Desde este punto de vista, la bioeconomía es el aspecto complementario y simétrico de la biopolítica: si por biopolítica se entiende la capacidad de acción de un dispositivo de control social y jurídico, la bioeconomía es su análogo en relación con los mecanismos de producción, acumulación y redistribución”.

<sup>25</sup> “El concepto de bioeconomía nos remite a una crítica de las relaciones de poder dirigidas a la expropiación de valor. Bioeconomía es así la palabra con la que indicamos la crítica de las relaciones sociales presentes en el capitalismo cognitivo”.

<sup>26</sup> “[...] la transición del capital físico al capital humano, que mejor que cualquier otro engloba y describe la transformación de la acumulación económica en acumulación bioeconómica”.

entre Bioeconomia e biopolítica, vem sendo tratada até o momento neste trabalho, cabendo seu entendimento ao elaborado até então.

Retomando o raciocínio que fizemos anteriormente acerca da reestruturação de uma biopolítica a partir da “emersão da economia”, percebemos em Archela (2013) a imbricação de suas significações e posicionamentos em relação à outra, como segue:

Dentro da lógica foucaultiana da biopolítica [...], em que havia a transformação da população de conjunto de súditos para um sujeito político de fato, o pensamento econômico liberal clássico representou, então, o elemento-chave da mudança da concepção político-econômica de população. Neste sentido, coube à economia política pensar, refletir, arquitetar e propor políticas econômicas que abrangiam a população a partir de sua realidade econômica, ou seja, unir o fator biológico à dinâmica da economia. (ARCHELA, 2013, p.94, grifo nosso)

Ademais:

[a renúncia à intervenção estatal na população e a formação de novas recomendações e práticas às políticas públicas geradas a partir da revogação da Lei dos Pobres pelos economistas britânicos liberais] significa[m] que as ideias postuladas pela economia política britânica influenciaram diretamente o nascimento e o desenvolvimento da biopolítica da população. O saber representado pelos escritos principalmente de Malthus e de Ricardo influenciou a dinâmica de relações de poder entre o Estado e a população por meio de suas reflexões sobre coletividade, seu bem-estar, seus mecanismos de controle e suas consequências sobre os salários, os lucros, a produção nacional, etc. Neste contexto, os argumentos de Foucault (2008b, p. 30) oferecem uma reflexão pertinente ao estudo da história do pensamento econômico: a economia política britânica propôs um repensar sobre a circulação dos bens, a naturalidade dos mercados e sobre a população. Este repensar gerou duas consequências relevantes: primeiro, a emergência de uma arte liberal de governar a partir da união dos argumentos econômicos fundados na ideia da não-intervenção governamental no bom funcionamento dos mercados; e segundo, o nascimento da biopolítica derivado da análise bioeconômica, que racionalizou e deu origem a um conjunto de políticas voltadas ao Estado sobre como controlar, reger e administrar a população e as suas derivações (nascimentos, reprodução, aprendizagem, moral, produção econômica, morte). (ARCHELA, 2013, p.98, grifos nossos)

Na perspectiva da autora acerca do surgimento da biopolítica a partir da Bioeconomia, seguindo o exposto neste trabalho, entendemos que à Bioeconomia se concede também o papel de transformadora da biopolítica, é dizer, de reestabelecimento de ferramentas ao controle biológico da população a partir do novo saber econômico, e não de surgimento absoluto, primário, da biopolítica a partir do estabelecimento de “regimentos” bioeconômicos. Assumindo uma relação ordinal, para todos os fins, consideramos a Bioeconomia como surgente de práticas biopolíticas, bem como modificadora destas a partir de sua formação; uma influência mútua no estabelecimento das relações de poder e de seu conteúdo.

Com vistas à ressignificação da Bioeconomia, visando torná-la um fator de importância significativa a um olhar mais amplo sobre os delineamentos adotados pela sociedade, de forma

geral, e sobre o trabalho, de forma específica, tentativas de significação do termo acabarão por ser esboçadas, visando tornar possíveis estudos futuros mais centrados nas palavras-chave que a caracterizam, bem como no aprofundamento de suas especificidades. Concomitante a este aspecto, positivo, infelizmente a delimitação do termo, em conformidade com as demais limitações com as quais se esbarram as demais ciências e seus núcleos de estudo, promove sua defasagem sob os sentidos da multissignificação que os aspectos mais simples da vivência humana e das relações sociais admitem. Nesse sentido, entende-se o poder da limitação e vislumbra-se que tal ação possui seus pontos negativos e positivos.

Acerca da discussão sobre a apreensão do conceito em estudo na ótica de pesquisadores contemporâneos, releva-se, sob um simples olhar, uma continuidade lógica entre os fatores destacados; algo como uma hierarquia, partindo do “hierarquicamente maior” ao “menor”: Bioeconomia → capitalismo cognitivo → acumulação bioeconômica, até então vazia de significação sobre o posicionamento adotado pelos mesmos.

Tem-se, com isso, que os **aspectos relativos à Bioeconomia** se destacam tanto como **inseridos** dentro do âmbito do capitalismo cognitivo quanto pelo entendimento de sua significação ao ser comparada à “Economia”, algo que, por sua vez, **englobaria** o capitalismo cognitivo. Este último panorama é pensado através da própria comparação entre o que seria a Economia e o capitalismo cognitivo. A Economia, sob as conceituações e os entendimentos modernos, revela os aspectos macros e micros acerca da distribuição da produção visando a maior eficácia da mesma em relação às necessidades humanas, se nos focarmos em uma perspectiva utilitarista. Nesta visão, o capitalismo enquanto modo de produção e alocação dos recursos, um *modus operandi* econômico, de regimento das variáveis econômicas, portanto, estaria inserido nas considerações realizadas pela Economia, caracterizando-a. Grosso modo, ao capitalismo promove-se a percepção de “operacionalização da economia”.

Seria nesse sentido, portanto, que se poderia indicar uma perspectiva que vai de encontro ao relatado no item (d), no qual se afirma que a “Bioeconomia é assim a palavra com a qual indicamos a crítica das relações sociais presentes no capitalismo cognitivo”. Conforme salientamos nas considerações iniciais deste trabalho, na Bioeconomia, em sua conotação mais atual, realmente repousa a acepção de nova significação da Economia e, ao mesmo tempo, de macroestrutura que melhor **destaca** os demais fatores surgentes da perspectiva do *bios* – ou da complexidade do ser, tais como o capitalismo cognitivo, uma adjetivação específica para uma organização socioeconômica específica. Assim, em termos de uma revelação mais clara dos paradigmas do capitalismo característico do século XX – até a década de 1970 – e do modelo

contemporâneo, **poder-se-ia indicar que o capitalismo industrial, característico, por exemplo, à sociedade salarial, estaria para a Economia da mesma forma que o capitalismo cognitivo estaria para a Bioeconomia.** Todavia, conforme buscaremos esclarecer à frente, acreditamos que o conceito que melhor indica uma crítica ao capitalismo cognitivo não repousa na Bioeconomia, mas na acumulação bioeconômica. Da mesma forma, acreditamos que conclusões e associações como a destacada acima, provenientes diretamente das sentenças de Fumagalli, poderão incorrer em um entendimento equivocado sobre o termo.

Entendemos a predisposição a esta relação entre **Bioeconomia** e **capitalismo cognitivo**, proveniente a partir da percepção da economia contemporânea enquanto baseada sobretudo em uma exploração mais íntima ao trabalhador – ou melhor, mais íntima ao ser humano. Ao comparar os dois conceitos, indica-se, entretanto, ser uma **limitação da compreensão** apontar certa uniformidade entre o *bios* (da **Bioeconomia**) e o “cognitivo” (do **capitalismo cognitivo**), da mesma forma que mostra-se uma **compreensão equivocada** a tentativa de uniformidade entre “economia” e “capitalismo”. Nestes termos, como podemos apreender acerca dos conceitos e seus âmbitos, temos que, e isto é parte de nossa defesa, **o modo de produção capitalista estaria para o capitalismo cognitivo da mesma forma que a Economia estaria para a Bioeconomia: macroestruturas e suas peculiaridades – ou lentes singulares.**

Apesar de iniciarmos o esclarecimento sobre esta última comparação, a brusquidão na relação construída entre Economia e Bioeconomia ainda pode se revelar estranha.

Relacionado com o item (a), no qual se estabelece a comparação entre os dois termos a partir das modificações mais visíveis presentes entre os modelos produtivos fordista/taylorista e o modelo de acumulação flexível, tem-se que na “Economia” se veria presente um aperfeiçoamento, dando origem à Bioeconomia. Seguindo as características até então analisadas sobre o conceito, desde sua construção indireta por meio de Foucault até a concepção mais atual, entendemos, na verdade, que **a Bioeconomia deve ser encarada como um conceito em maior desenvolvimento na contemporaneidade, mas cujo significado esteve sempre dentro dos espaços de discurso da economia**<sup>27</sup>. Ao serem pautadas as relações de controle, deve-se ter em mente que o discurso econômico, bem como sua principal característica de viés marxiano, a saber, a luta de classes, estiveram em consonância a este sentido mais generalizado da Bioeconomia. É apenas nos sentidos das especificidades da Bioeconomia na atualidade, tais como o posicionamento das características genéricas do ser social que são aguçadas, como a

---

<sup>27</sup> Tal como a “acumulação flexível” em relação ao capitalismo, conforme veremos à frente no tratamento de Alves (2011a)

linguagem e o conhecimento, que a fizeram se destacar enquanto categoria singular, principalmente em termos de reflexão sobre o mercado de trabalho.

Apesar de em sua totalidade não apresentar a devida coerência, entende-se que realmente a tomada dos meios de produção emblematicamente percebidos durante a Revolução Industrial (mas já presente antes) representou uma nova maneira de se ver o trabalho e, com isso, de perceber as relações de disciplina e de controle, mecanismos estes que foram se refinando até alcançar a subjetividade do indivíduo veementemente, passando progressivamente a serem dotados de certa normalidade. Grosso modo, prefere-se não indicar uma cisão grosseira entre economia e Bioeconomia, mas indicar, no desenvolvimento da **economia** e do modo de produção capitalista, particularidades que a adornam de **caracteres bioeconômicos**, adornos estes que seguem tanto o desenvolvimento da produção de mercado quanto o desenvolvimento do ser humano genérico. É dizer, assim, um “salientar” e um “complexificar” da Bioeconomia dentro da economia. Desta maneira, de grande importância se mostra relembrar que a economia e o modo de produção/distribuição, como dito, são duas coisas diferentes.

A seguir, tem-se duas assertivas sobre a **acumulação bioeconômica**, em comparação tanto ao capitalismo cognitivo (item b) quanto à acumulação econômica (item e).

Acerca da acumulação econômica, percebe-se que os pressupostos de valorização das mercadorias sob a acumulação dita bioeconômica não mais obedecem **apenas** aos fatores que caracterizavam a produção da mais-valia do trabalho material, tal qual o apontado por Smith, através do exemplo da fábrica de alfinetes, ou conforme delineado por Marx. No caso de uma “economia mais bioeconômica”, se assim poderíamos chamar em dissonância à passagem “economia → Bioeconomia”, nota-se que a **valorização** das mercadorias se dá por outros meios, especialmente por uma maior fantasia criada ao redor das mercadorias, como a proveniente das marcas<sup>28</sup> e da moda, uma maior fantasia sobre a significação das mercadorias, ou, como exalta Fumagalli (2010), uma “fetichização do simbolismo”. Assim, uma ressignificação das mercadorias, que acabam por tornar maior seu valor (principalmente social) sem adquirirem, em si e por meio de trabalho, mais características ou finalidades.

Desta forma, podemos supor um **desenvolvimento** do modelo de acumulação ao considerarmos a amplitude dos métodos de produção de mais-valia e, com isso, de acumulação do capital. Fatores como a **primazia do setor financeiro**, que converte em irreal a produção de valor, adquirida pela especulação do mercado financeiro, e que torna cada vez mais imbricada

---

<sup>28</sup> Não apenas a marca em si, mas também do *branding*, ou seja, do gerenciamento dos fatores que a circundam, como os demais símbolos referentes à marca e os atributos e as identidades a que se dota a marca, por exemplo.

a renda financeira, o benefício industrial e os rendimentos do trabalho (FUMAGALLI, 2010a); a **publicidade**; a **territorialidade**, que se mostra exígua em tempos de globalização e constante modernização dos meios de comunicação; e a **acepção da individualidade dos sujeitos pelo individualismo propagado na sociedade concorrencial**, vêm atestar esta transformação real e mais perceptível da economia.

Acerca deste fator, em contraposição à explicação de Fumagalli (2010a, p.27, Prefácio, grifo e destaque nossos, tradução nossa<sup>29</sup>) **dedicada à Bioeconomia**, consideramos, na verdade, a **acumulação bioeconômica** como

[...] o poder totalizante e invasivo da acumulação capitalista na vida dos seres humanos. De forma mais específica, por acumulação bioeconômica se entende a intenção de incluir às razões de exploração as capacidades vitais dos seres humanos; em primeiro lugar a linguagem e a capacidade racional de gerar conhecimento através da dinâmica das relações sociais. Linguagem e conhecimento são os dois pilares sobre os quais se funda o conceito de *general intellect*: **acumulação bioeconômica [modificação nossa]** é, assim, a valorização capitalista do *general intellect*.

É neste aspecto da acumulação bioeconômica que igualmente se baseia o capitalismo cognitivo, calcado em uma maior introjeção nos sujeitos de um caráter em prol da acumulação do capital e na captação de mais-valia por meio de uma exploração disfarçada de liberdade, de criação do próprio tempo de trabalho e de uma maior vinculação do conhecimento à produção imaterial. Assim, percebe-se a estreita ligação estabelecida aí entre a **cognição sob controle do capitalismo** (no “capitalismo cognitivo”) e o **caráter bios da forma de acumulação econômica** (na “acumulação bioeconômica”). O capitalismo cognitivo se mantém como sendo uma acumulação econômica, mas com traços de exploração das capacidades singulares do indivíduo; de, portanto, um *bios*. Seria indicar, com isso, um **biocapitalismo** – conceito a ser melhor desenvolvido mais à frente.

Temos, dessa maneira, a Bioeconomia se mostrando, no tratamento para com a realidade material, enquanto capitalismo cognitivo, sendo só exacerbada nesta por meio da exploração das capacidades cognitivas do indivíduo, ao passo que este se constitui enquanto acumulação bioeconômica. Assim, refazendo ou reordenando a relação anteriormente determinada, temos agora que: **Bioeconomia → Biocapitalismo / Capitalismo Cognitivo (acumulação**

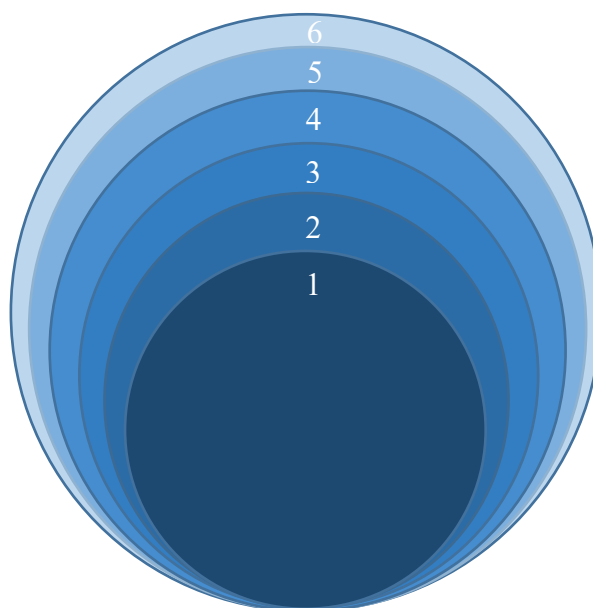
<sup>29</sup> No original, tem-se: “(...) *bioeconomía esto es, el poder totalizador e invasivo de la acumulación capitalista en la vida de los seres humanos. De forma más específica, por acumulación bioeconómica se entiende el intento de plegar a las razones de la explotación las capacidades vitales de los seres humanos, en primer lugar el lenguaje y la capacidad racional de generar conocimiento a través de la dinámica de las relaciones sociales. Lenguaje y conocimiento son los dos pilares sobre los que se funda el concepto de general intellect: bioeconomía es así la valorización capitalista del general intellect.*”. Como buscaremos evidenciar mais a frente, vamos de encontro a algumas explicações de diferenciação de Fumagalli entre Bioeconomia e acumulação bioeconômica, entendendo que em muitos pontos ao se referir à Bioeconomia, estar-se-ia tratando, na verdade, de acumulação bioeconômica. Neste trecho, por exemplo, acreditamos se mostrar clara certa mistura sobre os respectivos termos.

**bioeconômica**). Ainda nesta relação, incluímos igualmente o capitalismo manipulatório, que, por sua vez e conforme exprime Alves (2011a), mostra-se de maior amplitude que o capitalismo cognitivo, mas sem deixar de incluir as peculiaridades deste.

Buscando tornar mais claros os âmbitos sobre os quais acabam por circunscrever cada uma das categorias citadas, ensaiamos a construção do **Gráfico 1** a seguir. Não se constituindo de forma absoluta em relação aos fatores relacionados ao trabalho e à organização econômica contemporâneos, as ordens estabelecidas pelas categorias a seguir, citadas ao longo da pesquisa, inserem-se através de um corte realizado sobre os aspectos da subjetividade e seu controle. Assim, por exemplo, outras concepções de Biocapitalismo, como as relacionadas às convergências entre a modo de produção e a observância à (re)produção da natureza, ou ao trabalho, o qual consideramos apenas o imaterial, deverão estar inscritas nesta classificação, mas para o objetivo desta pesquisa estas mesmas serão desconsideradas.

Ademais, da mesma forma que o ensaio de uma conceituação poderá aparentemente fechar a categoria a outras perspectivas, a hierarquização dos termos a seguir poderá ser entendida erroneamente se não percebida em seus detalhes. Devemos salientar a influência que cada um dos termos poderá demonstrar em relação ao termo “superior” ou “inferior”, bem como a grande proximidade que os termos têm entre si. Não se deve esquecer, por exemplo, que da mesma forma que o Biocapitalismo/Capitalismo Cognitivo exerce um poder sobre as caracterizações do trabalho na contemporaneidade, a subjetividade dos indivíduos, assim, a fineza do conhecimento tecnológico, bem como o desenvolvimento de outras linguagens, como a estabelecida pela informática, geram um igual impacto sobre as transformações do regimento da economia. Apesar disso, cremos que a hierarquização, respeitando estes detalhes, servir-nos-á para uma melhor compreensão geral acerca do conceito central e dos demais termos envolvidos.

Gráfico 1 – Hierarquias das categorias analisadas



Fonte: Elaborado pelo autor.

Legenda: 6. Economia; 5. Bioeconomia; 4. Capitalismo Manipulatório; 3. Biocapitalismo/Capitalismo Cognitivo (acumulação bioeconômica); 2. Trabalho Imaterial; 1. Indivíduo (Subjetividade)

Com estas duas explicações, ilustradas pela estruturação das ressignificações da Bioeconomia por meio de uma multivocabularização da categoria e pela hierarquização dos termos, trataremos de analisar mais detidamente a conceituação de Bioeconomia, realizando uma rápida e necessária reflexão sobre as duas outras interpretações que mais poderão se aproximar à sua significação, a saber, o Capitalismo Manipulatório e o Biocapitalismo/Capitalismo Cognitivo. Aponta-se, ademais, a um afunilamento destas lentes às transformações do mundo do trabalho.

Vale dizer que desde o seu início, a presente pesquisa se preocupou em realizar um apanhado acerca da Bioeconomia nas principais bases de dados<sup>30</sup>. Com o retorno de pouquíssimos resultados relativos à busca direta dos termos “Bioeconomia” ou “bioeconômico” (em suas variações nas línguas inglesa, francesa e espanhola), tem-se que a busca por trabalhos relacionados à categoria (e na proposição semântica que desejamos estudar) se deu de forma “independente”, recorrendo a investigações mais aprofundadas de obras, artigos científicos e

<sup>30</sup> A fim de empreendermos o desenvolvimento inicial deste trabalho, realizamos uma busca por meio das bases de dados da Scielo.org e do Periódicos Capes, não estabelecendo nenhum filtro para uma maior apreensão dos resultados. Com os poucos resultados obtidos, tem-se que a pesquisa de trabalhos afins ao nosso objetivo se deu por meio de buscas independentes na ferramenta de busca Google. Os resultados, neste último caso, mostraram-se profícuos, apesar de aquém da significância esperada, sendo os trabalhos encontrados, obviamente, lidos em sua extensão visando a harmonia do resultado encontrado com os objetivos idealizados.



entrevistas transcritas. Assim, apesar de longe de esgotarmos a discussão, pretendemos desenvolver um caminho que melhor englobe, mesmo que relativamente, uma análise mais sólida à categoria proposta.

### **5.1 Interstícios: Capitalismo Manipulatório e Biocapitalismo/Capitalismo Cognitivo**

Como visto, a noção de uma Bioeconomia adquire em Marx uma conotação dupla. Em seu último caso, vimos que sua conotação ao mundo do trabalho, clara na própria constituição semântica da categoria, mostra-se a partir das considerações concernentes a um maior controle camuflado do capital sobre a força de trabalho, tendo como foco principal a subjetividade e, nesta situação, uma aparente noção de liberdade. Segundo dispõe Sanson (2009), o processo de “transferência de responsabilidades” seguido pela dinâmica do capital, fazendo com que se internalizem atitudes, condutas e comportamentos, obnubila a consciência acerca de imposições externas praticadas sobre o indivíduo, tornando-o agora sujeito inteiramente responsável por si próprio, culpado tanto pelas conquistas quanto pelos fracassos relativos ao trabalho e ao prosseguimento da vivência de forma geral. Sob a mesma ótica, mas em uma diferente interpretação vocabular, insere-se a crítica de Gorz (2007) sobre a “racionalidade econômica” – tendo aí implícito o sistema econômico ao qual faz referência.

Assim, mediante tomada de responsabilidades e, conseqüentemente, de uma individualização dos processos de desenvolvimento do sujeito (sendo, assim, borrados os sentidos atribuídos à relação indivíduo-sociedade), tem-se que o controle e a disciplinarização da população se tornam papéis da própria sociedade, passando a se mostrar difusa a função de coordenador da dinâmica social. Segundo Sanson (2009, p.210-211),

A sociedade do controle assume um caráter difuso, já não tem mais necessariamente um centro irradiador que determina e estabelece padrões de conduta. A novidade é que aquilo que antes era prescrito por um poder normatizador, passa a ser assumido pelo conjunto da sociedade, é internalizado. Se na sociedade disciplinar, o modelo do panóptico é hegemônico e significa que todos estão sendo vigiados, na sociedade do controle esta vigilância torna-se difusa.

A partir do papel bioeconômico do Estado sobre a população presente na analítica de Foucault, colocando-o enquanto instituição máxima de delineamento da vida dos indivíduos, pode ser salientada a passagem do poder bioeconômico das mãos do Estado para o mercado, que de maneira mais incisiva controla as condições de vida e as concepções do indivíduo sobre a sua realidade por meio, substancialmente, de um encaminhamento através da economia (FUMAGALLI, 2010a). Vale dizer, um controle que em seu âmago encontra-se exercido pelo

“outro”, pois tal qual o capital, o mercado se mostra, em verdade, enquanto relação entre interesses individuais. A soberania das ferramentas econômicas, “do comandar através do dinheiro, foi globalizada” (NEGRI, 2015, p.68-69), passando, com isso, a pertencer ao mercado.

Nesse âmbito do trabalho, podemos perceber que em muito a noção de capitalismo cognitivo passa a representar uma ilustração dos caracteres que marcam a Bioeconomia em si, ou seja, o controle da população visando a exploração de mais-valia; a concentração de características da economia, segundo compreendemos em Foucault, na forma de um modelo de (re)produção. Não nos interessa aqui, claramente, fazermos um retorno pormenorizado às iniciais utilizações do termo na literatura, mas delinear justamente os interstícios, os caminhos, presentes entre categorias, que se confundem; que dialogam, mas analiticamente não representam o mesmo objeto. O mesmo expressamos acerca da indagação sobre o capitalismo manipulatório, tratado à letra de Alves (2011) e discutido a seguir. Cremos que, assim, tornar-nos-emos mais aptos a ensaiar uma ressignificação à Bioeconomia.

### ***5.1.1 Capitalismo Manipulatório***

A análise realizada por Alves acerca de um capitalismo dito manipulatório muito se mostra profícua a um entendimento globalizante sobre os princípios do modelo de produção não apenas contemporâneo, mas desde sua realidade de inícios do século XX, quando por meio do modelo fordista-taylorista eram percebidas formas inéditas de cooptação sobre a força de trabalho. Entendemos que a presente ótica acerca do capitalismo se dá no sentido de apontar suas características inerentes, aprofundando aos poucos alguns pontos convergentes às concepções de um biocapitalismo ou capitalismo cognitivo, objeto que discutiremos à frente.

De forma direta, a construção de Alves (2011a) acerca do Sistema Toyota de Produção – ou, como simplesmente passa a ser cunhado, toyotismo – repousa em dois pontos de importância: a dissertação acerca da continuidade percebida, em alguns aspectos, entre os modelos de produção, sendo intensificado o **modo de acumulação**, que passa a se mostrar **mais** flexível na contemporaneidade frente às instabilidades da economia; e a evidenciação da base da nova acumulação flexível sobre a qual se pauta a nova organização do trabalho: a subjetividade, que passa a impactar sobremaneira também os espaços de “reprodução social”. Mostra-se, em vista disso, como uma abordagem sobre a captura da subjetividade, seguindo um *crescendo* em termos de aproximação teórica ao cerne dos objetos de manipulação por parte do capitalismo contemporâneo – a linguagem, o conhecimento, a própria subjetividade, fatores identificados como sendo próprios ao metabolismo social (ALVES, 2011a) –, para também

contemplar discussões sobre o estado de resistência da classe trabalhadora frente a esta maior imiscuição da racionalidade neoliberal em seus laços de solidariedade.

Acerca do primeiro ponto, no âmago dos dois modelos produtivos, o fordismo-taylorismo e o toyotismo, Alves se mostra enfático ao relatar que a flexibilidade, ao ponto de nos referirmos à acumulação flexível, sempre se mostrou presente sob o sistema capitalista: procurando esquivar-se dos momentos de crise e depender cada vez menos da força de trabalho para a geração da mais-valia, ser flexível ilustra uma característica “histórico-ontológica da produção capitalista”. Nessa pontuação, identificamos em sua fala uma correlação entre conceitos que muito enriquece a discussão que fazemos até então – mais especificamente desde o início do presente capítulo –, a saber:

Portanto, a produção capitalista é, em si, acumulação flexível de valor, que surge ainda em seus primórdios, quando o capital instaura o trabalho assalariado, promovendo a despossessão do trabalhador assalariado das condições de vida, a separação do trabalhador de seus meios de produção, a separação entre “o caracol e sua concha” (Marx, 1996b). O desenvolvimento do trabalho assalariado é, então, a própria fenomenologia de sua peculiaridade ontológica: ser “flexível” às necessidades imperativas do capital em processo. (ALVES, 2011a, p.14, grifo nosso)

A acumulação flexível é exposta como alicerce a partir do qual o autor tece suas considerações sobre as convergências e divergências entre os modelos de produção da primeira metade do século XX e o que se mostrou a partir da década de 1970: saindo de um modelo mais rígido, que se pauta na separação entre o corpo e a mente do trabalhador, gerando “uma integração ‘mecânica’ do trabalhador ao sistema de máquinas do capital” (ALVES, 2011a, p.112), para uma organização do trabalho que passa a tornar imprescindível a retomada pelo trabalhador de sua consciência, agora **cooptada e constantemente cooptável** pelo capital (ALVES, 2008), impondo uma “integração orgânica”, a flexibilidade, aos moldes do toyotismo, mostra-se referente a amplos aspectos da vida laboral, como

[...] à legislação e regulamentação social e sindical, em que um aspecto muito discutido é o que diz respeito aos contratos de trabalho: a possibilidade de variar o emprego (volume), os salários, horários e o local de realização do trabalho dentro e fora da empresa (por exemplo, mudança de linha dentro de uma fábrica, ou mesmo mudança entre fábricas). Ou ainda aquela relativa aos regulamentos internos, à representação sindical interna, ao sistema de remuneração e às recompensas. (ALVES, 2011a, p.17)

O retorno, por bem dizer, a uma integração entre corpo e mente surge, portanto, como meio de tornar tanto mais dócil o indivíduo que trabalha, convertendo-o em parte do crescimento da empresa (através de novas designações ao trabalhador, agora “colaborador”, e das formas de captação do voluntarismo por parte do trabalhador para tal, como é o caso dos Programas de Participação nos Lucros e Resultados das empresas), quanto mais branda a

principal força de contestação da classe trabalhadora, os sindicatos, que passam a ser dotados de uma cariz neocorporativista (ALVES, 2000a, 2000b, 2001, 2011a), assumindo uma orientação propositiva em detrimento a orientações de confronto.

Apesar do abalo gerado sobre a orientação dos trabalhadores individuais e dos sindicatos, infere-se de Alves certa construção em espiral em termos de gerações de impacto entre a derrocada do poder sindical dos trabalhadores e a emersão e solidificação da produção “toyotizada”. Segundo o autor, “o processo político de derrotas históricas da classe trabalhadora ocorridas sob a conjuntura dos anos 1970-80 nos principais países capitalistas é uma das causalidades históricas fundamentais para a constituição da chamada acumulação flexível” (ALVES, 2011a, p.19), o que gera uma abertura às mudanças políticas, econômicas e sociais sob o rótulo do neoliberalismo. Assim, expõe, “a mundialização do capital, a acumulação flexível e o neoliberalismo constituíram nas últimas décadas de capitalismo global, um novo (e precário) mundo do trabalho, complexificado, fragmentado e heterogeneizado”. (ALVES, 2011a, p.21). Não apenas nesse aspecto, mais direto, podemos perceber uma derrota do sindicalismo, mas vale destacar que se mostra presente igualmente uma corrosão da memória social relativa às lutas sindicais, o ““esquecimento de experiências passadas”, o apagar de memória de lutas e resistências e a construção ideopolítica de um novo mundo de colaboração e de consentimento com os ideais empresariais” (ALVES, 2011a, p.109).

Nos moldes do toyotismo, a organização do trabalho passa por uma transformação que ultrapassa as formalidades do modelo fordista-taylorista dentro do espaço de trabalho, bem como sua proposição característica à primeira metade do século XX acerca da forma de tratamento do espaço de não-trabalho, ilustrado pelo “*american way of life*”. Cooptando a força produtiva não mais apenas como força maquinica, mas enquanto força intelectual, tem-se que, conforme exposto por Alves (2011a) e de forma mais específica por Gorz (2005) e Amorim (2009), por exemplo, há uma reestruturação “espaço-temporal do trabalho e da vida social” por meio de uma miríade de valores e pensamentos que passam a vigorar em uma realidade instável e de competitividade no mercado de trabalho, dotando ao indivíduo que trabalha o papel de “algoz de si” – eis as bases da “arquitetura de controle do metabolismo social do capital que o novo modelo de produção exige” (ALVES. 2011a, p.118).

Nesta lógica, caminhando à segunda base metodológica de Alves, conforme exposta anteriormente, fala-se na **captura da subjetividade**, mas como explica o autor,

[...] a captura não ocorre, de fato, como o termo poderia supor. Estamos lidando com uma operação de produção de consentimento ou unidade orgânica entre pensamento e ação que não se desenvolve de modo perene, sem resistências e lutas cotidianas. Enfim, o processo de “captura” da subjetividade do trabalho vivo é um processo

intrinsecamente contraditório e densamente complexo, que articula mecanismos de coerção/consentimento e de manipulação não apenas no local de trabalho, por meio da administração pelo olhar, mas nas instâncias socio-reprodutivas [...]. (ALVES, 2011a, p.114)

Nessa seara, a “administração *by panopticum*” – a internalização do olhar que perscruta as tarefas do trabalho de si e dos outros – e a “subjetividade às avessas” – a aparente livre disponibilização das capacidades cognitivas, mas que na verdade estão sob manejo de novas organizações do trabalho –, indicadas pelo autor, denotam as novas conformidades do engajamento moral-intelectual à mercê do capital, seja dentro ou fora do espaço-tempo laboral. Desembaraçando a abrangência da concepção de “captura”, utilizamos as palavras do autor para determiná-la simplesmente enquanto “a conformação da subjetividade do trabalhador à lógica do capital” (ALVES, 2011a, p.77). Assim, na especificação do objeto central de Alves é que a partir deste processo de cooptação e conformação se atinge a noção de **capitalismo manipulatório**, perspectiva sob a qual a “vida se torna *business*” e o “*business* se torna vida”. Em termos específicos à sua percepção do **mundo do trabalho** e do **espaço-tempo da vida social**, tem-se respectivamente que

[...] o espírito do toyotismo implica não apenas a mobilização total da mente [...], mas a mobilização total do corpo e da mente. Não apenas conhecer e fazer, mas conhecer e fazer “instintivamente”. (ALVES, 2011a, p.46, grifo nosso)

Critérios de produtividade e desempenho saem do universo da empresa e se disseminam pela sociedade, tomando de assalto inclusive as relações afetivo-existenciais, medidas sobre os parâmetros linguístico-comunicativos dos valores de desempenho e produtividade. (ALVES, 2011a, p.94)

Às especificações abordadas por Alves sobre o capitalismo manipulatório, a saber, a abordagem sobre os fatores pertencentes ao metabolismo social, indicamos sua inserção a um outro conceito, denominado na literatura de biocapitalismo ou capitalismo cognitivo, claramente inserido nas peculiaridades do capitalismo manipulatório, mais especificamente às bases de exploração do trabalho imaterial presente em maior extensão na economia contemporânea.

### 5.1.2 *Biocapitalismo/Capitalismo Cognitivo*

Adentrando nas formas de manifestação mais específicas do modelo de produção capitalista, temos que a abordagem em relação ao biocapitalismo pode se mostrar como sujeita aos mesmos tipos de compreensões com as quais se trata a Bioeconomia: por um lado, uma perspectiva baseada na manipulação da biosfera – ou das ciências biológicas – como um todo

por parte de um modo de produção, por um modo específico de relação social; por outro, relacionado às peculiaridades do ser social e sua cooptação pelo capital (NEGRI, 2015).

As abordagens, apesar disto, tendem a convergir ao segundo entendimento. Tem-se que o biocapitalismo passa a ser compreendido a partir da relevância da exploração do trabalho por vias preponderantemente cognitivas. Diferentemente, portanto, do tratamento concedido à Bioeconomia, o biocapitalismo se limita aos objetivos históricos específicos ao modo de produção, que se calcam na manutenção da situação de dependência dos despossuídos dos meios de produção frente aos possuidores, visando um crescimento da produção de mais-valia e seu caráter circulatório do processo produtivo. Sua via, entretanto, se baseia nos caracteres sociais (relacionados à comunicação) e intelectuais da sociedade – ou, como apontamos no item anterior, pertencentes ao metabolismo social (ALVES, 2011a). Fumagalli (2010b, p.11) indica que a centralidade dos mercados financeiros, por exemplo, mostra-se como principal elemento caracterizador d’“a passagem do capitalismo fordista ao cognitivo, ou biocapitalismo” – ou, como Moulrier-Boutang (2004, p.108, tradução nossa<sup>31</sup>) ainda nomeia, “‘capitalismo imaterial’, ‘Economia sem peso’, ‘sociedade da informação’, ‘net-economy’, ‘Nova economia’, ‘Economia baseada no conhecimento’, ‘revolução tecnológica das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTIC)’”, revelando, assim, outras especificidades.

Superficialmente, a estrutura processual do capitalismo cognitivo, segundo Izerrougene (2008, p.412), pauta-se na emergência do conhecimento enquanto chave ao desenvolvimento do capital e cuja acumulação “se apoia na exploração sistemática da informação, da competência dos autores de conhecimento, das diversas capacidades tecnológicas e institucionais associadas e das inúmeras formas de implicação em redes”. Negri (2015, p.61), por sua vez, realizando uma delimitação e se aprofundando em sua significação, localiza na passagem da subsunção formal à subsunção real sua transformação supraestrutural, quando se percebe mais destacadamente que “o mundo do trabalho explora enquanto bios, isto é, já não só como força de trabalho e sim como forma viva, não só como máquina de produção e sim como corpo comum da sociedade”. Ademais, concomitante a esta transformação, Negri destaca a importância da evolução dos meios de produção – e, com estes fatores, da evolução da materialidade do próprio processo produtivo – à manutenção deste controle integral sobre o trabalhador. Senão vejamos:

---

<sup>31</sup> “*El capitalismo inmaterial, sin peso —weightless economy, según la expresión de D. Quah—, la «sociedad de la información», la net-economy, la «Nueva economía», la Knowledge-based Economy (OCDE), la revolución tecnológica de las NTIC, son otras tantas formas de nombrar esta transformación, y de aferrar de manera parcial, algunos de sus aspectos».*”

Depois, uma transformação fundamental, uma metamorfose nos modos de produção da época pós-industrial, pós-fabril, é a que nos mostra a emergência de processos de valorização cooperativos de exploração cognitiva, em suma, a passagem do trabalho material para o trabalho imaterial. Claro que com isto não quero dizer que haja desaparecido o trabalho material, ao contrário, o trabalho pesado, duro, está terrivelmente presente, presente demais. Estou dizendo simplesmente que o trabalho material é cada vez mais modelado por técnicas científicas e modificações tecnológicas que comportam a transformação da força de trabalho, que se torna cada vez mais força de trabalho intelectual, enquanto a informação recolhe a mais-valia social de uma sociedade subsumida. (NEGRI, 2015, p.61-62)

Cangi e Penissi (2015) percebem inclusive algumas fórmulas próprias ao biocapitalismo, que dialogam, afinal, com as formas de tratamento do indivíduo, seu espaço e sua individualidade. Em fatores que em muito transversalizam o que foi até então exposto, indica-se que sob o biocapitalismo a vida subsumiu ao abstrato, depois do abstrato ter subsumido à vida; que não há coletividade sem linguagem e produção, “na qual a arte é, antes de mais nada, essa síntese de configuração do movimento do mundo, que o antecipa e o segue em sua orientação”; e que, sob a constituição do biocapitalismo, o indivíduo surgente já se mostra apartado à dialética do capital, ao estabelecimento antagônico entre capital e trabalho, percebendo que “há trabalho de sobra, porque todos trabalham e porque todos contribuem para a constituição da riqueza social” (CANGI; PENISSI, 2015, p.17-18).

Cremos, afinal, que a pertinência do *bios* ao jogo do capitalismo se mostra, no conceito por ora analisado, como inserido em termos da complexidade do indivíduo, assim, sob a lente da subjetividade. O discernimento acerca do biocapitalismo se evidencia dissecado principalmente na letra de Negri (2013, 2015), que retorna igualmente às transformações pertinentes ao modelo de produção durante as décadas de 1970 e 1980. No sentido de circunscreve-la, percebe-se que a indagação de Negri, em si, evidencia a base de operacionalidade do biocapitalismo. Pergunta-se o autor:

Por que o capitalismo de hoje, ao contrário do industrial, não só constrói de maneira mecânica os produtos, mas quer também se ocupar das florestas ou das vidas dos homens? Por que ele transformou a medicina, tornando esta uma das fontes básicas para o lucro? Por que encara o *welfare*, ou seja, as políticas de assistência que acompanham ser humano por toda a vida, para transformá-los em elementos de valor? (NEGRI, 2013, p.20, tradução nossa<sup>32</sup>)

Concomitante às transformações pelas quais passou o mundo do trabalho nos últimos trinta anos é que Negri anexa-o ao neoliberalismo surgente, ao inchaço do setor de serviços da

---

<sup>32</sup> “¿Por qué el capitalismo actual, a diferencia del industrial, no solo construye de manera mecánica los productos, sino quiere ocuparse también de los bosques o de la vida de los hombres? ¿Por qué ha transformado la medicina, haciendo de esta una de las fuentes básicas para sacar ganancias? ¿Por qué afronta el *welfare*, es decir las políticas de asistencia que acompañan al ser humano por toda la vida, para convertirlas en elementos de valor?”

economia mundial e ao caráter imaterial e cognitivo no qual repousa o tratamento em relação ao trabalho contemporâneo. Ademais, o autor localiza mais especificamente a exploração do “Comum” pelo biocapitalismo: não se limitando à exploração da **força física** da força de trabalho no **espaço formal de trabalho**, ao biocapitalismo/capitalismo cognitivo se caracteriza a exploração da linguagem, de signos e de códigos, “[...] todos elementos carregados de afetos que não são materialidade pura, e sim imaterialidade viva” (NEGRI, 2015, p.66); em outras palavras, do Comum, “[...] aquilo que os homens produzem juntos, ao mesmo tempo, e que coincide com seu ‘fazer multidão’” (NEGRI, 2015, p.69). Na mesma linha de evidenciação sobre o capitalismo cognitivo, Blondeau (2004, p.34) ressalta que a “atividade sem obra”, em referência à imaterialidade característica da produção capitalista contemporânea, baseia-se no espaço público de cooperação, no *general intellect* – “entendido como atitudes gerais do espírito – faculdade da linguagem, disposição à aprendizagem, capacidade de abstração e de pôr em relação, e acesso à autorreflexão” –; em símbolos, códigos e signos linguísticos. Outrossim, Marazzi (2009a, p.10-11), em perspectiva mais sistemática, destaca em entrevista que

Os pilares do capitalismo financeiro, hoje em crise, são os seguintes: um ataque sistemático à classe operária, com redução dos salários, flexibilização do trabalho e aumento da extração de mais-valor na esfera da distribuição. É o assim chamado biocapitalismo, que põe no trabalho a vida inteira dos trabalhadores, fazendo-os trabalhar gratuitamente na esfera da reprodução e da circulação, mas sem pagá-los. A globalização, por sua vez, estendeu este processo de “colonização” capitalista, dos processos de valorização do capital, para além dos portões das fábricas. Mas uma característica específica deste capitalismo hoje em crise é a centralidade das finanças e do débito privado (o endividamento das famílias).

O biocapitalismo põe a vida no centro do crescimento econômico. A própria vida, a vida nua, se torna fonte de valor, ou melhor, um mais-valor absoluto que não é reconhecido pelo capital e, portanto, não é pago. Por essa razão, o rendimento garantido é a forma de reconhecimento da força produtiva da vida colocada no trabalho.

No biocapitalismo, conforme esclarece Torres (2014, p.100, tradução nossa<sup>33</sup>), “o corpo aparece como um território sob disputa estratégica; é o lugar sobre o qual se expressam profundas transformações tecnocientíficas [...], eixo privilegiado para as estratégias, mecanismos e dispositivos da atual bioeconomia e do biopoder [...]”.

Como apontado, ao exame acerca do biocapitalismo quase não se denota, nos termos relacionados ao *bios*, à mesma perspectiva que delineamos à Bioeconomia, daí sua inserção categorial nesta, e não o oposto. Sua correspondência à contemporaneidade que circunda o

---

<sup>33</sup> “*El cuerpo aparece como un territorio en disputa estratégico, es el lugar donde se expresan las profundas transformaciones tecnocientíficas (particularmente las biotecnológicas), eje privilegiado para las estrategias, mecanismos y dispositivos de la actual bioeconomía y el biopoder [...]*”.

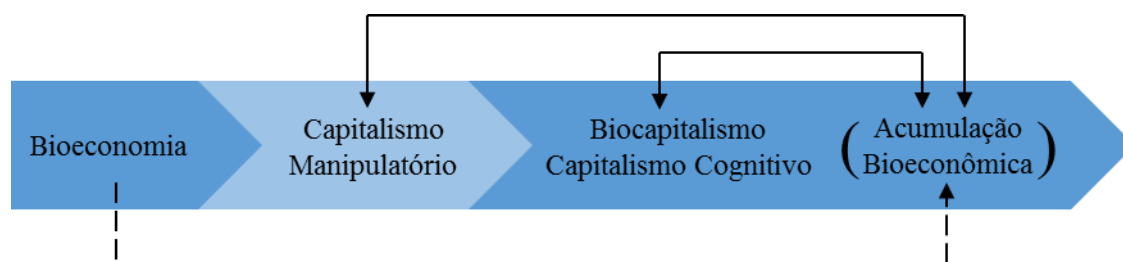


“capitalismo cognitivo” se torna claro, podendo ser possível traçar uma mesma linha de entendimento entre os dois vocábulos. Biocapitalismo e capitalismo cognitivo, da forma como se mostram tratados nos trabalhos aqui estudados, são conceitos convergentes, ao contrário da interpretação concedida pelo senso comum (a depender, obviamente, do foco concedido ao *bios*).

Sem o objetivo de esgotar uma discussão sobre o biocapitalismo/capitalismo cognitivo, mas esperando ter traçado seus principais aspectos, em relação a estes, e conforme delineado no início deste capítulo e no **Gráfico 1**, faz-se necessário resgatar o sentido que tais conceitos trazem ao debate sobre a Bioeconomia. Baseado principalmente na reflexão empreendida por Fumagalli (2010a), percebe-se que as características delineadas ao longo deste trabalho por meio da Bioeconomia são resgatadas pelo dito biocapitalismo ou capitalismo cognitivo por meio do que o autor denomina “acumulação bioeconômica”.

A passagem constante por meio destas “estruturas” se coloca como de importância devido à impossibilidade de tratamento de uma dinâmica da Bioeconomia *per se*, percebendo-a como caracterização da Economia Política – e, em maior amplitude, da Economia – e faceta sobre a qual os modelos econômicos adquirem maior proximidade – mas não se estabelecendo enquanto primórdio do funcionamento econômico –, tornando mais claras seus principais caracteres. Desta maneira, acreditamos que, conforme o **Gráfico 2** demonstra, **os sentidos da Bioeconomia, de traços basilares foucaultianos, adquirem dinâmica por meio da acumulação bioeconômica.** Mais que isso: frente ao percurso teórico que delineamos até então, indica-se que o capitalismo cognitivo adquire seus presentes vieses estruturais devido ao tipo de acumulação, bioeconômica, da mesma forma que a acumulação bioeconômica adquire traços complementares a partir da influência do modo de produção, tal como explicado a partir do **Gráfico 1**.

Gráfico 2 – Influência da Bioeconomia e da acumulação bioeconômica



No **Gráfico 2** a seta pontilhada indica a influência das características da Bioeconomia (em uma hierarquia maior, conforme explanamos no **Gráfico 1**) sobre a acumulação dita bioeconômica, ao passo que as setas contínuas indicam as influências mútuas geradas à conformação dos vocábulos apontados: acumulação bioeconômica e capitalismo manipulatório e biocapitalismo/capitalismo cognitivo. Sustentamos, assim, que tanto o capitalismo manipulatório quanto o biocapitalismo/capitalismo cognitivo, apesar da hierarquia na qual se inserem, demonstram aspectos de constituição de si próprios a partir da acumulação bioeconômica, da dinâmica bioeconômica propriamente dita; da mesma forma que o processo bioeconômico de acumulação – forma como também se refere Fumagalli (2010a) – apresenta maior complexificação de sua significação a partir das estruturas do sistema econômico capitalista.

Fumagalli (2010a, p.172, tradução nossa<sup>34</sup>) torna tal entendimento claro ao evidenciar, inicialmente, certo resgate de propriedades da Bioeconomia até então trabalhada, a saber, as qualidades de controle do *bios*. Senão vejamos:

No capitalismo cognitivo, a produção invade todo o processo econômico, desde a fase de financiamento à de realização. Mas há mais: no mesmo momento no qual o processo de acumulação subsume toda a vida dos indivíduos, torna-se processo bioeconômico: o processo econômico em sua totalidade é também ato linguístico e de comunicação. E é na fase do consumo na qual tudo isto se realiza e se forma.

Ademais, em uma apreensão mais específica sobre a acumulação bioeconômica, temos:

A não separação entre produção e consumo se torna assim total. Já não há separação entre ato laboral e ato de consumo. As figuras do/a trabalhador/a e do/a consumidor/a, em um momento distintas ainda que unidas na mesma pessoa, se fundem hoje na vida do indivíduo. Mais ainda, o que aparece um ato habitual dirigido à sobrevivência (como o ato de consumo) é valorizado no processo bioeconômico de acumulação. (FUMAGALLI, 2010a, p.176, tradução nossa<sup>35</sup>)

Entendemos que subjaz nestes trechos a expressão da ideia de Fumagalli, destacada no início deste capítulo, de que o “capitalismo cognitivo é acumulação bioeconômica”. Além disso, percebemos que já que “inserida” no biocapitalismo/capitalismo cognitivo como processo de apreensão de mais-valia, a acumulação bioeconômica, além de resgatar as características da Bioeconomia por nós tratada, mantém em si as questões mais simples do *bios*,

<sup>34</sup> “En el capitalismo cognitivo, la producción invade todo el proceso económico, desde la fase de financiación a la de realización. Pero hay más: en el mismo momento en el que el proceso de acumulación subsume toda la vida de los individuos, se torna proceso bioeconómico: el proceso económico en su totalidad es también acto lingüístico y de comunicación. Y es en la fase del consumo en la que todo esto se realiza y toma forma.”

<sup>35</sup> “La no separación entre producción y consumo se torna así total. Ya no hay separación entre acto laboral y acto de consumo. Las figuras del/la trabajador/a y del/la consumidor/a, en un tiempo distintas aunque unidas en la misma persona, se funden hoy en la vida del individuo. Más aún, lo que parece un acto habitual dirigido a la supervivencia (como el acto de consumo) es valorizado en el proceso bioeconómico de acumulación.”

como a sua relação com as atividades triviais do homem, tal qual o consumo. Mostra-se coerente, neste caso, “dizer que o próprio conhecimento é a expressão do *bios*”, mas não apenas isto: mais que as singularidades da força de trabalho da contemporaneidade, a acumulação bioeconômica se constitui a partir de sua base de discussão mais simples, envolvendo assim a esfera biológica, mas também a intelectual e relacional do indivíduo. Acerca desta base na qual se conforma a ideia de acumulação bioeconômica, acreditamos que leitura sintética de Silva (2013, p.130) converge ao prisma que por ora propomos. Em sua interpretação, inclusive das ideias de Fumagalli, tem-se que a acumulação bioeconômica se mostra enquanto “motor” do capitalismo cognitivo, senão vejamos:

O principal deslocamento apresentado pelo autor [Fumagalli] está na inserção da prática da linguagem como parte do processo econômico. Essa modificação introduz novas significações para a relação capital-trabalho, bem como reconfigura as formas de exploração capitalista sobre os trabalhadores (CORSANI, 2003; LAZZARATO, 2006). A esse conjunto de modificações alguns autores nomeiam como “capitalismo cognitivo” (CORSANI, 2003; LAZZARATO, 2006). O que importa destacar nesse momento é a perspectiva de que tal configuração capitalista é regida por um movimento de “acumulação bioeconômica” (FUMAGALLI, 2010, p. 260).

Grosso modo, temos que enquanto a Bioeconomia se mostra como ilustração de uma face específica caracterizadora da economia e, à luz das discussões mais atuais sobre o conceito, como lente de vislumbre das condições de vivência do indivíduo, seja no espaço de trabalho ou no espaço de não-trabalho, a acumulação bioeconômica adquire em si uma particularidade de dinâmica, de processo, que representa a própria dinâmica do indivíduo, da sociedade e da realidade em suas mais diversas esferas – tal qual se mostram a “acumulação fordista” ou a acumulação flexível, mas com as devidas ressalvas, conforme buscaremos expor no próximo capítulo. Metaforicamente, partimos da análise do invólucro da dinâmica econômica e social para passarmos à dinâmica em si, responsável pelo formato desse invólucro.

Vislumbramos, para o avanço deste trabalho, conseqüentemente, uma transferência da discussão da Bioeconomia à acumulação bioeconômica para podermos analisar o mercado de trabalho e discutirmos as resistências dos trabalhadores, mas não deixando de demonstrar a utilidade que se mostra a própria concepção da Bioeconomia reconstruída. Ao retomar o escopo da Bioeconomia, a acumulação bioeconômica, influenciando e sendo influenciada pelo capitalismo manipulatório e cognitivo, mostra-se mais próxima não apenas do trabalho humano, mas, como tanto frisam os autores aqui tratados, da vida como um todo.

## 5.2 Ensaio à Bioeconomia: ressignificação e acumulação bioeconômica

Após este ensaio de ressignificação da Bioeconomia diante do viés a ser seguido, o do campo do trabalho, adquire-se a percepção de que o âmbito da categoria se mostra espalhada na compreensão do funcionamento do sistema capitalista, sendo possível relacioná-la, mais especificamente, a caracteres da própria economia, da Economia Política e, por fim, da Ciência Econômica. Com esta discussão indireta realizada sobre a economia e a Bioeconomia, podemos inferir, apesar de não ser nosso objetivo específico, o caráter da ciência a partir de sua “formalização” enquanto tal durante o século XVIII. Adotada através de uma ótica do controle da população, compreendemos, por meio de sua reconstrução, que a categoria Bioeconomia se mostra concomitante à emergência da “economia formal”, por assim dizer, podendo esta ser percebida, em seu germe, enquanto uma ciência que se dá a partir do interesse de se entender e se delimitar o campo de atuação da população, buscando compor uma nação política e economicamente forte.

Nossa análise vai de encontro à apresentação de Fumagalli acerca do conceito, que se mostra imiscuída, na sua letra, às próprias significações concedidas ao biocapitalismo/capitalismo cognitivo. Em nosso estudo, concedemos um olhar histórico à Bioeconomia de concomitância à própria economia moderna. Pode-se conceder à Bioeconomia, mais especificamente, uma perspectiva de ótica característica à Economia. A Economia em si sob um olhar de disciplina, de controle, sobre a qual há uma “transição do tradicional poder de controle e disciplinamento da vida dos indivíduos por parte do Estado [...] ao poder etéreo, aparentemente não coercitivo e individualizado dos mercados financeiros” (FUMAGALLI, 2010a, p.57), a dotação de um biopoder multiforme, por sua vez sob a orientação do mercado.

Com isso, tratando da Bioeconomia e da dinâmica bioeconômica ao ponto de melhor referenciá-las – mas longe de dotarmos de rigidez as possíveis rotulações que surjam nesta pesquisa –, acabamos por apontar formalmente o escopo no qual se enquadrará o estudo e o entendimento sobre a subjetividade: o âmbito da disciplina, do controle multiforme, da conformação dos indivíduos à dinâmica do capital. Assim, sob uma perspectiva global, as questões relativas à resistência, com a especificidade do campo do trabalho.

Desta maneira, indica-se que os caracteres de uma Bioeconomia se mantêm desde a formal constituição da Ciência Econômica do século XVIII, apontando a uma base sobre a qual se constitui o modo e os modelos de produção. É dizer que às limitações da sociedade humana caminha paralelamente um sistema de exploração “à altura”, não indicando uma limitação ou atraso dos modelos de produção, principalmente de produção da mais-valia, mas sim um

paralelismo ao desenvolvimento, por exemplo, do conhecimento, do *general intellect*<sup>36</sup>. Em tempos de globalização da produção, da informatização do trabalho, dos avanços da comunicação e das demandas intelectuais, cada vez mais refinadas, a exploração se mostra mais diluída na cotidianidade, dotada de normalidade e esparsa nas realidades laboral e relacional.

Analiticamente, desse modo, poderíamos ilustrar a Bioeconomia que ora trabalhamos com os fatores abaixo descritos. Importa salientar, contudo, que no desenvolvimento por vir deste trabalho novos entendimentos sobre a Bioeconomia advirão, principalmente no que toca à interpretação do *bios*, tornando mais complexa sua abordagem e estendendo os pontos de caracterização da categoria a seguir:

- a) a Bioeconomia se constitui enquanto ótica sobre a Economia moderna a partir da qual o ferramental econômico se prestará ao papel de conhecedor das variáveis ilustrativas à população, mais indicativas à sua dinâmica;
- b) por meio deste conhecimento, o governador busca traçar estratégias de controle sobre a população visando a manutenção do poder;
- c) desta maneira, há um esclarecimento acerca da interpretação que fazemos do *bios* presente na categoria: não mais fazendo referência às questões da biosfera ou das ciências biológicas, o termo converge a um entendimento da sociedade, assim, acerca do controle percebido da economia sobre a dinâmica social e as variáveis que a elucidam. Nesses termos, a constituição da Economia Política adota novos objetivos, passando do entendimento da realidade financeira da família à busca da compreensão da dinâmica da população, visando entendê-la;
- d) a Bioeconomia, nas interpretações contemporâneas, mais especificamente no âmbito laboral, insere-se principalmente no campo de discussão da subjetividade, conotando ao entendimento do *bios* a complexidade característica dos indivíduos que conformam a população, que passa a ser percebida sobretudo pela análise dos economistas liberais. Recairá em Marx, como visto, a crítica sobre a Economia Política e a conformação da complexidade humana às diretrizes do capital, de certo modo uma via de entendimento da Bioeconomia;
- e) a Bioeconomia, ou, para ser mais claro, este método de entendimento da Economia Política, mostra-se como face sempre presente nos modos e modelos de produção, tal como a característica da flexibilidade da acumulação capitalista, adquirindo maior relevância, entretanto, na atualidade. Vemos que o capitalismo comercial, o industrial

---

<sup>36</sup> Tal aspecto em muito dialoga com a perspectiva do pós-operaísmo italiano, conforme poderá ser visto mais a frente.

e o cognitivo, no correr do desenvolvimento do modo de produção capitalista como um todo, conformam-se cada vez mais a um processo de produção bioeconômica: de **acumulação bioeconômica**.

Justificamos desta maneira a passagem de nossa base teórica da Bioeconomia à acumulação bioeconômica. Trata-se de uma continuidade da análise sobre as questões do controle e de uma maior proximidade aos fatores relativos à resistência da classe trabalhadora em tempos de uma exploração do sistema capitalista ao mesmo tempo sutil e intensa, disfarçada e, ao mesmo tempo, tida como natural, introjetada nos indivíduos e “adotada” como verdade pelos mesmos. Nesta seara, rica se mostra a leitura de Useche (2012, p. 256-257, tradução nossa<sup>37</sup>), convergente à especificidade de nossa reflexão, ao localizar a Bioeconomia a partir de uma visualização panorâmica sobre as transformações pertinentes à contemporaneidade e postas em movimento, em seu cerne, pela acumulação bioeconômica:

A flexibilização laboral, incorporada como parte do modelo e a redução da capacidade de resistência dos trabalhadores através do sindicalismo tradicional, conduz à precariedade do contrato laboral e, com isso, à crescente massa de trabalhadores de tempo parcial, à instabilidade de seus vínculos com fábricas ou empresas, ao incremento dos trabalhos que se realizam por conta própria e das atividades produtivas localizadas no espaço comunitário ou em seu entorno, e daquelas que carecem de remuneração econômica. Ocorre uma metamorfose da relação entre os espaços, os tempos de trabalho, os territórios e os ritmos da reprodução da vida. Como o trabalho se confunde com a vida, é neste âmbito da vida integral no qual devíamos buscar a fonte de produção da riqueza, pelo qual esta riqueza não se poderia circunscrever nos elementos econômicos que antes a determinavam. Hoje não somente o produzido durante os tempos de trabalho se integra à valorização do capital; agora o capital dispõe também e se reintegra aos processos de reprodução da vida e todas as formas de trabalho não formalizado (não-trabalho), no qual cada um exhibe capacidade e forças produtivas que antes se contratavam formalmente nas empresas. Só que organizar a vida inteira, controlá-la política e economicamente é uma função que excede a experiência administrativa obtida nos circuitos fabris, mercantis, institucionais ou os adquiridos desde o controle do antigo Estado nacional; daí que novas formas de poder sobre a vida (biopoder) abrem caminho (Useche, 2009: 151). É lá onde a biopolítica se encontra com a bioeconomia.

---

<sup>37</sup> “*La flexibilización laboral, incorporada como parte del modelo y la reducción de la capacidad de resistencia de los trabajadores a través del sindicalismo tradicional, condujo a la precariedad del contrato laboral y, con ello, a la creciente masa de trabajadores de tiempo parcial, a la inestabilidad de sus vínculos con fábricas o empresas, al incremento de las labores que se realizan por cuenta propia y de las actividades productivas que se ubican en el hogar o en el entorno comunitario, y de aquellas que carecen de remuneración económica. Ocorre una metamorfosis de la relación entre los espacios, los tiempos del trabajo, los territorios y los ritmos de la reproducción de la vida. Como el trabajo se confunde con la vida, es en este último ámbito de la vida integral donde habríamos de buscar la fuente de producción de la riqueza, por lo cual esta llamada riqueza no se podría circunscribir a los elementos económicos que antes la determinaban. Hoy no sólo lo producido durante los tiempos de trabajo se integra a la valorización del capital; ahora el capital dispone también y se reintegra los procesos de reproducción de la vida y todas las formas de trabajo no formalizado (no-trabajo), donde cada uno despliega capacidades y fuerzas productivas que antes se contrataban formalmente en las empresas. Sólo que organizar la vida entera, controlarla política y económicamente, es una función que rebasa la experiencia administrativa obtenida en los circuitos fabriles, mercantiles, institucionales o los adquiridos desde el control del viejo Estado nacional; de ahí que nuevas formas de poder sobre la vida (biopoder) se abran paso (Useche, 2009: 151). Es allí donde la bio-política se encuentra con la bio-economía*”.

Por meio de nosso esclarecimento teórico e metodológico, adotamos esta diferenciação entre Bioeconomia e acumulação bioeconômica visando tornar mais claro o caminhar de nosso trabalho. A nomeação de “Bioeconomia” a ambas, imaginamos, além de demonstrar equivocadamente a origem de cada conceito, obnubilando o verdadeiro sentido de cada uma, torna seu sentido diluído, como defendemos sobre a leitura de Fumagalli (2010a). A interpretação de Chicchi (2010, grifo nosso) e sua utilização vocabular, por exemplo, vai ao encontro com a de Fumagalli, ao indicar que

*[...] raciocinar em termos bioeconômicos nos impele ao interior daquele lugar onde a síntese entre o econômico e o político se demonstra sem solução de uma vez por todas; isto é, que deve ser continuamente gerenciada e organizada, ou, numa palavra: governada. Neste sentido, e, a partir disso, a bioeconomia emerge da crescente vocação da economia contemporânea em recusar todo espaço de mediação de seu código operativo, ou seja, a inscrever-se sem exclusões significativas no próprio ponto no qual a vida mostra sua insurgência subjetiva e valorizadora, a tornar-se, portanto, consubstancial à potência intrínseca do vivente, imanente à própria vida. A bioeconomia refere-se, portanto, ao processo de captura da vida e à produção da própria vida no interior das regras do 'discurso' econômico. Em outras palavras: o econômico pretenderia, no capitalismo biopolítico, colocar-se como única textura possível do Sentido e, paradoxalmente, como uma espécie de fundo antropológico originário. [...] A bioeconomia (desta vez entendida como paradigma da economia contemporânea) introduz, portanto, um verdadeiro e próprio efeito perturbador, porque nos mostra e desvela, sobretudo em suas mais recentes aplicações técnicas, a própria vida, o bios, o que é comum por definição, como uma mercadoria de todo contingente e agora, sob o impulso (ir)racional das paixões aquisitivas, exposta sem mais mediações ao risco das mais impensáveis coisificações / alterações / utilizações<sup>38</sup>.*

A acumulação bioeconômica, em sua construção, levará em conta não apenas a essência do controle sobre a vida dos indivíduos pelo viés econômico, resgatando assim os detalhes da Bioeconomia de base foucaultiana, mas igualmente as peculiaridades da contemporaneidade em termos da socialização, do avanço da produção e de seu *modus operandi* e das tecnologias. Desta forma, podemos igualmente assinalar alguns fatores de entendimento:

- a) a acumulação bioeconômica, inserida na estrutura do capitalismo cognitivo (e do capitalismo manipulatório), ao mesmo tempo o influencia e é influenciado pelo modo de produção capitalista;
- b) há um resgate da resignificação da Bioeconomia por nós tratada, a saber, o sentido de controle auferido pela economia sobre a população, sendo inerente à própria economia;
- c) enquanto *bios*, temos que a acumulação bioeconômica adquire maiores proporções na contemporaneidade ao convergir não apenas a uma questão de controle da

---

<sup>38</sup> Entendemos que a última sentença, por nós grifada, faz referência, na verdade, à acumulação bioeconômica, estando a Bioeconomia, na verdade, referenciada no começo da citação.

população, mas de tratamento do conhecimento, da linguagem, do *general intellect*, visando a valorização de uma produção imaterial através da exploração da vida como um todo;

- d) em termos de uma acumulação bioeconômica, não se vislumbra apenas uma precarização do trabalho, mas uma precariedade da vida como um todo.
- e) no mercado de trabalho, o estabelecimento dos mercados financeiros ilustram a flexibilidade do capitalismo e a cooptação sobre o trabalho (não apenas o salário, mas a organização social de produção, sobretudo em seu componente de trabalho imaterial e cognitivo), levando-nos a considerar que “o funcionamento dos mercados financeiros é paradigmático da operação do sistema bioeconômico de acumulação do capitalismo cognitivo” (FUMAGALLI, 2010a, p.70, tradução nossa<sup>39</sup>, grifo nosso)

Com essa explanação acerca da Bioeconomia e as motivações que nos levam a focar agora na acumulação bioeconômica, cremos ter atendido à primeira frente proposta a este trabalho. Mais que isso, esperamos ter aberto outros espaços à reflexão sobre o desenvolvimento do modo de produção capitalista frente à complexificação da própria sociedade em termos, por exemplo, da tecnologia, do mercado de trabalho e do conhecimento. Assim, considerando este um “nó” entre a Economia Política e a Psicologia, caminhamos agora em direção à percepção de nossa segunda frente, a saber: como se dá o tratamento da subjetividade, no que concerne à resistência da classe trabalhadora frente às novas transformações no mundo do trabalho, diante de uma percepção da **dinâmica econômica contemporânea enquanto bioeconômica**<sup>40</sup>?

---

<sup>39</sup> *"Las transformaciones del mundo del trabajo están extremadamente entrelazadas con el proceso de financiarización. No sólo el salario es más de lo que haya sido jamás una variable determinada en Bolsa, sino que también la organización social de la producción, sobre todo en su componente de trabajo inmaterial y cognitivo, está estrechamente correlacionada con la dinámica de los mercados financieros: está determinada por éstos pero a su vez los determina. Por eso podemos afirmar que el funcionamiento de los mercados financieros es paradigmático del funcionamiento del sistema bioeconómico de acumulación del capitalismo cognitivo."*

<sup>40</sup> Vide nossa indagação principal indicada na página 22. Seria dizer, portanto, da acumulação bioeconômica.



## 6 ENTENDIMENTOS SOBRE O MUNDO DO TRABALHO: MERCADO, INDIVÍDUO E SUBJETIVIDADE.

### 6.1 Raízes teóricas à abordagem sobre o mundo do trabalho contemporâneo

Estabelecendo-se enquanto uma lente específica ao entendimento das características do mercado de trabalho atual, o percurso teórico que por ora fizemos esclarecem em muito o teor de nossa reflexão, bem como os caminhos que deverão ser ressaltados na discussão sobre o mercado de trabalho, indivíduo e subjetividade. Desta maneira, faz-se necessário salientar que esta ótica concedida à análise do modo de produção capitalista e mais especificamente à classe trabalhadora possuem origem e nome.

O suporte teórico ao qual nos aproximamos, a lembrar, a discussão sobre o controle na sociedade contemporânea e o aspecto cognitivo da produção de mercadorias e do tratamento concedido à força de trabalho, emerge, afinal, do operaísmo, no qual se destacam membros diretos do movimento crítico e intelectual italiano quanto, atualmente, pensadores que atualizam o pensamento operaísta à luz das transformações contemporâneas do mundo do trabalho – denominados de pós-operaístas, que de uma melhor forma aglutinam, alguns, aspectos dos estudos foucaultianos e as bases do pensamento marxiano. Membros dos movimentos operaísta, como Raniero Panzieri, Mario Tronti e Romano Alquati, e pós-operaísta, como Antonio Negri, Christian Marazzi, Paolo Virno, Maurizio Lazzarato, Yann Moulier-Boutang, Andrea Fumagalli, Michel Hardt, Giuseppe Cocco, dentre outros (ALTAMIRA, 2008), buscaram e buscam a interpretação da realidade econômica, social e laboral por meio de um resgate à perspectiva marxiana, principalmente proveniente dos “*Grundrisse*” e do “*O Capital*”, contribuindo à mesma principalmente com reflexões convergentes às transformações dos modelos de organização do trabalho e aos aspectos subjetivos da atividade laboral. Nessa seara, importante se mostra a inclusão da força tecnológica na produção de uma nova organização social do trabalho, complementando/aprimorando/substituindo/transformando a força de trabalho humana, âmbito no qual se encaixam as categorias do biocapitalismo/capitalismo cognitivo, *general intellect* e trabalho imaterial, por exemplo.

Com seu surgimento e maturação ocorridos na Itália e de forma mais concreta por meio do lançamento de impressos que visavam a discussão das condições sociais, políticas e econômicas do país nas décadas de 1960 e 1970, como o jornal *Quaderni Rossi* (que, com a sua divisão, deu origem ao *Classe Operaria*), e cujo teor logo se espalhou a outros países, como é

o caso do surgimento da *Autonomie*, na Alemanha; da revista *Matériaux pour l'intervention*, na França (dando origem mais tarde à *Comarades*); e da revista *Zerowork*, nos Estados Unidos (MEZZADRA, 2013), o movimento operaísta demonstrava enquanto pontos basilares ao seu programa intelectual e prático tanto um retorno a Marx, “dando relevo à figura da classe operária como sujeito político, daí a centralidade conferida à investigação da subjetividade operária e às lutas operárias” (ROCHA, 2013, p.33), quanto – buscando assim um fortalecimento dentro das fábricas – um retorno ao veio revolucionário da luta política abandonada pelas correntes marxistas italianas de então.

Conforme aponta Rocha (2013), as diversas greves e manifestações de trabalhadores, causados principalmente pela expansão da organização produtiva fordista a partir da região setentrional da Itália e pela insatisfação do cenário político do país, levaram ao surgimento de um agrupamento intelectual que via na releitura de Marx a chance de solidificar uma base para o entendimento das transformações pelas quais passava a classe trabalhadora, revelando a perspectiva que o operaísmo detinha em relação à primazia que concedia ao trabalhador e às lutas operárias em contraposição à dinâmica do capital. Assim, “considerar o desenvolvimento capitalista em primeiro lugar e somente depois as lutas operárias é, como afirma Tronti, um erro: ‘É preciso reverter o problema, mudar o sinal, e começar desde o princípio: e o princípio é a luta da classe operária’” (ROCHA, 2013, p.51).

Em meio ao andar dos grupos que formavam o operaísmo, entre trabalhadores, membros de sindicatos e de partidos políticos (como do Partido Socialista Italiano e do Partido Comunista Italiano) – estes insatisfeitos com o andamento político concedido aos partidos –, focamo-nos nas contribuições que os pensadores italianos nos trazem ao entendimento do mercado de trabalho, que à época já demonstravam uma incipiente produção intelectual sobre o trabalho imaterial ou cognitivo, bem como nos desenvolvimentos realizados pelos autores considerados pós-operaístas visando a análise das transformações contemporâneas. Mais especificamente, salientamos a apreciação empreendida por Pasquinelli (2014) sobre o operaísmo, no qual o autor destaca as releituras feitas a partir das contribuições de Marx. Acreditamos, assim, que o caráter das considerações a serem feitas sobre o neoliberalismo, mercado e subjetividade mais à frente, bem como a raiz do surgimento de tal perspectiva, tornar-se-ão mais evidentes.

Uma primeira discussão, realizada a partir de Mario Tronti – intelectual de importância às iniciais investigações do movimento operaísta –, segundo Pasquinelli, baseia-se na contradição entre o capital e a classe trabalhadora, mais especificamente salientando que as transformações do capital na substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto seguem o

andamento das resistências e das dificuldades impostas pela classe trabalhadora, e não o contrário. Como também aponta Rocha (2013, p.51-52),

É uma ideia fundamental para o movimento operaísta que a composição da classe operária opera uma decomposição técnica do trabalho, a força de trabalho desaparece como mercadoria – há uma cisão entre trabalho vivo e trabalho morto –, para em seguida haver uma recomposição política que somente pode ocorrer no processo de lutas, daí a conhecida afirmação segundo a qual “a classe não luta porque existe, mas existe porque luta”. Uma das leituras mais expressivas promovidas pelos operaístas é aquela que confere primazia às lutas da classe operária. [...] O Operaísmo estabeleceu, assim, a primazia das lutas operárias como princípio de desenvolvimento do capital [...].

Mostra-se mais compreensível, a partir dessa lente, a consideração na contemporaneidade de um processo flexível de acumulação, no sentido de reestruturar ou readequar a acumulação capitalista frente aos obstáculos inicialmente erguidos pela classe trabalhadora – principalmente a partir da segunda metade do século XX – e, a partir dos anos de 1980, à desfragmentação das forças trabalhistas e à globalização do capital. As considerações realizadas por Alves (2011a), conforme visto anteriormente, muito se aproximam a esta ótica ao perceber que o andamento das lutas trabalhistas nas décadas de 1970 e 1980 delinearam o caminho a ser adotado pelo processo de acumulação flexível e demais reestruturações produtivas, seguindo, como percebemos, para um ciclo de impactos entre as transformações do processo de acumulação e as condições de trabalho.

Acerca deste conflito entre trabalho e capital, Altamira (2008) indicará o ciclo de lutas dos trabalhadores, bem como a dinâmica capitalista, como sendo compostos, em consonância ao exposto por Rocha (2013), por um constante processo de constituição da composição de classe, decomposição (ocasionadas pela força do capital) e recomposição política (incorporando novas camadas e estratos de trabalhadores, bem como outras formas de contra-condutas e resistências; respostas, assim, às mudanças tecnológicas e à divisão do trabalho). Este processo como um todo incluirá “não apenas a composição técnica do capital, o estado do desenvolvimento das forças produtivas, como também a composição técnica operária que diz respeito ao grau de cooperação e divisão social do trabalho” (ALTAMIRA, 2008, p.206-207), caracterizando-se, assim, como um processo mais flexível e produtivo do que o de “classe social”. Conforme aponta o autor, essa releitura realizada pelo operaísmo e prosseguida pelo pós-operaísmo leva em conta a necessidade de uma reavaliação do subjetivismo operário, indicando uma transcendência das lutas operárias do âmbito da fábrica. Corroborando aos apontamentos de Rocha, expõe Altamira (2008, p.68):

Com efeito, na medida em que as lutas operárias disputam uma porção maior do trabalho necessário, elas forçam o capital a incrementar sua composição orgânica

como forma de extrair uma mais-valia relativa também maior. É a pressão operária que provoca a queda da taxa de lucro e, por conseguinte, a resposta capitalista para renovar o capital fixo e buscar reorganizar o processo de trabalho. Ao mesmo tempo, gera-se uma recomposição política da classe que impulsiona, por sua vez, um novo ciclo de lutas. O processo de robotização e substituição do capital variável por capital morto provoca uma ameaça social que se amplifica, à medida que existe uma dificuldade cada vez maior para colocar gente para trabalhar e controlar socialmente esta força de trabalho.

Também proveniente de Tronti, uma segunda discussão diz respeito ao entendimento do conceito de “fábrica social”, ou seja, à apreensão acerca da quebra de limites conformados pela organização do trabalho fordista-taylorista, que passa a ser estendida a todo o território. Segundo Tronti,

Quanto mais o desenvolvimento do capitalismo avança, isto é, quanto mais a produção da mais-valia relativa penetra na produção e se expande, mais o circuito produção - distribuição - troca - consumo necessariamente se realiza por si mesmo. É dizer que a relação produção capitalista e burguesia, entre fábrica e sociedade, entre sociedade e estado, tornam-se mais e mais orgânicas. Em resumo, o papel da sociedade reside como uma função da fábrica e a fábrica expande seu domínio exclusivo a toda a sociedade. (TRONTI, 1962, p.19-20 *apud* PASQUINELLI, 2014, p.181-182, tradução nossa<sup>41</sup>).

Em outras palavras, conforme expõe Altamira (2008, p.135), “o advento da indústria em grande escala significava para Tronti que a fábrica passava agora não só a enfrentar a sociedade, como também tendia a absorvê-la completamente”. Com isso, percebe-se que o operariado vem trabalhando com os diversos âmbitos do controle do capital sobre a sociedade, como a fábrica, a escola, o grupo; não mais na perspectiva do capitalismo como algo externo à sociedade e/ou interno às fábricas, mas como estando presente nos interstícios da tessitura social. Moulier-Boutang (2003, p.39) destaca igualmente a condição da atual empresa enquanto “empresa-sociedade”, evidenciando o esfumaçar da fronteira do espaço de produção, ao contrário do percebido durante a sociedade-fábrica industrial: “[a empresa] está em toda parte, imiscuindo-se graças à penetração mercantil no conjunto da vida e criando assim um novo espaço, o ‘território produtivo’, as ‘regiões de aprendizado’, os ‘territórios de excelência’, segundo as terminologias utilizadas”. Como bem destaca Chicchi (2010) sobre a degradação destas fronteiras,

A perda de centralidade do trabalho assalariado, o progressivo tornar-se autônomo (auto-organizado), descentralizado e reticular da cooperação social, e o instaurar-se na relação entre capital e trabalho de uma norma sempre mais individualizada, traz consigo outra transformação econômica e social fundamental do trabalho que é central

---

<sup>41</sup> “The more capitalist development advances, that is to say the more the production of relative surplus value penetrates and extends, the more the circuit production-distribution-exchange-consumption necessarily realizes itself; that is to say that the relationship between capitalist production and bourgeois society, between factory and society, between society and state, becomes more and more organic... In short, the whole of society lives as a function of the factory and the factory extends its exclusive dominion over the whole of society”.

e imprescindível para reconstruir o sentido do nosso presente percurso interpretativo: o trabalho se apresenta hoje, ao mesmo tempo, no interior da empresa, mas contemporaneamente se organiza cada vez mais fora dela. Isto, no entanto, também significa que os limites tradicionais do trabalho (aqueles da competência profissional) tendem a tornar-se sempre mais porosos para acabar invadindo – com as lógicas instrumentais que lhe são consubstanciais – aqueles espaços de vida (antes ditos reprodutivos) que eram, num certo sentido, impermeáveis, porque eram considerados improdutivos, e não diretamente desfrutáveis para fins econômicos.

Uma terceira discussão ressaltada por Pasquinelli se baseia em uma incipiente abordagem sobre o que quarenta anos depois viria se mostrar sob intenso debate acerca do caráter do trabalho contemporâneo: o capitalismo cognitivo. Segundo Pasquinelli, Romano Alquati, também responsável pelo germe do operáismo italiano, começara no início dos anos de 1960 a trabalhar com ideias referentes à informação como fator de importância à produção de mercadorias e à exploração do trabalhador, que passaria a não ser mais visto como “apenas um fumegante animal termodinâmico em frente a uma máquina, mas um *brain-worker*” (2014, p.183, tradução nossa<sup>42</sup>). Esta perspectiva virá em consonância ao entendimento acerca do “operário-massa”, tratado sobremaneira pelo operáismo, enquanto “operário-social” na organização contemporânea do trabalho: “trabalhador socializado”, “intelectual de massas” ou “trabalhador imaterial”, um “produto direto da interação contínua entre a atividade técnico-científica e o trabalho *duro* da produção de mercadorias” (ALTAMIRA, 2008, p.74-75):

Se na era do operário profissional o capital se concentrava na fábrica, e na era do operário-massa a fábrica se tornara o próprio eixo articulador da sociedade, na era do trabalhador social a fábrica, com a ajuda da tecnologia da informação, se disseminará na sociedade, desterritorializando, dispersando e descentralizando as operações para constituir o que o autonomismo denominou “a fábrica difusa”.

Uma quarta discussão, debatida anteriormente, leva em consideração uma maior emergência teórica acerca do *general intellect* dos “*Grundrisse*” de Marx, a partir do qual se perspectiva o saber socialmente construído para além do espaço laboral formal, considerado assim como um potencial fator de produção de custo zero – desta maneira, uma externalidade positiva à produção capitalista. Como bem destaca Pasquinelli (2014, p.186, tradução nossa<sup>43</sup>),

[...] o conhecimento coletivo pode ser entendido como um software de custo zero para todos os aparelhos industriais e pós-industriais, uma espécie de capital fixo que é pago pelo trabalhador coletivo, como também acontece na nova prática de trabalho BYOD (“*bring your own device*”, ou “traga o seu próprio dispositivo”, como um laptop, tablet, etc.).

<sup>42</sup> “*The proletarian here is no longer just a thermodynamic animal steaming in front of a machine but is already a brain worker*”

<sup>43</sup> “[...] *collective knowledge can be understood as a zero-cost software for all the industrial and postindustrial apparatuses, a sort of fixed capital that is paid by the collective worker, as it happens also in the new BYOD work practice (“bring your own device”, such as a laptop, tablet, etc.)*”.

Uma quinta discussão baseia-se no “tornar-se capital fixo” por parte do trabalhador, “não apenas do cérebro, mas também do corpo de trabalhadores, não apenas de conhecimento, mas também de todas as formas metropolitanas de vida” (PASQUINELLI, 2014, p.187, tradução nossa)<sup>44</sup>. Baseando-se na contribuição de Marazzi (2005), Pasquinelli expõe o conhecimento enquanto uma nova “agência massiva de produção”, assim, o surgimento de uma máquina cognitiva. Nas palavras do autor (2014, p. 188, tradução nossa<sup>45</sup>),

[O] capitalismo cognitivo é melhor descrito como capitalismo biopolítico, como parece ser baseado na produção maquinica de formas de vida. Este novo modo de produção é chamado de forma mais prosaica setor de serviços, ou setor terciário, isto é, as indústrias “soft” de cuidados de saúde, biotecnologia, novos meios de comunicação, indústria cultural e educação. Sob este biocapitalismo ou “indústria do vivo,” eventualmente Marazzi liquefaz totalmente a máquina para introduzir a vida como capital fixo.

A fala de Marazzi demonstra relevância ao insistir sobre a invasão do capital fixo maquinico no corpo da vida humana. Segundo o autor,

De acordo com nossa hipótese, além da faculdade de trabalho tradicional, o corpo da força de trabalho tem que se tornar o recipiente da função de capital fixo, isto é, máquinas, conhecimento codificado e gramáticas produtivas, em outras palavras, o trabalho passado. (MARAZZI, 2005, p. 107 *apud* PASQUINELLI, 2004, p.188, tradução nossa<sup>46</sup>)

Ademais:

A hipótese de trabalho que merece a nossa atenção é a seguinte: no modelo antropogênico emergente do novo capitalismo, a vida contém em si ambas as funções de capital fixo e capital variável, isto é, é o material e as ferramentas de trabalho passado e trabalho vivo presente. Em outras palavras, a força de trabalho é expressa como a soma do capital variável (V) e do capital constante (C; especificamente, a parte fixa do capital constante)” (110; a minha tradução). Estas intervenções de Marazzi sublinham crucialmente uma vez mais que as noções de capitalismo cognitivo e a “hegemonia do trabalho imaterial” não se referem a algo banalmente intangível, mas a um poder de abstração que é capaz de projetar os nossos corpos e as relações sociais de uma maneira nova. (PASQUINELLI, 2004, p.188, tradução nossa<sup>47</sup>)

<sup>44</sup> “The fifth metamorphosis of Marx’s OCC to be explained is that of becoming-fixed capital: not just of the brain but even of the body of workers, not just of knowledge but also of all the metropolitan forms of life”.

<sup>45</sup> “Cognitive capitalism is thus better described as biopolitical capitalism, as it seems to be based on the machinic production of forms of life. This new mode of production is called more prosaically the service sector, or tertiary sector—that is, the soft industries of healthcare, biotechnology, new media, cultural industry, and education. Under this biocapitalism or “industry of the living,” eventually Marazzi totally liquefies the machine to introduce the living as fixed capital”.

<sup>46</sup> “According to our hypothesis, aside from the traditional faculty of labor, the body of the labor force has to become the container of the function of fixed capital, that is machinery, codified knowledge, and productive grammars, in other words, past labor”.

<sup>47</sup> “A working hypothesis that deserves our attention is the following: in the emerging anthropogenic model of the new capitalism, the living contains in itself both the functions of fixed capital and variable capital, that is the material and tools of past labor and present living labor. In other words, labor-force is expressed as the sum of variable capital (V) and constant capital (C; specifically, the fixed part of constant capital)” (110; translation mine). These interventions by Marazzi crucially underline once again that the notions of cognitive capitalism and the “hegemony of immaterial labor” do not refer to something banally intangible but to a power of abstraction that is able to engineer our bodies and social relations in a new way”.

Apesar da visualização de uma convergência do capital fixo e do capital variável ao âmbito da vida, ao indivíduo que trabalha, tem-se que na perspectiva de autores mais contemporâneos, como se mostra a contribuição de Corsani à obra organizada por Giuseppe Cocco, Alexander Galvão e Gerardo Silva, (2008), intitulada “Capitalismo Cognitivo: trabalho, redes e inovação”, este retorno da potencialidade do trabalhador na constituição de seu trabalho será percebida, conforme salientaremos à frente, enquanto um fator positivo para o movimento dos trabalhadores ao conflito entre capital e trabalho.

Por fim, uma sexta discussão provem da contribuição de Negri e de Hardt por meio da obra “*Commonwealth*”, no qual se destaca que a composição orgânica do capital, pertencente à perspectiva marxiana, adota um real papel de composição política do capital, na medida em que as reestruturações produtivas, explícitas na composição técnica do capital, atingem o conjunto dos trabalhadores, recompondo-os em uma nova forma de organização da força de trabalho. Na perspectiva de Pasquinelli, esta visão de Negri e Hardt busca expor o solo político de qualquer forma de produção econômica, indicando, em consonância à ideia de composição de classe exposta anteriormente, que novas composições só poderão ser constituídas a partir da produção de novas subjetividades.

Acreditamos que esta rápida passagem pelas contribuições dos operaístas, longe de exaurir as interpretações e contribuições propostas pelos autores, mostra-se necessária ao vislumbre da orientação analítica concedida às transformações do mundo do trabalho expostas no presente trabalho. Assim, conforme entendido, afastando-se de uma interpretação “dura” sobre a relação capital-trabalho e as formas de exploração do trabalho, o empreendimento realizado pelo pós-operaísmo, com raízes no operaísmo, insere-se enquanto mote sobre o que se considera atualmente no âmbito das categorias do trabalho imaterial, biocapitalismo/capitalismo cognitivo e, principalmente, da acumulação bioeconômica, vide os principais pontos com os quais o ilustramos anteriormente. Além disso, sua perspectiva sobre o andamento da dinâmica do conjunto dos trabalhadores se evidenciará única ao mostrar-se contrário à centralização de suas lutas, do ciclo de lutas, através de algum partido ou organização política particular que hierarquize o movimento e o subordine – daí a denominação do pensamento do pós-operaísmo como *autonomismo*.

Sendo uma marca do pós-operaísmo a passagem da noção do operário-massa para o operário-social, aos espaços de trabalho e ao próprio capital serão concedidas características de fluidez e flexibilidade; com isso, miscíveis à dinâmica da vida. Assim, tornar-se-ão perceptíveis, sob esta fase da escola do pensamento italiano, concepções sobre a transmissão do controle realizado sobre o trabalho no espaço da fábrica a um controle generalizado sobre a

vida, indicando a emersão do conceito de “fábrica-social” ou “empresa-sociedade”; sobre a característica cognitiva do capitalismo contemporâneo, paralelo ao desenvolvimento do operário-massa em operário-social; e sobre a relevância do trabalho imaterial. Salienta-se que, conforme veremos a seguir, sob a racionalidade neoliberal, tais caracteres se mostrarão mais evidentes, expondo pontos relevantes sobre o controle da subjetividade em meio à reestruturação produtiva característica de fins do século XX.

## 6.2 Paradigmas contemporâneos: neoliberalismo, acumulação flexível e controle

Em retorno à hierarquização dos termos feito no **Gráfico 1**, deixamos de lado a inserção do neoliberalismo senão de forma proposital. Percebido enquanto racionalidade (DARDOT; LAVAL, 2016) e, em sua evidência mais clara, como operacionalização das variáveis sociais, políticas e econômicas à saída da crise do modelo de produção fordista-taylorista a partir dos anos de 1970 e da intensificação das reivindicações trabalhistas, principalmente nas potências mundiais, ao neoliberalismo concede-se o papel de *modus operandi*, de concepção do funcionamento não apenas da economia, mas de todo o tecido social que é a ela vinculada. Archela (2012, p.74) expõe sucintamente que

A evolução do pensamento econômico, ao longo dos séculos XIX e XX, com ênfase no utilitarismo e, posteriormente, no neoliberalismo, trouxeram a aplicação dos princípios de mercado e da financeirização não apenas para as relações puramente econômicas do homem, mas para suas relações sociais, de comunicação, de cooperação e de opinião pública (como se nota, por exemplo, nas teorias neoliberais sobre capital humano), fazendo do *homo economicus* um verdadeiro projeto representativo do indivíduo do século XX.

Nestes termos, as transformações percebidas nas economias mundiais, como Estados Unidos, Inglaterra e Japão, durante os anos de 1970 e 1980, e tardiamente percebida nos países do Terceiro Mundo, como o Brasil, que inicia sua adequação à agenda neoliberal a partir dos anos de 1990, trazem em si não apenas a releitura de uma nova estrutura econômica ou de uma ideologia que carrega em si as características da flexibilidade – mais especificamente da busca pelo sucesso independente das situações econômicas e políticas –, da globalização – da amplitude das possibilidades de exploração de tecnologias, mão-de-obra ou recursos naturais de forma a ultrapassar as fronteiras geográficas usuais – e da concorrência – o que acaba por corroer em seu cerne o sentido concedido aos laços de solidariedade entre os trabalhadores. Elas carregam igualmente uma conformação da sociedade a situações de grandes possibilidades e grandes incertezas, de generalização “da precariedade como condição do trabalhador atual” (MENDES, 2012, p.91) e da vulnerabilidade enquanto situação constante do indivíduo como



um todo (DARDOT; LAVAL, 2016); de adequação a – e normalização de – novos estilos e comportamentos dos negócios da empresa globalizada. Como bem defendem Dardot e Laval (2016, p.16), trata-se de uma nova razão do mundo – e, por sua tendência à totalização, “isto é, a ‘fazer o mundo’ por seu poder de integração de *todas* as dimensões da existência humana”, ao mesmo tempo uma “razão-mundo”.

Enquanto nova razão do mundo, tem-se que, conforme expõe os autores, o neoliberalismo surge de forma a ressignificar o mercado, não mais tido apenas enquanto espaço de livre movimentação de mercadorias, de estabelecimento de preços e de fluxo monetário, situando, tal qual demonstra o arcabouço do liberalismo clássico, os indivíduos enquanto livres agentes que se veem imersos na necessidade de atuar no mercado para atingir seus objetivos de maior sorte e felicidade. Uma das palavras-chave apontadas para ilustrar não apenas a reconfiguração do significado do mercado, mas igualmente a característica do neoliberalismo em conformar o papel do empreendedor como base específica à formação do indivíduo contemporâneo, repousa na **subjetividade**. Ao realizar uma análise sobre a perspectiva dos pensadores austro-americanos à formação da racionalidade neoliberal – um esforço frente à derrocada do liberalismo econômico no século XX –, Dardot e Laval (2016, p.139) apontam que “se o pensamento austro-americano atribui um papel central ao mercado, é porque o vê como um processo subjetivo”. Ademais, continuam:

[...] o mercado não é mais o “ambiente” natural no qual as mercadorias circulam livremente. Não é um “meio” dado de uma vez por todas, regido por leis naturais, governado por um princípio misterioso do equilíbrio. É um processo regulado que utiliza motivações psicológicas e competências específicas. É um processo menos autorregulador (isto é, que conduz ao equilíbrio perfeito) do que autocriador, capaz de se autogerar no tempo. E, se não necessita de poderes regulados externos, é porque tem sua própria dinâmica. Uma vez instaurado, poderia prosseguir em perfeito movimento perpétuo, autopropulsivo, se não fosse desacelerado ou pervertido por entraves éticos e estatais que constituem atritos nocivos. O mercado é concebido, portanto, como um processo de autoformação do sujeito econômico, um processo subjetivo autoeducador e autodisciplinador, pelo qual o indivíduo aprende a se conduzir. O processo de mercado constrói seu próprio sujeito. Ele é autoconstrutivo. (DARDOT; LAVAL, 2016, p.139-140)

É nesta perspectiva que os autores consideram o empreendedorismo enquanto fruto da nova racionalidade neoliberal e, frente ao novo ambiente natural – normalizado – no qual se encontram, a forma do governo de si: uma estrutura básica do constante “vir a ser” para uma satisfatória imersão do indivíduo na dinâmica do mercado, ainda o espaço responsável à busca pela melhor sorte. “Todo indivíduo tem algo de empreendedorístico dentro dele, e é característica da economia de mercado liberar e estimular esse ‘empreendedorismo’ humano” (DARDOT; LAVAL, 2016, p.145) sendo a “empresa”, assim, “promovida a modelo de

subjetivação: cada indivíduo é uma empresa que deve se gerir e um capital que deve se fazer frutificar” (DARDOT; LAVAL, 2016, p.378).

A partir desta visualização da conformação do indivíduo à realidade de mercado, torna-se claro o espraiamento desta “relação de si para si” para a relação em sociedade, na qual todos os vínculos se tornam englobados ou afastados por este constante vislumbrar de oportunidades econômicas. Os autores deixam claro este aspecto a partir da interpretação da governamentalidade neoliberal enquanto força de união entre as facetas do “governo de si” – empreendimento da própria força de trabalho – e do “governo dos outros” – enquanto concorrência –, dos quais o primeiro se torna ponto de aplicação e objetivo do segundo. A relação entre estes dois tratamentos para consigo e para com o outro se tornam basilares, outrossim, à constituição do sujeito ou, em outras palavras, às práticas de subjetivação (DARDOT; LAVAL, 2016).

O estabelecimento do indivíduo enquanto átomo livre nas relações econômicas evidencia, ademais do estabelecimento de uma forma de existência, mas dentro desta, uma dupla lente sobre a presença de controles sociais, por mais que a presença aparente destes seja uma contradição à própria racionalidade neoliberal. Neles se destacam o autocontrole, no qual o indivíduo é considerado o único conhecedor das melhores oportunidades para si, fazendo com que a composição de uma intervenção econômica pelo Estado, por exemplo, seja considerada uma afronta à livre escolha e um empecilho a uma otimização desta; além de um controle que engloba este último, tornando-o não um autocontrole, mas um controle heterodirigido pelos demais. No prefácio dedicado à obra de Gaulejac (2007), “A gestão como doença social”, Bendassolli destaca, de forma concisa, essa ambivalência sobre o controle, como seja:

Cinquenta anos depois [à publicação da obra de William Whyte, “*The Organization Man*”], a natureza do vínculo indivíduo-organização apresenta diferentes matizes. De um lado, a crescente individualização da sociedade nesse período reforça a necessidade de autonomia e impele os indivíduos a pensarem-se como tal, com desejos, expectativas e gostos destacados. [...] De outro lado, não é menos verdade que as empresas, como instituições, assistiram a uma ampliação de seu poder ao redor de todo o mundo. O reposicionamento do Estado e o declínio das formas republicanas de gestão da cidadania (do estatuto da pessoa na coletividade), com o progressivo domínio do vocabulário econômico fazem com que temas importantes da convivência coletiva sejam tratados a partir da linguagem da empresa. (BENDASSOLLI, 2007, p.20)

Sendo assim, fica difícil saber se um indivíduo que, preocupado com a sua própria “desatualização”, faz um curso de especialização, pós-graduação ou de reciclagem está se fortalecendo com relação à empresa ou se, pelo contrário, está tacitamente confirmando o poder dela: afinal, ele se tornará “melhor” para... a empresa! (BENDASSOLLI, 2007, p.21)

A visão construída por Foucault em pleno final da década de 1970 se mostra igualmente interessante e convergente às óticas até então delineadas, até mesmo por se situar enquanto uma captura da base de entendimento sobre o neoliberalismo. Comparando a racionalidade neoliberal com o liberalismo do século XVIII, principalmente à letra de Adam Smith, Foucault destaca sobretudo a oposição entre as duas racionalidades em termos de espaço concedido ao mercado. Enquanto que no liberalismo se pensa em como dedicar um espaço à liberdade de mercado em meio à sociedade política, o problema do neoliberalismo se mostra, por sua vez, em “saber como se pode regular o exercício global do poder político com base nos princípios de uma economia de mercado”, não se tratando, com isso, “de liberar um espaço vazio, mas de relacionar, de referir, de projetar numa arte geral de governar os princípios formais de uma economia de mercado” (FOUCAULT, 2008b, p.181). Desta maneira, percebe-se que na racionalidade neoliberal as concepções tanto do indivíduo quanto do Estado não se desenvolvem por si sós, buscando adequarem-se àquela, mas desenvolvem-se por meio da racionalidade mercantil neoliberal, estratégias que colocam o mercado – principalmente bursátil – em patamares de determinação de um novo governo e de novos sujeitos. Em relação ao governo, por exemplo, Foucault destaca que

O governo deve acompanhar de ponta a ponta uma economia de mercado. A economia de mercado não subtrai algo do governo. Ao contrário, ela indica, ela constitui o indexador geral sob o qual se deve colocar a regra que vai definir todas as ações governamentais. É necessário governar para o mercado, em vez de governar por causa do mercado. E, nessa medida, vocês vêem que a relação definida pelo liberalismo do século XVIII é inteiramente invertida. (FOUCAULT, 2008b, p.165)

Conforme Foucault defende, na qualidade de um conjunto de estratégias de um novo “governar”, o neoliberalismo se apresenta enquanto esquema de aprofundamento das ideias liberais, baseando-se essencialmente não mais nas trocas comerciais, mas na concorrência enquanto princípio do mercado. Assim, expõe-se a necessidade de determinação do neoliberalismo sobre a sociedade: o neoliberalismo “tem de intervir nessa sociedade para que os mecanismos concorrenciais, a cada instante e em cada ponto da espessura social, possam ter o papel de reguladores – e é nisso que a sua intervenção vai possibilitar o que é o seu objetivo: a constituição de um regulador de mercado geral da sociedade” (FOUCAULT, 2008b, p.199), tornando-se, assim, não um governo econômico, mas um governo da sociedade, conformando-a aos princípios do mercado.

Em termos de transformações sobre o indivíduo, uma outra percepção de Foucault sobre a racionalidade neoliberal, percebida igualmente em fins da década de 1970, insere-se na composição da figura da empresa enquanto ilustração de conformação do novo sujeito, do novo

cuidado de si e, de certo modo, do espraiamento ou pulverização do biopoder. Não obstante a manutenção dos princípios da concorrência de mercado através de intervenções sobre a sociedade, o autor declara que a finalidade que se espera de tal não reside apenas na subjugação da sociedade à concorrência, mas a esta transformação do indivíduo das trocas, do “homem consumidor”, para o “homem da empresa e da produção” (FOUCAULT, 2008b).

Assim, por meio destes novos paradigmas, ainda na assertiva foucaultiana, uma manutenção da racionalidade liberal por meio da circularidade (“valores morais” do mercado → “valores morais” do indivíduo → reforço dos “valores morais” do mercado): “fazer do mercado, da concorrência e, por conseguinte, da empresa o que poderíamos chamar de poder enformador da sociedade” (FOUCAULT, 2008b, p.203), **portanto**; generalização da forma “empresa” no corpo social, **afinal**. Neste sentido, Foucault esclarece a própria modificação do que passaria a se tornar o *homo oeconomicus* (conforme pontua Archela (2012) no início desta seção), o indivíduo que vive em sociedade baseado na dinâmica econômica: não mais baseado exclusivamente em uma dinâmica de trocas visando uma maior utilidade proveniente do consumo de bens, no neoliberalismo o caráter deste *homo oeconomicus* se complexifica ao se dirigir a novos modos de ser, com isso, a uma nova conformação da subjetividade. “O *homo oeconomicus* é um empresário”, diz Foucault; é no neoliberalismo que haverá a substituição, a cada instante e em todas as análises, do “*homo oeconomicus* parceiro da troca por um *homo oeconomicus* empresário de si mesmo, sendo ele próprio seu capital, sendo para si mesmo seu produtor, sendo para si mesmo a fonte de [sua] renda” (FOUCAULT, 2008b, p. 310-311). Generalização, portanto, da forma econômica de mercado, inclusive sobre o corpo social, é dizer, as relações, as concepções e as motivações dos indivíduos.

Nessa seara, conforme discutido nos capítulos iniciais deste trabalho, a ótica de uma disciplina em muito dissipa-se – mas não se extingue totalmente – para fornecer espaço ao prisma do controle, principalmente por conta da governamentalidade contemporânea, específica por tornar o governo “refém” do mercado, para o qual, durante o século XVIII havia conformado o espaço ao seu desenvolvimento e, com isso, sua limitação em termos de ação sobre a população. Em termos da contemporaneidade, indica-se o mercado bursátil, relacionado à bolsa de valores e ao mercado de ações em geral, enquanto novo fator de determinação da vida dos sujeitos. Assim, uma biopolítica característica aos nossos tempos.

Reside neste ponto, conforme ressaltado anteriormente e a ser novamente retomado nas próximas seções, os paradoxos relacionados à liberdade e ao controle típicos da atualidade e inseridos na racionalidade neoliberal: enquanto que se instaura no seio da sociedade, da educação presente no meio familiar à educação institucional, um ideal de independência

financeira, de regras e do julgo do mercado de trabalho, tornando-se o indivíduo dono de si próprio, tem-se que o mercado financeiro, em si, funciona como grande instituição reguladora do andamento da realidade social. Este fator em muito é corroborado e complexificado pela aproximação econômica e financeira desenvolvida pela globalização, que passa a tornar comuns ou dependentes as problemáticas pertinentes a cada nação, a cada processo produtivo, a volubilidade das transações financeiras e da movimentação do capital.

A interdependência financeira entre nações e produções diferentes e entre o indivíduo e os próprios ganhos, caracterizados enquanto frutos de investimentos ou provenientes em si do mercado financeiro, como passa a se mostrar os salários e demais rendas (FUMAGALLI, 2010a), contrasta com aquilo que Gaulejac (2007) denominará de gerencialismo, ou poder gerencialista, corroborando a uma complexificação do controle em Foucault. Em verdade, a vigilância permanece,

[...] graças aos crachás magnéticos, aos *laptops*, aos computadores, aos bips, ela não é mais direta. Ela incide de preferência sobre os resultados do trabalho do que sobre suas modalidades. Se a liberdade aumenta em relação às tarefas a cumprir, ela encontra a contrapartida em uma exigência drástica sobre os resultados. Trata-se não tanto de regulamentar o emprego do tempo e de quadricular o espaço, e sim de obter uma disponibilidade permanente para que o máximo de tempo seja consagrado à realização dos objetivos fixados e, além disso, a um engajamento total para o sucesso da empresa. Trata-se, portanto, sempre de constituir um tempo integralmente rentável. Isso é obtido não por um controle minucioso da atividade para adaptar o corpo ao exercício do trabalho, mas por meio de dispositivos que consistem em mobilizar o indivíduo sobre objetivos e projetos que canalizem o conjunto de suas potencialidades. E como os horários de trabalho não bastam mais para responder a essas exigências, a fronteira entre o tempo de trabalho e o tempo fora do trabalho vai tornar-se cada vez mais porosa. (GAULEJAC, 2007, p.114-115)

A perspectiva de Gaulejac faz-nos adentrar à discussão realizada anteriormente acerca das concepções sobre o biocapitalismo/capitalismo cognitivo e o capitalismo manipulatório, tornando sua análise convergente à perspectiva demonstrada por Alves (2011a), por exemplo. Saad Filho (2015, p.63) igualmente destaca nas entrelinhas da ótica marxista sobre o neoliberalismo a cooptação ao indivíduo e sua configuração enquanto ser ligado e dependente ao mercado financeiro, apontando que a tarefa principal das autoridades econômicas não se encontra na estabilização do processo de acumulação ou no melhor intermédio entre os interesses do capital e do trabalho – como os característicos ao Estado de Bem-Estar Social –, mas, sim, em “assegurar que os sinais emitidos pelos mercados financeiros, enquanto modo de existência do capital em geral, sejam lidos pelos capitais individuais, pelos trabalhadores e pelas instituições estatais com mínima distorção”.

Nesta curta abordagem sobre o neoliberalismo, visando não torná-la enfadonha por meio de seu tratamento comum, seguimos o mesmo corte teórico delineado em todo este

trabalho ao nos focarmos no âmbito da subjetividade, pretendendo fornecer, ademais, o suporte e o cenário necessários a compreensão da trama na qual se encontra a resistência e o resistir. Buscamos nos desfazer dos caracteres mais comuns à análise sobre o neoliberalismo e seu cariz econômico para prover uma abertura à discussão sobre a nova organização do trabalho, o “novo trabalho” em si e as transformações gerais que convergem à constituição do(s) novo(s) sujeito(s) contemporâneo(s). Cientes de que estes aspectos “mais formais” da literatura sobre o neoliberalismo poderão se tornar presentes nas próximas seções, focamos, para uma imersão sobre as peculiaridades da nova organização do trabalho e das novas subjetividades empreendidas, no realce a algumas questões de importância a este entendimento mais específico provocado pela racionalidade neoliberal. Não apenas isso, mas trazemos igualmente uma rediscussão sobre a acumulação bioeconômica especificamente em seu tratamento em relação a acumulação flexível, característica das novas organizações do trabalho (conforme se verá na seção 6.2.1).

Esta discussão em muito nos chama atenção por tratar-se, cremos, de algo mais do que uma abordagem teórica-metodológica diferenciada, pois, partindo de uma mesma base teórica, ao tratar sobre acumulação bioeconômica na literatura, pouco se percebeu a menção à acumulação flexível. Acreditamos, como se buscará dissertar na seção a seguir, que a preferência pela concepção da acumulação bioeconômica por alguns autores não se dá com o intuito de substituir a de acumulação flexível, mas que, ao propor um enfoque outro, funcione como um complemento a uma maior apreensão das transformações ocasionadas pela racionalidade neoliberal.

Ademais, nas demais seções, buscaremos tratar de pontos nodais ao entendimento das transformações ocasionados pela nova racionalidade no âmbito do trabalho, como o são os casos do embate entre capital variável e capital fixo (seção 6.2.2); a discussão do mercado financeiro enquanto espaço biopolítico (seção 6.2.3); a discussão sobre a noopolítica (seção 6.2.4) e, por fim, uma breve abordagem sobre o papel dos coletivos (seção 6.2.5), incitando, neste último caso, ao início do capítulo 7. Estes pontos, apesarem de não esgotarem o tratamento em relação à racionalidade neoliberal e às transformações do mundo do trabalho, apareceram-nos principalmente como fatores comuns à literatura utilizada.

### ***6.2.1 Sobre a acumulação flexível e a acumulação bioeconômica***

Além das análises que fizemos sobre as composições linguísticas típicas ao escopo do presente trabalho e as comparações conceituais que em muito colocavam a noção da

Bioeconomia em um campo de muitas indagações, cremos ser igualmente necessário realizarmos a diferenciação entre a acumulação bioeconômica, tratada como real objeto que se aproxima às transformações do mundo do trabalho e responsável por dar forma à Bioeconomia, conforme explicamos, e a acumulação flexível, conceito comum que embasa o neoliberalismo, principalmente, sob a ótica do trabalho e de sua organização. A necessidade de tal explicação se dá por conta da convergência e da proximidade que tais conceitos poderão apresentar entre si, já que se mostram ligados à valorização do capital, com maior ênfase à contemporaneidade.

Fumagalli (2010b, p.13) delinea a acumulação enquanto conceito que não se caracteriza “por rigidezes dicotômicas (tempo de trabalho - tempo livre, produção - reprodução, produção - consumo, trabalho manual - trabalho intelectual etc.), mas [que] se fundamenta sobre a exploração flexível das individualidades através dos imaginários e o resgate da necessidade (precariedade)”. Com características mais evidentes na contemporaneidade, tem-se que a mesma, ao servir de conceito característico ao neoliberalismo e, de forma geral, ao sistema capitalista, inclui-se enquanto termo de exposição do *modus operandi* de enriquecimento do próprio capital. Harvey (2008, p.140) deixa clara esta perspectiva, aproximando-a, afinal, à concepção de acumulação flexível, ao assinalar que:

A acumulação flexível, como vou chamá-la, é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado “setor de serviços”, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas (tais como a “Terceira Itália”, Flandres, os vários vales e gargantas do silício, para não falar da vasta profusão de atividades dos países recém-industrializados).

Ilustrado principalmente pela nova organização do trabalho e pelos novos processos presentes na dinâmica de produção, tais como o *kanban*, o *just-in-time* e a cultura do *kaizen*<sup>48</sup>, a acumulação flexível aparece como expressão qualitativa ou interstícios da valorização do capital expressa em Marx (1980) por meio da fórmula ilustrativa à acumulação capitalista, D-

---

<sup>48</sup> Termos pertencentes ao novo modelo de organização do trabalho japonês, o toyotismo, relacionados à nova cultura organizacional de “enxugamento” da planta produtiva, evitando os desperdícios por meio de incrementos na estrutura produtiva, da diminuição dos tempos ociosos dentro das células de produção e da maior polivalência dos trabalhadores, visando uma redução dos custos tanto de matéria-prima quanto de mão-de-obra (*just-in-time*); por meio de uma menor formação de estoques através de uma logística mais eficiente dentro do espaço de produção (*kanban*); e, por fim, por meio da conformação de uma cultura empresarial de trabalho em equipe, de resolução de problemas pelos próprios trabalhadores e de concessão de responsabilidades a todos os agentes que participam da produção (*kaizen*).

M-M'-D' (bastando-nos, por exemplo, indagar sobre a **forma** em que se dá a transformação das mercadorias compradas na mercadoria final, bem como, se quisermos expandir a compreensão da acumulação flexível, os modos como se dão as realizações das mercadorias em maior valor monetário).

Percebe-se a acumulação flexível como determinação mais visível às novas formas de tratamento do fator responsável pela produção de mais-valia, ou seja, o trabalho, e que, como ressaltado por Alves (2011a), mostra-se enquanto uma qualidade – a da flexibilidade – pertencente à (sobre)vivência do capital. A partir daí, caminha-se às exaltações sobre a reorganização do trabalho e às transformações do mundo do trabalho, mais especificamente à cooptação da subjetividade e a reformulação de comportamentos, valores e sentidos concedidos a aspectos que conformam a realidade; próprias, como temos visto, à racionalidade neoliberal.

Segundo o que viemos tratando sob o conceito de Bioeconomia e, através desta, de acumulação bioeconômica, consideramos a importância deste tratamento para com a acumulação capitalista por conta de sua maior amplitude em relação ao processo de valorização do capital – causado, como trata Izerrougene (2008), pelas Novas Tecnologias de Informação e Comunicação. Não tomando enquanto foco as transformações do trabalho para aos poucos agregar a si as demais transformações ocorridas nos espaços complementares ao laboral, aos aspectos bioeconômicos se concede, sobretudo, as transformações ocorridas nos processos cognitivos do indivíduo, novo *locus* de valorização do capital. Assim, aspectos genéricos relativos às peculiaridades da sociedade e à complexidade do ser humano, que passam, de forma generalizada, a serem cooptadas pelo capital. Subjetividade controlada não apenas no e para o trabalho, mas para o capital de forma diversificada e integral: um processo de acumulação que subordina toda a vida dos indivíduos (FUMAGALLI, 2010a), na qual, mais que tornar a própria vida objeto de dispositivos de desempenho e gozo (DARDOT; LAVAL, 2016) por meio do trabalho ou do consumo, torna-a por meio da exploração da subjetividade, mergulhando, desta forma, não apenas a condição laboral, mas a cotidianidade em uma condição de precariedade. Ressaltando a subjetividade e a acumulação bioeconômica, demonstra Silva (2013, p.131, grifo nosso), a partir de Fumagalli, que

A partir das releituras do marxismo feitas pelo movimento operaísta italiano, o referido conceito [a noção marxiana de capital] deixa de ser entendido como uma “substância”, sendo situado como uma “relação”. Supor que o capital é uma relação implica, segundo Fumagalli, duas constatações: primeiro, que o capital se institui a partir de relações de poder; segundo, que “[...] o capital não pode prescindir da subjetividade do explorado.” (FUMAGALLI, 2010, p. 264). Disso pode derivar a perspectiva de que as subjetividades integram o processo de acumulação bioeconômico de forma ativa.



Volta a ser ressaltado, a partir da clarividência realizada por Silva, que a acumulação bioeconômica adota mais diretamente a subjetividade como cerne da acumulação capitalista, dotando, portanto, a realidade integral do indivíduo que trabalha, que consome e que se relaciona como real palco de tomada de mais-valores; assim, não exclusivamente o espaço laboral, mas todo espaço que compõe a cotidianidade – obviamente, seguindo a cada espaço sua respectiva importância ao capital.

A diferenciação da acumulação bioeconômica para a acumulação flexível, sob o prisma construído, evidencia, desta forma, um direcionamento sutil, mas não menos importante, sobre a abordagem a respeito do processo de valorização do capital, sendo visto, na ótica da Bioeconomia/acumulação bioeconômica, a subjetividade enquanto cerne de tal. Assim, localizando-se em uma abordagem majoritariamente organizacional, geo-política e econômica, a acumulação flexível, paradoxalmente, apresenta certa rigidez ao infringir à subjetividade um espaço mais afastado nas discussões sobre as transformações ocasionadas pela grande virada neoliberal, quando, na verdade, salta aos olhos enquanto esfera de importância à manutenção da acumulação capitalista pelos mais diversos âmbitos da vivência individual e coletiva. Como exaltam Dardot e Laval (2016, p.31), até mesmo a consideração do próprio neoliberalismo enquanto “ideologia” ou “estado de espírito” seria incorrer no equívoco, “travar o combate errado e condenar-se à impotência”; assim, percebemos, escamotear a verdadeira profundidade da inter-relação entre as necessidades do capital e a cooptação da subjetividade como exercício constante daquele.

[...] devemos deixar claro que esse sistema [de normas, como os autores entendem o neoliberalismo] é tanto mais “resiliente” quanto excede em muito a esfera mercantil e financeira em que reina o capital. Ele estende a lógica do mercado muito além das fronteiras estritas do mercado, em especial produzindo uma subjetividade “contábil” pela criação de concorrência sistemática entre os indivíduos. [...]. O que está em jogo [...] é a construção de uma nova subjetividade, o que chamamos de “subjetivação contábil e financeira”, que nada mais é do que a forma mais bem-acabada da subjetivação capitalista. Trata-se, na verdade, de produzir uma relação do sujeito individual com ele mesmo que seja homóloga à relação do capital com ele mesmo ou, mais precisamente, uma relação do sujeito com ele mesmo como um “capital humano” que deve crescer indefinidamente, isto é, um valor que deve valorizar-se cada vez mais. Como podemos ver, não são tanto teorias falsas que devem ser combatidas, ou as condutas imorais que devem ser denunciadas, mas é todo um quadro normativo que deve ser desmantelado e substituído por outra “razão do mundo”. (DARDOT; LAVAL, 2016, p.31)

Assim, o neoliberalismo “também *produz* certos tipos de relações sociais, certas maneiras de viver, certas subjetividades” (DARDOT; LAVAL, 2016, p.16). Em outras palavras:

[...] com o neoliberalismo, o que está em jogo é nada mais nada menos que a *forma de nossa existência*, isto é, a forma como somos levados a nos comportar, a nos relacionar com os outros e com nós mesmos. O neoliberalismo define certa norma de vida nas sociedades ocidentais e, para além dela em todas as sociedades que as seguem no caminho da "modernidade". Essa norma impõe a cada um de nós que vivamos num universo de competição generalizada, intima os assalariados e as populações a entrar em luta econômica uns contra os outros, ordena as relações sociais segundo o modelo do mercado, obriga a justificar desigualdades cada vez mais profundas, muda até o indivíduo, que é instado a conceber a si mesmo e a comportar-se como uma empresa.

Mais que servir de conceito fundante, exclusivo e único à conformação da racionalidade neoliberal, a acumulação bioeconômica trabalha em consonância ao que é percebido enquanto acumulação flexível, enquanto “corpo” sobre o qual o invólucro da flexibilidade irá trabalhar. Acumulação flexível e bioeconômica, portanto, abordam a realidade complexa e constitucional do indivíduo e da atividade laboral, indicando que organização do trabalho e cognição trabalham juntas no processo de valorização do capital.

A partir do corte que realizamos, ilustrado no **Gráfico 1**, a perspectiva de Fumagalli (2010a, p.91, tradução nossa<sup>49</sup>) ao indicar que “o atributo ‘cognitivo’ [de “capitalismo **cognitivo**”] realça, sem dúvida, a nova natureza do trabalho, das fontes de valorização e da estrutura de propriedade sobre as quais se funda o processo de acumulação e as contradições que nesta se geram”, salienta que a acumulação flexível se mostra insuficiente para explicar o capitalismo cognitivo ou até mesmo, segundo as principais características que tratamos, o neoliberalismo.

### **6.2.2 Sobre a relação entre o capital variável e o capital fixo**

Acerca das novas práticas laborais realizadas sob a racionalidade neoliberal, importante se mostra retornarmos a um dos pontos ressaltados por Pasquinelli como característico à reflexão marxista operaísta – e principalmente à pós-operaísta – e também afim ao corte interpretativo sob o nome de biocapitalismo ou capitalismo cognitivo, a saber, a “fusão” entre o capital fixo e o capital variável ou, como se poderia interpretar, um retorno à conformação de um trabalhador “aos moldes de um artesão”.

A interpretação que por ora realizamos baseia-se claramente em uma apreensão sobre a evolução histórica da relação de (e para com o) trabalho e do conhecimento preciso à feitura das matérias de necessidade do ser humano – com estas também demonstrando um

---

<sup>49</sup> “El atributo «cognitivo» subraya, sin embargo, la nueva naturaleza del trabajo, de las fuentes de valorización y de la estructura de propiedad sobre las cuales se funda el proceso de acumulación y las contradicciones que en ésta se generan”.

desenvolvimento em sua nomenclatura e percepção com o desenvolvimento do trabalho, passando de simples “matérias necessárias” para “mercadorias” e “bens”. Subjugado ao próprio trabalhador, tem-se que tanto a atividade quanto o conhecimento que adornam o produto final de especificidades se mostram pertencentes à própria força de trabalho, atuando as ferramentas e demais extensões do trabalhador como apoio a tal. Por sua vez, tem-se que após a apreensão crescente do conhecimento pelos autômatos e softwares, como vistos durante os avanços provocados pelas Revoluções Industriais, a responsabilidade pela composição da produção – agora também imaterial – se coloca novamente sobre o indivíduo – apesar de ainda se mostrar subjugado à **possibilidade** de produção por meio do **emprego**.

Em uma produção dependente diretamente e principalmente do conhecimento e da linguagem e baseada na construção de imagens, signos e significações cada vez mais capazes de cooptar a necessidade e o desejo de consumo e de “falarem por si” – lembrando-nos sempre de que tal atividade não é integral à realidade laboral de hoje, coexistindo com formas de produção características à grande indústria – , a capacidade humana torna-se mais uma vez princípio de funcionamento do circuito de produção e realização das mercadorias, sendo posto sobre o indivíduo novas abordagens acerca de sua capacidade e a constante necessidade de aprimoramento destas. O empreendedorismo de si mesmo (DARDOT; LAVAL, 2016; GAULEJAC, 2007; CARDOSO, 2003), que adota, ademais do léxico do mundo das competições esportivas, seus traços mais óbvios à manutenção da imagem de competitividade do mercado do trabalho – como as noções de ganhador e perdedor –; a ideia sobre a existência de um único vencedor; o surgimento do *coaching*;

Mais ainda, o cuidado com o corpo, o aprimoramento de si, a procura de sensações fortes, o fascínio pelo “extremo”, a preferência pelo lazer ativo e a superação idealizada dos “limites” indicam que o modelo esportivo não se reduz ao espetáculo recreativo de “poderosos” devorando uns aos outros. Alguns jogos televisivos, os chamados “realityTV”, também ilustram essa “luta pela vida”, em que apenas os mais espertos e, com frequência, os mais cínicos conseguem “sobreviver” [...], reativando num contexto muito diferente o mito de Robinson Crusoe e a “sobrevivência dos mais aptos” em situações de perigo extraordinárias. Esse tipo de “robinsonada” contemporânea radicaliza a nova norma social, mas mostra à perfeição um imaginário em que desempenho e gozo são indissociáveis. (DARDOT; LAVAL, 2016, p.354)

É dizer que, apesar de uma mescla entre o capital variável (a corporeidade individual e as capacidades humanas mais básicas concernentes ao trabalho) e o capital fixo (à luz da percepção industrial do processo produtivo, o real responsável pela produção de mercadorias), à força de trabalho se impõe como necessidade nunca se mostrar “caduca”, ultrapassada, alheia às transformações e exigências da sociedade contemporânea.

Errôneo se mostraria considerar, novamente, a contemporaneidade enquanto superior em termos de utilização do conhecimento à acumulação do capital. Exposta por Marx (2011) já enquanto fator de apreensão por parte do capital fixo, dotando, assim, o papel de simples fiscal da produção à força de trabalho, tem-se atualmente, ao contrário, o retorno do papel do capital fixo a ferramenta de auxílio à produção. Daí a necessidade de uma manipulação mais veemente sobre esta força de trabalho. Se, desta maneira, ressaltarmos que o principal capital fixo da contemporaneidade, o computador pessoal, encontra-se inserido em uma rede de comunicação – ou, em outras palavras, de fácil controle sobre o trabalhador –, percebemos que a cada período da história do trabalho cabe seus pontos de facilidade e de dificuldade da formação de singularidades do trabalhador, de resistências e de cuidados de si.

Alves (2011a) e Corsani (2003) bem relatam esta apreensão do trabalhador do *know-how* de produção das mercadorias imateriais, indicando inclusive o “novo” papel da máquina, que é “reposta apenas como mediação de uma interação sócio-humana” (ALVES, 2011a, p.75, grifo nosso). Como relata a diferenciação de importâncias concedidas à força de trabalho industrial e à força de trabalho característica das revoluções tecnológicas contemporâneas, Alves (2011a, p.74) destaca que

Com o ciberespaço surge a possibilidade de o homem não ser meramente meio, como ocorria com a “máquina da grande indústria”, mas, sim, polo ativo de um processo de subjetivação afetado pela categoria de “trabalho imaterial”, uma forma de trabalho concreto inscrita na totalidade viva do novo trabalhador coletivo. O processo de subjetivação só existe no âmbito do trabalho imaterial como momento desenvolvido da própria produção material.

Corsani (2003, p.22) nomeia a função das máquinas na contemporaneidade, sobretudo ao papel desempenhado pelo computador, de forma específica, e às Novas Tecnologias de Informação e Comunicação, de forma geral, como “metamáquinas”, em consonância à perda da atribuição historicamente concedida ao desenvolvimento dos autômatos a partir da Primeira Revolução Industrial, a saber, serem os reais agentes produtivos. Analisando as características destas, diz a autora:

[...] a “metamáquina” é desespecializada, homogênea (na heterogeneidade de seus componentes interconectados: redes, periféricos etc.), ao passo que o trabalho se transforma em criação de usos. O computador individual conectado à rede não em função predeterminada. Como metamáquina, o PC em rede é literalmente uma caixa vazia: a metamáquina não tem mais função nem valor-utilidade em si, apenas a maneira como é aplicada e o uso que dela se faz conferem função e utilidade.

Na visão de Negri (2015, p.71) ao tratar sobre biocapitalismo, esta absorção, por parte da força de trabalho, dos papéis historicamente concedidos ao capital fixo é percebida como uma revalorização da mão-de-obra, pois o trabalhador “não é mais o instrumento que o capital

usa para conquistar a natureza, o que significa banalmente produzir mercadorias, mas que, tendo incorporado o instrumento, tendo metamorfoseado do ponto de vista antropológico, reconquista um valor de uso, age maquinalmente em alteridade, em uma autonomia em relação ao capital”. Nestes termos, continua o autor, o retorno à posse do controle sobre a produção, ou seja, do trabalho enquanto atividade de constituição direta da produção entre matéria (ou não-matéria, como é o caso do trabalho imaterial) e indivíduo (e não por meio de uma interligação com o capital fixo) se estabelece como válvula ao resistir frente às intempéries do mercado de trabalho e dos novos tratamentos concedidos à organização do trabalho dentro das empresas.

Apesar de ser objeto para o próximo capítulo, importante desde já salientar que, para Negri (2015, p.72),

[...] reapropriar-se desse capital fixo na sociedade significa construir o Comum, um Comum que de todo modo se apresenta como uma arma à parte. Porque Comum não significa que todos estão de acordo. Isso não é verdade! O Comum é aquilo que uma vez se chamou de instância de emancipação, instância de ruptura. É se declarar juntos.

Nesta seara, bem podemos citar o caso da produção imaterial realizada de modo *open source* (“código aberto”) através da livre disponibilização das ferramentas necessárias por meio do ciberespaço à produção de *softwares* (mais especificamente de *softwares* livres, gratuitos para *download* e, com o código aberto, passíveis de aprimoramentos pelos próprios consumidores) mediante as necessidades dos usuários, indo de encontro à produção mercantil.

A partir desta maior importância concedida à mão-de-obra é que podemos incitar a constância de uma divergência entre ideias espalhadas no âmbito da liberdade: a **racionalidade neoliberal** e a própria **necessidade do capital em acumular-se exponencialmente**. Autoempreendimento e acumulação crescente do capital, assim, apesar de fragilmente dicotômicos, mostram-se habilmente enquanto ideias convergentes a uma gana, por parte do trabalhador, de aprimoramentos do conhecimento individual, um investimento em si, portanto, visando o acompanhamento das novas formas de acumulação e o destaque de si no espaço da empresa. Segundo aponta Sanson (2009, p.209),

A principal fonte do valor reside agora na criatividade, na polivalência e na força de invenção dos assalariados e não apenas no capital fixo, a maquinaria. A capacidade de interação, de iniciativa, de disponibilidade, de ativação, é requerente no modo de ser no trabalho das empresas, e o trabalhador não deve se contentar em reproduzir as capacidades predeterminadas e prescritas para o posto de trabalho que ocupa, mas sim desenvolver-se como um produto que continua ele mesmo a se produzir. Na nova forma de organizar o trabalho são solicitados, aos trabalhadores, os requisitos da mobilidade, da flexibilidade, da adaptabilidade, a capacidade de interação, de disposição lingüística, o talento comunicativo. O trabalho requer um engajamento total do trabalhador. Pode-se falar em uma prescrição da subjetividade orientada pela mobilização e engajamento de todas as faculdades e os recursos que podem ser extraídos e oferecidos pelo sujeito do trabalho.

Dardot e Laval (2016, p. 343-344), nesta questão, chamam a atenção para o fato de que o empreendimento de si do trabalhador se encontra subjugado às necessidades da empresa, não sendo, no todo, um “livre governo de si”, como se poderia imaginar com a ideia de autoempreendimento ou de controle autodirigido a nível microeconômico ou do microcosmo, como indicam os autores. Assim, segundo os mesmos,

É claro que o indivíduo trabalha a si mesmo para se tornar mais produtivo; contudo, ele trabalha para se tornar mais produtivo a fim de tornar a empresa - que é a entidade de referência - mais produtiva. Mais do que isso: os exercícios que supostamente melhoram a conduta do sujeito visam a transformá-lo num “microcosmo” em perfeita harmonia com o mundo da empresa e, para além dele, com o “macrocosmo” do mercado mundial. No fim das contas, trata-se de fazer com que a norma geral de eficácia que se aplica à empresa seja substituída, no nível individual, por um uso da subjetividade destinado a melhorar o desempenho do indivíduo - seu bem-estar e sua gratificação profissional são dados apenas como consequência dessa melhoria. Portanto, as qualidades que devem ser desenvolvidas pelo sujeito remetem a um universo social em que a “apresentação de si mesmo” é um desafio estratégico para a empresa. Se o indivíduo deve ser “aberto”, “síncrono”, “positivo”, “empático”, “cooperativo”, não é para a felicidade dele, mas sobretudo e em primeiro lugar para obter do “colaborador” o desempenho que se espera dele.

Em meio aos fatores que dão corpo à racionalidade neoliberal, portanto, insere-se a ideia de aliciamento da subjetividade, e não apenas dentro do espaço de trabalho, mas de toda a continuidade do viver dos trabalhadores. Nesta seara, Fumagalli (2009a; 2009b) e Marazzi (2009b), que compuseram com outros autores um conjunto de artigos de análise sobre a economia contemporânea denominado “A grande crise da economia global: mercados financeiros, lutas sociais e novos cenários políticos” (2009, tradução nossa), corroboram à incorporação de novas ideias sobre o papel da integralidade da vida no trabalho, o prisma sob o qual se colocam os ganhos do trabalho e a importância do mercado financeiro enquanto representante da privatização da esfera reprodutiva da vida, exercendo, assim, um biopoder (FUMAGALLI, 2009b). O esfumaçar dos limites entre o tempo-espaço dedicado ao trabalho e dedicado ao não-trabalho torna, segundo Fumagalli (2009b), igualmente turva a concepção de ganhos monetários dos trabalhadores, pois concebe-se não mais apenas a atividade laboral enquanto fator que gerará o necessário à manutenção da vida como um todo, mas sim as escolhas, as decisões e as oportunidades presentes na vida como um todo, principalmente no que tange o acesso ao mercado financeiro. Seguindo a matriz semântica, Fumagalli (2009a, p.121, tradução nossa<sup>50</sup>) insere a discussão de “bio-trabalho”: “a vida posta no trabalho, fora do

---

<sup>50</sup> “El trabajo cognitivo-relacional, es decir el bio-trabajo (la vida puesta en el trabajo, fuera del tiempo oficialmente certificado por el derecho privado), representa el eje en el que giran tanto la acumulación como la distribución.”

tempo oficialmente certificado pelo direito privado, representa o eixo no qual giram tanto a acumulação quanto a distribuição”.

### 6.2.3 Sobre o mercado financeiro

Apontando que no capitalismo contemporâneo os mercados financeiros sobrepujam os mercados produtivos (ou, como denominam, a economia real), autores como Mendes (2012), Fumagalli (2009a; 2010a), Gaulejac (2007) e Dardot e Laval (2016) expõem que com a maior imbricação entre as economias real e virtual, as trocas realizadas com a mão-de-obra não se dão apenas em termos de **salários**, mas já enquanto **receitas**, ganhos provenientes tanto do comum intercâmbio entre força de trabalho e salários – estes, em si, frutos dos rendimentos do mercado financeiro – quanto dos demais ganhos provenientes da “vida comum”, como os são os provenientes de uma maior abertura concedida ao mercado especulativo e aos rendimentos via taxa de juros. Conforme apontado anteriormente e salientado por Fumagalli (2009b), com o desmantelamento do modelo de *welfare state*, o mercado financeiro adquire o papel de fonte de uma seguridade social – instável e sem garantias –, anteriormente desenvolvido pelo Estado nacional; um papel, portanto, de biopoder pelo mercado – “a forma atual mais sofisticada do biopoder econômico” (FUMAGALLI, 2010a, p.58, tradução nossa). Assim, de acordo com Fumagalli (2009a, p.102, tradução nossa<sup>51</sup>), as realidades individuais convergem às participações privadas no mercado financeiro “com o objetivo de garantir rendimentos futuros e presentes capazes de lidar e reivindicar serviços sociais, que já não são dispostos de forma gratuita e universal, mas que requerem cada vez mais uma participação individual nos gastos”.

Esta maior imbricação do sistema financeiro enquanto biopoder não se dá apenas no caráter mais formalizado ou evidente da manutenção da vida do indivíduo, aspectos, portanto, relativos aos ganhos do “capital humano”, mas igualmente na conformação da realidade laboral nos espaços de trabalho. Induzidas pelas variações das ações no mercado financeiro, não apenas as constituições, as fusões, os fechamentos e as expansões das empresas se mostram determinados pelo poder das finanças, mas igualmente o andamento da organização do trabalho em seu interior, momentos nos quais os trabalhadores se veem na posição de dinamizar a produtividade para fazer valorizar as mesmas ações.

---

<sup>51</sup> “*Parte creciente de los ingresos del trabajo son canalizados en las bolsas de valores con el objetivo de garantizar rendimientos futuros y presentes capaces de hacer frente y reclamar servicios sociales, que ya no son erogados de modo gratuito y universal sino que requieren cada vez más de una participación individual de gasto (workfare)*”.

Vale ressaltar que esta problemática de dependência em relação às finanças recai não apenas nos trabalhadores mais alheios às determinações do mercado, mas igualmente aos gestores, aqueles ligados às mudanças das perspectivas produtivas das empresas. Assim, conforme aponta Gaulejac (2007), tornam-se perceptíveis as mudanças de comportamentos dentro das empresas e uma maior cooptação do indivíduo ao funcionamento das finanças, seja por meio da participação da empresa no mercado de ações, seja por meio dos investimentos pessoais que é levado a acolher visando não apenas a manutenção de si em momentos emergenciais, mas uma constância de sua vida por meio deste substituto volátil das políticas públicas. Dardot e Laval (2016), da mesma maneira, expõe o papel do mercado financeiro enquanto determinante das formas de ação no espaço laboral, concedendo ao mesmo o papel de agente disciplinante de todos os atores da empresa, “desde o dirigente até o assalariado de base: todos devem submeter-se ao princípio de *accountability*, isto é, à necessidade de ‘prestar contas’ e ser avaliado em função dos resultados obtidos”. Este aspecto é bem tratado à letra de Gaulejac (2007, p.132-133, grifo nosso):

Para evitar que o antagonismo entre o capital e o trabalho não venha a emergir em oposição central, é preciso que os assalariados integrem a lógica financeira como uma necessidade. Daí as múltiplas propostas para os “interessar pelo capital”, a fim de que se tornem “pequenos acionistas”. Por meio desse viés, a lógica financeira é apresentada como um benefício para todos e, portanto, justa. A concorrência é um benefício para o consumidor, os fundos de pensão garantem um complemento essencial para os aposentados, a poupança salarial e os stock-options garantem ao trabalhador uma participação nos lucros da empresa. O indivíduo assalariado-acionista-consumidor-aposentado torna-se, então, pego em conflitos de interesses que ele não chega mais a hierarquizar.

A intermediação do mercado financeiro se torna importante até à complementarização indireta dos ganhos empresariais, concedendo à clássica fórmula de valorização das mercadorias uma complexificação de seu conteúdo a partir de ganhos provenientes não apenas da esfera do consumo, da realização direta das mercadorias, mas de ganhos – já contados nas contas privadas – provenientes da posse de ações. Como expõe Fumagalli (2010a, p.47, tradução nossa<sup>52</sup>):

No ciclo do capital monetário D-M-D’, isto é, em uma economia monetária de produção, os mercados financeiros têm, efetivamente, uma função na realização indireta da produção. Falamos de realização indireta na medida em que o primeiro canal de realização (o direto) é a aquisição dos bens de consumo, enquanto a emissão

---

<sup>52</sup> “En el ciclo del capital monetario D-M-D’, esto es, en una economía monetaria de producción, los mercados financieros tienen, efectivamente, una función en la realización indirecta de la producción. Hablamos de realización indirecta en la medida en que el primer canal de realización (el directo) es la adquisición de los bienes de consumo, mientras la emisión de acciones, o más en general de títulos financieros, permite a las empresas recobrar la posesión de una cuota de liquidez, ahorrada y no gastada, sobre los mercados finales de salida”.



de ações ou, em geral, de títulos financeiros, permite às empresas recuperar a posse de uma parte da liquidez, poupada e não gasta, sobre os mercados finais de saída.

Ademais, importante salientar, conforme atesta Lazzarato (2015) em entrevista, que até mesmo nos aspectos mais comuns da cotidianidade os indivíduos se inserem na imensidão inimaginável do mercado financeiro ou da financeirização da economia, demonstrando que a inserção da população em linhas de crédito e até mesmo a posse de cartões de crédito já a coloca sob uma relação de poder – segundo Lazzarato, uma “relação de poder universal” – na qual todos já fazem parte: desempregados, trabalhadores, aposentados. O autor, assim, atesta a conformação do “homem endividado”, ilustração mais óbvia da inserção e da subjugação do indivíduo ao mercado financeiro.

Através do tratamento concedido à nova esquematização do trabalho por meio de seu controle por parte do mercado financeiro, tem-se que as divisões entre curto e longo prazo no espaço laboral se tornam porosas, indiferentes, muitas vezes perdendo espaço a uma constante busca pelo futuro mais próximo. Junto à reflexão corrente sobre o trabalho e sobre os valores da atividade laboral, passam a ser esquecidos ou deixados de lado os valores que gravitam ao redor do trabalho, como os pertinentes às lutas historicamente delineadas pela classe trabalhadora e aqueles referentes às relações sociais, que se tornam insustentáveis.

Nestes termos, a cultura do “presente constante” e da velocidade do fazer, do saber e do conhecer, ademais do trabalho voltado constantemente aos resultados no mercado bursátil, por suposto, acaba agindo sobremaneira na (de)formação da memória do sujeito contemporâneo, que além de tolhida temporalmente, mostra-se tolhida na questão de apreensão de sua vivência enquanto vivência em coletivo, de constante relacionamento dentro e fora do mercado de trabalho. A estes aspectos inserimos a questão da noopolítica, discutida a seguir.

#### **6.2.4 Sobre a Noopolítica**

Os aspectos concernentes à noopolítica (noo-política ou *noopolítik*, como também é grafada) deverão, de certa forma, englobar não apenas as noções relatadas nas seções anteriores, mas os fatores característicos ao capitalismo cognitivo como um todo, e nos servir de mote às discussões posteriores.

Maior enlace entre o capital variável e os capitais fixos – é dizer, maior absorção do indivíduo que trabalha à determinação de um constante trabalhar por meio da tecnologia –; dependências direta e indireta em relação à volubilidade do mercado financeiro; uma “cultura do presente constante”; maior velocidade imposta ao saber e ao fazer; imaterialidade do

trabalho e da produção; novas tecnologias da informação e comunicação. Todos estes fatores convergem, como pôde ser suposto, a um maior controle do capital sobre o indivíduo que trabalha/investe/consome, mais especificamente um controle tanto mais sutil quanto mais íntimo.

Neste aspecto, Armella e Picotto (2013) e Torres (2010a; 2010b), baseados na análise de Lazzarato acerca dos desenvolvimentos adotados pela disciplina e biopolítica e pela sociedade do controle como um todo, apontam que a noopolítica surge mediante o desenvolvimento do mundo das informações, circunscrita à noosfera comunicacional e à maior importância concedida ao capital a esta em relação à *realpolitik*, ou seja, à promoção das relações de poder principalmente pelos meios materiais convencionais. Esta nova concepção de um dispositivo de controle, todavia, não anula aqueles inseridos na *realpolitik* (MARTINUZZO, 2005).

Segundo Lazzarato (2006a, p.69), o poder não mais se limita à determinação restrita do corpo e do espaço do trabalho; ao aprisionamento das multiplicidades nestes espaços, ou, interpretando Deleuze, “o virtual, a potência de transformação, o devir”. Detendo-se neste caso às sociedades disciplinares, explica o autor que sob estes dispositivos, da disciplina, exerce-se um poder “neutralizando a diferença e a repetição e sua potência de variação (a diferença que faz diferença), subordinando-a à reprodução”. Ademais, a “docilização dos corpos tem a função de impedir qualquer bifurcação, roubando dos atos, das condutas, dos comportamentos qualquer possibilidade de variação, toda a sua imprevisibilidade” (LAZZARATO, 2006a, p.69). Remetendo-se a Deleuze, expõe-se que o que se mostra aprisionado, por meio de dispositivos que capturam a subjetividade, como a fábrica, a escola, a caserna, é o “fora”. Em resumo: “encerrar o fora, aprisionar o virtual, significa neutralizar a potência da invenção e codificar a repetição para subtrair dela toda possibilidade de variação, para reduzi-la à simples reprodução” (LAZZARATO, 2006a, p.70), ou também, em outros termos, a supressão de qualquer possibilidade de singularização que não esteja sob a vigilância do capital.

Dadas as potencialidades e possibilidades do indivíduo fora dos espaços formalizados de controle, ou seja, a libertação ao alcance deste “fora” e a possibilidade de proliferação das diferenças – ou, poderíamos dizer, das multiplicidades e da constituição de singularidades –, Lazzarato expõe que, com isso, as disciplinas devem ser “moduladas” para outros âmbitos, não mais apenas em espaços fechados, mas em espaços abertos, sendo, assim, sobreposto às disciplinas a questão do controle. “Modulação”, segundo Lazzarato (2006b), estabelece-se como uma modalidade de exercício do poder, que passa a atingir não apenas a dimensão corporal:

A captura, o controle e regulação da ação à distância de espírito a espírito se fazem através da modulação dos fluxos de desejos e das crenças e das forças (a memória e a atenção) que os fazem circular na cooperação entre cérebros. [...] As sociedades de controle investem na memória espiritual, mais que na memória incorpórea (o inverso das sociedades disciplinares). O homem-espírito, quem, segundo Foucault, não era objeto do biopoder senão em última instância, passa, de agora em diante, para o primeiro plano. (LAZZARATO, 2006b, p.99, tradução nossa<sup>53</sup>)

Em termos da racionalidade neoliberal e à busca pela lucratividade, podemos citar, por exemplo, a perspectiva de Torres (2010b) acerca do fator segurança e da gestão do medo, em sua inserção no contexto do espaço e tempo de não-trabalho, enquanto métodos de controle para a reprodução de comportamentos que culminem em uma maior demanda dos produtos provenientes da “indústria da segurança” ou das “indústrias do medo”, “uma utilização econômica de tal emoção” (TORRES, 2010b, p.6), portanto, proveniente justamente das “tecnologias de ação à distância da imagem, do som e dos dados” (LAZZARATO, 2006b, p.99, tradução nossa).

Desta maneira, apontando ao próprio desenvolvimento dos dispositivos ao exercício de poder analisados por Foucault, tem-se, ao mesmo tempo que suas modulações a espaços abertos e a esferas alternativas da vivência, principalmente por conta dos avanços do trabalho imaterial (TORRES, 2010a), a manutenção de uma coexistência entre os diversos dispositivos de poder, nos quais, ademais de existir uma conformação dos corpos por meio dos espaços de disciplina, como as prisões, a escola e a fábrica, por exemplo, conviveriam, por outro lado “a gestão da vida organizada pelas medidas ‘biopolíticas’ (como políticas estatais de saúde, de habitação, seguros de pensão etc.); e, finalmente, a modulação da memória regulada pela ‘noopolítica’ (a partir das redes tecnológicas audiovisuais, do marketing e da constituição da opinião pública)” (TORRES, 2010b, p.2-3, tradução nossa<sup>54</sup>). Na visão de Lazzarato (2006b), deve-se considerar a articulação destas relações de poder múltiplas e heterogêneas para se captar o sentido de “produção” nas sociedades de controle – e não partindo apenas do âmbito da empresa ou da fábrica.

---

<sup>53</sup> “La captura, el control, y la regulación de la acción a distancia de espíritu a espíritu se hacen a través de la modulación de los flujos de deseos y de las creencias y de las fuerzas (la memoria y la atención) que los hacen circular en la cooperación entre cerebros. (...) Las sociedades de control invisten la memoria espiritual, más que la memoria incorpórea (a la inversa de las sociedades disciplinarias). El hombre-espíritu quien según Foucault no era objeto del biopoder sino en última instancia, pasa de ahora en más a un primer plano”.

<sup>54</sup> “Existiría, así, un moldeamiento de los cuerpos, asegurado en los espacios de ‘disciplinamiento’ (prisiones, escuela, fábrica); por otra parte, la gestión de la vida organizada por las medidas ‘biopolíticas’ (políticas estatales en salud, vivienda, seguros previsionales, etc.); y, finalmente, la modulación de la memoria regulada por la ‘noopolítica’ (a partir de las redes tecnológicas audiovisuales, el marketing y constitución de la opinión pública)”.

No âmbito principalmente da esfera comunicacional na qual nos inserimos – a noosfera (MARTINUZZO, 2005), que se desenvolve exponencialmente, sendo equivalente a velocidade de intercâmbio de informações entre os sujeitos – é que se percebe a teorização sobre a noopolítica<sup>55</sup>, uma reapreensão do *bios*, nos termos mais claros dos dispositivos de disciplina e de controle, mas, em si, um *bios* diferenciado.

Este retorno à especificação do *bios* – ou a ausência concreta de tal – faz-nos regressar ao início desta pesquisa, quando da especificação da Bioeconomia. Neste caso, inserindo-nos já na perspectiva da acumulação bioeconômica – mas de maneira alguma deixando a Bioeconomia de lado –, tem-se que, em termos de controle, a acumulação bioeconômica com a qual viemos trabalhando adota características mais amplas, ao se falar sobre **o que controla**, mas ao mesmo tempo mais específicos, ao ser focado o aspecto da **subjetividade**. Sua amplitude e especificidade, assim, são síncronas à abordagem sobre o *bios*.

Determinando, por meio de Lazzarato, os fenômenos característicos da sociedade de controle a partir da segunda metade do século XX como sendo a emergência da cooperação entre os cérebros na forma de um fluxo em rede, o desenvolvimento das tecnologias de “ação à distância” e os “processos de subjetivação e de submissão correspondentes à formação dos públicos (isto é, a constituição do ser conjunto que tem lugar no tempo)” (ARMELLA; PICOTTO, 2013, p.65, tradução nossa), tem-se que a concepção de noopolítica se baseia em um controle sobre a **memória** e a **atenção**, aspectos de importância na análise sobre o mundo do trabalho e, principalmente, nas resistências da contemporaneidade. Sobre esta determinação da noopolítica, temos que:

[...] as técnicas de controle, tais como as técnicas biopolíticas, dirigem-se à vida, ainda que de modo completamente distinto: aqui a memória e a atenção são as propriedades irredutíveis à definição do vivo, forças mobilizadas e capturadas pelas novas instituições da sociedade de controle. Devemos diferenciar, portanto, a “vida” enquanto memória e atenção, da “vida” como características biológicas da espécie humana. É dizer, o *bio* contido na biopolítica/biopoder do *bio* contido na memória. O autor define, pois, as novas relações de poder como aquelas que tomam a memória e a atenção como seu objeto: a *noo-política* dará conta, então, do conjunto de técnicas de controle exercidas sobre o cérebro. A modulação da memória e da atenção será, em síntese, a função medular da *noo-política*. (ARMELLA; PICOTTO, 2013, p.65, tradução nossa<sup>56</sup>)

<sup>55</sup> Nas palavras de Lazzarato (2006b), o neologismo no qual se conforma o termo noopolítica deve ser entendido não apenas à letra de Aristóteles, segundo o qual “*noos*” (ou “*noûs*”) é designado enquanto “a parte mais alta da alma, o intelecto”, mas também pela denominação concedida a um provedor francês de acesso à internet (agora denominado “*Numericable*”)

<sup>56</sup> “[...] *las técnicas de control, al igual que las técnicas biopolíticas, se dirigen a la vida, aunque de un modo completamente distinto: aquí la memoria y la atención son las propiedades irreductibles a la definición de lo vivo, fuerzas mobilizadas y capturadas por las nuevas instituciones de la sociedad de control. Hay que diferenciar, por ello, la “vida” en cuanto memoria y atención, de la “vida” en cuanto características biológicas de la especie humana. Es decir, el bio contenido en biopolítica/biopoder del bio contenido en la memoria. El autor define, pues,*

Segundo Lazzarato (2006a, p.87), a noção de uma noopolítica torna-se essencial ao entendimento das formas de cooptação da subjetividade, pois “a noopolítica comanda e reorganiza as outras relações de poder, porque opera no nível mais desterritorializado (a virtualidade da ação entre cérebros)”. Nos presentes termos, visualiza-se que a discussão sobre a noopolítica converge aos aspectos do trabalho, já no debate basilar sobre a existência de uma “racionalidade neoliberal”, na conformação de opiniões e na moldagem dos sujeitos contemporâneos, principalmente proveniente dos principais meios de comunicação. Emerge daí a sutileza do controle.

No âmbito que nos interessa e sob as categorias que por ora viemos trabalhando, a noopolítica toma maior relevância, como delineado, a partir do momento em que aspectos imateriais, tais como o trabalho, a produção e a opinião pública adquirem, ao mesmo tempo, um véu econômico e de possibilidades de resistência: a “cooperação entre cérebros em torno da produção de ‘bens comuns’, tais como o conhecimento, a linguagem, a ciência, a arte e a informação, é anterior à sua captura por parte do comando capitalista” (TORRES, 2010a, p.153, tradução nossa<sup>57</sup>). Ademais, quanto à sua importância ao mundo do trabalho, temos em fins do pensamento de Torres (2010a, p.153, grifo nosso, tradução nossa<sup>58</sup>) que

“A forma da criação e da efetuação da cooperação entre cérebros é pública, já que se faz sob a vista, os desenhos e as crenças de todos”. É neste instante que o controle se sobrepõe à disciplina. Os agenciamentos da cooperação entre cérebros já não podem ser reconduzidos ao interior das práticas disciplinares, é por isso que a sociedade de controle se proverá enquanto objetivo imperioso a captura – no amplo campo das relações sociais – da emergência dessas novas formas de cooperação e neutralizar seu acontecimento.

É dizer, portanto, a neutralização da cooperação entre os cérebros, ou, caso se queira adequar aos aspectos mais clássicos do trabalho, das possibilidades de contraconduta ao capital, por meio da ação sobre a memória – que guarda em si as dificuldades de inserção no mercado de trabalho; as lutas históricas traçadas pelos coletivos e as possibilidades de transformação da realidade através do conhecimento e da reflexão sobre estas; as problemáticas provenientes de

---

*las nuevas relaciones de poder como aquellas que toman a la memoria y la atención como su objeto: la noopolítica dará cuenta, entonces, del conjunto de técnicas de control ejercidas sobre el cerebro. La modulación de la memoria y de la atención será, en síntesis, la función medular de la noo-política”.*

<sup>57</sup> “[...] la ‘cooperación entre cerebros’ en torno a la producción de ‘bienes comunes’ tales como el conocimiento, el lenguaje, la ciencia, el arte y la información, es anterior a su captura por parte del comando capitalista”.

<sup>58</sup> “La forma de la creación y de la efectucción de la cooperación entre cerebros es pública, ya que se hace bajo los ojos, los deseos y las creencias de todos’. Es en este instante que el control se superpone a la disciplina. Los agenciamentos de la cooperación entre cerebros ya no pueden ser reconducidos al interior de las prácticas disciplinarias, es por esto que la sociedad de control se dará como objetivo imperioso el capturar – en el amplio campo de las relaciones sociales – la emergencia de esas nuevas formas de cooperación y neutralizar su acontecimiento.”

um mercado mais flexível, sendo preconizado o desapego, principalmente relacional, e do empreendimento de si – e a atenção – ao fazer orbitar ao redor do sujeito suas preocupações mais individuais e mais próximas temporalmente, contra uma visão ampla e coletiva/do coletivo.

Como é de supor, por conta dos aspectos desterritorializados da subjetividade, a transformação do indivíduo não ocorre apenas no espaço laboral, mas também fora dele. “Este domínio total, sempre em função de possibilitar a extração de mais-valia, é o que, em definitivo, consegue agenciar as tecnologias do noopoder” (TORRES, 2010a, p.156, tradução nossa). Para que seja mantida esta cooptação e direção concedida sobre a subjetividade, assim, cabe ao capital, através das ferramentas à mão, dentre as quais a abertura de novos mercados, o acirramento concedido à concorrência e à flexibilização do/no trabalho, a criação de mundos:

[...] mais que produzir mercadorias, se criam mundos. No interior destes mundos é que as empresas buscam incluir as almas e os corpos dos trabalhadores e o público. Desta forma, o capitalismo contemporâneo não chega primeiro com as fábricas. Estas chegam depois. O capitalismo chega primeiro com as palavras, os signos, as imagens, a partir dos quais se capturam e se recriam novas memórias. Circulação do “rumor”, produção de boatos, é desde o acontecer da rotina que as máquinas de expressão (noticiários, jornais, publicidade, *marketing*) operam como o substrato indispensável a partir do qual se conformam os novos públicos. (TORRES, 2010b, p.4, tradução nossa<sup>59</sup>)

Chegamos, desta maneira, a uma cooptação generalizada do indivíduo que trabalha – mas não apenas, conforme vimos até então. Dos dispositivos de disciplina às formas de controle mais minuciosas, temos a história do desenvolvimento das relações de trabalho expressas em questões de poder, residindo neste ponto, conforme demonstra Lazzarato, uma diferenciação entre a apreensão marxiana e foucaultiana. Para além de se considerar as relações de trabalho enquanto relações entre dominado e dominador, percebe-se a realidade enquanto uma rede de relações de poder desterritorializada, por assim dizer, capturando integralmente o indivíduo que trabalha por todas as vias. “Outras forças e outras dinâmicas podem então ser convocadas para explicar o arrojo do capitalismo. Estas forças e estas dinâmicas evidentemente implicam a relação entre capital e trabalho, mas não se reduzem a ela” (LAZZARATO, 2006a, p.63). Frente aos mecanismos de controle analisados por Lazzarato, que não deverão se limitar à relação

---

<sup>59</sup> “[...] *más que producir mercancías, se crean mundos. Al interior de estos mundos es que las empresas buscan incluir las almas y los cuerpos de los trabajadores y el público. De esta forma, el capitalismo contemporáneo no llega primero con las fábricas. Éstas llegan después. El capitalismo llega primero con las palabras, los signos, las imágenes, a partir de las cuales se capturan y se recrean nuevas memorias. Circulación del rumor, producción de habladurías, es desde el acontecer de la rutina que las máquinas de expresión (noticieros, prensa escrita, publicidad, marketing) operan como el sustrato indispensable a partir del cual se conforman los nuevos públicos.*”

capital/trabalho (apesar de considerá-la importante), mas se expandir ao controle semiótico, ou seja, dos signos, da linguagem, da opinião, dos saberes, o autor nos mostra afinal que:

O conceito de exploração, construído a partir da relação dialética capital/trabalho, é absolutamente inadequado para apreender as técnicas de controle semiótico da expressão da multiplicidade, que acompanharam, e muitas vezes anteciparam, o advento do capitalismo. As técnicas de sujeição das sociedades de controle não substituíram as das sociedades disciplinares, mas superpõem-se a estas e tornam-se cada vez mais invasivas, a ponto de constituir hoje [...] um requisito indispensável à própria acumulação capitalista. Tanto a exploração como a acumulação capitalista seriam simplesmente impossíveis sem a transformação da multiplicidade linguística em modelo majoritário (monolinguismo), sem a imposição de um regime de expressão monolinguística, sem a constituição de um poder semiótico do capital. (LAZZARATO, 2006a, p.80)

Como explicado, os aspectos concernentes à noopolítica dotam de maior poder o entendimento sobre a acumulação **bioeconômica**, que se mostra encarregada não apenas da exploração da subjetividade e o direcionamento de sua formação à dinâmica do capital. Não obstante, reside neste conceito a ação sobre a concepção de *bios* que engloba a memória e a atenção. O ataque sobre todas as instâncias da subjetividade do indivíduo, desta forma, torna a individualiza-lo cada vez mais e a adotar a realidade enquanto dada, aceitável, na qual se deve sobreviver por mérito próprio e na qual os próximos perdem a potencialidade de um coletivo que, entre outras características, poderia amparar este indivíduo. Assim, revela-se um possível impacto que corroeria o sentido basilar concedido aos coletivos, como queira, o de uma “união entre iguais”, seja por meio de movimentos sociais, sindicais, grupos de trabalho ou mesmo agrupamentos que levem em conta características específicas dos indivíduos. A concorrência torna-os sem sentido, baseado este, o sentido, como se crê, na inoperância produtiva, na união entre os mais fracos do mercado, em um investimento de tempo sem retorno monetário. Vejamos a seguir.

### **6.2.5 Sobre os coletivos**

Esta seção, por fim, deverá destacar alguma percepção inicial acerca da estruturação dos coletivos na contemporaneidade. Presente no próximo capítulo, mais especificamente acerca da organização dos sindicatos no Brasil a partir da década de 1990 – ou melhor, sua reestruturação interna –, tem-se que se mostra viável já delinear um caminho possível de ser adotado pelos movimentos coletivos sob a racionalidade neoliberal e sob as demais composições político-econômicas características de fins do século XX e do início do século XXI.

Como já delineado, emersa em uma composição do mercado de trabalho globalizado, ademais informatizado, o que torna maior a volubilidade e as possibilidades de demanda de força de trabalho por parte das empresas, percebe-se a instauração de uma dinâmica de individualização sobre a população. Os grupos característicos a movimentos políticos, como os partidos, coletivos e, não menos afins, os movimentos dos trabalhadores e de sindicatos, sofrem mediante a infrutuosidade econômica relativa às reivindicações propostas e ao próprio existir. É dizer que se deixam de lado as diferenças, as demandas sociais e os laços de solidariedade para abrir caminho às possibilidades de ascensão auferidas pela profissionalização, pelo “empreendimento de si”, por um enclausuramento da solidariedade ao âmbito do individual. A cidadania, assim, torna-se sinônimo de capacidades ao nível individual, passando a ser considerado cidadão não aquele que reivindica pelos direitos e se manifesta publicamente, mas aquele que trabalha e que garante seu sustento com o próprio suor; que mantém a ordem no espaço privado e que não atrapalha o “fluxo” de pessoas ou de mercadorias, tornando-se, assim, alheio ao “público” – um “cidadão em documento”, portanto. Sobre este escopo, Dardot e Laval (2016, p.9) resumem da seguinte forma:

Além dos fatores sociológicos e políticos, os próprios móveis subjetivos da mobilização são enfraquecidos pelo sistema neoliberal: a ação coletiva se tornou mais difícil, porque os indivíduos são submetidos a um regime de concorrência em todos os níveis. As formas de gestão na empresa, o desemprego e a precariedade, a dívida e a avaliação, são poderosas alavancas de concorrência interindividual e definem novos modos de subjetivação. A polarização entre os que desistem e os que são bem-sucedidos mina a solidariedade e a cidadania. Abstenção eleitoral, dessindicalização, racismo, tudo parece conduzir à destruição das condições do coletivo e, por consequência, ao enfraquecimento da capacidade de agir contra o neoliberalismo.

Como apontam os autores, tornam-se cada vez mais claras as manifestações da quebra de alguma solidariedade ao nível da coletividade. Desde as constantes observações e concorrências silenciosas ou mascaradas dentro do espaço de trabalho às manifestações de repúdio contra grupos específicos nas principais economias do mundo, como bem deixam claros os casos de xenofobia, o estranhamento provocado crescentemente entre os indivíduos é intensificado dadas as condições cada vez mais precárias do mercado de trabalho e as possibilidades cada vez mais exíguas de alguma estabilidade econômica.

Em relação à quebra das solidariedades expostas principalmente sob a racionalidade neoliberal, mostra-se importante destacar, para seu entendimento, tanto o prisma salientado por Konder (2009) quanto um resgate às concepções de noopolítica e do gerencialismo. Assim, poderá ser percebido que a quebra das solidariedades se dá para além do esfacelamento dos coletivos, sendo igualmente “anterior” e “posterior”.



Konder (2009) esclarece essa visualização sobre o distanciamento do indivíduo às manifestações coletivas, ademais, à política nacional, a partir do prisma marxista. Assim, adota o autor para análise e como pedra angular ao desencadeamento de tais comportamentos e desvinculações com o social, com o público, a emergência da alienação do trabalho marxiana, bem como a composição histórica da sociedade pela via do trabalho. Sendo a política uma dimensão da atividade humana e, com isso, de importância à organização social, esclarece Konder (2009, p.183) de forma simples que “tanto as ações como as omissões dos indivíduos repercutem sobre as pessoas que os conhecem e com as quais eles lidam”.

Com foco sobre o apoliticismo evidenciado sobremaneira na contemporaneidade, pergunta-se o autor sobre a origem do comportamento de desprezo ao público, ao social e ao sociável, para logo em seguida responder que sua origem se dá a partir da alienação – mas também com o caráter da divisão do trabalho. Adota-se, com isso, a ótica de que as transformações do mundo de trabalho adquirem maiores horizontes ao influenciar o comportamento social. Localizará o autor que:

Cindindo a atividade humana em duas esferas aparentemente autônomas e frequentemente contraditórias – a esfera da vida pública e a esfera da vida privada – a *alienação* possibilitou o aparecimento desta ilusão [do apoliticismo] segundo a qual a atividade do indivíduo na esfera de sua vida particular permitiria um abandono das suas responsabilidades como cidadão. (KONDER, 2009, p.183)

Por conseguinte, passa-se a entender que a vida pública, em contradição à vida privada, já se dá nas comunicações necessárias (e indispensáveis) do cotidiano, como são as comunicações necessárias dentro do espaço do trabalho, mesmo que por vias informatizadas, e nas utilizações das estruturas e serviços públicos, devendo responsabilizar-se pela “coisa pública” apenas os reconhecidamente alocados para tal, como os políticos e demais funcionários públicos.

Indo mais em específico às contribuições marxianas, Konder localizará no poder historicamente concedido às classes na conformação da realidade material às suas necessidades o meio sobre o qual recairá um afastamento das camadas menos abastadas na influência e na gestão da vida pública. Desta maneira, “a consciência *alienada* é, por vezes, levada a supor que é a desigualdade natural dos indivíduos que determina a desigualdade da influência política de que dispõem” (KONDER, 2009, p.184). Aos trabalhadores, portanto, incidiriam os frutos provenientes de políticas esboçadas pelas camadas mais altas que, em verdade, são construídas ao próprio prazer e à conformação de um ciclo ininterrupto de relações entre a camada mais vulnerável e o Estado, visando a manutenção da dependência; enfim, do *status quo*. Apesar da possibilidade de ascensão dos trabalhadores ao poder, sua manutenção seria instável, dada a

dominação dos recursos que auxiliam na preservação do poder pela camada mais alta, como os recursos propagandísticos e a imprensa de forma geral. Conforme realça:

Monta-se, com o advento da sociedade dividida em classes, um aparelho destinado a controlar a vida social, a garantir o estatuto vigente de propriedade contra as competições entre os proprietários e contra os não proprietários: o Estado. Este aparelho se organiza, se diversifica, se estende e, com o capitalismo, torna-se extraordinariamente complexo: mobiliza todo um exército de burocratas e exige, para o seu bom funcionamento, a participação em sua direção de especialistas, técnicos em administração. A formação de tais especialistas é difícil, custosa. A instrução é cara; a instrução de nível superior exige tempo, dedicação. As duras condições de luta pela vida impostas aos trabalhadores excluem-nos, via de regra, da participação no aparelho do Estado como técnicos, administradores. (KONDER, 2009, p.184-185)

A participação nas decisões da esfera pública adota para si mesma o caráter de especialização do trabalho ao qual recai o desenvolvimento de toda a sociedade. Desta maneira, garante-se, por meio do caráter da necessidade de especialização no entendimento e manejo da “máquina” pública, que haja o afastamento e a criação de um abismo entre os assim ditos cidadãos e a possibilidade de participação na política, gerando, desta maneira, um ciclo de apoliticismo inacabável. Um último trecho de sua análise aponta especificamente este caminho, senão vejamos:

Para melhor surtir os seus efeitos, o *apoliticismo* vale-se da situação criada pela alienação. Sob as condições de divisão da sociedade em classes, o trabalho humano se dividiu e subdividiu em profissões e especializações limitadas, às quais os indivíduos são virtualmente *atrelados*; com isso, criam-se, como dissemos, atividades privadas do indivíduo que são, na prática, desprovidas de consequências políticas. E, na própria esfera da atividade pública, criam-se certas *especializações* das quais toda significação política parece ter sido banida. Além disso, a própria atividade política, deixando de aparecer como uma dimensão da atividade humana em geral, apresenta-se como uma especialização, uma carreira, um ramo para *especialistas*. A perspectiva acumpliciada com a *alienação* se serve desses dados históricos, transformando-os em manifestações das características essenciais da atividade humana *em si*, isto é, de uma mítica atividade humana sem condicionamento histórico. (KONDER, 2009, p.186)

Acerca deste abandono com o qual passa a ser tratada a esfera pública, social, bem como a constituição e o “motivo de ser” das coletividades, é que Mendes (2012) aponta que na contemporaneidade a “coletividade” que passa a ganhar mais importância e se estabelece enquanto principal ilustração de tal se encontra no mercado financeiro, cujo processo de financeirização que o contorna passa a servir de “dispositivo de agregação dos processos de individualização”, um tipo de ‘comunismo do capital’ em que o capital financeiro passa a ser o representante coletivo dos múltiplos trabalhadores/investidores que fazem parte da ‘sociedade civil’” (MENDES, 2012, p.73). Baseando-se no pensamento de Marazzi (2010), enfatiza o autor: “a financeirização define a *esfera pública* do capital” (MENDES, 2012, p.73); assim, o estabelecimento do mercado financeiro enquanto espaço biopolítico.

Em retorno aos aspectos mais detidos ao âmbito laboral, mas que não deixam de ter seu conteúdo político com os movimentos dos trabalhadores, tem-se que o apoliticismo analisado por Konder, proveniente historicamente do espaço e da divisão do trabalho, em muito influencia no desarraigamento da concepção de coletividade ou de classe, provendo este pensamento de um ciclo que perpassa tanto a seara do trabalho quanto a do âmbito público (envolvendo, como evidencia, a relação com o próprio espaço de existência da sociedade, como as comunidades, as cidades e as estruturas que os conformam). Nestes termos, importante se torna referenciar novamente, sem nos estendermos nestas, as discussões sobre a noopolítica e o gerencialismo.

Em relação ao primeiro, Hur (2013, p.211) aponta que a noopolítica, enquanto estabelecimento de um controle e uma nova forma de ser e de subjetivação que, conforme esclarecido na última seção, é determinado a partir da exploração da memória e da atenção, faz com que o neoliberalismo e sua axiomática se tornem, assim, “o ‘funcionamento correto’ de pensar, sentir, viver e agir, sendo o imperativo da noopolítica”. Dessarte, “os sujeitos passam a pensar e afetar-se de maneira neoliberal todas as esferas da vida, afastando suas preocupações da política, gerando coletivos despolitizados e vorazes por dinheiro” (HUR, 2013, p.211). Sobre o âmbito da memória, torna-se diluída a motivação de filiação aos sindicatos e a importância historicamente concedida aos mesmos, ao passo que quase desconhecida e afastada dos mais jovens – nascidos, criados e educados sob a racionalidade neoliberal – qualquer estabelecimento de ligação com os coletivos e suas potencialidades dentro ou fora do trabalho (ALVES, 2011a).

Sobre o segundo, o gerencialismo, de acordo com o constructo de Gaulejac (2007), a impulsão da coletividade dentro do espaço de trabalho se dá com o intuito de se alcançar os objetivos da empresa e enquanto atendimento às demandas da mesma, visando a manutenção do posto de trabalho. Assim, como tantas vezes salienta Gaulejac em sua obra, trata-se atualmente no campo do trabalho não mais de uma luta de classes, mas de uma “luta de lugares”, que em si conota a ideia de fragmentação das coletividades no espaço de trabalho. Desta forma:

O poder gerencialista é profundamente individualista. Ele enfraquece a constituição de coletivos duráveis. Celebra o trabalho em equipe com a condição de que seja totalmente consagrado a atingir objetivos fixados pela empresa. A adesão de fachada à ideologia gerencialista dissimula também uma submissão pragmática a suas exigências, condição mínima para esperar conservar seu lugar. Nesse contexto, ninguém assume o risco de contestar as orientações da direção. A des-sindicalização, no seio da empresa gerencial, é o sintoma de uma situação na qual cada empregado está mais preocupado em melhorar sua situação pessoal ou de salvar seu lugar do que em desenvolver solidariedades coletivas contra um poder inatingível. Estas, de fato, desenvolvem-se apenas em situações de crise, diante de demissões em massa ou de fechamentos de estabelecimentos, em um momento em que as decisões já foram tomadas. Frequentemente é demasiado tarde para criar uma relação de força que leve as direções a rever sua estratégia. (GAULEJAC, 2007, p.144)

A ideia sobre um “privatismo” no campo laboral (GAULEJAC, 2007) passa a dominar a subjetividade dos novos sujeitos na contemporaneidade. Ademais, sob uma divisão porosa, conforme expõe o autor, entre os tempos e espaços de trabalho e de não trabalho, as ideias constituídas em um âmbito acabam por transbordar aos demais, oferecendo à realidade, ou melhor, ao cuidado para com o outro e para com o público, o caráter cíclico anteriormente definido. Gaulejac (2007, p.268) bem expõe esta ligação, estabelecendo que, em verdade, a sobreposição do econômico em relação ao político acaba por conformar novos caracteres à personalidade dos indivíduos. Como expressa:

A ideologia gerencialista leva a inverter os valores entre a política e a economia. A política, longe de suscitar o amor e a consideração, tornou-se o lugar do cálculo. Pagar impostos é sentido como cargo e até como tara, escapar à fiscalização é sinal de inteligência e de tino. A imagem do empreendedor que se comprometia para defender o bem público é substituída pelo modelo do estrategista que sabe valorizar seus interesses privados. A política é percebida como se colocar a serviço dos interesses dos especuladores. A coisa pública é desvalorizada. Essa inversão das relações entre o econômico e o político é a causa profunda do descrédito que atinge esse último. Mais grave ainda: a economia, que é um dos motores essenciais do desenvolvimento social, contribui para destruí-lo. “A economia, entregue a seu próprio movimento, agora joga contra a sociedade” (Perret e Roustang, 2001).

Passamos a adentrar, seguindo principalmente as perspectivas do sindicalismo, ao escopo das resistências, nas quais os sindicatos e demais movimentos dos trabalhadores se mostram os mais característicos em termos de embate contra o capital. Cremos que, como evidenciados os passos nos quais se encontram as coletividades, outras contribuições nesta seção deverão apenas intensificar o desenho concedido a estas, mas tornando fatigante nossa contribuição, em geral, a este aspecto. Desta maneira, iniciaremos uma análise sobre a resistência e as formas percebidas atualmente que condizem com as dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores e com os fatores agregados neste capítulo. Visaremos tornar palpável um entendimento, afinal, das estratégias de contorno do controle gerado pelos trabalhadores oferecido, conforme tratamos no decorrer deste trabalho, pela dinâmica bioeconômica.

## 7 A MIRÍADE DA(S) RESISTÊNCIA(S)

### 7.1 Resistir, formas de resistência, estratégias de resistência

Apesar do que comumente se pode pensar, inclusive baseando-nos no que foi tecido até o momento, a resistência pertinente ao mundo do trabalho não está restrita a uma relação em conjunto focada na contestação, por parte dos empregados, das decisões tomadas pelos empregadores, mas se estabelece enquanto expressão de importância ao entendimento sobre, devemos falar, formas de resistência, e não apenas de “resistência”, o que poderia corroborar a um pensamento limitante sobre o objeto.

Enquanto pesquisa que por ora nos debruçamos, esta, ao mesmo tempo que estabelece como meta uma melhor interpretação da realidade laboral a partir de um prisma específico, serve-nos como corpo sobre o qual uma reflexão mais fluida, contínua, em oposição a um determinismo sobre fatores tão estocásticos quanto os pertencentes ao âmbito social e individual, acaba sendo mais coerente ao cerne que perpassa toda a pesquisa, a subjetividade. Nesta matéria, mostrar-se-ia equivocado, como pode ser interpretado, expor o objeto de estudo “resistência” ou até mesmo o ato de “resistir” enquanto um plano de dois extremos – assim, ao mesmo tempo que opostos, excludentes. Nossas impressões e suposições, por assim dizer, são constantemente retomadas, analisadas e reestabelecidas.

Diferente de uma abordagem dualista, vislumbra-se que o entendimento sobre resistência no meio laboral não se limita, por um lado, ao **mecanismo “clássico”**, característico da classe trabalhadora brasileira durante a década de 1980, por exemplo, e, por outro, por um **movimento de resignação** à organização do trabalho e às conformidades que se espriam à realidade do não-trabalho – como se pode visualizar de maneira mais clara na atualidade. Da mesma forma que os modelos de organização do trabalho contemporâneos não se mostram coesos exclusivamente ao modelo organizacional toyotista – sendo mais coerente se indicar o toyotismo como “momento predominante do complexo de reestruturação produtiva” (ALVES, 2000a) –, as ações do trabalhador também não se mostram circunscritas a este antagonismo.

Acerca desta amplitude encontrada no quesito “resistir”, tem-se que a própria **resistência**, em seu entendimento mais formal, conforme conceituado pelo Dicionário Michaelis (MICHAELIS, 2015), significa, ao mesmo tempo que “capacidade que uma força tem de se opor a outra” e “recusa do que é considerado contrário ao interesse próprio”, entendimentos que coadunam ao movimento conflitivo da classe trabalhadora frente às novas organizações do trabalho, também significa “defesa conta uma investida”, conceituação que

não diretamente vai na contramão ao entendimento mais clássico, mas o amplia a situações e âmbitos variados – e, em termos não mais da corporeidade da resistência combativa, mas da “resistência mental”, “psicológica”, concernente à subjetividade, acreditamos que esta amplitude se mostra tão ou mais diversa. Basta-nos ver, igualmente, que na biologia a “resistência biológica” diz respeito à “capacidade que os seres vivos apresentam de reagir a situações catastróficas, como forma de proteção da espécie” (MICHAELIS, 2015).

Nesses termos, ao nos referirmos à acumulação bioeconômica, que se detém às características intrínsecas ao indivíduo, sobretudo à subjetividade, inúmeras podem se mostrar, nesta seara, as **formas** de resistência. Acreditamos que considerar a realidade do trabalho enquanto momento de adequação exclusiva a resistências ou resiliências específicas frente ao processo produtivo é limitar o entendimento sobre a própria subjetividade. Adequá-la, respectivamente, a uma aparente superproteção por parte do indivíduo ou à sua harmonização com os princípios do mercado e da atividade é tolher a subjetividade de seu aspecto de “construção constante”; é desconsiderá-la em sua base, portanto.

Acreditamos, para ser dado início a esta discussão, que Foucault (2008b) e Gaulejac (2007) oferecem uma útil perspectiva a uma inicial aproximação sobre a resistência – suas formas, motivações e consequências. Apesar de não ser diretamente o foco de Foucault e não se estabelecendo enquanto seara na qual, por meio da passagem a seguir, o autor constrói seus estudos, percebe-se que sua interpretação acerca das vias que a prática governamental poderá seguir – a saber, a revolucionária e a radical, a primeira alicerçada numa visão primacial do direito público, ou seja, dos direitos pertencentes a todos os indivíduos, estabelecendo, a partir das características dos direitos vislumbrados, as fronteiras da competência do governo; e a segunda baseada no radicalismo inglês e que questiona e busca definir a esfera de competência do governo, definindo-a em termos de utilidade – em muito assiste a um entendimento básico sobre o âmbito da resistência e do resistir. A partir desses dois caminhos pelos quais poderá seguir a prática governamental – que, segundo Foucault, geram tipos e concepções heterogêneas de liberdade aos indivíduos, “uma concebida a partir do direito dos homens, a outra percebida a partir da independência dos governados” (FOUCAULT, 2008b, p.57) –, o autor esclarece essa heterogeneidade da seguinte forma:

[...] quando digo dois caminhos, quando digo duas vias, quando digo duas concepções da liberdade, do direito, não quero dizer que se trata de dois sistemas separados, estranhos, incompatíveis, contraditórios, totalmente excludentes um em relação ao outro, mas quero dizer que temos aí dois procedimentos, duas coerências, duas maneiras de fazer, por assim dizer, heterogêneas. E o que é preciso ter bem presente é que a heterogeneidade nunca é um princípio de exclusão ou, se preferirem, a heterogeneidade nunca impede nem a coexistência, nem a junção, nem a conexão.

Digamos que é precisamente aí e nesse gênero de análise que se faz valer, que é necessário fazer valer, sob pena de cair no simplismo, uma lógica que não seja uma lógica dialética. Porque a lógica dialética, o que é? Pois bem, a lógica dialética é uma lógica que põe em jogo termos contraditórios no elemento do homogêneo. Proponho substituir essa lógica da dialética pelo que chamarei de lógica da estratégia. E uma lógica da estratégia não faz valer termos contraditórios num elemento do homogêneo que promete sua resolução numa unidade. A lógica da estratégia tem por função estabelecer quais são as conexões possíveis entre termos díspares e que permanecem díspares. A lógica da estratégia é a lógica da conexão do heterogêneo, não é a lógica da homogeneização do contraditório. (FOUCAULT, 2008b, p.58, grifo nosso)

Por meio das palavras de Foucault sobre a heterogeneidade e a estratégia como melhor forma de entendê-la, empreendemos uma visão, como salientamos, mais contínua e fluida entre esquemas ou, utilizando-nos da explicação de Foucault, “**estratégias**” de resistência. Seguindo a explanação, as estratégias “extremas”, que podem ser percebidas enquanto heterogêneas entre si, opostas e excludentes, na verdade conformam uma miríade de vias pelas quais, já nos remetendo ao campo laboral, o trabalhador poderá prosseguir visando a manutenção de sua rotina laboral e um cuidado de si – ademais, uma “prática de si”. O caso contrário, ou seja, desde a ausência de estratégias que visem a manutenção do indivíduo à quebra de sua resistência, leva às consequências psicopatológicas ou somáticas retratadas por Dejours (1999) e Gaulejac (2007) e bem conhecidas do mundo do trabalho na atualidade, dentre as quais o estresse, a síndrome do *burnout* e a depressão se mostram apenas como algumas das mais conhecidas.

Desta maneira, conforme expomos por meio do título desta seção, ao buscarmos um melhor exame sobre a resistência e o resistir, caminhamos a uma complexificação deste produto entre a organização do trabalho e suas novas demandas e o trabalhador. Parte-se de concepções mais **rudimentares** sobre o termo (a “resistência clássica”, conflitiva) à ideia de **formas de resistência**, inicial vislumbre que se pode deter acerca do termo no que se diz respeito às suas metamorfoses e à diversidade dos mecanismos de manutenção de si; e, por fim, às **estratégias de resistência**, em si denotando não apenas uma característica de volubilidade dos mecanismos de resistência e da subjetividade, mas também uma anexação a este campo das próprias características das organizações laboral, relacional, econômica e política, por exemplo, nas quais se encontram imersos os indivíduos, além das próprias potencialidades pertencentes a estes.

Em retorno à indicação de Foucault acima, tem-se que o autor não refuta a dialética por completo, mas a contrapõe à infinidade de aspectos que podem vir de caracteres inicialmente heterogêneos e excludentes. No tocante ao mundo do trabalho contemporâneo, mormente à subjetividade, o confrontar entre os **interesses** do trabalhador e dos empregadores, por exemplo, não deve adotar exclusivamente o cariz de uma tese-antítese que gerará uma síntese, pois a

adoção desta perspectiva dialética orna de determinismo o fruto deste embate. Aí reside o simplismo no que tange à discussão sobre resistências. Como visto, “a lógica da estratégia tem por função estabelecer quais são as conexões possíveis entre termos díspares e que permanecem díspares”: resiliência e resistência, assim, poderão, sim, coexistir na planificação pelo indivíduo de manobras visando primordialmente um cuidado de si, dotando de maior complexidade a seara das formas de resistência.

Em Gaulejac (2007) esta ideia de “combinação de heterogêneos” se mostra clara ao se analisar, no âmbito do gerencialismo ao qual se presta, as formas pelas quais os indivíduos se deparam com e reparam o trabalho. Partindo desta premissa gerencialista, a qual “tende a se espalhar nos setores públicos e no mundo não comercial” (GAULEJAC, 2007, p.32), Gaulejac expõe que frente aos instrumentos da gestão, às novas formas de organização do trabalho e às demais maneiras de mensuração das qualidades dos trabalhadores, a adesão a estes e às demais prerrogativas dos locais de trabalho se mostram frequentemente como “de fachada”, “principalmente quando o sentido atribuído por cada empregado a seu trabalho não se encontra nos indicadores de avaliação que se consideram medir a qualidade deste” (GAULEJAC, 2007, p.106). Assim, vislumbramos no autor ilustrações do que seriam as estratégias de resistência, esquematizações pessoais adotadas como formas de tornar significativo para si a atividade laboral, mesmo diante de uma prescrição ou de uma “dessignificação” da atividade por meio de sua avaliação pelos instrumentos gerencialistas. Senão, vejamos:

Diante dessas injunções paradoxais [de lógicas contraditórias e determinações incompatíveis com as quais empregados se confrontam], e para não enlouquecerem, os empregados se defendem de diferentes modos. A resistência mais frequente é a clivagem entre um “Eu organizacional”, o que parece responder às exigências da empresa, e um outro “Eu”, o Eu “verdadeiro”, aquele que se revela fora, nos lugares de expressão íntimos ou privados. O “Eu oficial” manifesta seu entusiasmo e sua adesão. O “Eu privado” murmura suas reticências e suas críticas. (GAULEJAC, 2007, p.108)

As estratégias de enfrentamento contra as condições laborais, assim, adquirem um leque amplo de abordagens do indivíduo consigo mesmo, caminhando desde a instrumentalização de si dentro do espaço de trabalho às formas de resistência contra as contradições grosseiras do trabalho, notadamente as contradições presentes no ramo de prestação de serviços. Neste último, percebe-se o caso de um resistir imerso ainda na manutenção do controle das empresas sobre o trabalhador, pois não se contesta a organização do trabalho como um todo, mas as ordens e as prescrições direcionadas individualmente.

Resistir, à letra de Goulejac (2007) e no contexto da empresa-sociedade apontada por Moullet-Boutang (2003), significa, com isso, a salvaguarda ou preservação de suas exigências



narcísicas ou sua autoestima, sua integridade e os valores formados no espaço familiar e relacional. Longe, portanto, da contestação generalizada e da percepção de si enquanto indivíduo alienado e alienável, na verdade os extremos delineados como sendo a “resistência” e a “resiliência” – espaço dentre os quais o cosmo heterogêneo de estratégias se encontra –, igualmente, sob a acumulação bioeconômica e sua ilustração mais visível, o capitalismo cognitivo, mostram-se em si mesmos enquanto equivalentes amálgamas, bem diferente do cenário característico à Revolução Industrial inglesa. Em sua análise, ademais de ser percebido que resistências e resiliências inacessíveis a seus “opostos” são igualmente inacessíveis à planificação do indivíduo consigo mesmo e com sua realidade laboral, Gaulejac deixa claro que este mesmo amálgama é encarado como sendo um recurso necessário, afinal, à manutenção da vida do indivíduo. Vislumbramos tal no seguinte trecho:

A maioria dos agentes combina essas diferentes atitudes [de formas de resistência], tanto no tempo, adotando-as sucessivamente em função da conjuntura, como psicicamente, fazendo coexistir em si comportamentos diferenciados, como uma espécie de desdobramento. Uma parte do Eu aceita a instrumentalização, mantendo-se em uma posição de executor dócil das exigências da organização e aplicando seus procedimentos para “se tornar bem visto”. Ele preserva, desse modo, suas próprias exigências narcísicas por meio da necessidade de reconhecimento. Ele sabe que é preciso passar por isso para “ter sucesso”, aceitando ser um executor mais ou menos zeloso das diretivas que lhe são “aconselhadas”. Mas é preciso igualmente que ele preserve a autoestima, resista à alienação, não se deixe submeter totalmente. A parte do Eu que resiste à instrumentalização permite ao indivíduo salvaguardar sua integridade, proteger suas capacidades reflexivas, principalmente em relação ao sentido a dar a suas ações. (GAULEJAC, 2007, p.109)

Sob o mesmo pensamento, mas a partir do caminho “oposto”, reflexões como as empreendidas por Cimbalista (2006; 2007), Barlach, Limongi-França e Malvezzi (2008), Pinheiro (2004) e Moraes, Resende e Leite (2007) apontam para uma percepção do conceito de resiliência a partir de uma ótica dialética sobre a ação do trabalhador frente às demandas das empresas, nas quais aquele deverá não apenas adaptar suas potencialidades a estas, mas tornar este processo de adaptação coeso para uma coerente manutenção de si, visando, desta forma, o afastamento a condições que possam degradá-lo principalmente a nível mental. Conforme expõe Cimbalista (2006, p.97), no campo de discussão sobre a resiliência, esta “instiga o indivíduo-trabalhador à disposição para descobrir em si próprio novas formas de recobrar suas forças, de adaptar-se às situações de risco, crise e esforços despendidos”. Sendo uma ação, uma forma de se portar no trabalho, que se mostra basilamente enquanto um “movimento ambíguo entre revolta e resignação [...], quando o indivíduo reflete sobre situações adversas e se adapta para prosseguir” (CIMBALISTA, 2006, p.141), tem-se, por fim, sobre a atitude resiliente:

[...] ao mesmo tempo em que se sente enfraquecido, fortifica-se. Neste movimento acontece como que um duplo estímulo, uma resposta à situação adversa, encontrando forças em sentimentos como a superação. O indivíduo resiliente suporta as situações adversas e se refaz. Mesmo quando momentaneamente sai enfraquecido, relativiza os ganhos do enfrentamento na resiliência como transformação e menos como adaptação, resiste, transforma a adversidade em resistência, para manter, de alguma forma, sua dignidade. (CIMBALISTA, 2006, p.142).

Apesar de não figurar enquanto nosso foco, mas estando a resiliência presente em nossas pontuações finais sobre resistência, a esta acreditamos ser dotada de um mesmo caráter dialético que aquela. Mais que isso e de forma geral, estratégico. Da mesma forma que os autores que analisam a resiliência percebem esta dupla face neste fenômeno – seja no espaço laboral ou não, reflexões que convergem a conclusões equivalentes, como se pode ver nas análises de conteúdo indicadas por Barlach, Limong-França e Malvezzi (2008) sobre filmes escolhidos e que indicam a presença de situações de resiliência, e na análise qualitativa, realizada pelos mesmos autores, de relatos verbais de trabalhadores que frequentam cursos de educação continuada, submetidos, como se mostram, à situação de conciliação entre as esferas do estudo, da vida privada e do trabalho e de pressão neste último âmbito –, percebemos a resistência enquanto inserida no mesmo contexto, mas principalmente pela via de enfraquecimento de seu significado histórico dentro da perspectiva da luta de classes.

Encontra-se aí a nossa percepção sobre a dificuldade em se entender a resistência e a resiliência, comumente percebidos como extremos, sob uma concepção dialética – enquanto que adotamos o entendimento a partir da ótica das “estratégias” em Foucault –, mas uma possibilidade de apreensão da ótica da dialética ao entendimento sobre os extremos mesmos, a resiliência e a resistência, tons que em si não se mostram “puros”.

Conseguimos visualizar dois motivos através dos quais tal indeterminação de formas de resistência ou resiliência “puras”, por assim dizer, se justificariam: por um lado, pela incompatibilidade entre as demandas que ocorrem no espaço de trabalho e no espaço de não-trabalho; e, por outro, pelas constantes cobranças específicas realizadas dentro do espaço de trabalho e as determinações relacionadas ao mundo do trabalho como um todo e infringidas ao indivíduo, que deverá se mostrar enquanto empreendedor de si. Ademais, cremos que constituir um escudo intransponível contra a inserção dos aspectos da realidade à subjetividade, da mesma forma que à mesma conceber um poder de absorção integral da realidade, seria dotar, afinal, a subjetividade e o próprio indivíduo, enquanto ser pensante e social, de capacidades desconexas às suas naturezas. Em constante transformação, acreditamos tratar-se a subjetividade de um âmbito de análise da realidade e de captação de fatores que coadunam aos interesses do indivíduo: um âmbito “se mantém em transformação”.

Trilhando um caminho de correspondência ao exposto por Gaulejac, Rozenthal (2005, p.123) aponta que o que se busca constituir através destas estratégias de resistência-resiliência (como passamos a identificar o amálgama da resistência tratada até então, em correspondência, por exemplo, às evidenciações de Cimbalista (2006) sobre a resiliência) é a **singularidade** do indivíduo, “a potência criativa do trabalhador” por meio das práticas de si, de manobras para o exercício do trabalhador segundo suas potencialidades subjetivas reais: “singular é o que nos qualifica em nossa irremediável diferença, em nossa inexorável identidade, quer subjetiva, quer individual” (ROZENTHAL, 2005, p.125).

Segundo o autor, apesar de se constatar que a subjetividade se mostra enquanto fator sujeito à transformação, no que concerne à disciplina e ao controle, durante os vários modelos de produção, como o fordista-taylorista e o contemporâneo toyotismo, tem-se que é a criatividade que se coloca como fator sujeito a repressão/limitação ou valorização dentro destas diferentes estruturas produtivas. Como Rozenthal busca expressar, as práticas de si, o retorno às possibilidades e potencialidades do indivíduo, tornadas possíveis principalmente na contemporaneidade, coadunam ao desenvolvimento das singularidades, orientação que dialoga com a maior dedicação concedida à complexidade da subjetividade na estrutura atual do trabalho imaterial. Assim,

[...] as práticas de si correspondem aos processos denominados singulares, dos quais podemos dizer, com efeito, que se efetivam de maneira independente das relações de poder ou de saber. Singularidade é ‘estilização’ (mais que estilo), é movimento da diferença (mais que diferença relativa) e não da semelhança ou da identidade”. [...] o estilo pessoal ou individual da ação é inseparável da singularidade do sujeito. (ROZENTHAL, 2005, p.125).

Singularizar-se, segundo o autor, não condiz restritamente ao funcionamento subjetivo do indivíduo, mas, antes, à constituição da subjetividade; uma diferenciação em termos absolutos entre sujeitos, e não relativos, dependentes, por exemplo, da identidade dos mesmos – comum, se pudermos realizar sua alocação na história, à (re)produção em massa dos trabalhadores típicos do modelo fordista-taylorista, que, pela captura e controle realizados sobre a subjetividade, detinham diferenciados funcionamentos subjetivos e percepções sobre uma ação, mas uma padronização da forma de constituição de suas subjetividades. Neste contexto, “em suma, as práticas de si são capazes de resistência à determinação capitalista das organizações do trabalho, isto é, possuem potência para redesenhar, em meio ao próprio contexto político, social e econômico, as relações de poder” (ROZENTHAL, 2005, p.126).

Em complemento, Bessi e Grisci (2006) expõem a ótica de que apesar da individualização e da singularização serem, em convergência, formas de consumo, de

utilização, da subjetividade, formada a partir das realidades objetiva e subjetiva, os aspectos divergem em termos de um entendimento sobre os demais fatores que corroboram à construção do sujeito. Denominados de “processos”, segundo as autoras, baseadas em Guattari e Rolnik (2005), o processo de individualização “se caracteriza justamente pela tentativa de bloquear o processo de resistência, instaurando-se conforme determinam os padrões universais, massificadores e individualizantes vigentes”, uma conformação e reprodução dos modelos de vida e, com isso, de trabalho, “sem questionamentos acerca de sua efetividade enquanto processos que poderiam vir a permitir a autonomia” (BESSI; GRISCI, 2006, p.6). O sujeito, assim, tornado individual em termos de uma autoexclusão aos processos de formação subjetiva por meio das instâncias sociais. Em consonância a Rozenhal (2005), para as autoras, por sua vez, o processo de singularização se opõe ao de individualização, pois se faz “pela associação de dimensões de diferentes espécies, por meio da afirmação de outras maneiras de ser, outras sensibilidades, outras percepções, podendo ser considerado como uma forma de resistência frente aos moldes previamente determinados” (BESSI; GRISCI, 2006, p.6). Seguindo Guattari e Rolnik (2005, p.42), Bessi e Grisci (2006, p.6-7) apontam que o processo de singularização pode ser considerado como “uma relação de expressão e de criação, na qual o indivíduo se reapropria dos componentes da subjetividade”.

Sob estas reflexões, percebe-se, portanto, a incongruência que seria, em termos de uma dialética, aplicar à subjetividade e ao “produto” advindo da combinação entre interesses diferentes, ao novo sujeito da contemporaneidade, por assim dizer, uma determinação. Não se fala, portanto, em novo sujeito, mas (novos) sujeitos contemporâneos.

Dessarte, na esfera da discussão da subjetividade coabitam numerosas estratégias e formas de lidar com a realidade laboral. Ainda acerca das “estratégias” de Foucault e da utilização que por ora fazemos destas enquanto lente de entendimento sobre os mecanismos de defesa do indivíduo no trabalho, a resistência e a resiliência, temos igualmente que sua aplicabilidade nesta seara poderia ser dada em dois níveis: o primeiro, no nível do entendimento sobre a aparente dicotomia resistência-resiliência, sobre o qual buscamos tratar anteriormente, e o segundo na resistência contra o sistema produtivo, é dizer, o embate de interesses, âmbito mais íntimo, poderíamos apontar, do que o presente na dialética marxiana acerca das classes que conformam a sociedade. Não os qualificamos, entretanto, enquanto substitutos à perspectiva marxiana, mas enquanto “microesferas” de confronto e que, sobretudo, revelam a subjetividade e, ainda, as relações de poder presentes no tratamento desta. Nessa ótica, ressalta-se a fala de Altamira (2008, p.45-46):

Não é somente o trabalho físico que se põe em jogo no processo de trabalho, são também os conhecimentos, afetos e desejos. Em poucas palavras, a produção capitalista assumiu uma dimensão que poderíamos definir como micropolítica, inserindo-se no contexto da vida diária e por fim na produção da própria subjetividade. É nesse sentido que os velhos termos soam ociosos, não por efeito de uma dissonância com um objeto que mudou, mas porque os termos da crítica se modificaram. Já não é possível criticar o capital a partir dos grandes esquemas da história universal ou opor-se a ele com base nos últimos resquícios de desejos e valores que ainda permanecem. A crítica deve incorporar, nesse sentido, a dimensão micropolítica do capital, transformando-se no que Michel Foucault (2002) denominou “a ontologia crítica de nós mesmos”.

Sobre o segundo nível, temos que se encontra, em concomitância ao primeiro, a relação entre os ideais pertinentes ao sistema produtivo e a resistência individual. Neste ponto, salientamos que a resistência, igualmente, mostra-se diversificada, mas, salientando-a no nível de contestação do sistema de produção de mercadorias, tem-se que a mesma não se mostra igualmente em sua “pureza”. É dizer que as contestações se apresentam tolhidas ao já se mostrarem inseridas no funcionamento do capital e da produção de mercadorias, na busca pela renda proveniente do trabalho para a manutenção da vida. Sendo um choque que exhibe um caráter mais estreito aos fundamentos dos ideais de classe, pensamos igualmente que algum determinismo nesta esfera seria simplificar a complexidade da subjetividade e da realidade relacional.

Os dois níveis que por ora apontamos convergem a uma apreensão que se concebe desde o tratamento do indivíduo consigo, como é o caso do primeiro nível, ao nível relacional entre empregados-empregadores ou até mesmo entre cada camada e seus pares, como é o caso de empregados-empregados, como se pode conceber o segundo nível. Riquíssimos, nestes aspectos, se mostrariam os tópicos concernentes aos âmbitos individual, pessoal, e o relacional, grupal, em termos do mundo do trabalho. Destrincha-se, assim, às ilustrações notórias dos respectivos âmbitos mencionados, como é o caso dos movimentos sociais e do sindicalismo, que bem expressam a relação entre resistência e a organização do trabalho; e as estratégias a nível individual, que visam a respeitar as limitações do sujeito. Buscaremos desenvolver estes aspectos nas próximas seções.

Apesar deste entendimento sobre a subjetividade, a problemática que se coloca, atada às ideias de poder, disciplina e controle, reside em seu domínio e na posição na qual o trabalhador se encontra. Consiste neste quesito a particularidade da gestão característica empresarial, que, de acordo com Gaulejac (2007, p.68) “reside no fato de que não se trata de perseguir uma finalidade escolhida por indivíduos, nem uma finalidade negociada no interior de uma coletividade, mas uma finalidade imposta do exterior”.

### 7.1.1 Estratégias I: sindicalismo

Inicialmente gostaríamos de nos deter ao caso dos sindicatos e de sua representatividade no mundo do trabalho enquanto reduto de resistência ao capital e às constantes desconstruções realizadas sobre os direitos e garantias dos trabalhadores. Partindo quase que do senso comum acerca dos sindicatos e do sindicalismo como um todo, temos, entretanto, que este objeto demonstra uma interessante história de reviravolta em sua significação na virada dos anos de 1980 para a década de 1990 – para o caso brasileiro, ilustrativo das transformações do sindicalismo.

A principal questão que se coloca sobre os sindicatos e que converge ao escopo de nossa pesquisa – e que, assim, igualmente nos instigou a discuti-lo – é revelada de forma breve a partir de Dejours (1999). De importância igualmente para uma apreensão mais detida acerca dos impactos das reestruturações e transformações produtivas sobre o indivíduo, focando-se nas psicopatologias desenvolvidas no trabalho, tem-se que sua breve análise sobre os movimentos da esquerda nos países desenvolvidos durante os fins dos anos de 1970 e início dos anos de 1980 se mostra singular na medida em que se detém em um ponto simples.

Segundo Dejours, o distanciamento acerca da discussão sobre o sofrimento psíquico ao qual os trabalhadores são expostos devido às novas organizações do trabalho é proveniente do próprio caráter dos movimentos de esquerda das potências econômicas à época, incluindo as organizações sindicais majoritárias. O autor explana que a análise da subjetividade dos trabalhadores – destacando-se o papel da psicanálise, por exemplo, que foi tida enquanto “ideologia reacionária” – incitava a práticas individualizantes e tolhia a ação coletiva, procedimentos contrários à bandeira dos movimentos em prol da união dos trabalhadores. Como expressa Dejours (1990, p.38), “tidas como antimaterialistas, tais preocupações com a saúde mental tolheriam a mobilidade coletiva e a consciência de classe, favorecendo um ‘egocentrismo pequeno-burguês’ de natureza essencialmente reacionária”. A presente reação dos movimentos fazia revelar, por evidência, a limitação na compreensão que o trabalho flexível, precário e sem garantias poderia ter sobre o indivíduo, ainda circunscrito teoricamente no prisma fisiológico e aos tipos de sofrimento que lhe cabem; enfim, a compreensão da saúde física e da capacidade material necessária como óticas principais, herança direta da percepção industrial sobre o tema. Como esclarece Dejours (1999, p.38):

[...] quando, de um lado e de outro, se descrevia o sofrimento psíquico, era no decorrer de um romance ou de um relato (Linhart, 1978), nunca num texto de análise política ou sindical. Somente a questão do sofrimento físico e as reivindicações relativas aos acidentes de trabalho, às doenças profissionais e, de modo geral, à saúde do *corpo*

foram assumidas pelas diversas organizações políticas. [...] Afora a saúde do corpo, as preocupações relativas à saúde mental, ao sofrimento psíquico no trabalho, ao medo da alienação, à crise do sentido do trabalho não só deixaram de ser analisadas e compreendidas, como também foram frequentemente rejeitadas e desqualificadas.

Uma das principais consequências desta limitação à análise crítica do sofrimento humano dentro da organização do trabalho (denominando-o Dejours de “sofrimento negado”) é o aparecimento progressivo de métodos desenvolvidos por administradores e gerentes que visavam o entendimento e o posterior controle dessa esfera da atividade produtiva, a subjetiva, tais como a “formação de gerentes por meio da dinâmica de grupo, da psicossociologia, de recursos audiovisuais” (DEJOURS, 1999, p.39). A limitação da compreensão dos sindicatos acerca dos vários âmbitos de formação do indivíduo enquanto trabalhador, bem como das formas diversas de exploração do mesmo, acabaram servindo como mote à uma apreensão desta esfera da subjetividade pela cultura da empresa, sendo conformada a partir de uma “modelagem” daquela segundo suas necessidades, que convergem às transformações produtivas mundiais. Assim, alargou-se drasticamente “o fosso entre a capacidade de iniciativa de gerentes e patrões de um lado, e a capacidade de resistência e de ação coletiva das organizações sindicais, de outro” (DEJOURS, 1999, p.39)

As consequências a esta negação sobre o contexto da atividade cognitiva enquanto campo de defesa de importância à classe trabalhadora, ao mesmo tempo que claras em seus impactos sobre os coletivos, mostram-se esperadas em sua base, a saber, a carência de perspectivas sobre o trabalho cognitivo (e o processo de exploração relativo) a partir de conjuntos herdeiros de uma composição “clássica” sobre o trabalho, a classe trabalhadora e as reivindicações trabalhistas como um todo.

Apesar de aparentar uma hipótese perigosa ao indicarmos a obscuridade deste tema como generalizada aos sindicatos e ao sindicalismo, convergimos à ideia de que a aparente repulsa por um tema complexo e delicado gerou consequências desastrosas ao próprio movimento sindical, pois não apenas demonstrou certa limitação em termos de políticas combativas ao neoliberalismo, tornando-se fraco frente às privatizações e flexibilizações no mercado de trabalho, como tornou os novos trabalhadores alheios ao conjunto dos sindicalistas devido à constante cooptação da subjetividade e ao espraiamento das ideias gerencialistas. Ademais, em termos da discussão sobre a seara da subjetividade, os sindicatos se encontram em posição estratégica quanto ao acesso facilitado ao corpo geral dos trabalhadores pelas políticas neoliberais, não sendo incomum o aparecimento e fortalecimento de sindicatos e centrais sindicais convergentes à racionalidade neoliberal que emergia no Brasil.

Neste íterim, não sendo cabível a este trabalho toda uma retrospectiva acerca do sindicalismo brasileiro em sua origem, exemplo sobre o qual buscaremos ilustrar a caracterização do sindicalismo na contemporaneidade (mas não de maneira a exaurir o objeto), deve-se ter em mente, entretanto, o caráter histórico do sindicalismo e a conversão do mesmo a manifestações que coadunam a um apoio ao neoliberalismo e à corrosão do próprio sentido concedido ao movimento sindical.

Por meio da análise de Trópia (2009), centrada na reflexão sobre o papel da Força Sindical – central surgida no início da década de 1990 com o intuito principal de contrapor a Central Única dos Trabalhadores, CUT, e propor ganhos reais aos trabalhadores filiados por meio do apoio às políticas governamentais, então marcadamente neoliberais –, mas perpassando pela história do sindicalismo no Brasil durante as décadas de 1980 e 1990, dois são os pontos que, ligados entre si, convergem à uma interpretação sobre o caráter dos sindicatos a partir da década de 1990 e ao seu papel de reduto à resistência da classe trabalhadora.

Como primeiro ponto, destacamos uma correspondência da noção de resiliência ao nível da organização sindical, ou melhor, uma adequação da perspectiva do que se afere enquanto resiliência aos parâmetros e ao papel da ação sindical, relacionada às próprias defesas agendadas pelo neoliberalismo e ao seu confronto contra o sindicato, o que a tornaria, nos termos de uma resiliência comumente entendível, um paradoxo, convergindo, assim, ao segundo ponto. Neste destaca-se a compreensão de um sindicato aos “moldes neoliberais” enquanto uma contradição em si. As peculiaridades do sindicalismo, assim, tornam-no diferenciado em termos de uma resistência-resiliência, inclusive sendo tal percebido na própria história da Força Sindical, como apontam Trópia (2009), Cardoso (2003) e Alves (2000a). Tornemo-nos claros.

Tomando a historicidade do movimento operário, mas limitando-nos, para os devidos fins, aos acontecimentos pertinentes à década de 1990, tem-se a emersão do ideário neoliberal a partir da vitória de Collor à presidência da república no Brasil e o prosseguimento a uma agenda característica, com a abertura comercial abrupta ao capital estrangeiro – que até então contava, em termos de uma reorganização produtiva em solo brasileiro, com o que Alves (2000a) denomina de “toyotismo restrito”, em termos gerais aquém da reestruturação produtiva das principais potências nos quesitos de custos, logística e flexibilidade da mão-de-obra, por exemplo, e mesclada com fatores ainda presos aos modelos produtivos fordistas-tayloristas –; reestruturação produtiva igualmente abrupta, que não contara com uma infraestrutura à altura das necessidades da concorrência internacional, ocasionando também aumento do desemprego; e redução dos gastos fiscais, impactando nas correções salariais dos servidores públicos, por



exemplo, para citar os mais claros. Neste novo cenário não apenas econômico, mas também político, Cardoso (2007) aponta alguns fatores que, em comparação à situação pretérita da década de 1980, indicariam uma redução das potencialidades reivindicatórias dos sindicatos:

- a) a passagem de um regime militar a um regime democrático, no qual se perderam cada vez mais as significações das práticas contestatórias características ao sindicalismo dos anos de 1980, inclusive por meio da participação dos partidos de esquerda nos processos formais de eleição. Segundo Cardoso (2007, p.39), a participação dos partidos de esquerda nas eleições, apesar de em muito contarem com o apoio sindical, acabou esvaziando o movimento enquanto válvula de contestação, “deslegitimando as demandas revolucionárias de parte dos líderes cutistas”. Assim, “para ser politicamente eficaz novamente, a CUT teria que mudar sua estratégia de ação para além da pura confrontação ao ‘sistema político ilegítimo’ [em referência ao regime militar]”. Desse ponto de vista, tem-se que a democratização da política reduziu a força dos movimentos sociais, à exceção do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) – que, não menos, também contaria com uma concorrente formação de coletivos em apoio às políticas neoliberais no âmbito rural, a Força Rural, braço no campo da Força Sindical (CARDOSO, 2007);
- b) a pulverização da força dos sindicatos por meio de sua constitucionalidade. Tal torna-se visível com o crescimento do número de sindicatos entre 1991 e 2001 (cerca de 40%) em comparação ao crescimento do emprego formal urbano (10,2%) (CARDOSO, 2007). Este enfraquecimento não se deu apenas diretamente na forma de descentralização da ação sindical, mas igualmente de forma indireta por meio da queda da arrecadação pelos sindicatos e centrais sindicais.
- c) em termos da conjuntura econômica, o autor aponta alguns fatores de importância. Estabelecem-se como fatores à derrocada do poder sindical a baixa inflacionária, que diminui a propensão (histórica) das reivindicações trabalhistas; e a queda do emprego formal, por conta da abertura comercial do país ao capital estrangeiro e das políticas de privatização de estatais. A partir desta, desenrolam-se o aumento do emprego informal, dadas as condições comerciais desfavoráveis do país e ao subterfúgio encontrado pelos trabalhadores expulsos da formalidade (passando pelo caso da terceirização); a queda da formalidade que, em si, reduz as bases estruturais históricas sobre as quais os sindicatos se desenvolveram; e a deficiência enfrentada pela CUT em termos de força e de financiamento por conta da privatização de

empresas estatais, que “erodiu as bases sociais de alguns dos sindicatos mais fortes do país”. Desta maneira, “as condições favoráveis [à ação coletiva] de alta inflação e baixo desemprego foram substituídas por baixa inflação com alto desemprego e informalização, introduzindo um componente de insegurança no trabalho, no emprego e na renda que reduz severamente a propensão dos trabalhadores à ação coletiva” (CARDOSO, 2007, p.43);

- d) Com o cenário contrabalanceado para o lado da classe trabalhadora, no qual se destacam o fim da inflação e a geração de um cenário de insegurança estrutural no emprego devido à reestruturação produtiva, vislumbra-se uma diminuição das possibilidades de “jogos de soma zero” entre empregadores e sindicatos, tornando a voz destes mais distante e fraca aos ouvidos daqueles.

Os dois pontos de reflexão acerca dos papéis adquiridos pelo sindicalismo a partir da década de 1990 se entrecruzam em termos de vislumbre sobre o posicionamento deste dentro do cenário político-econômico. Não raro, como demonstram autores que se detêm à análise sobre o sindicalismo brasileiro, começa a ser destacado no desenvolvimento dos movimentos sindicais da última década do século XX uma dinâmica de regressão dos grupos representantes da classe trabalhadora, tanto em termos de limitação de possibilidades quanto de mudanças políticas, ideológicas e metodológicas de enfrentamento ou de barganha. Este novo sindicalismo se tornou icônico, conforme já citado, pela central Força Sindical, bem detalhado por Cardoso (2007, p.66-67) nos pontos relativos aos objetivos principais e às contradições:

O apoio às políticas neoliberais tinha um duplo objetivo. De um lado, o intercâmbio com o sistema político em bases favoráveis, quer dizer, na esperança de que o governo, as elites políticas e as lideranças do capital recompensassem de alguma maneira a lealdade da FS [Força Sindical]. De fato, tudo indica que o próprio Ministério do Trabalho, ao longo de 1996 e 1997, orientou a FS na formulação das propostas de reforma trabalhista, concedendo-lhe a autoria de projetos do próprio governo e, com isso, fechando o círculo das lealdades recíprocas, uma maneira bastante comum e eficiente de premiação política. De outro lado, bombardear as bases sociais da CUT. [...] a estratégia da FS era instrumental do ponto de vista de seu reconhecimento e trânsito no coração do sistema político, mas não no que diz respeito à defesa dos interesses de seus representados.

Na presente situação, na qual a Força Sindical se mostrou apenas como uma das formações sindicais que se puseram como extensões das políticas microscópicas empresariais (ANTUNES, 1998; 1999), ou, como denomina Trópia (2009), um “sindicalismo de resultados”, “de metas” ou “de carimbo”, e Antunes (1998), a lembrar, um “sindicalismo de empresa”, sindicalismo-casa”, surgem os dois pontos de visualização dos sindicatos enquanto espaço de resistência da classe trabalhadora.

Fato se mostra a deflagração de um cenário pessimista a posicionamentos resistentes ou combativos contra as estruturas que ilustram o capital. Em um plano de globalização da racionalidade neoliberal e, com isso, de mundialização do trânsito de mercadorias, novos processos produtivos e mão-de-obra (que, conforme estudado anteriormente, em parte não mais necessita de sua materialidade presente no território que seja), por mais pessimista que possa parecer, os piquetes, realizados aos moldes da primeira Revolução Industrial, tornam-se fracos frente ao enorme exército “industrial” de reserva sempre presente; às maiores dependências dos trabalhadores em um meio de incerteza e aos laços presentes entre as empresas, o Estado e a polícia. Nestes termos, a resistência pura se torna ainda mais “claramente ausente”, revelando-se, da melhor forma possível, um amálgama. Seguindo a interpretação de Trópia (2009), a **resiliência se mostra, dada a posição dos sindicatos, como conciliação** pelo fato de **sindicalismo e neoliberalismo serem contraditórios**. Eis os dois pontos de destaque sobre o prisma da resistência sindical.

A interpretação de Trópia (2009) e de Alves (2000a), além das ricas conclusões realizadas por Cardoso (2007), contribuem ao nosso trabalho nos termos de um entendimento sobre o novo sindicalismo e seu papel de resistência, realizando, sobre estas visões, o nosso recorte a partir da perspectiva bioeconômica. A saber, a construção de condições mais propícias aos empregadores em termos de um maior “equilíbrio” na política – com o retorno da democracia – e um desequilíbrio econômico que dificultava o lado mais fraco da sociedade, acabam por esvaziar o sindicalismo brasileiro de força a partir das impossibilidades de ação que se tomam à frente e do surgimento e do ganho de forças adquiridas por outras centrais mais voltados à conciliação entre capital e trabalho. Assim, o surgimento de um **sindicalismo funcional** aos governos neoliberais, mas não um **sindicalismo neoliberal**.

A suposição da existência de um sindicalismo neoliberal, segundo Trópia (2009), mostra-se como uma contradição teórica, já que o movimento sindical busca evitar a individualização dos trabalhadores, encontrando no coletivo a real força para o contrapoder ao capital, e, ao buscar intervir de maneira coletiva nas decisões empregatícias e no aumento salarial, interfere na livre movimentação do mercado e do preço da força de trabalho. Deste ponto, tem-se que com a desfragmentação salientada das forças sindicais e o surgimento de centrais voltadas à manutenção do *status quo*, o movimento sindical como um todo se torna desacreditado. Importante salientar que, conforme indica Trópia (2009), as defesas realizadas pela Força Sindical aos governos neoliberais se mostram como um “tiro no pé”, pois ao favorecerem as políticas de flexibilização e precarização das principais categorias, a central sindical, bem como os sindicatos ligados a ela, perdem as fontes de arrecadação por meio da

corrosão do mercado de trabalho formal, base histórica sobre a qual se mantém o sindicalismo – como o caso das categorias dos professores, petroleiros, bancários e metalúrgicos.

Há, assim, uma “convergência política, e não identidade teórica ou doutrinária” (TRÓPIA, 2009, p.35). Em meio às defesas sobre uma maior efetividade das negociações por meio da individualização das demandas no trabalho, o que acaba por gerar maiores conformações da classe trabalhadora a um sentido de “empreendimento de si”, de seu “capital humano” – é dizer, de uma “judicialização” das demandas no trabalho, à concessão dos processos trabalhistas à dinâmica jurídica do Estado –; à derrocada do “sindicalismo clássico” e às dificuldades pelas quais os trabalhadores se veem inseridos na atualidade, acaba-se por se passar a não dotar de sentido algum a manutenção do movimento sindical, que parece não adquirir mais os frutos de sua dinâmica. Os impactos tornam-se maiores, como pode ser visto, quando se extingue a referência ao coletivo, como acontece no primeiro caso, coexistindo à situação de “juridificação das relações de classe” – ou seja, a difusão de regulações jurídicas ao âmbito das relações de classe, estabelecendo leis e responsabilidades a cada parte, empregados e empregadores – a de “judicialização das demandas no trabalho” – a apelação aos direitos e garantias pela via judiciária:

[...] a juridificação das relações de classe é algo muito diferente de sua politização. O Judiciário individualiza as demandas trabalhistas, mesmo quando impetradas por grupos de trabalhadores. A associação que nesse caso ocorre é em torno de um advogado que, por *expertise* profissional, domina os meios de acessos ao trâmite processual e, nesse sentido, é tecnicizada, liberta de qualquer veia política. Esse tipo de associação não constitui identidades coletivas, mas apenas um grupo efêmero que, tendo seus direitos conquistados ou perdidos, desfaz-se nas agruras do desemprego, da informalidade ou da atomização do mercado de trabalho. (CARDOSO, 2007, p.303)

Sob estes aspectos, a conclusão auferida<sup>60</sup> por Cardoso acerca da nova representatividade dos sindicatos constata que os mesmos adquirem uma importância menor por parte dos trabalhadores à própria inserção dos mesmos no mercado de trabalho formal. Destaca-se que os benefícios antes reconhecidamente adquiridos por meio da filiação sindical

---

<sup>60</sup> Apesar da indicação do autor acerca da aplicabilidade de suas conclusões, que devem ser tidas com cuidado por terem se limitado às amostras representativas de três cidades do Brasil (São Paulo, Rio de Janeiro e Recife) constitutivas de pesquisa da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sob o nome de “*People’ Security Survey*”, aplicado no país em 2001, as mesmas se mostram interessantes em si ao relatarem a existência da perda de credibilidade dos sindicatos em seu papel de asseguradores da estabilidade no trabalho (em termos de embate aos discursos que culminariam em desemprego ou em flexibilização do emprego). Sua função passa a se limitar enquanto reduto à possibilidade de aquisição de certas “regalias” que o mercado de trabalho de forma generalizada tende a extinguir por meio da precarização da formalidade. Deve-se entender: “possibilidade de aquisição” pela ligação entre os sindicatos e o espaço do mercado de trabalho formal, e não por meio de seu papel de crítica e embate aos empregadores – uma possibilidade de barganha muitas vezes desvantajosa aos trabalhadores de forma geral.

das categorias, da representatividade das centrais sindicais de esquerda e de seu papel de embate, passam a ser percebidos como já sendo minimamente auferidos com a inserção do trabalhador no mercado formal: a formalidade e seus frutos tornam-se exceção do que, em outros tempos, poderia ser considerado ordinário.

Além de apontar o desequilíbrio presente no mercado de trabalho contemporâneo, no qual apenas a formalidade apresenta ainda uma sensível característica de solidez no trabalho e de possibilidade de manutenção equilibrada da vida, aponta-se igualmente a defasagem dos sindicatos no engajamento e na luta política. Segundo Cardoso (2007, p.29, grifo nosso), os sindicatos não garantem mais direitos diferenciais, segurança ou estabilidade: “os sindicalizados têm, sim, tudo isso, mas em razão de que os sindicatos organizam trabalhadores do setor formal da economia. É a formalidade do vínculo que faz dos sindicalizados trabalhadores em melhores condições do que os demais, e não o fato da sindicalização per se”.

Apesar do quadro oferecer um cenário negativo sobre as composições sindicais atuais, Cardoso indica que os sindicatos relacionados a categorias singulares ainda demonstram força, principalmente ao se enquadrarem em ramos cada vez mais particulares do mercado de trabalho contemporâneo (com destaque àqueles pertinentes ao trabalho imaterial): “onde a competição no mercado de trabalho é menor, onde a qualificação diferencial no mercado de trabalho é menor, onde qualificação diferencial permite ao indivíduo maior poder de barganha, ou seja, nos estratos superiores de escolaridade, os sindicatos cresceram” (CARDOSO, 2007, p.244). Ademais, indica o autor, a existência de taxas médias de filiação se relacionam aos serviços que podem ser adquiridos por meio da filiação – e de maneira mais dificultosa pelas políticas públicas –, o que não exatamente está relacionado à “participação política, à constituição de solidariedade de classe ou à disposição para a ação coletiva (CARDOSO, 2007, p.246).

É a pertença ao setor formal, pois, que indica segurança de acesso a direitos muito mais do que a filiação. Seja como for, os trabalhadores em geral sentem-se bastante inseguros quanto ao seu futuro, em vários sentidos: não vêem perspectivas de promoção ou da melhora de vida via mudança de emprego, e não se vêem em boas condições na velhice. Ao que parece, a situação atual de insegurança quanto ao acesso à renda está contaminando o julgamento sobre o futuro, e isso independentemente de se o trabalhador é ou não filiado a sindicatos, ou se é do setor formal ou não. O sentimento de insegurança nesse pormenor, é generalizado. (CARDOSO, 2007, p.279)

Desta maneira, conforme prossegue o autor a caminho de suas considerações finais, a filiação sindical, postas as condições políticas e econômicas características de fins do século XX e de início do XXI, não mais aparenta deter o sentido de formação política, perdendo-se enquanto indicador de inclusão política. A perda do compartilhar de conhecimentos acerca das condições do mercado de trabalho, das formas de relação que se dão entre o capital e o trabalho

e das perdas gradativas enfrentadas pelos trabalhadores abrem espaço à (con)formação subjetiva voltada ao mercado; à gestão de atividades intra e extralaboral na forma de garantias de maior ganho monetário; à autonomia nas demandas laborais por meio da ferramenta judicial, mais eficiente e que melhor representa os intuítos e as opiniões individuais, uma alienação de si às necessidades do mercado.

Ao dispormos da análise de Alves (2000a) sobre as características adotadas pelos sindicatos do Brasil, representados pelas especificações do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC Paulista, o diálogo com os autores supracitados adquire maior robustez, sendo perceptível uma interpretação mais elaborada das relações entre as transformações do mundo do trabalho e os sindicatos, mais especificamente acerca do impacto na subjetividade realizada sobre e a partir dos movimentos sindicais

Segundo o autor, as principais marcas que destacam a “virada sindical” – consonância que fazemos à “virada neoliberal” presentes nas principais potências econômicas, indicada por Dardot e Laval (2016) –, percebida enquanto crise do sindicalismo, dão-se por meio da dimensão socioinstitucional, ligada à diminuição gradativa da base de sindicalizados; e da dimensão político-ideológica, caracterizada pela “integração plena dos sindicatos à lógica mercantil, com a práxis de luta sindical, em maior ou menor proporção, sendo limitada ao horizonte da mercadoria, procurando garantir tão-somente melhor preço da força de trabalho” (ALVES, 2000a, p.85). A perspectiva de Alves se mostra afim à análise dos autores anteriormente analisados por enquadrar as transformações ocasionadas no mercado de trabalho brasileiro como base à constituição de um “novo sindicalismo”, algo, afinal, que se mostrará como um ciclo, como fazemos referência a seguir.

Interessante e significativa ao nosso trabalho se mostra a percepção do autor no que diz respeito, afinal, aos sentidos que passam a ser concedidos aos sindicatos e à sua presença no mercado de trabalho brasileiro durante a década de 1990, marcas que se prolongam aos dias de hoje. Em consonância às reflexões de Cardoso, mais especificamente, mas seguindo mais próximo ao foco que desejamos conceder a esta seção, Alves propõe interpretações aos novos comportamentos adotados pelos sindicatos, é dizer, às novas noções concedidas à resistência sindical. Como bem destaca, “o cerne essencial da crise do sindicalismo é a sua incapacidade (ou limitação estrutural) de preservar o seu poder de resistência de classe à sanha da valorização, diante da nova ofensiva do capital na produção e do novo (e precário) mundo do trabalho” (ALVES, 2000a, p.85).

Como explana, as bases de uma resistência tipicamente sindical são seguidas, no passar da década de 1980 e ao virar da década 1990 e, podemos dizer, à atualidade, por um

enfraquecimento da oposição resistente dos conjuntos dos trabalhadores. Marcado, nos anos de 1980, por uma oposição resistente às estratégias do capital, principalmente àquelas baseadas na desfragmentação dos coletivos e na superexploração do trabalho, refere-se o autor ao caráter do sindicalismo dos anos de 1990 como sendo conseguintes a um “*continuum*, não linear, que vai da ‘resistência’ à ‘influência defensiva’”, caminhando, por fim, a um cariz propositivo, um “sindicalismo de cooperação conflitiva” (Jacomé Rodrigues), ou sindicalismo marcado pelo neocorporativismo e pela participação (Boito)” (ALVES, 2000a, p.313). Em outras palavras, como indica o autor, a busca da “concertação social”, pela qual se privilegia a influência propositiva.

Nos aspectos relativos à resistência, portanto, Alves de mostra muito claro ao delinear as várias faces do sindicalismo a partir de sua maior referência ao conflito, durante os anos de 1980, nos quais à resistência aos movimentos dos trabalhadores era indicado o caráter combativo – “clássico”, na distinção que buscamos traçar nesta seção. Em conformidade ao que buscamos traçar no início deste capítulo acerca das comuns distinções realizadas entre resistência e resiliência e nossa defesa acerca da defasagem de conceitos exclusivamente extremos e incompatíveis – na qual inserimos a ideia de “estratégias de resistência” e na qual fizemos emergir, visando maior clarividência de nossa defesa e da própria literatura que a esta corrobora, os termos “resistência-resiliência” e “resiliência-resistência, além da indicação dos dois extremos como sendo amálgamas em si –, acreditamos, por meio das indicações de Alves, que os sindicatos passam a se mostrar imersos nas complexidades das resistências contemporâneas. Destacando três estratégias sindicais diante do processo de reestruturação produtiva, a saber:

- a) “a resistência intrínseca à própria condição da prática sindical” (ALVES, 2000a, p. 327), é dizer, a forma de ser historicamente delineada dos sindicatos, contraposta às determinações do capital de exploração do trabalho. A resistência convergente a este sentido na contemporaneidade, entretanto, Alves denomina “resistência negativa” por conta do afastamento dos sindicatos contemporâneos aos ideais de intervenção no processo de reestruturação produtiva;
- b) a influência defensiva, nas palavras do autor uma “resistência positiva”, que negocia e promove uma “influência resistente” sobre a produção e os ganhos dos trabalhadores através das negociações coletivas, realizando conquistas importantes. Baseando-se nas tipologias das práticas sindicais diante da reestruturação produtiva, de Salerno (1993), Alves indica que a influência defensiva converge à postura destacada por Salerno como sendo de atuação sobre fatos consumados, realizada a

*posteriori*, após à ocorrência de mudanças na organização e estruturação do trabalho, e que visa “negociar para minimizar impactos” (ALVES, 2000a, p.321);

- c) a estratégia da influência propositiva, característica ao novo sindicalismo de cariz neocorporativista, que conduz “a uma rendição ideológica do trabalho no plano do controle da produção” (ALVES, 2000a, p.192);

Alves (2000a, p.333) indica que a corroboração aos ideais do capital, sobremaneira por meio da influência propositiva, é tendente a “desenvolver potenciais negativos no plano da subjetividade de classe, principalmente na constituição de uma consciência de classe necessária, vinculada a uma perspectiva contestadora do capital, na medida que possui, em seus desdobramentos, um conteúdo neocorporativo”. Apesar disso, demonstra, afinal, que o escopo desta forma de resistir (de forma ativa, e não passiva, como destacado abaixo) se encontra como forma – claramente paradoxal ao sentido concedido ao sindicalismo – de manutenção, no intuito de continuidade de sua existência, do sindicalismo:

Em síntese, para que os sindicatos possam se fortalecer no interior do novo complexo de reestruturação produtiva, eles precisariam adquirir considerável capacidade organizativa, implantando-se nos locais de trabalho, adotando o contrato coletivo de trabalho e, ao mesmo tempo, adotar uma nova visão de mundo política e ideológica (o que é fundamental, pois é esta nova prévia-ideação das práticas sindicais de participação com o capital que “cimentariam” a nova realidade da organização operária nos locais de trabalho – longe da ideia de um controle social da produção capitalista – e do contrato coletivo de trabalho articulado nacionalmente). Portanto, é imprescindível assumir uma postura sindical “propositiva” diante da reestruturação produtiva. Só assim eles poderiam sobreviver à crise geral do sindicalismo. Ou noutros termos, apenas os sindicatos que não resistirem, mas se adaptarem, de modo ativo (e não passivo), à nova lógica do capital – ou seja, os sindicatos que assumirem estratégia mais “propositiva” – sobreviverão à nova etapa do capitalismo mundial. (ALVES, 2000a, p.337-338, grifo nosso)

Apesar do destaque concedido a Leite (1997) acerca das potencialidades de fortalecimento dos sindicatos por meio de um diálogo propositivo com os empregadores rumo à corroboração às transformações do mundo do trabalho, Alves aponta que os novos posicionamentos dos sindicatos, levando em conta o caráter defensivo histórico da instituição sobre os trabalhadores, revela, afinal, a crise do sindicalismo. Um prosseguimento de teor neocorporativo visando, afinal, a continuidade da figura do sindicalismo.

Mas o desenvolvimento de um sindicalismo de participação, de cariz neocorporativo, é a expressão de uma crise do sindicalismo não apenas como processo político-ideológico, mas, sim, como *processo social objetivo, de ofensiva do capital na produção*, que conduz a uma crise do sindicalismo de classe. A profunda segmentação da vida sindical, a diminuição da base dos metalúrgicos do ABC, que estaria sendo acompanhada pelo adensamento das bases sociais (e corporativas) do sindicato, tenderia a levar o sindicato a incorporar, em sua prática, como condição de sua própria sobrevivência política, uma lógica neocorporativa de participação, subsumida à lógica do capital. Na verdade, ao negar-se a incorporar um “espírito generalizador” de classe,



o sindicalismo tende a manter-se, portanto, nos limites do sindicalismo, contribuindo e reforçando a profunda segmentação da vida sindical (e do mercado de trabalho), imposta pelo novo processo de reestruturação produtiva. (ALVES, 2000a, p.337-338, grifo nosso)

No sentido expresso pelas várias miríades do trabalho e de sua representação por ora feita, uma perspectiva reticular acerca dos vários fatores de intersecção no que se refere ao mundo do trabalho se mostrará sempre presente. No caso que agora tratamos, clara se mostra a concatenação não apenas reticular, mas espiralada – levando em conta a intensificação dos impactos da reestruturação produtiva e das novas organizações do trabalho sobre o trabalhador e as ideias que guiam e transformam seus ideais no meio social – entre os vários fatores pertinentes ao âmbito laboral. Uma concatenação (neoliberalismo [transformações no mundo do trabalho] → sindicalismo → mercado de trabalho → indivíduo), mais do que revelar uma influência de fatores “macroeconômicos” reticulares sobre estruturas cada vez mais atômicas, indica a manutenção igualmente reticular do *status quo* e de um controle sobre a sociedade e, mais especificamente, sobre os trabalhadores.

Desta forma, o caráter reticular das problemáticas da representatividade sindical se colocam na esfera interrelacional tanto nos sindicatos, como demonstra a história do desenvolvimento do sindicalismo no país, quanto na sociedade, neste caso, o espraiamento de ideais gerencialistas, impulsionadores da gestão de si. Tão importante quanto, ratificamos a visão sobre a inadequação da estrutura sindical indicada por Gaulejac (2007) – inadequação esta que, acreditamos, “ameniza-se” a passos lentos por conta dos quadros críticos cada vez mais claros de adoecimento no trabalho por vias psíquicas. Mesmo assim, ressalta o autor que os conflitos contemporâneos, travados e, digamos, transferidos à realidade visível a partir do âmbito subjetivo, encontram-se para além do entendimento e daquilo para o qual se conformaram e ainda se conformam os sindicatos. “Insegurança”, “sofrimento psíquico”, “esgotamento profissional”, “perturbações psicossomáticas”, “depressões nervosas”: todos estes quadros se mostram como (frutos de) conflitos, “conflitos diante dos quais os sindicatos ou os contrapoderes não estão munidos” (GAULEJAC, 2007, p.127). Como observa o autor,

Os dramas pessoais, as consequências subjetivas devem apagar-se diante das necessidades econômicas. Encontramos aqui uma contradição maior do gerenciamento. De um lado um discurso que valoriza os recursos humanos, celebra a consideração pelas pessoas e insiste sobre as implicações subjetivas dos trabalhadores para o bom funcionamento da empresa. Do outro, uma incapacidade de levar em conta essa subjetividade quando ela se exprime fora das figuras impostas pela empresa. Até os responsáveis sindicais, em todo caso muito próximos do mundo do trabalho, mas principalmente implicados nas batalhas e nas negociações para obter as medidas mais vantajosas possíveis, estão pouco à escuta desse sofrimento. Um líder sindical, admirado por todos por causa de sua combatividade e de sua inteligência, confessa sua surpresa diante do grau de sofrimento que se depreendia das conversas: “Eu não

imaginava que assalariados que haviam sido beneficiados com um plano tão bom possam dele sair traumatizados a este ponto”. (GAULEJAC, 2007, p.205)

Devemos relembrar, entretanto, que ambos os posicionamentos, o novo sindicalismo e o gerencialismo adotado individualmente, devem ser vistos, afinal, como estratégias de resistência-resiliência e resiliência-resistência, respectivamente: amálgamas, como tratamos até então. Provam-se enquanto meios de manutenção da vida dos indivíduos, ao mesmo tempo que se conformam ao funcionamento da racionalidade neoliberal e à promulgação da decomposição dos direitos e garantias laborais, fazendo de cada indivíduo uma empresa em si. Pontuaremos melhor este aspecto na seção final deste capítulo.

Dentro desse aspecto, interessante frisar, a partir do que se pôde ver à letra de Pontes, Cardoso e, sobremaneira, de Alves, que as formas de sustentação dos sindicatos, ou melhor, que as estratégias adotadas pelos **conjuntos**, em meio às várias transformações das estruturas produtivas e do próprio trabalho, parecem refletir as estratégias adotadas **individualmente**. Conforme veremos na última seção deste capítulo, mas também aos poucos nas linhas que seguem, as estratégias de resistência, por meio da ótica da subjetividade, servirão sobretudo a manutenção dos indivíduos, à proposição da realidade laboral como momento passível de ser contornado por estratégias várias de significação do trabalho e de manutenção subjetiva de si. Possibilidades que se embasavam principalmente por meio da existência dos coletivos, que amparavam o trabalhador e podiam ressignificar a atividade laboral, tornando-o suportável; mas que aos poucos, com a degradação dos mesmos, passa a dotar as estratégias de resistência de cunho mais individual.

Esta ótica deverá se mostrar sempre presente ao serem elencadas as estratégias pertinentes ao campo do trabalho. O que nos importa, todavia, é demonstrar a posição na qual se encontra inserida a subjetividade frente ao cenário do capitalismo cognitivo e, mais especificamente, da acumulação bioeconômica, ou seja, o controle e a determinação da subjetividade enquanto cerne de valorização das mercadorias e de manutenção de condições econômicas propícias a tal.

### ***7.1.2 Estratégias II: jornada de trabalho***

Estabelecendo-se enquanto pauta do sindicalismo desde tempos pretéritos, a discussão sobre a jornada de trabalho e a defesa sobre sua redução em muito adquiriu a característica de constante reivindicação a ser defendido pelos trabalhadores, corroborando à manutenção de uma luta dos mesmos por melhores condições de trabalho, ao mesmo tempo em que se

vislumbrava por esta via uma saída ao aumento do desemprego por meio do particionamento da jornada laboral entre a mão-de-obra já estabelecida e uma força de trabalho a vir em complemento à primeira.

Sob um primeiro olhar, podemos entender as lutas pela redução da jornada de trabalho enquanto estratégia de resistência a partir de dois eixos correlacionados: o primeiro, mais claro, enquanto afastamento de uma espacialidade e temporalidade que remete ao controle laboral, à alienação de si. Assim, uma forma de resistir às determinações heterodirigidas próprias à acumulação bioeconômica seria minimizar a relevância deste momento na cotidianidade do indivíduo. O segundo, consequência do primeiro ponto, mas podendo ser visto enquanto caminho de importância em si, a expansão do tempo de “dedicação para si”, relacionada à espacialidade e à temporalidade que não mais remete ao trabalho; tido, de forma generalizada, como tempo de lazer ou de cuidado de si. Conforme expomos até então, porém, tem-se que o clássico tempo de não-trabalho se torna objeto de colonização da atividade e da acumulação capitalista, sendo de vital importância para a manutenção não apenas da produção de mercadorias, mas também de um mercado consumidor, principalmente por meio do consumo das mercadorias que compõem a “cesta de lazer” dos indivíduos. Deixa-se de lado, desta forma, a divisão formalizada durante a sociedade salarial entre os tempos dedicados à produção e à reprodução, caminhando a uma porosidade dos tempos e espaços de vida do indivíduo. Como explica e nomeia Foucault (2002, p.122), há uma emersão nítida de “instituições de sequestro”:

Que o tempo da vida se torne tempo de trabalho, que o tempo de trabalho se torne força de trabalho, que a força de trabalho se torne força produtiva; tudo isto é possível pelo jogo de uma série de instituições que esquematicamente, globalmente, as define como instituições do sequestro. Parece-me que, quando interrogamos de perto estas instituições de sequestro encontramos sempre, qualquer que seja seu ponto de inserção, seu ponto de aplicação particular, um tipo de invólucro geral, um grande mecanismo de transformação: como fazer do tempo e do corpo dos homens, da vida dos homens, algo que seja força produtiva. É este conjunto de mecanismo que é assegurado pelo sequestro.

Baseando-nos na pesquisa de Dias (2016, p.12) e em seu enfoque sobre o entendimento e os cuidados específicos dos psicólogos profissionais (mais especificamente da cidade de Fortaleza) sobre a temporalidade na qual se dividem entre o tempo-espaço de trabalho e de não trabalho, percebe-se à letra da autora as peculiaridades pertinentes a uma categoria vinculada ao setor de serviços, na qual o tempo de trabalho se estende em si por meio de mais trabalho e através de atividades voltados à formação profissional, como “realização de supervisão, formação continuada, participação em congressos científicos [...] sendo sua jornada, assim, revestida de características especiais”. Junta-se a este fator a defesa por uma prestação de serviços de qualidade destes profissionais, que devem se debruçar e dedicar parcelas

significantes de tempo a problemas coletivos e de importância à manutenção da organização social em instituições e comunidades ou a compreensões particulares pela via do atendimento clínico. Ademais, relata a autora que a demanda da categoria acerca da redução da jornada laboral, inclusive suportada pelo Conselho Federal de Psicologia, se dá por conta da necessidade que os profissionais demonstram em incrementar sua renda por meio de trabalhos complementares à atividade principal.

Apesar deste olhar mais detido ao mundo do trabalho, tem-se que a organização do trabalho da categoria em muito se coaduna a uma observação das condições econômicas como um todo: globalização; maior concorrência; flexibilização das leis em defesa do trabalhador, atingindo desde sua jornada até seus rendimentos; degradação das manifestações coletivas e deterioração da força historicamente construída pelo movimento sindical, ocasionando uma fratura nas relações de trabalho e uma individualização das demandas trabalhistas; demanda e exigências impostas pelo mercado de trabalho e constantemente reforçadas pelo próprio trabalhador. Conquanto não se estabelece como objetivo por Dias (2016) uma generalização de suas conclusões a partir de sua aproximação ao campo de pesquisa particular, tem-se que em muito podemos supor as características pertinentes à sua reflexão como sendo solo comum a grande parte dos trabalhadores. Como mesmo esclarece, indicando, ademais, a motivação por trás da redução da jornada de trabalho:

As baixas remunerações e os frágeis vínculos laborais são questões que atingem a grande massa trabalhadora nessa época do capitalismo flexível. Chama a atenção, contudo, que a luta se realiza no sentido de manter tais condições de precariedade e busquem, na redução do tempo de trabalho, uma forma de amenizar tais problemáticas. (DIAS, 2016, p.87)

O quadro econômico no qual se encontram não apenas os psicólogos, mas as demais categorias, inseridas na formalidade ou não, principalmente do setor de serviços, como exemplifica Dias (2016) através das categorias dos enfermeiros e dos assistentes sociais, corrobora, considerando a reflexão da autora, a uma situação evidente de estratégias de resistência frente a situações de perigo à manutenção de si – neste caso, o ganho aquém do necessário e a salvaguarda do próprio profissional, cuja demanda por trabalho acaba por ultrapassar a formalidade contratual (caso do profissional institucionalizado) ou os intuítos pessoais com a ação profissional individual (no caso de profissional liberal).

Apesar de se mostrar inicialmente sob o prisma de defesa do trabalhador por convergir a uma situação de bem-estar para o lado deste, a saber, a diminuição da jornada de trabalho a uma categoria em específico, uma particularidade, assim, às leis trabalhistas por meio de peculiaridades concernentes aos trabalhadores, Dias (2016), tanto por meio da literatura

especializada sobre o âmbito do trabalho e da temporalidade quanto no próprio discurso dos psicólogos entrevistados, demonstra os lados da necessidade e da precarização do trabalho aos quais a redução da jornada laboral converge e faz solidificar na realidade laboral do mercado como um todo. Aponta-se que os discursos dos psicólogos entrevistados, quando questionados sobre como reorganizariam seus afazeres dada uma aprovação do projeto de redução da jornada de trabalho à categoria, pautavam-se na busca de comprometimento dos profissionais com atividades ainda relacionadas aos seus respectivos postos de trabalho ou a processos de formação que poderiam torna-los aptos, por exemplo, a alcançar uma situação mais estável por meio de um emprego público. A necessidade da busca por melhores condições, seja por meio do sobre-trabalho ou do aperfeiçoamento de si, mostra-se como lugar comum a estes profissionais e enquanto medidas óbvias (para os próprios profissionais entrevistados) a serem adotadas pelos mesmos frente às dificuldades, como bem deixam transpassar em suas falas ao serem indagados pela pesquisadora sobre o fato de escolherem trabalhar ainda mais caso houvesse a redução de suas jornadas enquanto psicólogos.

Paralelo à percepção presente na seção anterior, na qual se pôde visualizar que a noção de resiliência, no âmbito do sindicalismo, deve ser vista enquanto **conciliação**, e que a resistência cada vez mais passa a se limitar à situação de “negociação progressivamente defensiva” (TRÓPIA, 2009, p.109), a resistência percebida sob a bandeira da redução da jornada de trabalho se mostra, em verdade, enquanto resiliência, enquanto **adaptação** às transformações no mercado de trabalho e à precarização sofrida através da perda de direitos e garantias – sustenta-se, assim, a noção que desenvolvemos acerca da mescla resistência-resiliência –, mais especificamente uma adaptação calcada nas **necessidades** dos trabalhadores em meio às inseguranças no mercado de trabalho contemporâneo. Dias (2016, p.61) esclarece sobre o posicionamento dos representantes da categoria acerca da demanda pela redução da jornada, demanda esta engatilhada pela vitória da categoria dos assistentes sociais na regulamentação de sua jornada em trinta horas semanais<sup>61</sup>:

O PL 3338/2008 [que requisitava a redução da jornada dos psicólogos em 24 horas semanais] apresentava em sua justificativa o argumento dos baixos salários dos

---

<sup>61</sup> Segundo Dias (2016), apesar de desde o início da década de 1990 ser discutida a jornada dos trabalhadores do âmbito da saúde em geral, a discussão sobre a redução da jornada de trabalho dos psicólogos, em específico, fora colocada em pauta no Senado Federal por meio da Projeto de Lei 3.338/2008. Publicado em 2008 pelo deputado federal Felipe Bounier, no qual se estabelecia o limite de vinte e quatro horas semanais para a categoria, a desarticulação com a categoria dos psicólogos se mostrou um empecilho ao fortalecimento da demanda. Apenas em 2010, com a vitória da demanda dos assistentes sociais é que, em 2011, a categoria construirá igualmente um projeto que também visaria a limitar a jornada da categoria em trinta horas semanais, sendo, apesar disso, vetado. Em 2015, através do mesmo deputado, é que se retorna à demanda da categoria de trinta horas semanais, por meio do Projeto de Lei 769/2015.

profissionais da psicologia, que os forçava a possuir mais de um emprego para compensar esses baixos salários. Além dessa justificativa, entidades da psicologia como o CFP [Conselho Federal de Psicologia], a FENAPSI [Federação Nacional dos Psicólogos] e os sindicatos expressam a importância da diminuição da jornada, pois encaram que esta irá auxiliar na melhoria das condições de trabalho e, por consequência na melhoria dos serviços prestados, bem como justificam a importância dessa redução, haja vista que os psicólogos necessitam de tempo para realizar formações na sua área de trabalho. Vale pontuar que esses argumentos não se restringem unicamente à profissão do psicólogo, pois sabemos que a formação permanente e os baixos salários se configuram como demandas expressas pelas políticas neoliberais de mercado, as quais impõem a desregulamentação da legislação trabalhista e a responsabilização da classe trabalhadora com relação à sua inserção e permanência no mercado laboral.

As transformações ocasionadas pela racionalidade neoliberal e as novas políticas econômicas que compõem uma agenda característica, desta forma, parecem colocar a flexibilização e o trabalho precarizado enquanto situações normalizadas no cenário econômico atual, restando aos trabalhadores o enquadramento de si às novas situações laborais: políticas públicas deficientes; aumento da concorrência no mercado de trabalho; degradação real dos salários; necessidade de incrementos ao tempo voltado ao trabalho (por meio de horas-extras ou de criação de múltiplos vínculos de trabalho) visando o aumento da renda. Estes fatores aparecem como sendo naturais, “como se não pudessem ser transformados coletivamente, cabendo ao profissional trabalhar mais para garantir uma vida digna” (DIAS, 2016, p.82). As mais intensas demandas do mercado de trabalho acabam por tornar o trabalho mais pesado, seja no nível de mais vínculos empregatícios necessários à manutenção de um suporte mínimo à sobrevivência, seja no nível do “empresariamento de si” por meio de atividades extra-laborais que têm como intuito a manutenção de um *know-how* competitivo no mercado. Resta nestes aspectos, seguindo Dias (2016, p.37, grifo nosso), baseando-se em Sennett (2011), o retorno à questão da resistência-resiliência, mas em expressões mais íntimas às transformações do trabalho:

A flexibilidade se constitui como marca fundamental do tempo social contemporâneo. Diversos entendimentos sobre o conceito de flexibilidade podem ser apontados, mas, de maneira geral, ela pode ser entendida como capacidade de mudança, de adaptar-se às circunstâncias variáveis sem ser quebrado por elas.

Nas falas dos profissionais entrevistados pela pesquisadora ficam claras a desvinculação dos mesmos perante os pares da categoria e as reivindicações buscadas por meio dos projetos de redução da jornada de trabalho, por vezes desconhecidos pelos próprios psicólogos ou não entendidos em sua integralidade. Uma desvinculação necessária, pois depreende-se que o trabalhador é o único sujeito responsável por si e que apenas ele compreende e deve gerir suas necessidades e anseios.

Dias (2016) indica que as opiniões dos psicólogos em muito apontam, apesar de algum desconhecimento sobre o trâmite dos processos relacionados ou da movimentação realizada pela categoria sobre o assunto, a uma discordância quanto à redução, principalmente devido à variedade de atividades empreendidas pelos psicólogos – relacionadas à diversidade de áreas que o profissional pode se inserir – e ao receio quanto à intensificação e às perdas que os mesmos podem sofrer no espaço institucionalizado de trabalho, experiência já percebida por alguns psicólogos ao visualizarem as mudanças sofridas pelos assistentes sociais. Há de ser lembrado, nas especificidades da profissão, que a jornada formal de trabalho poderá sofrer variações, mas que restará ao profissional adequá-la às demandas externas, institucionais ou privadas, sendo passível neste contexto a reflexão sobre a maior intensificação do trabalho e a manutenção de situações de vulnerabilidade e precarização laboral.

Esta divergência entre os trabalhadores que compõem o mesmo coletivo, tendo por base as necessidades e, no caso específico à categoria, a variedade da atividade profissional, ademais das imposições do mercado de trabalho, torna não apenas degradada em força o coletivo como promove a descaracterização do indivíduo enquanto parte pertencente a este. Como aponta Dias (2016, p.76),

A fragmentação engendrada pelas políticas neoliberais atingiu violentamente essa identificação, e a resistência coletiva foi perdendo, gradativamente, sua força. A fragmentação da categoria dos psicólogos, assim, os distancia de uma verdadeira luta coletiva, afastamento potencializado pelas novas tecnologias e pelas transformações impostas pelas políticas neoliberais, que fragmentam e individualizam os trabalhadores.

Considerando o rumo pelo qual caminham as decisões dos sujeitos, as transformações dos coletivos e as condições do mercado de trabalho, torna-se clara a situação de receio generalizado na qual são expostos os profissionais, sobretudo aqueles regidos sob um contrato flexível ou temporário ou aqueles “independentes”. Dadas as condições que ilustram o cenário de fundo à discussão sobre o trabalho e as vitórias propostas pelos coletivos, tem-se que possíveis alternativas a uma vivência no trabalho mais favorável ao maior “cuidado de si” do indivíduo e ao desenvolvimento do “fora”, como exposto anteriormente por Lazzarato (2006a), convergindo a uma vivência harmoniosa entre os diversos âmbitos da realidade social, em verdade culminam em uma degradação das condições de coexistência com o trabalho, dotando-o crescentemente de um cariz exploratório e atingindo sobremaneira as demais esferas da vivência humana. Este fator, os impactos às demais esferas da vivência, proveniente da maior flexibilidade causada pela globalização da força de trabalho – expondo, assim, a fragilidade dos trabalhadores às demandas das empresas –, torna-se claro nas promoções de uma vida no

trabalho encontradas na atualidade – promoções estas que igualmente são vistas como formas de resistir à volubilidade do mercado, mas que, da mesma forma que pôde ser vista nos fatores mais comuns de manifestação de resistência no âmbito laboral, integram as maneiras de cooptação da multiplicidade da subjetividade, de sua correspondente plasticidade e das peculiaridades infinitas encontradas em cada nação, em cada conjunto de normas, em cada tecido social.

Resgatando a contribuição de Torres (2010a) realizada anteriormente, por fim, deve se ter em mente que o neoliberalismo, a racionalidade neoliberal ou, notadamente, a acumulação bioeconômica, não deve ser visualizada como a força mór e primeira que captura, em várias instâncias, as particularidades do sujeito e da subjetividade, ou melhor, que *per se* demonstra uma alta plasticidade em uma conquista integral da realidade individual ou coletiva. Deve ser lembrado que o tecido social, a complexidade social, a multiplicidade e o “enredamento” da subjetividade, a própria rede na qual se insere um único sujeito, preexiste à colonização por parte da racionalidade neoliberal ou à cooptação de uma acumulação bioeconômica e que esta cooptação, conforme destacado até então, desenvolveu-se historicamente, transformando cada ramo destas redes. Estando próximos a uma conclusão acerca das formas de resistência em meio a uma dita acumulação bioeconômica, lembrarmo-nos de que o *bios* e sua complexidade antecipam a lógica neoliberal e que o controle que se faz dele poderá se mostrar como a base para se discutir novos meios de resistir. Pensamento simples e quase evidente, mas não menos importante.

### **7.1.3 Estratégias III: possibilidades de autogestão?**

Enquanto estratégias de resistência que em si denotam um enfrentamento perante as dificuldades e perdas impostas pelas políticas neoliberais contemporâneas – “dificuldades e perdas flexíveis”, ou seja, que se imiscuem nos espaços de solidificação de alguma estabilidade visando tornar toda e qualquer localidade, atividade e todo desejo factíveis à manutenção do capital –, vemo-nos direcionados igualmente às estratégias a nível microscópico, em muito tidas como possibilidades individuais de resistência a momentos de crise e à obtenção de reais possibilidades de ganhos, liberdade e prazer – fatores que se cruzam e se influenciam.

Nesse sentido, colocar-se à deriva no ou à disponibilidade do mercado, empreender ou adquirir alguma autonomia por meio da passagem do trabalho formalmente alocado no espaço da empresa para o espaço do lar igualmente adquirem o tom de matizes do âmbito da resistência. Uma **possibilidade**, enfim, de “autogestão das alternativas do próprio indivíduo”; uma



redundância ou uma obviedade “**tornada** possível” pela maior flexibilidade adquirida pelo mercado e pela maior fluidez demonstrada pelos variados processos produtivos, proporcionada pelo avanço das tecnologias de informação e comunicação e pela “atmosferação das informações” (interpretação que fazemos quanto ao acesso e à criação de informação, tão abundante e à ponta dos dedos quanto o ar).

Como se pôde visualizar nas seções anteriores e segundo as quais se poderão perceber as presentes estratégias igualmente enquanto estratégias de resistência-resiliência, as presentes abordagens sobre o trabalho, enquadrando-se como meios de escapatória a condições degradantes ou insatisfatórias ao desejo pessoal, colocam-se como reduto equivalente de colonização reticular da abordagem neoliberal ou economicista sobre a multiplicidade das possibilidades e da subjetividade. Desde colocar-se enquanto “trabalhador ultraflexível”, sob regime de contrato de zero horas, como aponta Sahuquillo (2015), em matéria para o jornal *El Pais*, a inserir-se no ramo do empreendedorismo, estas formas de escapar do controle ou exploração não se mostram mais do que diferentes maneiras de cooptar a multiplicidade, de flexibilizar e precarizar o trabalho e a relação deste com o indivíduo.

Acerca do âmbito no qual passamos a nos inserir, apesar de possuir diversas matizes das quais algumas ainda corroboram à análise sobre o mercado de trabalho formal, fato se mostra que as tentativas de “libertação” do controle do trabalho, as situações de deriva e as “possibilidades de guiar o próprio caminho” passam, mantêm-se por bastante tempo ou são fundadas na/pela informalidade. Sob perspectivas diversas visto como **saída** (a momentos de crise econômica, principalmente vinculada ao desemprego conjuntural ou estrutural), como um “**resistir**”; e tão logo como uma **ameaça** (a propostas de reestruturação produtiva, denotando o trabalho informal de uma aura negativa), hoje se tem que a informalidade aparece como **opção** (de necessidade ou de fuga da subjugação). Indicamos “necessidade” ou “subjugação” por meio dos fatores destacados na seção anterior: a necessidade de complementação da renda, dada a degradação do próprio mercado formal em termos de ganhos reais, e a subjugação pela forma de inserção de grande parte dos trabalhadores enquanto indivíduos submetidos à organização do trabalho, sujeitos à prescrição do trabalho e a planificações vindas “de cima”.

Sobre este assunto, Pontes (2007) nos fornece entendimento acerca das características adquiridas pelo mercado de trabalho informal, bem como as diversas formas de inserção e os “sujeitos” encontrados nesta esfera. Inicialmente, quanto a suas ilustrações, afirma a autora que, apesar das conotações negativas normalmente concedidas ao mercado informal,

[...] o trabalho informal pode ser apontado pela sua positividade, ou seja, como uma forma de resistência dos agentes econômicos em face das ações regulacionistas do

Estado. Nessa vertente, o setor informal é visto como possível solução diante da crise econômica e do excesso de interferência estatal na economia. Ressalta-se que essa é uma óptica neoliberal. (PONTES, 2007, p.19-20)

É interessante atentar para a noção de que o trabalho informal pode se caracterizar como possibilidade de sobrevivência para alguns trabalhadores, ante a realidade de um crescente quadro de desemprego estrutural; para outros, como já citado, como uma complementação de renda, e ainda, para outra parcela, a chance de conseguir melhores condições financeiras em relação à atual média salarial ofertada pelo mercado. (PONTES, 2007, p.23)

Segundo vimos em outras seções e como sugerido no início desta, a conformação do espaço da informalidade sob a ótica neoliberal se dá a partir das potencialidades vislumbradas, compreendendo uma autogestão do trabalhador que vai desde a organização de sua temporalidade à manutenção do nível de renda visto como necessário. As ideias de independência, liberdade e, enfim, oportunidade de se autogerir tornam a caracterizar a informalidade como espaço de obstinação frente ao desmonte do mercado formal e às suas dificuldades.

É nessa seara que buscamos integrar as formas comumente tidas como “saídas” ou “propostas contemporâneas” à sobrevivência no mundo do trabalho, como a deriva de si no mercado, por meio, por exemplo, de trabalhos sazonais, temporários e “ultraflexíveis”, e do empreendedorismo ou da vinculação indivíduo-trabalho-empresa por meio do *home office*, método desenvolvido a partir da busca por menores custos por parte dos empreendimentos (sobretudo os voltados ao setor de serviços) e do desenvolvimento das tecnologias de comunicação e informação. Tem-se que a acumulação bioeconômica se torna claramente presente nas respectivas estratégias, principalmente ao ser desvinculada a estas formas de trabalho a materialidade da produção e do produto, ao serem destacados os processos cognitivos e as características comportamentais; nada mais do que um desenvolvimento do capitalismo à flexibilidade na qual se insere o mercado de trabalho, a realidade dos indivíduos e suas potencialidades.

Pontes (2007) torna factível a conjunção destas estratégias individuais dentro do mercado informal de trabalho ao indicar, por meio de Alves (2005), as principais divisões dos tipos de trabalhadores a partir de características como, segundo nossa interpretação, motivação, estabilidade do contexto laboral do indivíduo como um todo (se o trabalho informal se estabelece como base de seus rendimentos ou não) e reconhecimento, por exemplo. Dentre os tipos de relação com a informalidade, a autora cita os “trabalhadores informais tradicionais” (têm a sua força de trabalho como principal fonte de renda e adotam, por vezes, a força de trabalho de componentes familiares), que se dividem em “estáveis” (com algum reconhecimento profissional específico, assim, trabalhadores inseridos em atividades bem

definidas) e “instáveis ou ocasionais” (dependentes do ciclo econômico, inserindo-se no setor informal tanto por conta dos obstáculos que o tornam desnecessário ou incapaz ao setor formal quanto pela complementação da renda – e nesse caso se inserem os “bicos”); “trabalhadores assalariados sem registro”, “trabalhadores autônomos ou por conta própria” e “pequenos proprietários informais” – “pequeno[s] proprietário[s] que mantém certo número de funcionários assalariados, porém sem carteira assinada” (PONTES, 2007, p.21).

Dessa maneira, as possibilidades distantes ao mercado formal se mostram inúmeras, mas tendo por sua base de constituição a insegurança, os riscos, a maior responsabilização cabida ao indivíduo e a temporalidade, principalmente no que se refere à entrada de rendimentos provenientes do trabalho: enquanto que naquele as entradas dos rendimentos do trabalho são contratualmente estabelecidos, no caso do mercado informal o dia-a-dia do trabalhador torna-se de grande importância à sobrevivência, sendo necessária uma equitativa ou crescente dedicação à atividade visando ganhos equivalentes ou superiores ao mercado formal. Os impactos desta temporalidade diferenciada se mostram claros sobre as considerações que o trabalhador poderá ter sobre si mesmo.

Tratando dessas estratégias individuais à busca por liberdade ou autossatisfação, temos que o caso, hoje, mais clássico, a saber, o empreendedorismo e o espírito “empreendedorístico”, que busca ser adotado principalmente em tempos de crise econômica e de degradação do mercado como um todo (no qual os trabalhos formais apresentam a desvantagem da subjugação e os trabalhos informais a insegurança), como por demais examinado em capítulos anteriores, principalmente à letra de Gaulejac (2007), deverá ser apenas pontuado para os devidos fins.

Sobre esse fator, claro se mostra o papel influenciador sobre a classe trabalhadora no que se diz respeito às mudanças de ideais acerca do mercado formal, às capacidades de enriquecimento do indivíduo e, principalmente, ao papel do Estado: ao se colocar enquanto pequeno empreendedor, aqueles direitos conquistados pelos trabalhadores se tornam um empecilho ao caminhar autônomo; e a existência do Estado enquanto possível reduto de manutenção destes direitos, principalmente no âmbito judiciário, adota igualmente um caráter de obstáculo: antes dependência das instâncias do Estado, agora liberdade econômica para um melhor empreender. Alves (2011a, p.104) bem resume os principais aspectos do empreendedorismo:

Diante da lógica da produção enxuta, intrínseca ao espírito do toyotismo, surge a cultura da empregabilidade e do empreendedorismo. A homens e mulheres desempregados exige-se que se tornem “empresários de si próprios”. É quase que um elixir dos novos tempos para a crise do mercado de trabalho capitalista. Valoriza-se o *homo economicus* que empreende, ocultando-se, é claro, que o mercado não é para

todos. O discurso do empreendedorismo, que possui inscrito em si a lógica de darwinismo social, é um elemento-chave da pletora de valores-fetiche, expectativas e utopias de mercado. [...] a ideologia do autoempreendedorismo é a solução fictícia à crise estrutural do mercado de trabalho capitalista. Nesta ótica ideológica, cada um deverá se sentir responsável por sua saúde, por sua mobilidade, por sua adaptação aos horários variáveis, pela atualização de seus conhecimentos

Em continuidade, no ambiente da vulnerabilidade, indicamos a existência dos trabalhadores “ultraflexíveis”, trabalhadores “formalmente flexíveis” e enormemente sujeitos à informalidade, dada a frágil ligação entre este conjunto de trabalhadores e as empresas.

Segundo Sahuquillo (2015), os “contratos de zero horas” emergiram no Reino Unido, a partir da crise financeira de 2008, como “uma modalidade na qual o empregador não garante ao trabalhador um mínimo de horas de carga por mês e, portanto, tampouco um salário mínimo”, fazendo-o necessário ao processo produtivo apenas quando há a demanda pela empresa. Diferentemente de um trabalho sazonal, entretanto, o contrato de zero horas impõe ao trabalhador, apesar da inconstância do emprego da mão-de-obra, certa “exclusividade”: os trabalhadores sob este regime “precisam estar disponíveis 24 horas por dia, todos os dias da semana e, na maioria dos casos, têm uma cláusula que os impede de ter outro emprego. Além disso, muitos não sabem que horário terão de trabalhar e quanto vão ganhar” (SAHUQUILLO, 2015).

Apesar de algumas pontuações favoráveis aos contratos de zero horas, principalmente proveniente dos mais jovens, que conciliam estudos com trabalho, e daqueles que desejam uma complementação de renda através de trabalhos em meio período, por exemplo, fato é que a “rígida flexibilidade” deste tipo de contrato impõe esquemas contraditórios de subjugação do trabalhador perante a demanda das empresas, inserindo-o formalmente em uma situação de grande vulnerabilidade e de dependência a um trabalho com poucas garantias. As contradições e a perversidade quanto ao tratamento concedido ao trabalhador e à sua busca por estabilidade ou mínima manutenção de condições de vida se tornam claras em entrevista realizada pelo jornal *El Pais* com uma trabalhadora vinculada ao presente regime de trabalho, senão vejamos:

“Contando com o dia de hoje, já são três dias sem notícias. Não recebi nenhuma mensagem, nenhuma chamada. Nada”, murmura. Seu semblante forte se evapora quando fala do temor de que a empresa a tenha dispensado. “Com esses contratos, eles nem precisam te despedir. Basta não te chamarem mais para trabalhar”, afirma. E se não há trabalho, não há salário. E também não há acesso ao seguro-desemprego nem outros subsídios. “Tampouco posso deixar esse emprego e procurar outro. Se fizesse isso, sairia do sistema de seguro-desemprego durante seis meses. É assim que eles nos tratam. É como uma escravidão em pleno século XXI”. (SAHUQUILLO, 2015)

Sobre a mesma discussão e consideração acerca desse tipo de vínculo, o jornal *The Irish Times* expõe que muitas empresas na Irlanda igualmente se utilizam dos contratos de zero horas

e aproveitam a vulnerabilidade para abusar dos trabalhadores, tratando-os como aos “antigos trabalhadores da construção civil do século XVIII na Inglaterra”<sup>62</sup> (TAYLOR, 2015, tradução nossa).

Apesar da ainda baixa parcela de trabalhadores sujeitos a contratos de zero horas – segundos os jornais mencionados, cerca de 2,3% da força de trabalho britânica em 2015 –, revela-se por meio deste novo regime de trabalho alguns impactos a serem gerados sobre os trabalhadores no que diz respeito à vulnerabilidade à qual estarão sujeitos, com baixas rendas e impossibilidades de quebra de vínculo, como visto na entrevista exposta. A preferência por este tipo de trabalho concebida pelos mais jovens e pelas mulheres, por exemplo, poderá revelar a justa busca por liberdade, tendo o trabalho, para estes casos, apenas o papel de provedor de uma renda mínima necessária aos estudos e/ou ao cuidado do lar – e sendo tão flexíveis podem ser conciliados com estes objetivos principais.

Sob o preceito de maior flexibilidade visando a concretização dos objetivos reais dos indivíduos, outros que não a ligação laboral fixa, como o maior contato com a família ou o tempo para si, estes trabalhos, afinal, culminam aos preceitos da acumulação bioeconômica pela via da preferência por estes tipos de atividade; da expansão da ideia de busca pela liberdade; da constante preparação psicológica às demandas intermitentes e aos períodos complementares de ausência de demandas; da maior dependência dos indivíduos com os rendimentos do mercado financeiro: o controle do *bios* e a precariedade da vida como um todo. Pelo lado das empresas, por sua vez: menores custos com as garantias determinadas pelos contratos formais, como auxílio-desemprego e salário mínimo, e maiores flexibilidade e mobilidade da planta produtiva em tempos de crise ou de crescimento econômico.

Neste caso, a resistência percebida sob o prisma deste tipo de relação laboral torna a vulnerabilizar ainda mais o trabalhador, deixando-o ainda mais a mercê das demandas das empresas ou, caso possua recursos, à variabilidade de ações e demais investimentos do mercado financeiro. Apesar de uma “deriva” do trabalhador, ainda preso ao “porto” da empresa, temos que a busca por trabalhos temporários ou “bicos”, a dependência exclusiva do mercado informal como um todo, acabam por solidificar e tornar visível a dependência em relação ao emprego, tornando os trabalhadores sujeitos a processos de desvalorização da força de trabalho.

Sennett (2007) expõe este quadro geral da deriva do trabalhador perante as demandas do mercado, mas com enfoque específico às relações sociais, sobretudo as pertencentes ao espaço familiar. Como manter valores duradouros, orientações duráveis e narrativas

---

<sup>62</sup> Os *navvies*, como eram chamados e como o texto original se refere.

sustentáveis, histórias sustentáveis no espaço familiar, se a realidade laboral não permite tais construções, indo, especificamente, na contramão a estas construções? “As condições da nova economia alimentam, ao contrário, a experiência com a deriva no tempo, de lugar em lugar, de emprego em emprego”; a deriva, a flexibilidade e demais características do capitalismo corroem “sobretudo aquelas qualidades de caráter que ligam os seres humanos uns aos outros” (SENNETT, 2007 p.27). Ademais, se no espaço da formalidade, conforme já vimos, o sindicalismo se mostra cada vez mais conivente com a racionalidade neoliberal e com o próprio desestímulo das reivindicações trabalhistas e o afastamento entre os trabalhadores, no espaço do trabalho informal, conforme destaca Pontes (2007) para o caso dos autônomos do setor de turismo de Fortaleza, com o trabalho cotidiano se estabelecendo como de suma importância aos rendimentos do indivíduo, esta aproximação entre os trabalhadores se mostra impossibilitada, improvável ou por demais dificultada de acontecer. Em suma,

O que é singular na incerteza hoje é que ela existe sem qualquer desastre histórico iminente; ao contrário, está entremeada nas práticas cotidianas de um vigoroso capitalismo. A instabilidade pretende ser normal, o empresário de Schumpeter aparecendo como o Homem Comum Ideal. Talvez a corrosão de caracteres seja uma consequência inevitável. ‘Não há mais longo prazo’ desorienta a ação a longo prazo, afrouxa os laços de confiança e compromisso e divorcia a vontade do comportamento. (SENNETT, 2007, p.33)

Nesta breve análise sobre o mercado informal, indica-se igualmente que o trabalho em casa, seja formal ou informal, no qual o trabalhador constrói a própria rotina e estabelece, sob certos aspectos, sua rentabilidade, oferece os mesmos empecilhos culminantes a uma degradação da união e a possíveis laços de solidariedade entre os trabalhadores, da mesma forma que passa a prover a realidade privada e o espaço e tempo de não-trabalho de uma aura econômica.

Lessa nos aponta um exemplo claro acerca do trabalho realizado no espaço do lar. Apesar de indicar certa crítica aos defensores das teses do trabalho imaterial, concordamos com sua inferência acerca do caso da “Terceira Itália”, no qual “várias indústrias fizeram os trabalhadores comprarem as máquinas e instalarem-nas em suas casas para produzirem as roupas que a Benetton [...] vende em sua cadeia de lojas” (LESSA, 2005, p.94). Longe de um ensejo à extinção da relação capital-trabalho e à construção do comunismo tem-se que:

A realidade é exatamente o oposto. Ao converter o trabalhador em proprietário da máquina, parte do capital constante é agora fornecido pelo próprio trabalhador. Ao fazer a casa do operário o lugar da produção, ao invés do surgimento da sociedade-fábrica do trabalho imaterial temos uma brutal economia nos custos das instalações. Ao transformar o trabalhador em proprietário da máquina na qual ele e sua família trabalham, faz do antigo operário o capataz de si e de sua família. A pessoa do operário converte-se em seu operário, sem que tenha acesso ao conforto da alienação típica da vida de um burguês! Ao fazer o trabalhador ser o seu próprio operário (ou, se quiserem, ao forçar o operário, além de trabalhar, também a personificar o

capitalista), o capital amplia sua lucratividade economizando nos custos sociais e administrativos. E, por fim, ao não encontrar no mercado ninguém disposto a comprar as peças que fabrica e na escala em que o faz a não ser seu antigo patrão, o operário termina submetido a um processo de produção cuja razão de ser continua sendo dada pelo capital (ironicamente, muitas vezes pelo mesmo grupo capitalista que antes assinava sua carteira de trabalho). (LESSA, 2005, p.94-95)

Tal crítica aos autores da teoria do trabalho imaterial vai de encontro, por exemplo, à perspectiva de Gorz, há muito indicada nesta pesquisa, acerca da proposta do trabalho imaterial enquanto semente de uma “explosão” anarco-comunista – uma degradação do capitalismo por dentro. No caso dos trabalhos transferidos para o espaço doméstico, sempre tido como espaço de livre expressão da individualidade do sujeito e de reposição da energia fisiológica e mental gasta no trabalho, mostra-se com maior intensidade a necessidade de uma cooptação da subjetividade e de suas potencialidades, tornando o trabalhador, mesmo possuidor dos meios de produção, sujeito à dependência das empresas que servirão como intermediadoras ao mercado.

Não negamos, contudo, que as respectivas transformações delineadas na organização do trabalho, cuja responsabilidade passa a ser concedida ao trabalhador, não leve em conta, afinal, a acumulação flexível, fruto da expansão do modo de produção japonês. As formas de exploração e valorização das mercadorias, como flexíveis, colonizam os espaços até então dedicado às demais atividades humanas – relações familiares e reprodutivas, repouso, enriquecimento cultural, por exemplo. Entretanto, estar-se-ia sendo simplório se apenas considerássemos aspectos técnicos do trabalho, relatando-o enquanto atividade que extrapola o espaço-tempo das indústrias ou empresas. Mais que isso, a colonização do espaço de não-trabalho busca, ademais da diminuição dos custos das empresas, seja por meio da ausência de espaço físico necessário, seja pela baixa remuneração concedida à força de trabalho global, a propagação de certo ideal de liberdade, mas igualmente a manutenção da dependência e da valorização das mercadorias. Tal como aumentos salariais e demais garantias concedidas aos trabalhadores resultavam em maior satisfação dos mesmos e uma maior dedicação à produção, atualmente se percebe que o rearranjo da produção tem a liberdade e o processo de “desalienação” do trabalhador – falsa, entretanto – enquanto forças motrizes a incrementos produtivos.

## 7.2 Percursos complementares sobre as resistências

O pensamento de que a realidade se mostra como uma trama flexível sempre ecoou em nossas interpretações, e cremos que o mesmo pode ser aplicado às questões relativas às resistências no espaço laboral.

Longe de circunscrever as modalidades de resistências, as “estratégias de resistências” presentes na contemporaneidade, visamos salientar as mais evidentes, as mais comumente percebidas, adotadas ou defendidas pelos trabalhadores como estratégias de sustentação para momentos de crise econômica e para as organizações tradicionais do trabalho. Alocadas enquanto situações mais desejadas a sensação de liberdade e o aparente retorno a si através do estabelecimento da própria organização do trabalho individual; os retornos monetários que podem condizer com a dedicação do indivíduo em seu investimento e em seus riscos; a maior aproximação às aspirações inseridas no contexto não-laboral, como a aproximação à família ou realização de pretensões pessoais, estas passam a guiar as manifestações do labor na contemporaneidade e, da mesma forma, as estratégias que visam torna-las, as manifestações do labor, detalhes menores, que não obnublem a manifestação da subjetividade do indivíduo. Não coadunamos às teorias de perda da centralidade do trabalho, mas indo ao encontro da defesa realizada por Antunes (1998), percebe-se, entretanto, uma tendência de deslocamento do campo de realização subjetiva do indivíduo, sendo relegado ao trabalho seu papel de **proporcionador** do gozo **fora** do espaço laboral.

Destacadas as formas anteriores como sendo as mais habituais, acentuamos, por meio de outros trabalhos, outras estratégias de resistência que convergem à diversidade de trabalhos, de categorias, de laços de solidariedade, de possibilidades presentes no mercado de trabalho como um todo:

- a) estratégias de *coping* ou de enfrentamento, adotadas pelos trabalhadores do turismo fortalezense, por exemplo, e focadas na emoção e/ou no problema, visando o desenvolvimento de “ações paliativas [ou definitivas, na medida do possível, no caso das estratégias focadas no problema] com o objetivo de minimizar a angústia e reduzir os efeitos psicológicos diante do fato estressor” (PONTES, 2007, p.51), podendo ser citadas as estratégias do afastamento, da fuga e esquiva e da reavaliação positiva – para o foco na emoção; e do confronto, do autocontrole, da resolução de problemas e da aceitação de responsabilidades – para o foco no problema;



- b) o ganho de tempo pelos bancários portugueses por meio da operacionalização do trabalho alheia à prescrição (como a burla das normas e procedimentos estabelecidos) e sua conversão, para além de mais trabalho – com o intuito de alcançar os objetivos de vendas, por exemplo –, em tempo pessoal e em “desaceleração das atividades”, visando a construção de subterfúgios a situações potenciais de adoecimento e de desestabilização do sujeito no trabalho, marcadamente provenientes da “exigência exacerbada pela realização do trabalho de um modo cada vez mais veloz e pela pressão de cumprimento de metas sempre mais exigentes. Essas margens de manobra são indicativas das possibilidades criadas pelos sujeitos para continuar trabalhando” (BESSI; GRISCI, 2008, p.386);
- c) a ação coletiva dos funcionários do antigo Banco Meridional, em Porto Alegre, que contraíram doenças relacionadas ao trabalho, como LER/DORT, provenientes das reestruturações do espaço de trabalho (consequente à venda do Banco ao setor privado). Não aceitando, todavia, o plano de Demissões Incentivadas oferecidos pelos gestores da instituição, estes trabalhadores se tornaram, com o avançar das atividades, segregados espacialmente e discriminados pelos gestores e pares. Após fiscalizações e autuações por parte da Delegacia Regional do Trabalho e Emprego (DRTE) e do Ministério Público do Trabalho por conta das precárias condições de trabalho às quais foram retidos os portadores das doenças (tanto relacionado ao espaço físico para o qual foram alocados quanto ao conteúdo das atividades concedidas), a discussão destes problemas entre os trabalhadores afetados deu ensejo, juntamente a uma maior aproximação com o sindicato da categoria, ao Grupo de Ação Solidária (GAS), no qual “as práticas discriminatórias vividas por esse grupo de bancários têm sido objeto de análise [...] e o modo de enfrentamento desses trabalhadores tem sido um exemplo a ser perseguido por bancários de outras instituições” (NETZ; AMAZARRAY, 2005, p.7). Tem-se, neste caso, que a resistência se deu a partir de uma identificação mútua entre os indivíduos em questão: “a identificação estabelecida entre eles, seja devido à existência de uma doença ocupacional comum a todos, seja pela convivência, em uma situação difícil no trabalho, possibilitou a superação da dicotomia indivíduo x grupo e a emergência de uma identidade grupal” (NETZ; AMAZARRAY, 2005, p.9);
- d) as “micronegociações” realizadas individualmente entre trabalhadores do chão de fábrica de uma indústria alimentícia (e, assim, em um modelo caracteristicamente fordista-taylorista) e os gestores, baseadas na argumentação e contra-argumentação

que visavam o controle sobre o processo de trabalho (SATO, 2009). Segundo Sato, as estratégias dos trabalhadores se fundavam na busca pela escuta de suas demandas por meio da utilização dos mesmos discursos gerencialistas de qualidade da produção empregados na reestruturação produtiva, além da convergência aos ideais da empresa ao proporem sugestões que poderiam melhorar as condições de trabalho e, com isso, a produtividade, bem como a “imagem” da empresa. Escamoteava-se, desta maneira, os verdadeiros conflitos. Estas estratégias mostram que “apesar de o poder e o controle estarem, no local de trabalho, claramente em favor do corpo gerencial e do capital, astuciosamente, os trabalhadores criam mecanismos para que se processem negociações, aproveitando-se das circunstâncias” (SATO, 2009, p.196).

Ademais dos fatores que relatamos serem os mais visíveis em termos de resistência, percebe-se que em categorias profissionais ou processos produtivos específicos, como os então demonstrados, conta-se igualmente com estratégias de resistência, possibilitadas pelas características dos ambientes, das relações e da posição do indivíduo dentro do espaço laboral. Não nos enganemos, apesar disso, ao interpretá-las como menores frente às estratégias coletivas – como no caso das estratégias individuais de micronegociações (SATO, 2009) e das ações de “quebra-galhos” (DEJOURS, 2007) em comparação ao sindicalismo – na busca de uma categoria profissional por melhores condições de trabalho ou a união em grupo no qual os indivíduos se identificam por vias específicas – formas, em aparência, mais substanciais de evidenciação das resistências. Apesar de muitas vezes serem pontuais, tais estratégias “microscópicas” podem demonstrar, como bem destaca Sato (2009, p.197),

[...] alcances consideráveis, caso tomemos como referência o ponto de vista de quem está no local de trabalho e não o nosso, que estamos de fora, como expectadores críticos, no mais das vezes esperando grandes mudanças na organização, como um todo, e que sejam prontamente visíveis.

Apesar disso, muitas destas estratégias, como bem aponta Dejours (2007), por mais simples que sejam, apesar de significativas aos trabalhadores, podem se mostrar como artifícios que vão de encontro às prescrições do trabalho, sendo malvistas pelos gestores, o que as torna subterfúgios consideradas quase que “ilegais” à manutenção de uma normalidade e a um padrão no processo produtivo; procedimentos, assim, que geram uma sensação cíclica de mal-estar nos trabalhadores, pois o processo “quebra-galho” visa, antes de tudo, uma maior identificação pessoal do indivíduo com seu trabalho:

Ainda que não seja de bom grado, é necessário “quebrar um galho”, pelo menos um mínimo para que se possa assumir o posto de trabalho. A contrapartida frente a tais alterações é a tática do segredo que deriva para uma tática de silêncio generalizado, conduta mais ou menos obrigatória que parece ser extremamente penosa e psicologicamente custosa para os operadores. (DEJOURS, 2007, p.52)

E conforme complementa, em relação à legitimidade de tais desvios realizados pelo trabalhador à própria atividade, visando torna-la suportável ou até mesmo passível de identificação pelo trabalhador mesmo:

[...] o processo de trabalho só funciona quando os trabalhadores beneficiam a organização do trabalho com a mobilização de suas inteligências, individual e coletivamente. Convém ainda esclarecer que o exercício dessa inteligência no trabalho geralmente só é possível à margem dos procedimentos, isto é, cometendo, *nolens volens* [“não querendo”], infrações dos regulamentos e das ordens. Portanto, é preciso não apenas dar mostras de inteligência para suprimir a defasagem entre a organização do trabalho prescrita e a organização do trabalho real, mas também admitir que, muitas vezes, essa inteligência só pode ser usada semiclandestinamente. (DEJOURS, 1999, p.56)

A perspectiva que por ora fazemos correspondeu a um prisma primordialmente estabelecido a partir da resistência enquanto amálgama junto a conteúdos percebidos como de resiliência. Entretanto, como bem incitam Ribeiro *et al.* (2011), a visão acerca das estratégias adotadas pelos trabalhadores dentro do espaço laboral também pode ser rearranjada pelo lado da resiliência, constando, por sua vez, enquanto amálgama a interpretações daquilo que poderia pertencer a formas de resistência. A partir da percepção de que a resiliência no contexto organizacional começa da possibilidade dos indivíduos conseguirem “evitar a doença e o sofrimento apesar das pressões a que estão sujeitos” (RIBEIRO *et al.*, 2011, p.624), poder-se-á inferir que, dadas as reestruturações produtivas ocasionadas pelas mudanças políticas, econômicas e estruturais neoliberais e as demais transformações da organização do trabalho a nível mundial, o processo de resiliência se mostra, em verdade, igualmente enquanto processo de transformação do indivíduo no que diz respeito à sua relação com o trabalho, não podendo ser visto exclusivamente enquanto prosseguimento integral da subjetividade segundo os ditames do processo produtivo em questão.

Segundo os autores (RIBEIRO *et al.*, 2011, p.625), baseados em Job (2003), à resiliência cabe o equilíbrio entre fatores de risco ao trabalhador, que poderão causar sofrimento e adoecimento, como “a pressão e a responsabilidade do trabalho, a falta de tempo para a família, a falta de apoio dos pares ou das chefias/superiores, pouca liberdade de criação, falta de autonomia nas atividades, medo de perder o emprego, obrigação de ter que efetuar cortes no quadro de trabalhadores e assédio moral”; e os fatores de proteção, como “a autonomia, a autoestima, o respeito, o reconhecimento, a participação da família e dos amigos e o apoio dos

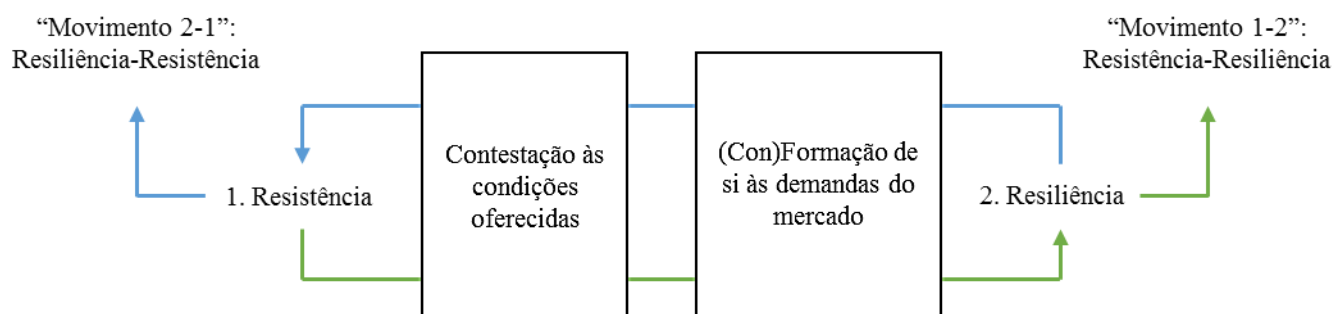
pares e das chefias/superiores”. Assim, como se pode depreender, manutenção de equilíbrios entre as várias esferas relacionais (laborais e não-laborais) e estruturais (internas-subjetivas e externas-objetivas) do indivíduo.

Entretanto, acreditamos que frente às maiores dependências apresentadas pelo trabalhador em relação ao emprego; à automatização dos processos produtivos e às altas taxas de desemprego estrutural advindas das novas organizações do trabalho, que geram maior pressão sobre os trabalhadores empregados, ações que corroborem à continuidade da produção, mas com o mínimo de espaço à manutenção do trabalhador visando uma maior segurança contra possíveis problemas com substituição (provenientes de acidentes de trabalho, por exemplo) ou relativos a demandas mais custosas (seguros concedidos aos acidentados no trabalho ou processos provenientes da irresolução destes pela via interna da empresa, por exemplo), passam a ser consideradas mais adequadas, como bem captam Ribeiro *et al.* (2011) ao apontarem o emprego que se realiza sobre a resiliência sobremaneira à noção, real e teórica, de adaptação.

Visamos revelar, entretanto, o viés salientado pelos autores sobre o fato em questão que converge à nossa perspectiva, por sua vez, de **resiliência-resistência** (diferente, vemos, da resistência-resiliência por sua ótica se dar agora inicialmente pelos processos de resiliência, e não de resistência), não com o intuito de diferenciar nossa defesa das demais contribuições, mas de abrir novos entendimentos acerca destas aproximações entre conceitos normalmente tidos como extremos e excludentes entre si. Salientamos que a construção dos termos se dá enquanto materialização do conteúdo das discussões percebidas até então sobre o escopo da resistência e da resiliência, mais especificamente no âmbito do trabalho, originando-se, conforme vimos, desde a concepção de “estratégias” em Foucault.

Esquematizamos no **Gráfico 3** para melhor entendimento da diferenciação entre os dois termos constituídos: seguindo cada um dos termos ao seu oposto, passando-se, em ordens diferentes, pela “contestação das condições oferecidas pelo mercado de trabalho” (característica da resistência clássica) e pela “(con)formação de si às demandas do mercado” (característica à resiliência, poderíamos também dizer, em sua concepção mais clássica, comum), são percebidas a constituições de duas dinâmicas diferenciadas no espaço laboral. Lembramos, para todos os casos, nossa sustentação acerca dos amálgamas que se mostram ambos os conceitos “originais”, resistência e resiliência:

**Gráfico 3 - Percurso da “resistência-resiliência” e da “resiliência-resistência”**



Fonte: Elaborado pelo autor.

Neste escopo, remetendo-se mais especificamente à questão da resiliência, destacam Ribeiro *et al.* (2011):

Mesmo quando momentaneamente, [o indivíduo resiliente] sai enfraquecido, relativiza os ganhos do enfrentamento na resiliência como transformação e, menos como adaptação, resiste e transforma a adversidade em resistência para, de alguma forma, manter sua dignidade. Destarte, a relação entre a subjetividade do trabalhador e o seu trabalho diz respeito ao fato de estruturar sua existência a partir de suas vivências e experiências nesse ambiente, e a maneira por meio da qual este sujeito resiste e se sujeita às demandas de seu trabalho cria uma relação entre sua subjetividade e a cultura na qual está inserido, ditando formas de ser e de agir no cenário laboral, o que favorece sua saúde e bem-estar ou adoecimento físico e psíquico. (RIBEIRO *et al.*, 2011, p.627, grifo nosso)

A essência desse processo se concentra na possibilidade de se transcender a posição de vítima das circunstâncias exteriores e extrair conhecimento dessas situações, o que capacita e fortalece o indivíduo ao lidar com adversidades no futuro. Ao considerar a importância dos fatores de risco e dos fatores de proteção para compreender o fenômeno da resiliência, é importante destacar que, no contexto de trabalho, os recursos de que dispõem os trabalhadores para o enfrentamento das adversidades não estão presentes apenas em seu campo de trabalho, mas também em outros aspectos de suas vidas e, certamente, integram sistemas de produção de significados para a situação vivida e de competências para lidar com adversidades futuras, em outros âmbitos de sua vida. (RIBEIRO *et al.*, 2011, p.630)

Revela-se a dinâmica que realmente há por trás de alguns processos de resiliência constantes no mundo do trabalho, posto que coloca o indivíduo em posição ativa de equilíbrio das condições oferecidas no trabalho e desenvolvidas nos demais espaços de sua realidade individual e coletiva e, em casos possíveis, de demandas no espaço laboral visando a manutenção de uma identidade mínima e/ou de condições mínimas à manutenção de sua saúde e ao afastamento de situações patológicas. Apesar de possíveis inconsistências entre possibilidades de resiliência, aos modos do que fora revelado, em certas estruturas produtivas, tem-se, à letra dos autores (RIBEIRO *et al.*, 2011, p.631), que “[...] ter atitudes resilientes demanda reflexão, capacidade analítica e ânimo, pois é preciso unir forças para ultrapassar

obstáculos e retomar aquilo que precisa ser refeito ou superado”, sendo pertinente lembrar que a resiliência não se circunscreve como algo exclusivo ao indivíduo e às suas possibilidades, “já que ela também depende de fatores contextuais”, podendo, portanto, ser definida “como a capacidade do indivíduo, de em certos momentos e conforme o contexto, lidar com adversidades sem sucumbir a elas”.

Mister indicar, finalizando esta análise, que as relações para com o trabalho delineadas através de estratégias (e não “estratégia”, no singular) alocadas enquanto de “resistência-resiliência” e “resiliência-resistência” apresentam uma diferenciação em termos de consequências ao indivíduo a nível laboral, acabando, enfim, por tornar as mesmas diferenciadas entre si. Acreditamos que os impactos, mediante o prosseguimento do sujeito a cada estratégia, podem se tornar claros no que tange ao alcance de uma situação de equilíbrio pessoal e de afastamento de condições psicopatológicas no ambiente o trabalho. Indicamos, por exemplo, que estratégias identificadas como de resiliência-resistência podem incidir menores perturbações ao nível subjetivo do indivíduo a partir do trilhar percorrido pelo trabalhador à adoção desta estratégia: seguindo o indicado no **Gráfico 3**, movimentos de resiliência-resistência, inicialmente, colocam o funcionamento fisiológico e psicológico de maneira afim ao processo produtivo e suas demandas, prosseguindo à ocorrência de “microconflitos” (ou barganhas individuais, poderíamos indicar) internos à estrutura produtiva em busca de melhores condições. Assim, cremos, um percurso que desde o seu início potencializa a possibilidades do indivíduo quanto ao cuidado e preservação de si – paralelo à manutenção do modelo produtivo, deve-se pontuar.

A resistência-resiliência, por sua vez, expressa em si uma quebra entre reivindicação de condições adequadas, inicialmente, seguidas de uma transformação de si visando a busca pelo equilíbrio subjetivo através da operacionalização de si afim ao processo produtivo, um processo resiliente, é dizer. Neste caso, poderemos vislumbrar uma dinâmica aparentemente mais penosa e custosa subjetivamente ao indivíduo, o que poderá gerar inadequações entre o mesmo e seu espaço de trabalho, gerando desequilíbrios pessoais e que, tão logo, poderão afetar outros trabalhadores. Seria bem dizer, por fim, o prosseguimento ao cuidado de si por vias de **ruptura de concepções subjetivas** (para o caso da resistência-resiliência), no qual se exemplifica com o caso de uma inicial resistência contra novas formas de organização do trabalho e sequente ajustamento de si àquele processo contra o qual se incitou a resistência (devido, por exemplo, ao receio de perda do emprego ou de substituição por profissionais mais aptos aos novos processos); e por vias de uma **abordagem “negociante” interna à sistemática laboral específica** (para o caso da resiliência-resistência), é dizer, uma corroboração inicial do

indivíduo ao modelo produtivo e sequentes tentativas de dinamização de possibilidades ao equilíbrio pessoal-social do mesmo, utilizando este, sobremaneira, dos mesmos discursos, ferramentas e comportamentos contidos nos conceitos pertencentes à empresa, à composição do trabalho como um todo.

## **8 BIOECONOMIA, NEOLIBERALISMO E RESISTÊNCIAS: SUBJETIVIDADES EM DEBATE?**

A pesquisa que por ora apresentamos expôs enquanto objetivo principal a análise acerca do tratamento concedido à subjetividade no âmbito do trabalho sob o que chamamos de dinâmica bioeconômica. Localizando-nos assim sob as interpretações concedidas por Andrea Fumagalli – base principal de nossa vinculação ao conceito de Bioeconomia e ao viés concedido ao mundo do trabalho –, ocupamo-nos da busca por um entendimento mais claro do conceito central tratado à letra do autor – conceito este de origem e discussão pouco vislumbradas na literatura de forma geral –, bem como de algumas lacunas percebidas e de interesse nosso, culminando, assim, em uma interpretação singularizada sobre o conceito.

Em tanto, acreditamos ter alcançado, ademais de possíveis respostas às nossas indagações primas, algumas conclusões relativas à Economia e à Ciência Econômica a partir das interpretações de Foucault e de suas reflexões sobre as relações de poder e o estabelecimento da Economia Política, discussões que em muito nos tocam. À sombra desta análise, ainda mais rica tornou-se a existência de uma “crítica à Economia Política”, prisma captado por Marx e que, conforme traçamos, apresenta certa aproximação teórica ao que foi delineado por Foucault.

Nesses aspectos, em movimento contrário à concepção de crítica à Economia Política, passou a ser melhor vislumbrada a base sobre a qual passa a se constituir a Economia Política e, seria dizer, a própria Ciência Econômica: uma vez assentada nas vistas ao ordenamento doméstico, ao arranjo ou à sistematização do funcionamento das dinâmicas domésticas, à Economia Política se concede o papel, assim que transformada em área do conhecimento, de “ferramenta de análise” da população, de veio de captação das principais informações relativas à dinâmica social visando não apenas a manutenção desta, como também a manutenção do poder do governante. Assim, segundo os estudos foucaultianos, passa-se dos aspectos relativos aos dispositivos disciplinares à biopolítica, o controle da sociedade a partir daquilo que ela evidencia em sua existência – não sendo tais dispositivos excludentes, como se poderia pensar, mas coexistentes.

Por meio da perspectiva foucaultiana, torna-se mais claro o caráter das obras apresentadas na fundação da Economia Política ou da Economia Nacional enquanto “nova” ciência – ou da Economia formalmente conhecida assim. Resgatando o termo utilizado por Adam Smith em sua obra de maior notabilidade, os entendimentos repousados nos aspectos da economia dos homens se dão como, afinal, “inqueritos”, estudos sobre o funcionamento das



leis da economia e, ademais, de indicações sobre as ações do indivíduo; do mercado – em verdade, “as ações dos outros”, como assim poderíamos ilustrar o mercado –; e sobre o funcionamento do Estado nesta nova dinâmica socioeconômica. Claramente, desta forma, a existência de uma vinculação entre os estudos e as interpretações realizadas sobre a população e os interesses do Estado no entendimento desta e da manutenção de seu movimento: é dizer, no fim das contas, um vislumbrar do motivo de ser da ciência econômica.

Dessarte, percebe-se que a economia mantém este mesmo caráter em meio à complexidade contemporânea do mercado financeiro, às projeções econômicas nacionais, aos intercâmbios comerciais internacionais, às pesquisas realizadas sobre a população e ao delineamento de um “sujeito médio” – consumidor, trabalhador, investidor médio. Dentro desses entendimentos sobre a população e daquilo que ela apresenta de mais previsível é que, entendemos, imiscuem-se estudos singulares sobre o *modus operandi* das determinações políticas a agirem sobre a população, na qual destacamos o liberalismo e o neoliberalismo como as mais evidentes.

A concepção da Bioeconomia, dessa maneira, surge em meio às determinações realizadas desde a disciplinarização da sociedade por meio do castigo individual e exemplar ao controle massificado sobre a população em geral, solidificado sobretudo pelas vias midiáticas.

Estabelecendo-se enquanto um conceito amplo, e não determinável apenas ao âmbito da subjetividade, como se poderia entender através de análises mais contemporâneas, à Bioeconomia é concedida a devida significação de controle a partir de dois fatores principais, a saber, a assimilação de sua essência enquanto complementar e simétrica à biopolítica, conforme apontado por Fumagalli (2010a), e o sentido concedido ao *bios* ao qual se refere. A partir da localização do escopo da Bioeconomia, baseada nas mais variadas nuances do controle, torna-se perceptível, assim, estabelecer a ótica com a qual se vislumbrará a subjetividade: a ótica das estratégias de resistência.

Em relação ao primeiro, indica-se que a Bioeconomia, tal qual a biopolítica, aparece-nos enquanto apreensão e compreensão da população a partir de suas particularidades – e às quais a Estatística se presta ao trabalho –, visando, com isso, o traçar de políticas que impactem de maneira favorável a dinâmica populacional em vistas à manutenção do poder. Entretanto, como bem deixa evidenciar, seu funcionamento se dá pela via econômica, pelas ferramentas de cunho econômico.

Sobre o segundo fator, destaca-se que a Bioeconomia, a partir de sua apreensão do *bios* e de sua base pautada na compreensão e no controle da população, pode ser considerada atemporal, mostrando-se presente desde a intensificação e a primazia adquirida pela esfera

econômica – é se remeter, portanto, às origens do capitalismo. Nesse sentido, adotamos a tal conceito o mesmo sentido apontado por Alves (2011a) acerca da concepção de uma acumulação flexível relacionada estritamente à contemporaneidade, às novas organizações do trabalho e formas de valorização das mercadorias, para a qual tece sua crítica. Apontamos, em consonância ao autor, que tal qual o sistema de produção de mercadorias, desde seu início, apresenta um desenvolvimento caracteristicamente flexível, não sendo coerente indicarmos sua ligação exclusivamente à atualidade, à Bioeconomia também se pode oferecer esta presença imiscuída na Economia e nas formas de produção, organização e exploração do trabalho, passando, todavia, a apresentar maior evidência ou relevância à análise da hodiernidade.

Sua inserção ao mundo do trabalho pela via da subjetividade, como em muito pautam os autores contemporâneos – ligada como se mostra a outros conceitos que intensificam esta determinação, como o trabalho imaterial, o biocapitalismo e o capitalismo cognitivo, e aos fatores que passam crescentemente a serem postos enquanto cerne dos processos de acumulação contemporâneos, como a criatividade, a interpessoalidade, os comportamentos e as ações singulares aos caracteres do empreendedor –, acaba por tolher o real significado que poderá ser concedido ao conceito. Esclarecida por estes autores enquanto termo que indica a existência de um controle mais íntimo ao sujeito, indica-se, por outro lado, que sua limitação a este âmbito acaba por tolhê-la de sua real potencialidade. Conforme indicamos, o *bios* não deve se tornar exclusivo às particularidades da contemporaneidade, da mesma forma que não deve se pautar apenas em questões rasas da subjetividade. Em verdade, tanto é mais específica, mais central, quanto mais ampla, mais generalizada. Neste último caso, revela-se enquanto *bios* os aspectos fisiológicos, mais evidentes, sobre os quais se materializam os dispositivos de disciplina e de controle mais básicos e a biopolítica de forma geral; naquele caso, a noopolítica e a determinação de instâncias subjetivas mais profundas, como a memória e a atenção. Desta maneira, um impacto do *bios* integral das especificidades do ser humano

Acompanhando este constructo de ressignificação sobre a Bioeconomia, indicamos, em um constante ir e vir entre sua concepção na história das relações de poder e seu papel de ótica para leitura da realidade contemporânea, que a Bioeconomia pode se estabelecer enquanto visibilidade concedida ao mundo do trabalho atual, no qual formas de exploração modernas e pretéritas ainda se mostram presentes.

Caminhando a uma maior profundidade sobre a Bioeconomia, e aqui indicamos uma visão diferenciada em relação àquela percebida por Andrea Fumagalli, localizamos a acumulação bioeconômica enquanto real centro de discussão sobre o controle, mais especificamente no tratamento a ser concedido ao mundo do trabalho. Tidas pelo autor sob a

mesma nomenclatura – Bioeconomia –, apontamos a Bioeconomia e acumulação bioeconômica enquanto invólucro e cerne de nossa questão, respectivamente. Mostram-se enquanto fatores de importância a um complemento ou até a uma nova visão sobre o entendimento do trabalho e de suas vias de exploração. Indicamos esta importância ao percebermos a posição dotada à subjetividade ao se tratar, por exemplo, da Economia como um todo ou da acumulação flexível, tipicamente associada à racionalidade neoliberal, a qual, por sua vez, seria a real responsável por alguma influência subjetiva. Apontamos, entretanto, que o processo de acumulação, sim, pauta-se – e deve se pautar para sua manutenção – sobre a subjetividade, não sendo relegado apenas ao neoliberalismo enquanto racionalidade (ou ideologia, da forma que comumente se aponta).

Utilizando-nos da fala de Bessi e Grisci (2008, p.377), ao caracterizarem a acumulação flexível “por fatores como: surgimento de setores inteiramente novos; novas maneiras de fornecimento de serviços estrangeiros; novos mercados; taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional”, ressaltamos que a acumulação bioeconômica não se localiza apenas como tratamento de uma subjetividade aparentemente deixada de lado. A acumulação flexível, ao tratar das contemporâneas transformações ocorridas nas organizações do trabalho, perpassa pela subjetividade enquanto esfera sobre a qual igualmente se perceberão impactos, mormente relativos às ideias do empreendedorismo, de uma individualização da classe trabalhadora e de uma supressão das singularidades enquanto base à (auto)reflexão, ideias relativas mais a impactos sobre a subjetividade do que de tratamento da subjetividade em si.

A acumulação bioeconômica revela, entretanto, que a subjetividade não recai como objeto secundário de transformação mediante as mudanças no trabalho, mas sim enquanto objeto primário, tão importante, defendemos, quanto as mudanças estruturais sempre e majoritariamente relacionadas à acumulação flexível: recai a uma perspectiva singular sobre o capitalismo, o capitalismo cognitivo, a transformação, o controle e a disciplina do indivíduo por meio de sua subjetividade, fatores de influência sobre o *bios*. Nesse termo se localiza a verdadeira intrusão da acumulação bioeconômica: o *bios* social, o *bios* fisiológico, o *bios* psicológico e, em uma maior intervenção, o *bios* relativo à memória, à atenção e à própria complexidade da subjetividade, seu rizoma.

Assim, mediante a própria sutileza com que o desenvolvimento das relações de poder foi dotada, bem como, mais especificamente, os estratagemas encontrados pelas formas de controle, é que o *bios* ao qual a Bioeconomia se relaciona e se pode fazer real pôde sofrer variadas interpretações, não eximindo de importância, entretanto, perspectivas que poderiam se

mostrar “caducas” historicamente. Tem-se como base de maior atenção nesta pesquisa a expressão da complexidade da realidade, na qual coexistem expressões diversas de trabalho, de organizações de trabalho, de modelos produtivos, de neoliberalismos – e, com isso, de impactos diferenciados sobre o indivíduo que trabalha – e, principalmente, de resistências – daí a necessidade de se destacar as “estratégias” de resistência. Enquanto uma realidade em rede, acreditamos que a plasticidade das organizações dos mais diversos âmbitos da convivência humana poderão apresentar, da mesma forma, uma miríade de manifestações de resistência, ademais, uma miríade de subjetividades. Falamos, portanto, de novos sujeitos contemporâneos.

Expomos a Bioeconomia enquanto lente que revisita o mundo do trabalho a partir das formas de exploração do *bios*, perspectiva diversificada em si, conforme indicado ao compararmos as discussões salientadas entre os capítulos 2 e 5 acerca das bio-economias e da construção da Bioeconomia sob o viés então defendido; e a acumulação bioeconômica enquanto a real “dinâmica bioeconômica”, responsável por atribuir uma coloração singular à dinâmica laboral. Acreditamos que esta perspectiva diferenciada em relação à constante atribuição concedida à acumulação flexível primordialmente enquanto reestruturação da organização do trabalho, de sua maior volubilidade às demandas e às facilidades e dificuldades encontradas nos mercados, provém ainda de certa dureza da ótica marxista sobre o trabalho e a exploração capitalista, com e contra a qual, por sua vez, ensaiamos um diálogo com o operaísmo e, principalmente, o pós-operaísmo italiano. Conforme ideia salientada no parágrafo anterior, pensamos tratar-se da imersão na complexidade do mundo do trabalho, que não se limita exclusivamente a aspectos técnicos da produção ou a aspectos íntimos ao trabalhador, a maneira de melhor nos aproximarmos às possibilidades da realidade laboral.

Nesse ínterim, passamos a destacar, enfim, a “miríade das resistências”, uma indicação da diversidade com que as concepções de resistências poderão se mostrar diante das variadas formas de organização do trabalho, laços de solidariedade entre os trabalhadores e possibilidades de inserção da subjetividade dentro do espaço de trabalho. No presente prisma, visualizamos que as impossibilidades com a quais algumas categorias ou grupos de trabalhadores poderão se defrontar em relação a manejos e reestruturações no espaço laboral, visando uma melhor inserção ou identificação do sujeito para com o seu trabalho, podem acabar por gerir a resistência – de visão mais clássica – sob novas nuances, a saber, as de “estratégias de resistência”, segundo as quais as formas de resistência deverão se adequar às possibilidades da organização laboral na qual se está inserido, mais especificamente a formas amalgâmicas de “resistência-resiliência”, que compõem o que passamos a chamar de miríade da resistência. Esta visão sobre a resistência adequa-se ao cenário de fragilidade do mercado de trabalho

contemporâneo, no qual se mostra crescentemente corroída sua parcela “formal” e suas vantagens que corroboram à estruturação de um equilíbrio da vida dos indivíduos por meio das garantias aplicadas ao trabalho e ao trabalhador.

Da mesma forma se mostra a resiliência, que conforme apresentado, exibe-se em realidade enquanto processo mais complexo do que a simplória designação e adaptação aos discursos gerencialistas. Sujeita às mais variadas manifestações, à resiliência, sob o mesmo cenário do mercado do trabalho, passa a ser conotado o sentido de “resiliência-resistência” – estando igualmente inserida na miríade da resistência –, uma busca, dentro das limitações da organização do trabalho, pelo equilíbrio individual no espaço laboral por meio de argumentos, relações interpessoais, “quebra-galhos” e “clivagens de si”, prezando pela saúde mental do indivíduo através de um afastamento, na intensidade tornada possível, das condições de adoecimento.

Importante se mostra salientar que por meio de reflexão no que tange ao âmbito do trabalho e às estratégias de resistência que agora passamos a perceber, tornamos a imergir nas discussões sobre a centralidade do trabalho. Os processos de resistência-resiliência e de resiliência-resistência, afinal, colocam em questão, ademais, a importância que passa a ser concedida ao trabalho.

Esta questão poderá ser percebida a partir de interpretações sobre as diversas manifestações de resistências nos diversos campos da vivência e da experiência humana. Como exemplo mais prático, indicamos as reivindicações em defesa da educação e da saúde frente à mobilidade da racionalidade neoliberal em restringir as políticas sociais e a intervenção do Estado no mercado. Pensamos que a diferença entre as “resistências” no mundo do trabalho e as “resistências” contra outros tipos de avanços de políticas neoliberais em outros âmbitos da vivência humana se dá principalmente pela centralidade, ou melhor, pela “significação” concedida a áreas de importância, como as do exemplo, que poderão colocar em uma situação de vulnerabilidade os indivíduos que dependem do sistema público caso não sejam mantidas e fortificadas. Residem nestas, é dizer, uma significação aos próprios indivíduos visando a manutenção de si. Para o caso do trabalho, tem-se que há cada vez mais, na mesma ótica, não uma perda de sua centralidade, mas de significados reais concedidos à atividade e **a partir da** atividade, que passa a ser vista apenas enquanto meio de manutenção de certo nível de consumo; tempo e espaço ao qual se vê o indivíduo obrigado a se tornar presente, mas que não necessariamente deve ser reduto do desenvolvimento de suas potencialidades, de busca por significação ou de criação de vínculos sociais. Assim, há uma perda de significação do trabalho – uma degradação do simbolismo característico à sociedade salarial –, em contraposição à maior

significação concedida aos demais momentos da vivência, o que gera, por sua vez, tipos diferenciados de resistências.

Percebe-se, portanto, o cenário no qual se encontra a nova (con)formação da subjetividade: a busca pelo seu controle por parte do processo produtivo, que demanda cada vez mais as especificidades cognitivas do indivíduo, por um lado; e as tentativas de manutenção de uma gestão mínima pelo próprio sujeito no espaço de trabalho, por outro. Dentro da miríade de resistências devemos apontar que, apesar de sua plasticidade, localizamos na busca de uma manutenção mínima de identificação do sujeito com seu trabalho e/ou de uma estrutura que promova seu bem-estar no espaço da atividade o(s) principal(ais) objetivo(s) tencionado(s) pelos trabalhadores individualmente. Dentro de um cenário político-econômico volúvel, frágil e altamente dependente das condições econômicas internacionais, o que causa um esfumaçar do caráter do trabalho formal aos moldes da sociedade salarial e uma transferência de boa parte da população ao mercado informal e à insegurança laboral, ousamos indicar que estratégias afins ao sentido de “**resiliência-resistência**” – ou seja, a conformação de si às demandas do mercado, sendo demandado pelo indivíduo, quando possível, mudanças mínimas de trabalho que proporcionem uma adequabilidade mínima de sua potencialidade àquele processo produtivo – mostram-se como as principais estratégias adotadas no mercado de trabalho contemporâneo. Apesar disso, mantendo-se em condições mínimas a uma correta ação sobre o processo produtivo, tendemos a acreditar que este comportamento dotado aos trabalhadores fornece o espaço necessário à constituição e manutenção de um ciclo de impactos que acabam por normalizar e intensificar a exploração do trabalho – senão uma superexploração mascarada.

Sobre este panorama das resistências, correto seria afirmar que os grandes coletivos, como sindicatos e partidos, agrupamentos independentes e demais movimentos, ainda se mostram ativos no embate à exploração do trabalho. Entretanto, conforme destacado, concomitante a uma perda de forças gradativas destes coletivos em um meio globalizado, encontra-se um processo, se assim poderíamos indicar, de *empowerment* da figura do “trabalhador individual” (do indivíduo, de forma geral), que vê não mais na via da coletividade a potencialidade de garantias no trabalho, mas na via jurídica o patamar por meio do qual poderão se efetivar suas demandas pessoais.

Apesar de não termos adentrado nesse escopo, indica-se que na seara das resistências o adoecimento psicossomático se encontra como quebra aos interesses e possibilidades do trabalhador no espaço-tempo de trabalho. Enquanto *momentum* que coloniza o espaço-tempo de não-trabalho, acreditamos que os acontecimentos pertinentes ao trabalho – seu espaço e tempo – mostram-se como cerne principal aos processos de adoecimento que impactam as

estruturas social e econômica contemporâneas. Em verdade, na miríade das resistências e frente ao processo de fragilização do mercado de trabalho, podemos supor que as estratégias de “resistência-resiliência” se mostrariam como mais tendentes a condições de adoecimento psicológico pelo próprio caminho adotado pelo indivíduo no mercado de trabalho, mostrando-se como última etapa de sua estratégia a conformação com as demandas do trabalho, do emprego, do contrato, um movimento de certa forma incongruente ao seu inicial posicionamento de objeção.

Acreditamos ter viabilizado uma análise adequada acerca de um conceito pouco vislumbrado na literatura, assim sendo, cremos, por conta de sua reflexão teórica diferenciada em termos dos aportes necessários a um entendimento mais amplo. Apesar disso, críticas e outras possibilidades de discussão não se mostram alheias à nossa análise, possibilidades estas que sempre se mostraram presentes durante a constituição do conteúdo por ora apresentado.

Enquanto limitação, expomos a necessidade de ser empreendido um olhar mais atento às obras de mais autores que tanto bebem da fonte teórica foucaultiana quanto das novas perspectivas marxistas, sobremaneira os pós-operaístas, com as quais nos detivemos por seu olhar mais amplo sobre o trabalho e à dedicação a aspectos concernentes à subjetividade. Tanto os estudos de Deleuze quanto de Hardt e Negri, por exemplo, poderão oferecer um vislumbrar de novas possibilidades em meio a uma realidade mais conexas, rizomática, “imaterial”, inconstante e instável, aspectos que em muito ultrapassam as limitações colocadas sobre o social a partir de um olhar mais detido ao mundo do trabalho. Indicamos também a potencialidade de uma abordagem mais detida nos estudos de Foucault em relação ao entendimento e à construção de uma análise mais sólida sobre as resistências, igualmente amplas em comparação ao âmbito aqui tratado.

Sob mesma base de discussão, indicamos, por outro lado o interesse de se realizar uma aproximação aos principais representantes dos trabalhadores, sejam grupos singulares dentro do espaço laboral, como grupos de trabalho e de discussão, ou os próprios sindicatos, tendo como questão a apreensão das formas de entendimento que se tem atualmente destes portavozes dos trabalhadores acerca do âmbito da subjetividade daqueles que representam. Apesar do rápido delineamento da análise de Gaulejac (2007) sobre esta temática, mostrar-se-ia necessária uma atualização sobre este panorama a nível de Brasil, onde percebemos claramente, segundo Cardoso (2003), tanto um aumento da desfiliação dos trabalhadores ao movimento sindical quanto uma crescente ausência de sindicatos aos moldes reivindicativos de esquerda. As manifestações mais claras acerca da importância de tratamento do trabalhador,

principalmente do setor de serviços, a partir do prisma da subjetividade poderiam colocar em discussão novas visualizações ou mostrar a persistência de defasadas compreensões acerca do indivíduo que trabalha, indicando, assim, motivações mais profundas à desfiliação dos trabalhadores a coletivos ou manifestações de possíveis soerguimentos representativos no mundo do trabalho. Nesses termos, caminhar-se-ia às análises que tanto levam em conta a elaboração de um sindicato mais afim às transformações do trabalho no âmbito da subjetividade e da colonização do espaço e tempo de não-trabalho pela atividade laboral, nas palavras de Fumagalli (2010a), um “biossindicato”, ou às concepções de dinâmicas independentes, autônomas, multiformes e de expressão das singularidades, como as multidões de Hardt e Negri? Perguntarmo-nos sobre as necessidades, as possibilidades e as potencialidades do conjunto dos trabalhadores contemporâneos, assim, mostra-se de importância ao delineamento de novas formas de vivência e, com isso, de relação com o trabalho.

Sobre outros pontos, indicamos a discussão realizada por Bessi e Grisci (2008) acerca do trabalho imaterial como reduto à emancipação do indivíduo. Tal perspectiva se dá a partir de, como destacado, um retorno da potencialidade do trabalho ao trabalhador; de “re-apreensão” do conhecimento e do *know-how* pelo trabalhador; ademais, da potencialidade de uma reflexão sobre o devir, sobre uma realidade outra que não a estabelecida nas dicotomias comuns sobre as quais recaem os determinismos políticos, econômicos e sociais. Apesar da crítica ensejada em nossas páginas à compreensão específica de Gorz (2005) sobre o trabalho imaterial e as possibilidades de promoção de libertação do sujeito, em verdade esta perspectiva merece ser retomada, com o devido cuidado, enquanto tema de importância a uma discussão real sobre a abertura de novas realidades, o estabelecimento de novos solos à vivência em sociedade. Nesses termos, poderíamos imaginar, enfim retornaríamos à potencialidade presente no pensamento exposto por Bruce Lee em nossa epígrafe. Comparado à água por sua plasticidade, flexibilidade e capacidade de moldagem de si, mas tolhido em sua capacidade de manifestar-se para além dos formatos nos quais era “depositado”, voltaríamos a conceder ao indivíduo, afinal, suas potencialidades de “fluir ou arrastar-se ou gotejar ou destruir”, é dizer, do constituir de um novo devir.



## REFERÊNCIAS

ALTAMIRA, César. **Os marxismos do novo século**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

ALVES, Giovanni. A subjetividade às avessas: toyotismo e "captura" da subjetividade do trabalho pelo capital. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, São Paulo, v. 11, n. 2, p.223-239, 1 dez. 2008. Semestral. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/cpst/article/view/25782/27515>>. Acesso em: 19 ago. 2016.

\_\_\_\_\_. Do “novo sindicalismo” à “concertação social”: ascensão (e crise) do sindicalismo no Brasil (1978-1998). **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 15, n. 1, p.111-124, 1 jul. 2000b. Semestral. Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/3577/2834>>. Acesso em: 20 ago. 2016.

\_\_\_\_\_. **Limites do sindicalismo: Marx, Engels e a crítica da economia política**. Bauru: Práxis, 2003.

\_\_\_\_\_. **O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo**. São Paulo: FAPESP, Boitempo, 2000a.

\_\_\_\_\_. **Trabalho e subjetividade: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório**. São Paulo: Boitempo, 2011a.

\_\_\_\_\_. Trabalho, subjetividade e capitalismo manipulatório: O novo metabolismo social do trabalho e a precarização do homem que trabalho. **Rede de Estudos do Trabalho**, Marília, v. 8, n. 5, p.1-31, maio 2011b. Semestral. Disponível em: <[http://www.estudosdotrabalho.org/4\\_8\\_Artigo\\_ALVES.pdf](http://www.estudosdotrabalho.org/4_8_Artigo_ALVES.pdf)>. Acesso em: 13 mai. 2015.

\_\_\_\_\_. Toyotismo e neocorporativismo no sindicalismo do século XXI. **Outubro**, São Paulo, v. 5, n. 1, p.47-58, fev. 2001. Semestral. Disponível em: <<http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/02/Revista-Outubro-Edição-5-Artigo-04.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2016.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 5.ed. São Paulo: Cortez; 1998.

\_\_\_\_\_. Os “Grundrisse”: uma mina para ajudar a descortinar o século XXI. **IHU - Online**, nov. 2011. Entrevista concedida ao Instituto Humanitas Unisinos. Disponível em: <[http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=4215&secao=381](http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=4215&secao=381)>. Acesso em: 22 dez. 2015.

\_\_\_\_\_. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo, SP: Boitempo, 1999.

AMORIM, Henrique. Trabalho imaterial, forças produtivas e transição nos Grundrisse de Karl Marx. **Crítica Marxista**, São Paulo, v. 1, n. 25, p.9-30, dez. 07. Semestral. Disponível em: <[http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos\\_biblioteca/artigo140artigo1.pdf](http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo140artigo1.pdf)>. Acesso em: 15 dez. 2015.

\_\_\_\_\_. **Trabalho Imaterial: Marx e o debate contemporâneo**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2009. (Coleção Crítica Contemporânea).

AQUINO, Cássio Adriano Braz de. O Processo de precarização laboral e a produção subjetiva: um olhar desde a psicologia social. **O Público e O Privado**, Fortaleza, v. 11, n. 1, p.169-178, jan./jun. 2008. Semestral. Disponível em: <[http://seer.uece.br/?journal=opublicoeoprivado&page=article&op=view&path;\[\]=140&path;\[\]=211](http://seer.uece.br/?journal=opublicoeoprivado&page=article&op=view&path;[]=140&path;[]=211)>. Acesso em: 30 ago. 2015.

AQUINO, Cássio Adriano Braz de; MARTINS, José Clerton de Oliveira. Ócio, lazer e tempo livre na sociedade do consumo e do trabalho. **Subjetividade** (antiga Mal-estar e Subjetividade), Fortaleza, v. 7, n. 2, p.479-500, set. 2007. Semestral. Disponível em: <[http://www.ufsj.edu.br/portal-repositorio/File/dcefs/Prof.\\_Adalberto\\_Santos/4-ocio\\_lazer\\_e\\_tempo\\_livre\\_na\\_sociedade\\_do\\_consumo\\_e\\_do\\_trabalho\\_22.pdf](http://www.ufsj.edu.br/portal-repositorio/File/dcefs/Prof._Adalberto_Santos/4-ocio_lazer_e_tempo_livre_na_sociedade_do_consumo_e_do_trabalho_22.pdf)>. Acesso em: 20 ago. 2015.

ARAUJO, Ronaldo Marcos de Lima; TEODORO, Elinilze Guedes. Aproximações para entender a subjetividade numa perspectiva marxista. **Trabalho & Educação**, Pampulha, v. 15, n. 1, p.68-83, jan./jun. 2006. Semestral. Disponível em: <<http://www.portal.fae.ufmg.br/seer/index.php/trabedu/article/viewFile/989/853>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

ARCHELA, Danielle Cristina Guizzo. A bioeconomia como objeto de análise: perspectivas sobre o governo econômico-biológico da população. **Revista Unifamma**, Maringá, v.11, n.1, p.58-78, Nov. 2012. Disponível em <<http://revista.famma.br/unifamma/index.php/RevUNIFAMMA/article/view/39/52>> Acesso em: 02 set. 2015.

\_\_\_\_\_. **A genealogia foucaultiana da economia política clássica**. 2013. 134 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-graduação em Políticas Públicas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013. Disponível em: <<http://dspace.c3sl.ufpr.br/dspace/handle/1884/29841>>. Acesso em: 02 jan. 2016.

ARCHELA, Daniele Cristina Guizzo; LIMA, Iara Vigo. A Bioeconomia de Thomas Malthus e o Nascimento da Biopolítica. *In*: ANPEC SUL - ENCONTRO DE ECONOMIA DA REGIÃO SUL, 17., 2014, Maringá. **Anais...** Maringá, PR.: UEM, 2014. p. 1-16.

ARMELLA, Julieta; PICOTTO, Diego. La noo-política: técnicas de regulación a distancia en las sociedades de control: una revisión de la noción de biopolítica. *In*: RUVITUSO, Mercedes (Comp.). **Cuadernos de pensamiento biopolítico latinoamericano # 1**: Actas del III Coloquio Latinoamericano de Biopolítica y I Coloquio Internacional de Biopolítica y Educación. Gonnet: Unipe - Editorial Universitário, 2013. p. 63-69. Disponível em: <<http://unipe.edu.ar/wp-content/uploads/2013/04/Cuadernos-de-pensamiento-biopolítico-latinoamericano-Nº-1.pdf>>. Acesso em: 26 out. 2016.

BARLACH, Lisete; LIMONGI-FRANCA, Ana Cristina; MALVEZZI, Sigmar. O conceito de resiliência aplicado ao trabalho nas organizações. **Interam. j. psychol.**, Porto Alegre, v. 42, n.1, p. 101-112, abr. 2008. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-96902008000100011&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-96902008000100011&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 21 dez. 2016.

BENDASSOLLI, Pedro Fernando. Prefácio – O mal-estar na sociedade de gestão e a tentativa e gestão do mal-estar. *In*: GAULEJAC, Vincent de. **Gestão como doença social**: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social. Aparecida: Ideias & Letras, 2007. (Coleção Management).

\_\_\_\_\_. Público, privado e o indivíduo no novo capitalismo. **Tempo soc.**, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 203-236, Nov. 2000. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-20702000000200014&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702000000200014&lng=en&nrm=iso). Acesso em 31 jul. 2015.

BENEVIDES, Pablo Severiano; CARVALHO, Tainã Alcantara de. Biopolítica, Bioeconomia, Subjetividade: uma análise das principais transformações laborais no capitalismo contemporâneo. **Subjetividades**, Fortaleza, v. 15, n. 3, p.362-374, dez. 2015. Quadrimestral. Disponível em: <http://ojs.unifor.br/index.php/rmes/article/view/5109>. Acesso em: 18 jul. 2016.

BERINO, Aristóteles de Paula. **Elementos para uma Teoria da Subjetividade em Marx**. Rio de Janeiro: Papel Virtual, 2005.

BESSI, Vânia Gisele; GRISCI, Carmem Lígia Iochins. Expressões da resistência no cotidiano do trabalho em bancos portugueses. **Race: Revista de Administração, Contabilidade e Economia**, Joaçaba, v. 2, n. 3, p.374-391, set./dez. 2008. Quadrimestral. Disponível em: [http://www.anpad.org.br/periodicos/arq\\_pdf/a\\_822.pdf](http://www.anpad.org.br/periodicos/arq_pdf/a_822.pdf). Acesso em: 22 nov. 2016.

\_\_\_\_\_. Trabalho imaterial e resistência no cotidiano do trabalho. *In*: Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, 30, 2006, Salvador. **Anais...** Salvador: ANPAD, 2006. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/enanpad/2006/dwn/enanpad2006-gpra-1341.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2016.

BLONDEAU, Olivier. Génesys e subversión del capitalismo informacional. *In*: MOULIER-BOUTANG, Yann *et al.* **Capitalismo cognitivo, propiedad intelectual y creación colectiva**. Madrid: Traficante de Sueños, 2004. Disponível em: [https://www.traficantes.net/sites/default/files/pdfs/Capitalismo cognitivo-TdS.pdf](https://www.traficantes.net/sites/default/files/pdfs/Capitalismo%20cognitivo-TdS.pdf). Acesso em: 10 ago. 2016.

CANGI, Adrián; PENNISI, Ariel. Spinoza libertário. *In*: NEGRI, Antonio. **Biocapitalismo: entre Spinoza e a constituição política do presente**. São Paulo: Iluminuras, 2015. p. 13-56. (Coleção Contemporâneos).

CARDOSO, Adalberto Moreira. **A década neoliberal e a crise dos sindicatos no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2003 (Coleção Mundo do Trabalho).

CARPINTERO, Óscar. Introducción: Nicholas Georgescu-Roegen: un economista transdisciplinar. *In*: GEORGESCU-ROEGEN, Nicholas. **Ensayos Bioeconómicos**. Madrid: Catarata, 2007.

CHAGAS, Eduardo Ferreira. O pensamento de Marx sobre a subjetividade. **Dialectus**, Fortaleza, v. 2, n. 1, p.14-32, jan./jun. 2013. Semestral. Disponível em:

<<http://www.revistadialectus.ufc.br/index.php/RevistaDialectus/article/view/72/57>>. Acesso em: 05 set. 2015.

CHICCHI, Federico. Bioeconomia. Paradigma da economia contemporânea. **IHU - Online**, mai. 2010. Entrevista concedida ao Instituto Humanitas Unisinos. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/32038-bioeconomia-paradigma-da-economia-contemporanea-entrevista-especial-com-federico-chicchi>>. Acesso em: 30 jul. 2015.

CIMBALISTA, Silmara Nery. **Adversidades no trabalho**: a condição de ser trabalhador no sistema de produção flexível na indústria brasileira. 2006. 226 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006. Disponível em: <[http://www.academia.edu/931015/Adversidades no trabalho a condição de ser trabalhador or no sistema de produção flexível na indústria automobilística Brasileira](http://www.academia.edu/931015/Adversidades_no_trabalho_a_condi%C3%A7%C3%A3o_de_ser_trabalhador_no_sistema_de_produ%C3%A7%C3%A3o_flex%C3%ADvel_na_ind%C3%BAstria_automobil%C3%ADstica_Brasileira)>. Acesso em: 21 dez. 2016.

\_\_\_\_\_. Condições de trabalho, tecnologia e resiliência no contexto do sistema de produção flexível. **Análise Conjuntural**, Curitiba, v. 29, n. 9, p.12-14, set./out. 2007. Bimestral. Disponível em: <[http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/bol\\_29\\_5f.pdf](http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/bol_29_5f.pdf)>. Acesso em: 21 dez. 2016.

CODO, Wanderley; SAMPAIO, José Jackson Coelho; HITOMI, Alberto Haruyoshi. **Indivíduo, trabalho e sofrimento**: uma abordagem interdisciplinar. Petropolis: Vozes, 1993.

COSTA, Rogério da. Bioeconomia e Sustentabilidade. **Revista da Fa7**, Fortaleza, v. 1, n. 8, p.21-33, jan.-jul. 2010. Semestral. Disponível em: <[http://www.fa7.edu.br/recursos/imagens/File/Revista FA7/Revista2010\\_1\\_linkcerto.pdf](http://www.fa7.edu.br/recursos/imagens/File/Revista%20FA7/Revista2010_1_linkcerto.pdf)>. Acesso em: 30 abr. 2015.

CORSANI, Antonella. Elementos de uma ruptura:a hipótese do capitalismo cognitivo. *In*: GALVÃO, Alexander Patez; SILVA, Gerardo; COCCO, Giuseppe (Orgs.). **Capitalismo Cognitivo**: trabalho, redes e inovação. Rio de Janeiro: DP&A, 2003 (Coleção Espaços do Desenvolvimento).

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade salarial. Tradução: Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016 (Coleção Estado de Sítio).

DEJOURS, Christophe. **A banalização da injustiça social**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999.

\_\_\_\_\_. Trabalho e saúde mental: da pesquisa à ação. *In*: ABDOUCHELI, Elisabeth; DEJOURS, Christophe; JAYET, Christian. BETIOL, Maria Irene Stocco (coord.). **Psicodinâmica do Trabalho** – Contribuições da Escola Dejouriana à Análise da Relação Prazer, Sofrimento e Trabalho. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

DIAS, Camilla Regya de Figueiredo. **O tempo de trabalho dos psicólogos**: um estudo a partir da luta pela redução da jornada de trabalho. 2016. 101 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016. Disponível em: <<http://www.repositoriobib.ufc.br/00002a/00002a2a.pdf>>. Acesso em: 14 nov. 2016.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra:** segundo as observações do autor e fontes autênticas. São Paulo, SP: Boitempo, 2010 (Coleção Mundo do Trabalho).

\_\_\_\_\_. Esboço de uma crítica da economia política. **Temas de Ciências Humanas**, São Paulo, Livr. Ed. Ciências Humanas, 5: 1-29, 1979. Disponível em: <[http://www.cinfil.com.br/arquivos/frederich\\_engels.pdf](http://www.cinfil.com.br/arquivos/frederich_engels.pdf)> Acesso em: 20 jul. 2015.

FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas.** 3. ed. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2002.

\_\_\_\_\_. **Em defesa da sociedade.** 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005 (Coleção Tópicos).

\_\_\_\_\_. **Nascimento da biopolítica.** São Paulo: Martins Fontes, 2008b (Coleção Tópicos).

\_\_\_\_\_. **Segurança, território, população.** São Paulo: Martins Fontes, 2008a (Coleção Tópicos).

\_\_\_\_\_. **Vigiar e Punir:** Nascimento da prisão. 37. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

FUMAGALLI, Andrea. As finanças no comando bioeconômico do trabalho vivo. **IHU Online: Revista do Instituto Humanitas Unisinos**, São Leopoldo, v. 10, n. 327, p.11-13, 03 mai. 2010b. Semanal. (Entrevista realizada por Cesar Sanson e Graziela Wolfart. Tradução realizada por Benno Dischinger). Disponível em: <<http://www.ihuonline.unisinos.br/media/pdf/IHUOnlineEdicao327.pdf>>. Acesso em: 30 jul. 2015.

\_\_\_\_\_. **Bioeconomía y capitalismo cognitivo:** hacia un nuevo paradigma de acumulación. Madrid: Traficante de Sueños, 2010a.

\_\_\_\_\_. Crisis económica global e *governance* económico-social. *In:* FUMAGALLI, Andrea et all. **La gran crisis de la economía global:** mercados financeiros, luchas sociales y nuevos escenarios políticos. Madrid: Traficante de Sueños, 2009a. p. 99-124. Traducción: Ezequiel Gatto. Disponível em: <<https://www.traficantes.net/sites/default/files/pdfs/La%20gran%20crisis%20de%20la%20econom%C3%ADa%20global-TdS.pdf>>. Acesso em: 07 out. 2016.

\_\_\_\_\_. La salida del capital a la crisis es la privatización total de la vida. **Diagonal**, Madrid, 17 jan. 2011. (Entrevista realizada por Pablo Elorduy, Beatriz García e Daniele Grasso). Disponível em: <<https://www.diagonalperiodico.net/global/la-salida-del-capital-la-tesis-es-la-privatizacion-total-la-vida.html>>. Acesso em: 03 dez. 2016.

FUMAGALLI, Andrea (Comp.). Nada será como antes: Diez tesis sobre la crisis financiera. Para una reflexión sobre la situación socio-económica. *In:* FUMAGALLI, Andrea et all. **La gran crisis de la economía global:** mercados financieros, luchas sociales e nuevos escenarios políticos. Madrid: Traficante de Sueños, 2009b. p. 149-174. Traducción: Ezequiel Gatto. Disponível em: <<https://www.traficantes.net/sites/default/files/pdfs/La%20gran%20crisis%20de%20la%20econom%C3%ADa%20global-TdS.pdf>>. Acesso em: 07 out. 2016.

GAULEJAC, Vincent de. **Gestão como doença social**: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social. Aparecida: Ideias & Letras, 2007. (Coleção Management).

GEORGESCU-ROEGEN, Nicholas. **Ensayos Bioeconómicos**. Madrid: Catarata, 2007.

\_\_\_\_\_. **O decrescimento**: Entropia, Ecologia, Economia. São Paulo: Senac São Paulo, 2012.

GORZ, André. **Metamorfoses do trabalho**: crítica da razão econômica. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2007

\_\_\_\_\_. **O imaterial**: conhecimento, valor e capital. São Paulo: Annablume, 2005.

GRINEVALD, Jacques; RENS, Ivan. Introdução à segunda edição. *In*: GEORGESCU-ROEGEN, Nicholas. **O decrescimento**: Entropia, Ecologia, Economia. São Paulo: Senac São Paulo, 2012.

GRISCI, Carmem Ligia Iochins. Trabalho imaterial, controle rizomático e subjetividade no novo paradigma tecnológico. **RAE electron.**, São Paulo, v. 7, n. 1, jun. 2008. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1676-56482008000100005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1676-56482008000100005&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 27 ago. 2015.

HARVEY, David. **A condição Pós-Moderna**. 17. ed. São Paulo: Loyola, 2008.

HUGON, Paul. **História das Doutrinas Econômicas**. 14. ed. São Paulo: Atlas, 1980.

HUR, Domenico Uhg. Da biopolítica à noopolítica: contribuições de Deleuze. **Lugar Comum**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 40, p.201-215, mai./dez. 2013. Quadrimestral. Disponível em: <[http://uninomade.net/wp-content/files\\_mf/111012130335Da\\_biopolítica\\_à\\_noopolítica\\_contribuições\\_de\\_Deleuze\\_-\\_Domenico\\_Hur.PDF](http://uninomade.net/wp-content/files_mf/111012130335Da_biopolítica_à_noopolítica_contribuições_de_Deleuze_-_Domenico_Hur.PDF)>. Acesso em: 05 dez. 2016.

IZERROUGENE, Bouzid. A Economia Política do Cognitivo. **EconomiA**, Brasília, v.9, n.2, p.411-432, mai./ago. 2008. Disponível em: <[http://www.anpec.org.br/revista/vol9/vol9n2p411\\_432.pdf](http://www.anpec.org.br/revista/vol9/vol9n2p411_432.pdf)>. Acesso em 4 ago. 2016

KONDER, Leandro. **Marxismo e alienação**: contribuição para um estudo do conceito marxista de alienação. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

LAZZARATO, Maurizio. **As revoluções do capitalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006a.

\_\_\_\_\_. O “homem individado” e o “deus” capital: uma dependência do nascimento à morte. Entrevista especial com Maurizio Lazzarato. **IHU - Online**, jun. 2015. Entrevista concedida ao Instituto Humanitas Unisinos. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/?id=543983:o-homem-endividado-e-o-deus-capital-uma-dependencia-do-nascimento-a-morte-entrevista-especial-com-maurizio-lazzarato>>. Acesso em: 27 out. 2016.

\_\_\_\_\_. **Políticas del Acontecimiento**. Buenos Aires: Tinta Limón, 2006b.

LESSA, Sergio. **Para Além de Marx?** Crítica da teoria do trabalho imaterial. São Paulo: Xamã, 2005.

MALTHUS, Thomas Robert. **Princípios de Economia Política e considerações sobre sua aplicação prática & Ensaio sobre a população.** São Paulo: Nova Cultural, 1996 (Coleção Os Economistas).

MANSANO, Sonia Regina Vargas. **Sorria, você está sendo controlado:** Resistência e poder na sociedade do controle. São Paulo: Summus, 2009.

MARAZZI, Christian. Biocapitalismo: A vida no centro do crescimento econômico. **IHU Online: Revista do Instituto Humanitas Unisinos**, São Leopoldo, v. 9, n. 301, p.10-11, 20 jul. 2009a. Semanal. (Entrevista realizada por Graziela Wolfart. Tradução realizada por Benno Dischinger). Disponível em: <<http://www.ihuonline.unisinos.br/media/pdf/IHUOnlineEdicao301.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2016.

\_\_\_\_\_. La violencia del capitalismo financiero. In: FUMAGALLI, Andrea et all. **La gran crisis de la economía global:** mercados financeiros, luchas sociales y nuevos escenarios políticos. Madrid: Traficante de Sueños, 2009b. p. 21-62. Traducción: Ezequiel Gatto. Disponível em: <<https://www.traficantes.net/sites/default/files/pdfs/La%20gran%20crisis%20de%20la%20econom%C3%ADa%20global-TdS.pdf>>. Acesso em: 07 out. 2016.

MARTINUZZO, Jose Antonio. Noopolitik: O Concreto e o Virtual na Noosfera Midiatizada, **TEXTOS de la CiberSociedad**, Barcelona, n. 8. 2005 Disponível em: <<http://www.cibersociedad.net/textos/articulo.php?art=75>>. Acesso em: 26 out. 2016.

MARX, Karl. **Grundrisse:** manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2011.

\_\_\_\_\_. **Manuscritos Econômico-Filosóficos.** São Paulo, SP: Boitempo, 2006.

\_\_\_\_\_. **O Capital:** Crítica da Economia Política. 6 ed. livro 1, tomo 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

\_\_\_\_\_. **O Capital:** Crítica da Economia Política. livro 1, tomo 2. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MENDES, Alexandre Fabiano. Bio-economia e produção do comum: reflexões a partir do pensamento de Michel Foucault. **Lugar Comum**, Rio de Janeiro (UFRJ), v.35-36, p. 71-95, 2012. Disponível em: <[http://uninomade.net/wp-content/files\\_mf/110210120130LUGAR%20COMUM%2035\\_36.pdf](http://uninomade.net/wp-content/files_mf/110210120130LUGAR%20COMUM%2035_36.pdf)>. Acesso em: 22 set. 2015.

MEZZADRA, Sandro. **O que é operaiismo italiano?** 2013. Tradução: UniNômade Brasil. Verbete "Italy, operaiism and post-operaiism". Publicado na International encyclopedia of revolution and protest. Oxford: Blackwell, 2009. Disponível em: <<http://uninomade.net/tenda/o-que-e-operaiismo-italiano/>>. Acesso em: 29 ago. 2016.

MICHAELIS. **Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa**. Editora Melhoramentos. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/>>. Acesso em: 22 out. 2016.

MORAES, Simone Cristina Silva; RESENDE, Luis Maurício; LEITE, Magda Lauri Gomes. Resiliência organizacional: atributo de competitividade na era da incerteza. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO, 2007, Ponta Grossa, **Anais...** Ponta Grossa: UEPG, 2007. Disponível em: <<http://pg.utfpr.edu.br/dirppg/ppgep/ebook/2007/Congressos/Internacionais/2007%20-%20ADM/21.pdf>>. Acesso em: 21 dez. 2016.

MOULIER-BOUTANG, Yann. O território e as políticas de controle do trabalho no capitalismo cognitivo. *In*: GALVÃO, Alexander Patez; SILVA, Gerardo; COCCO, Giuseppe (Orgs.). **Capitalismo Cognitivo: trabalho, redes e inovação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003 (Coleção Espaços do Desenvolvimento).

\_\_\_\_\_. Riqueza, propiedad, libertad y renta en el capitalismo cognitivo. *In*: MOULIER-BOUTANG, Yann et al. **Capitalismo cognitivo, propiedad intelectual y creación colectiva**. Madrid: Traficante de Sueños, 2004. Disponível em: <[https://www.traficantes.net/sites/default/files/pdfs/Capitalismo cognitivo-TdS.pdf](https://www.traficantes.net/sites/default/files/pdfs/Capitalismo%20cognitivo-TdS.pdf)>. Acesso em: 10 ago. 2016.

NARDI, Henrique Caetano. **Ética, trabalho e subjetividade: trajetórias de vida no contexto das transformações do capitalismo contemporâneo**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

NASCIMENTO, Carlos Alves; DILLENBURG, Fernando Frota; SOBRAL, Fabio Maia. Teoria da exploração e da superexploração da força de trabalho em O capital (Livro I) de Marx. **Sociedade Brasileira de Economia Política**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 40, p.106-131, fev./maio 2015. Quadrimestral. Disponível em: <<http://revista.sep.org.br/index.php/SEP/article/view/108/116>>. Acesso em: 30 jul. 2015.

NEGRI, Antonio. Biocapitalismo y constitución política del presente. *In*: CERBINO, Mauro; GIUNTA, Isabella (organizadores) **Biocapitalismo, procesos de gobierno y movimientos sociales**. Quito: Flacso, 2013. p. 19-42. Disponível em: <<http://www.flacsoandes.edu.ec/libros/132130-opac>>. Acesso em: 20 jul. 2016.

\_\_\_\_\_. Biocapitalismo e constituição política do presente. *In*: NEGRI, Antonio. **Biocapitalismo: entre Spinoza e a constituição política do presente**. São Paulo: Iluminuras, 2015. p. 57-84. (Coleção Contemporâneos).

NETZ, Jaceia Aguilar; AMAZARRAY, Mayte Raya. A organização dos trabalhadores na resistência às práticas discriminatórias: um olhar acerca da subjetividade, saúde e trabalho. **Textos e Contextos**, Porto Alegre, v. 4, n. 1, p.1-16, dez. 2005. Semestral. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/ojs/index.php/fass/article/view/1003/783>>. Acesso em: 23 nov. 2016.

PASQUINELLI, Matteo. To Anticipate and Accelerate: Italian Operaismo and Reading Marx's Notion of the Organic Composition of Capital. **Rethinking Marxism**, Michigan, v. 26, n. 2, p.178-192, 3 abr. 2014. Disponível em: <[http://matteopasquinelli.com/docs/Pasquinelli Operaism OCC proof.pdf](http://matteopasquinelli.com/docs/Pasquinelli_Operaism_OCC_proof.pdf)>. Acesso em: 25 ago. 2016.



PAVONE, Vincenzo. Ciencia, neoliberalismo y bioeconomía. **Revista Iberoamericana de Ciencia, Tecnología y Sociedad - CTS**, Buenos Aires, v. 7, n. 20, p. 1-15, abr. 2012. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=92424169013>>. Acesso em: 07 out. 2016.

PINHEIRO, Debora Patrícia Nemer. A resiliência em discussão. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 9, n. 1, p.67-75, mar. 2004. Trimestral. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pe/v9n1/v9n1a09>>. Acesso em: 21 dez. 2016.

PONTES, Gláucia Rebeca Teixeira de Oliveira. **Estratégias de enfrentamento ante a precarização laboral**: análise da experiência dos trabalhadores autônomos do setor de turismo na cidade de Fortaleza. 2007. 111 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007. Disponível em: <[http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/1502/1/2007\\_dis\\_GRTDOPontes.PDF](http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/1502/1/2007_dis_GRTDOPontes.PDF)>. Acesso em: 18 nov. 2016.

RAMMINGER, Tatiana; NARDI, Henrique Caetano. Subjetividade e trabalho: algumas contribuições conceituais de Michel Foucault. **Interface (Botucatu)**, Botucatu, v.12, n.25, p. 339-346, jun. 2008. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-32832008000200009&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832008000200009&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 27 out. 2016.

RIBEIRO, Ana Cláudia de Araújo; MATTOS, Beatriz Marques de; ANTONELLI, Carolina de Santi; CANÊO, Luiz Carlos; GOULART JÚNIOR, Edward. Resiliência no trabalho contemporâneo: promoção e/ou desgaste da saúde mental. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 16, n. 4, p.623-633, out./dez. 2011. Trimestral. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=287122492013>>. Acesso em: 24 nov. 2016.

ROCHA, Maria Cecília Lessa da. **Assalto ao céu**: operaísmo e gênese do conceito de trabalho imaterial. 2013. 104 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-graduação em Direito, Departamento de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUCRJ, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <[http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/biblioteca/php/mostrateses.php?open=1&arqtese=1112605\\_2013\\_Indice.html](http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/biblioteca/php/mostrateses.php?open=1&arqtese=1112605_2013_Indice.html)>. Acesso em: 29 ago. 2016.

ROZENTHAL, Eduardo. Trabalho imaterial: sobre a subjetividade para uma leitura do trabalho no século XXI. **Lugar Comum**, Rio de Janeiro, v. 21-22, p. 109-132, 2005. Disponível em: <<http://uninomade.net/lugarcomum/21-22/>>. Acesso em: 24 nov. 2016.

SAAD FILHO, Alfredo. Neoliberalismo: Uma análise marxista. **Marx e O Marxismo**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 4, p.58-72, jan./jun. 2015. Semestral. Disponível em: <<http://www.marxeomarxismo.uff.br/index.php/MM/article/viewFile/96/87>>. Acesso em: 25 out. 2016.

SAHUQUILLO, Maria R.. Trabalhadores ultraflexíveis: Os “contratos de zero horas”, sem garantias de salário mínimo, proliferam no Reino Unido. **El País**. São Paulo. 03 maio 2015. Disponível em: <[http://brasil.elpais.com/brasil/2015/05/01/internacional/1430504838\\_853098.html](http://brasil.elpais.com/brasil/2015/05/01/internacional/1430504838_853098.html)>. Acesso em: 18 nov. 2016.

SANSON, Cesar. A produção biopolítica é constitutiva ao capitalismo cognitivo. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p.206-214, set. 2009. Semestral. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/liinc/index.php/liinc/article/view/308/214>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

SANTOS, Vinícius. **Trabalho imaterial e teoria do valor em Marx: Semelhanças ocultas e nexos necessários**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SATO, Leny. Trabalho: Sofrer? Construir-se? Resistir? **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 15, n. 03, p.189-199, ago. 2009. Quadrimestral. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/psicologiaemrevista/article/view/P.1678-9563.2009v15n3p189/963>>. Acesso em: 24 nov. 2016.

SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. 16. ed. Rio de Janeiro: Record, 2011.

SILVA, Roberto Rafael Dias da. A docência no ensino médio no centro da bioeconomia: elementos para uma analítica de currículo. **Roteiro**, Joaçaba, v. 38, n. 1, p. 125-150, jan./jun. 2013. Semestral. Disponível em: <<http://editora.unoesc.edu.br/index.php/roteiro/article/view/2055/pdf>>. Acesso em: 27 set. 2016.

SILVEIRA, Maria Lídia Souza da. Algumas notas sobre a temática da subjetividade no âmbito do marxismo. **Outubro**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 7, p.103-113, dez. 2002. Semestral. Disponível em: <[http://www.revistaoutubro.com.br/edicoes/07/out7\\_08.pdf](http://www.revistaoutubro.com.br/edicoes/07/out7_08.pdf)>. Acesso em: 28 set. 2015.

SOUZA, Eloisio Moulin de; GARCIA, Agnaldo. Um diálogo entre Foucault e o Marxismo: Caminhos e Descaminhos. **Aulas: Ciências Humanas em Multimídia**, Campinas, v. 1, n. 3, p.1-32, dez./mar. 2006-2007. Semestral. Disponível em: <<http://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/aulas/article/view/1916/1376>>. Acesso em: 30 nov. 2015.

TAYLOR, Charlie. Zero-hour contracts: can our legislation really protect workers? **The Irish Times**. Dublin, mar. 2015. Disponível em: <<http://www.irishtimes.com/business/work/zero-hour-contracts-can-our-legislation-really-protect-workers-1.2137076>>. Acesso em: 20 nov. 2016.

TORRES, Edgar Novoa. Las nuevas realidades del bios/zoe del cuerpo, entre la bioética y la biopolítica. **Revista Latinoamericana de Bioética**, Bogotá, v. 14, n. 1, p.98-113, jun. 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.org.co/pdf/rlb/v14n1/v14n1a08.pdf>>. Acesso em: 06 ago. 2016.

TORRES, Ivan Pincheira. Disciplina, Biopolítica y Noopoder: Acerca de los actuales procesos de constitución de subjetividad. **Otros Logos: Revista de Estudios Críticos**, Neuquén, v. 1, n. 1, p.147-167, dez. 2010a. Anual. Disponível em: <<http://www.ceapedi.com.ar/otroslogos/Revistas/0001/Pincheira.pdf>>. Acesso em: 26 out. 2016.

\_\_\_\_\_. La gestión noopolítica del 'miedo' en las actuales sociedades de control. **F@ro**, Valparaíso, v. 1, n. 11, p.1-8, mar. 2010b. Semestral. Disponível em: <<http://web.upla.cl/revistafaro/n11/index.htm>>. Acesso em: 26 out. 2016.

TRÓPIA, Patrícia Vieira. **Força Sindical**: política e ideologia no sindicalismo brasileiro. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

USECHE, Oscar. Reestructuración "bio-económica" del capitalismo y su impacto en la configuración del estado y la ciudadanía. In: MEYER, Raúl González; RICHARDS, Howard (Comp.). **Hacia otras economías**: Crítica al paradigma dominante. Santiago: LOM Ediciones, 2012. p. 267-316. Disponível em: <[http://www.alainet.org/images/HACIA\\_OTRAS\\_ECONOMIAS.pdf](http://www.alainet.org/images/HACIA_OTRAS_ECONOMIAS.pdf)>. Acesso em: 15 ago. 2016.